



CADERNOS
DE COOPERAÇÃO
DO EIXO
ATLÂNTICO
ECONOMIA

INFORME SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2022

RELATÓRIO SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2022

Fernando Conzález Laxe
Arlindo Cunha
Adriano Fidalgo

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España – Portugal



EIXO ATLÂNTICO
DO NOROESTE PENINSULAR

**CADERNOS DE COOPERAÇÃO
DO EIXO ATLÂNTICO**

**INFORME SOCIOECONÓMICO
DO EIXO ATLÂNTICO 2022**

**RELATÓRIO SOCIOECONÓMICO
DO EIXO ATLÂNTICO 2022**

COLECÇÃO:
Cadernos de Cooperação do Eixo Atlântico

EDITA:
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

DIRETOR:
Xoán Vázquez Mao

AUTORES:
Arlindo Cunha
Fernando González Laxe
Adriano Fidalgo

MAQUETAÇÃO:
María Llauger

DEPÓSITO LEGAL:
VG 606-2023

ISBN:
Versão impressa: 978-989-9060-80-7
Versão digital: 978-989-9060-81-4

Ano de edição: 2023

Este relatório foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP). As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos autores que as emitem.

Este informe fue cofinanciado por el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) a través del Programa Operacional de Cooperación Transfronteriza España-Portugal (POCTEP). Las opiniones son de responsabilidad exclusiva de los autores que las emiten.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO E PROSPETIVA..... 7

CAPÍTULO 2

GALICIA 31

CAPÍTULO 3

PORTUGAL227

CAPÍTULO 4

RESUMO EXECUTIVO.....359

The background is a solid orange color with a pattern of overlapping, semi-transparent geometric shapes in various shades of orange, creating a layered, abstract effect. The shapes include circles, triangles, and irregular polygons, some of which are partially cut off by the edges of the page.

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO E PROSPETIVA
Arlindo Cunha

ÍNDICE

01. O CONTEXTO INTERNACIONAL E A REAÇÃO DA EUROPA NUM TEMPO DE CRISE	11
02. CONTORNOS DA CRISE: PROBLEMAS, RESPOSTAS E EXPETATIVAS PARA O PRÓXIMO FUTURO	17
2.1. A QUESTÃO ENERGÉTICA	18
2.2. A INFLAÇÃO	19
2.3. O QUADRO MACROECONÓMICO: TAXAS DE JURO, DÉFICES E DÍVIDA PÚBLICA	21
2.4. MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÕES	23
2.5. A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA: EMPRESAS E INOVAÇÃO	24
2.6. OS DESAFIOS AMBIENTAIS	25
2.7. ESTRUTURA ECONÓMICA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	27
2.8. ASSIMETRIAS INTERNAS E MODELO DE DESENVOLVIMENTO	28

01

**O CONTEXTO INTERNACIONAL
E A REAÇÃO DA EUROPA
NUM TEMPO DE CRISE**

01

O CONTEXTO INTERNACIONAL E A REAÇÃO DA EUROPA NUM TEMPO DE CRISE

No início de 2022 esperava-se um ciclo prolongado de crescimento económico, atendendo à confiança criada pela forma robusta como as economias de todo o mundo tinham começado em 2021 a recuperar da paragem forçada pela epidemia do COVID 19, que forçou à paragem da economia um pouco por todo o lado, em 2020. Nesse ano a economia mundial tinha encolhido 3,4%¹ face a 2019², sendo a economia da União Europeia (U.E.) a mais atingida de entre as economias mais avançadas, com uma redução de 6,1% do seu PIB. A contração do nível de riqueza criada foi, de resto, uma situação comum a todos os seus Estados Membros com exceção da Irlanda, sendo Espanha o mais atingido, com uma contração de 10,8% do PIB respetivo e Portugal o sexto dos 27, com uma redução de 7,6%.

Este forte impacto negativo na economia da U.E., assim como na do Reino Unido, cujo PIB baixou 9,8%, deve-se a dois fatores principais: por um lado às medidas altamente restritivas que foi decidido impor para controlar a pandemia, restringindo a mobilidade e implicando a paragem de atividade em vários setores; e, por outro, à considerável dependência da China em matéria de abastecimentos de matérias-primas, componentes para a indústria transformadora e mesmo de produto final, com disrupção nas cadeias de abastecimento e consequentes reflexos na economia europeia.

¹ As estatísticas utilizadas neste texto introdutório são extraídas de: Banco de Portugal, Relatório do Conselho de Administração, 2020, 2021 e 2022; CCDRN, Norte e Conjuntura, 1º, 2º, 3º e 4º trimestre 2022; Comissão Europeia, Relatório sobre a Atividade da U.E., 2022; European Commission, European Economic Forecast, Spring 2021, 2022 e 2023; European Commission, The EU in the World, 2023; IMF, World Economic Outlook, April 2023; OECD Economic Outlook, a Fragile Recovery, Interim Report, March 2023; OCDE, Survey sobre Portugal, Dezembro 2021. Quanto à análise regional são utilizadas as estatísticas deste Relatório Socioeconómico.

² É de lembrar que os primeiros surtos desta nova estirpe do Coronavírus surgiram na China em Dezembro de 2019, tendo-se alastrado a uma grande parte do mundo, incluindo a Europa, no início de 2020. Em Espanha o primeiro caso foi confirmado a 31 de janeiro e em Portugal a 2 de março. Assim, para efeitos de análise comparada, 2019 é geralmente utilizado como o ano de referência anterior à epidemia.

Nesse ano subsequente à crise (2021) não se conseguiu recuperar na totalidade o que se perdeu, mas o grau de recuperação acabou por ser bastante razoável, com um crescimento médio do PIB de 5,4% para os 27 e com a Espanha e Portugal a não andarem muito longe desta média, com crescimentos de 5,1% e 4,9%, respetivamente (EU Spring 2022 Economic Forecast).

Face a esse desempenho no ano de 2021, o otimismo no retorno à normalidade era tal que as Previsões Económicas da Primavera da União Europeia de 2022 apontavam para que, ainda que com ritmos diferentes, todos os Estados Membros atingissem no final desse ano os níveis de atividade económica da pré-pandemia.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro veio alterar por completo o panorama económico um pouco por todo o mundo, ainda que com muito maior impacto na economia da U.E. e dos seus Estados Membros, quer por razões de proximidade com o palco do conflito, quer pela dependência considerável de alguns deles em relação ao petróleo e, sobretudo, do gás natural russos.

A União Europeia respondeu com notável celeridade e consenso ao novo contexto, tendo-se posicionado incondicionalmente solidária com a Ucrânia, tal como a generalidade das democracias ocidentais e do resto do mundo. Consequentemente, a sua agenda política ficou marcada por um conjunto considerável de decisões que condicionaram toda a atividade económica e social dos seus Estados Membros. De destacar, entre elas:

- As medidas de apoio direto às várias dimensões da crise. Desde os prejuízos causados às famílias e às empresas pela paragem da economia, à assistência social e humanitária e ainda o alojamento de refugiados da Guerra. Após as Iniciativas de resposta à crise imediatas à eclosão da pandemia, foi depois aprovado o programa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que mobilizou 55 mil milhões de euros, dos quais 10,9 mil milhões destinados a Espanha e 1,6 mil milhões a Portugal.
- Os 9 pacotes de sanções à Rússia, principalmente destinados a reduzir as receitas provenientes das exportações de energia fóssil e, consequentemente, a enfraquecer a sua capacidade de financiar a guerra. Trata-se de uma estratégia politicamente compreensível, que impõe alguns sacrifícios aos países que mais dependiam do abastecimento do gás e petróleo russos, cujos resultados só aparecerão a médio e longo prazo – e, mesmo assim, com um considerável grau de incerteza, atendendo à existência de mercados alternativos para as exportações russas.
- Medidas para reduzir a dependência dos fornecimentos russos de energias fósseis e fomentar as energias renováveis. De destacar neste contexto a aprovação do programa REPowerEU, financiado em 225 mil milhões de euros pelos empréstimos remanescentes do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e em 20 mil milhões de euros do Fundo de Inovação e da venda de licenças de emissão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE).

- Medidas de combate à escalada de preços, com destaque para as do foro da política monetária, que levou o Banco Central Europeu (BCE) a uma subida das taxas de juro sem precedentes na era do euro. Como é sabido, as taxas de juro elevadas refreiam a procura de bens de consumo para controlar a inflação, mas impactam negativamente no investimento e, consequentemente, no ritmo da atividade económica.
- Apoios destinados a mitigar a redução do rendimento disponível das famílias em resultado da subida da inflação, especialmente dos preços da energia e dos bens alimentares.

O ano de 2022 foi também o ano em que a União Europeia deu plena implementação ao European Recovery Programme/Next Generation (aplicado nos Estados Membros através dos Programas de Recuperação e Resiliência-PRR), que tinha sido aprovado em 2020, com um envelope de 750 mil milhões de euros (390 mil milhões em subvenções a fundo perdido e 360 mil milhões em empréstimos reembolsáveis) destinados a reforçar os apoios aos Estados Membros para uma recuperação mais célere da crise da pandemia e que veio, assim, reforçar o programa REACT-EU.

Para Portugal este programa afetou um total de 28,1 mil milhões de euros, dos quais 13,9 mil milhões de euros de subvenções a fundo perdido e 14,2 mil milhões sob a forma de empréstimos de longo prazo. Numa primeira fase o programa mobilizou a totalidade das subvenções e apenas uma pequena parte dos empréstimos, num total de 16,6 mil milhões de euros, com afetação prioritária nas rubricas da capitalização e inovação empresarial (2,9 mil milhões de euros), da habitação (2,7 mil milhões), do serviço nacional de saúde (1,4 mil milhões) e da qualificação dos recursos humanos (1,3 mil milhões). O programa contempla também as áreas da transição digital e climática, com apoios às energias renováveis, disponibilização de água e florestação. Apesar de o objetivo mais emblemático ser o da recuperação da economia, os apoios às empresas não são, no computo geral, a maior fatia do envelope financeiro. Ressalta o financiamento do investimento público, que tinha ficado muito debilitado após a intervenção externa do FMI, Comissão Europeia e BCE, de 2011 a 2014, no quadro do Programa de Ajustamento Macroeconómico.

Em Espanha este programa envolveu uma dotação global de cerca de 140 mil milhões de euros, dos quais 69,5 mil milhões em subvenções não reembolsáveis e o restante sob a forma de empréstimos. De salientar que 54% desta dotação corresponde a Programas descentralizados, cuja conceção e gestão compete às Comunidades Autónomas (couberam à Galiza 1.276 mil milhões de euros), ao contrário de Portugal em que se optou por programas nacionais e uma gestão centralizada.

Mas 2022 é também o ano de arranque efetivo do Acordo de Parceria 2030, com a Espanha a reter 35,4 mil milhões de euros da Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional-FEDER, Fundo Social Europeu-FSE e Fundo de Coesão-FC), mais 44,2 mil milhões da PAC, 10,9 mil milhões do REACT e 878 milhões de euros do Fundo para a Transição Justa (FTJ).

E Portugal a beneficiar de 23 mil milhões da Política de Desenvolvimento Regional (FEDER, FSE e FC), mais 9,8 mil milhões da Política Agrícola Comum, 1,6 mil milhões do REACT e 225 milhões do FTJ. De destacar, no que respeita à Política de Desenvolvimento Regional, a afetação de 3,4 mil milhões de euros para o Programa Operacional do Norte, que corresponde a 14,8% da dotação total para Portugal e a 35% da dotação para os Programas Operacionais Regionais, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Por seu turno, a Galiza mobilizou 2.300 milhões de euros do FEDER e do FSE para reformar a sua coesão económica, social e territorial neste período.

A subida acentuada dos preços da energia e dos bens alimentares que se seguiu à eclosão do conflito, associada ao fator incerteza, determinaram um choque acentuado no crescimento económico nos primeiros meses do ano. Apesar de este impacto inicial se ter ido atenuando progressivamente devido à forma como as economias reagiram e aos apoios públicos às famílias, o crescimento real de 2022 ficou aquém das expectativas de finais de 2021, embora muito além dos cenários mais pessimistas que auguravam o risco de uma recessão económica no velho continente. Assim, segundo as Previsões da Primavera de 2023 da Comissão Europeia, é estimado para 2022 um crescimento de 3,5% do PIB do conjunto da União, com Portugal no terceiro lugar da recuperação, com 6,7% e a Espanha no sexto lugar com 5,5% de acréscimo face ao ano anterior. As economias das duas regiões seguiram a tendência geral de recuperação do ritmo da economia e dos reflexos da subida dos preços. O PIB Galego terá crescido 3,8%, algo abaixo da média nacional espanhola, enquanto que a Região Norte também se terá aproximado da média nacional portuguesa, apesar de só se conhecer oficialmente a estimativa para 2021, que é de 5,4%, um valor também próximo do crescimento do PIB português nesse ano.

Conforme se pode verificar pelos sucessivos relatórios, a evolução económica ao longo deste ano de 2022 foi retumbante nos primeiro e segundo semestres, tendo vindo sucessivamente a cair até ao fim do ano, tanto na generalidade da U.E, como em Espanha, Portugal e na euroregião Galiza-Norte de Portugal. O crescimento do PIB dos dois países ibéricos e das duas regiões do Noroeste Peninsular foi muito impulsionado pelo aumento da procura externa, com um menor contributo da procura interna. De sublinhar, na procura externa, o contributo especial dos serviços, que, corresponde essencialmente ao regresso do turismo à sua atividade normal – processo que já se havia iniciado em 2021, logo após o fim das restrições impostas pelo combate à pandemia do Covid. Em contraste com a recuperação dos serviços, verifica-se, nas duas regiões, um recuo da indústria transformadora e parcialmente da construção civil. Dentro do consumo interno, de referir ainda que o contributo do consumo privado foi superior ao do público e que o investimento teve um contributo relativamente modesto na formação do PIB das duas regiões.

A finalizar esta análise da economia europeia no período pós pandemia, importa notar que os diversos organismos internacionais que publicam regularmente relatórios sobre a evolução da economia mundial (designadamente a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)) têm alertado de forma insistente para a previsível persistência de um conjunto de riscos, que leva a que as perspetivas de crescimento para o próximo futuro (especialmente 2023 e 2024) possam ser inferiores aos valores deste ano de 2022, como se verá mais abaixo neste capítulo.

02

**CONTORNOS DA CRISE:
PROBLEMAS, RESPOSTAS
E EXPETATIVAS PARA
O PRÓXIMO FUTURO**

02

CONTORNOS DA CRISE: PROBLEMAS, RESPOSTAS E EXPECTATIVAS PARA O PRÓXIMO FUTURO

Vivemos tempos de instabilidade, como já há muito não estávamos habituados. Há 80 anos que não tínhamos uma guerra à nossa porta. A crise petrolífera dos anos sessenta do século passado mudou o paradigma energético da nossa economia. E a crise dos mercados financeiros de 2009 mudou o comportamento do sistema bancário, que se tornou mais avesso ao risco e, conseqüentemente, menos proativo no desempenho das políticas de investimento.

A incerteza quanto ao evoluir do curso da guerra na Ucrânia é a grande condicionante e ao mesmo tempo a mãe de todos os riscos que pairam sobre a economia europeia. Esta não é, naturalmente, a única a ser afetada, mas é, de longe, a mais fustigada pelos impactos desses riscos, devido à sua geografia. Encontrar formas de gerir os riscos e tensões por eles criadas, constitui o grande desafio que a União Europeia e os seus Estados Membros têm pela frente nos próximos anos, por forma a reencontrar um trilho de crescimento sustentável, com mais emprego, mais riqueza e mais bem-estar. Um desafio que corresponde a um caminho que é tanto mais estreito quanto maior for a incerteza sobre a evolução do conflito.

De acordo com as análises que têm sido feitas pelas organizações internacionais acima referidas, são de destacar quatro riscos principais, cuja evolução condiciona fortemente a recuperação económica: a questão energética; a inflação; as taxas de juro e o quadro macroeconómico; o mercado de trabalho e as qualificações. Existem, porém, outros fatores que, num plano complementar, consideramos serem merecedoras de particulares cuidados por parte dos decisores políticos e empresariais, como sejam as questões ambientais e a problemática da competitividade das economias. Por fim, importa também olhar para as assimetrias internas dentro das duas regiões, merecedoras de uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que se pretende para o futuro.

2.1

A QUESTÃO ENERGÉTICA

Como é sabido, a União Europeia tem uma forte dependência externa no abastecimento de energias fósseis, em que a Rússia era um dos principais fornecedores. Com o pacote de sanções, as importações de energias fósseis da Rússia diminuíram consideravelmente. Para resolver os problemas daí decorrentes, a União Europeia e os seus Estados Membros seguiram uma estratégia baseada em três tipologias de medidas: recomendação de redução de consumo; procura de outras fontes de abastecimento alternativas; e fomento de investimentos para aumento da produção de energia de fontes renováveis.

Como era de esperar, o problema dos abastecimentos alternativos foi mais facilmente resolvido com o petróleo, devido à maior diversidade de soluções de oferta alternativas, do que com o gás natural, que é uma fonte de energia essencial para fins domésticos e industriais e que representava 21% do consumo de energia primária da U.E. e, além disso, que condicionava fortemente os preços da eletricidade. Este recurso chegou a atingir em agosto um preço 20 vezes superior ao nível médio anterior à pandemia.

No curso de 2022 o fornecimento de gás russo ficou reduzido a metade, após uma negociação complexa que visou poupar os países vizinhos mais afetados. Daí a importância de encontrar oferta alternativa a curto prazo, a fim de não perturbar a atividade económica e a repor stocks para uso doméstico durante o Inverno, tendo sido para isso construídos terminais de receção e armazenagem de gás líquido em pontos estratégicos. De destacar neste ponto as complexas negociações políticas envolvendo Portugal, Espanha, França e a Comissão Europeia no sentido de assegurar uma rede de fornecimento e distribuição capaz de conectar satisfatoriamente os dois países ibéricos com os seus congéneres do Norte e Centro da União e de assegurar, assim, uma maior oferta externa, designadamente do gás proveniente de África.

A conjugação destas medidas, incluindo a redução da oferta, assim como o mecanismo de limitação e monitorização da formação de preços no mercado do gás natural, conseguiu evitar uma subida maior dos preços, para além de garantir a reposição dos stocks (que, após o choque inicial do início da guerra, chegaram a estar apenas a 37% da capacidade) de forma progressiva durante o resto do ano e estimando-se que os abastecimentos continuem de forma regular em 2023, incluindo o próximo inverno.

A terminar esta secção importa sublinhar que a ação desenvolvida pela U.E. nesta área da energia se enquadra no programa REPower EU, que inclui as dimensões da poupança de energia, da diversificação das fontes de aprovisionamento e da produção de energia de fontes renováveis, com destaque para a eólica e a solar, sendo também dada ênfase à produção de hidrogénio. Para o respetivo financiamento, a U.E. mobilizou cerca de 300 mil milhões de euros, essencialmente financiados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e autorizou os Estados Membros a poder reestruturar os seus Planos de Recuperação e Resiliência, financiados no quadro deste mecanismo, para além da utilização dos programas financiados pelos FEEI e respetivos Acordos de Parceria 2030.

O REPower fixa como meta vinculativa para os Estados Membros da U.E. conseguir que em 2030 a produção de energias renováveis represente 45% do consumo total. Por outro lado, enquadra-se na meta política do Objetivo 55 (redução de 55% das emissões de gases com efeito estufa até 2030 e atingir a neutralidade carbónica em 2050) e na eliminação total das importações de energias fósseis da Rússia até 2027, para o que estima necessário um investimento total, público e privado, de 210 mil milhões de euros, que prevê financiar através da componente empréstimos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de subvenções obtidas através do Fundo de Inovação e do Sistema de Comércio de Licenças de Emissões.

Portugal e Espanha têm beneficiado do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) que, pela integração permanente de produtores, fornecedores e compradores, lhes permitiu não serem tão atingidos pelas restrições impostas aos combustíveis fósseis russos.

Há, porém, uma importante nota a reter a respeito da problemática energética: após décadas de relativo centralismo das redes elétricas, com o emergir das energias renováveis de origem eólica e solar, começam hoje a ser criadas condições para uma produção e distribuição mais descentralizadas e até localizadas. Tal tendência deixa uma considerável margem para o investimento público e privado e, consequentemente, para as economias regionais terem mais uma importante ferramenta para trabalhar com mais autonomia a competitividade das suas empresas e o bem-estar dos seus cidadãos. E, neste aspeto, importa também reter que a as duas regiões dispõem de consideráveis recursos, encontrando-se acima das médias da U.E e dos respetivos países no que respeita à produção de energias renováveis e à sua percentagem no consumo final de energia. Têm, assim, condições para de partida para uma maior vantagem competitiva no futuro.

2.2

A INFLAÇÃO

A subida dos preços nas economias europeias já se tinha iniciado em 2021, como consequência do aumento da atividade económica que se seguiu à paragem provocada pela pandemia e, especialmente pelo aumento da procura de determinados bens e componentes em resultado da interrupção das cadeias de abastecimento durante a pandemia. Daí que a inflação média tenha sido de 2,9% no conjunto dos 27 em 2021, comparada com um valor de apenas 0,3% em 2020 e uma taxa de referência de 1,4% em 2019. Espanha e Portugal, que tinham tido taxas negativas em 2020, de -0,3% e -0,1%, respetivamente, tiveram comportamentos inflacionistas no mesmo sentido, ainda que Portugal tenha tido nesse ano de 2021 uma subida de preços de apenas 0,9%, muito inferior à média europeia, enquanto que a Espanha experimentou uma subida de 3%, próxima da média dos 27.

A eclosão da guerra na Ucrânia fez disparar os preços para níveis a que as economias já não estavam habituadas, com uma inflação média na U.E. de 9,2% em 2022, ligeiramente superior às taxas de 8,3% e 8,1% verificadas em Espanha e Portugal, respetivamente. A evolução dos preços nas duas regiões acompanharam em regra os níveis dos respetivos países, como seria de esperar do comportamento de um mercado interno.

Os principais responsáveis da pressão inflacionista foram os preços dos alimentos e da energia, que mais uma vez provaram serem os dois setores mais sensíveis e mais estratégicos nas sociedades em tempos de crise. Porém, a subida dos preços em 2022 foi generalizada, estendendo-se a setores como produtos industriais e serviços.

A sensibilidade da questão alimentar era evidente, atendendo a estarem em conflito duas grandes potências mundiais produtoras e exportadoras de bens agroalimentares, especialmente de produtos imprescindíveis da base alimentar diária, como os cereais (milho, trigo, cevada, centeio e aveia), as oleaginosas (girassol, colza e soja), carne, manteiga e produtos lácteos. As dificuldades impostas às exportações agrícolas ucranianas pesou de forma determinante na espiral dos preços. Apesar de a rápida substituição das exportações da Rússia e da Ucrânia por fornecedores alternativos ter evitado roturas na cadeia de abastecimentos, a corrida aos supermercados e os riscos de açambarcamento, tal não evitou uma subida generalizada dos preços da produção alimentar primária e dos produtos transformados.

Ainda que com intensidades diversas nos diferentes Estados Membros, a escalada dos preços do gás natural foi um dos fatores que mais pesou no trepar da inflação e no desacelerar do crescimento na segunda metade do ano, tendo atingido o ponto máximo no verão de 2022. Se é certo que as medidas tomadas pela Comissão Europeia conseguiram evitar roturas dos abastecimentos e fenómenos de pânico ou stress nos mercados, não existem certezas sobre a evolução futura do preço, não obstante a tendência de baixa verificada no início de 2023. As previsões da primavera da Comissão Europeia apontam para um preço grossista da ordem dos 50€ por Mwh neste próximo inverno, o que representa um sexto do valor máximo de agosto verificado em 2022, mas mesmo assim mais do que os dobro dos preços médias anteriores ao emergir do conflito.

Com a descida dos preços da energia ocorrida em finais de 2022 e início de 2023 evitou-se uma subida maior dos preços, apesar de a inflação estrutural (retirando os preços da energia e da produção alimentar primária) ainda continuar a subir nesse período. Com as medidas restritivas de combate à inflação que têm sido tomadas, assim como com a absorção das pressões salariais por parte das margens de lucro, é expetável na U.E. uma redução, quer da inflação estrutural quer da inflação geral, em 2023 e 2024, com previsões para esta última de 6,7% em 2023 e 3,1% em 2024.

Também aqui Portugal e Espanha seguem o padrão comum desta evolução esperada de redução da inflação, embora com valores inferiores à média dos 27: 5,1% e 2,7% em 2023 e 2024, em Portugal; e 4% e 2,7% em 2023 e 2024, em Espanha.

Ou seja, a confirmarem-se estas previsões, os dois países ibéricos chegarão a 2024 com a inflação ao mesmo nível, embora a Espanha recupere mais rápido, com um desempenho melhor já em 2023. Apesar desta previsão de valores mais favoráveis para a inflação ibérica, convirá lembrar que eles são ainda consideravelmente superiores aos valores de 2019, anteriores à pandemia, de 0,3% e 0,8% em Portugal e Espanha, respetivamente.

Ainda a respeito da inflação, importa sublinhar os alertas feitos pelos diferentes observatórios económicos de que o combate à subida de preços deve constituir a principal prioridade da política macroeconómica atendendo ao seu impacto negativo no rendimento disponível das famílias. É sabido, porém, que quanto mais restritiva for a política monetária e orçamental para reduzir a despesa de investimento e de consumo, menor será também o crescimento económico. Daí o ser de esperar até 2024, quer por parte da União Europeia, quer dos seus Estados Membros, uma evolução no sentido de uma gestão combinada das políticas monetária e orçamental, intervindo esta com medidas seletivas, quer da natureza social de compensação da perda do poder de compra das famílias mais pobres, quer de estímulo ao investimento. Mas nunca de modo a pôr em causa a disciplina da política monetária. Sendo, assim, previsível, uma redução da despesa pública à medida que a inflação for ficando sob controlo.

2.3

O QUADRO MACROECONÓMICO: TAXAS DE JURO, DÉFICES E DÍVIDA PÚBLICA

Com os preços dos fatores de produção a subir, quer em 2021, quer em 2022, os termos de troca (relação entre os preços dos produtos e os dos fatores de produção e consumos intermédios) deterioraram-se, tendo prejudicado o crescimento económico e a criação de valor no espaço da U.E., com transferência de ganhos para fora do seu território, especialmente para os países fornecedores de energia. Ou seja, na sua etapa inicial, o processo inflacionário na U.E. traduziu-se numa inflação importada.

Como as empresas conseguiram passar a pressão da subida de preços aos consumidores, a inflação atingiu em 2022 os níveis elevados que conhecemos e que acima referimos. Em consequência, a política monetária da União determinou uma sucessão de subidas da taxa de juro de referência (de curto prazo) no sentido de restringir a despesa, que ascendeu a 3,8% no primeiro trimestre de 2023. Prevenido-se, porém, que nas taxas de longo prazo não exista alteração significativa, atendendo à forma como a U.E. tem sido capaz de conseguir evitar os riscos de contágio da turbulência dos mercados financeiros causada pelos problemas bancários nos Estados Unidos e na Suíça no curso do ano.

Segundo os diversos relatórios económicos, os investimentos mais afetados pelas altas taxas de juro têm sido os da construção civil, fenómeno a que as duas regiões não escaparam. O investimento privado nos outros setores não tem sido tão afetado, enquanto que o investimento público tem sido salvo, quer pelos PRR dos diferentes países no horizonte 2021-2026, quer pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 e dos respetivos Acordos de Parceria 2030. De referir, porém, que estas transferências financeiras da União têm contribuído inquestionavelmente para a alavancagem do investimento privado.

A inflação permitiu um aumento das receitas públicas em todos os Estados Membros. Porém, este aumento foi em boa parte neutralizado pelo aumento dos salários dos funcionários públicos, pelo aumento nominal das pensões e por vários programas de transferências sociais para as famílias como compensação pela baixa do rendimento disponível, que tiveram ao longo do ano. Em consequência os défices do orçamento mantiveram-se a um nível razoável, embora superior aos 3% previstos no Pacto para a Estabilidade e Crescimento. Em 2022 este valor foi de 3,4% para os 27 Estados Membros, com Portugal a ter um valor muito baixo de apenas 0,4%, em contraste com a Espanha, que atingiu o valor de 4,8%. Para 2023 está previsto uma ligeira redução dos défices públicos, com a U.E. a passar para 3,1, mantendo-se Portugal e Espanha no mesmo alinhamento, com, respetivamente 0,1% e 4,1%.

Com este contexto macroeconómico favorável existem condições para os Estados membros abate-rem a suas dívidas públicas, uma vez que têm receitas fiscais acrescidas devido à inflação, as taxas de juro elevadas não afetarão significativamente os serviços das dívidas devido à maturidade de longo prazo destas e as despesas de carácter social para ajudar as famílias a lidar com a inflação tenderem a ser progressivamente reduzidas. É neste sentido que apontam as previsões da Comissão Europeia, ao estimarem uma dívida média para os 27 de 85% em 2022 e 83% em 2024, apesar de ainda estar acima dos 79% de 2019, antes da recessão causada pela pandemia.

Espanha e Portugal seguem esta tendência da redução do peso da dívida pública em relação aos PIBs respetivos, embora estejam entre os únicos seis Estados Membros em que se prevê existirem ainda rácios superiores a 100% em 2024, de 109,1% e 103,1%, respetivamente.

A despesa pública dos diferentes Estados Membros tem sido consideravelmente alimentada pelos programas comunitários, designadamente os FEEI e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, estimando a Comissão Europeia que metade do investimento público realizado entre 2019 e 2024 seja financiado por fundos da União. Neste contexto é estimado que estes fundos europeus aumentem o seu impacto nas economias, a partir de uma média europeia de 0,2% do PIB total da U.E. em 2021, até 0,3% em 2022 e 0,4% em 2023 e 2024. Como é sabido, estes apoios têm uma expressão consideravelmente maior nos países menos desenvolvidos da União, devido a dois fatores: beneficiarem, por um lado de maiores transferências relativas das políticas de coesão; e, por outro, terem um PIB relativamente mais pequeno. Daí, que se estima que estes apoios comunitários representem 3,5% do PIB espanhol e 3% do PIB português no período 2021-2024.

Com um quadro macroeconómico mais equilibrado e com um valor record de transferências financeiras da U.E., afiguram-se existir condições nos próximos dois anos para uma evolução positiva das economias dos dois países ibéricos e das suas regiões, que poderão, assim, afetar estes recursos no quadro das estratégias e programas de desenvolvimento regional que consideraram refletir melhor as suas realidades e problemas. Esta capacidade de definição e implementação de programas regionais da Região Norte e das demais regiões continentais portuguesas é, infelizmente, bastante inferior à da Galiza e da generalidade das regiões espanholas devido à inexistência de um sistema descentralizado de governação.

Para além do pressuposto de que os fundos europeus sejam afetados racionalmente, existe, naturalmente, a incerteza subjacente a tudo o resto: a evolução do conflito na Ucrânia e os seus consequentes impactos externos.

2.4

MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÕES

Em termos gerais, o fraco crescimento médio na U.E. neste período não teve repercussões negativas no emprego, devido à relativa escassez de mão de obra, ao forte crescimento da procura no setor dos serviços (essencialmente do turismo) e ainda ao fenómeno de acumulação de trabalho (multiemprego) associado à falta de oferta suficiente de trabalho qualificado. Pelo contrário o nível geral de emprego cresceu 0,5% em 2022, com tendência para estabilizar em 2024. Consequentemente estima-se que a taxa de desemprego fique pelos 6,2%, mantenha o mesmo nível em 2023 e desça até 6,1% em 2024. Em Espanha a tendência também será no sentido de descida, de 12,9% em 2022, para 12,7% em 2023 e 12,2% em 2024. Apesar de ter um valor muito mais baixo do que neste país, a taxa de desemprego em Portugal situava-se próxima da média europeia, prevendo-se, no entanto, evoluir no sentido contrário, de 6% em 2022 para 6,4% em 2023 e 6,3 em 2024.

Acompanhando esta evolução, os salários nominais cresceram durante o ano de 2022, apesar de terem ficado aquém do crescimento da inflação, com a consequente perda do poder de compra dos trabalhadores. Na Região Norte verificou-se uma redução do poder de compra líquido dos salários de 7,3%, ligeiramente abaixo da média nacional, que foi de 8,3%. A Galiza também não escapou a esta tendência, com uma redução do poder de compra de 3,7%, mas bastante superior à de Espanha, que foi de apenas 1%.

Para além deste quadro evolutivo, importa referir que tem havido uma tendência para uma redução dos diferenciais de empregabilidade entre diferentes categorias de trabalho, designadamente entre o emprego mais jovem e o dos mais velhos, entre homens e mulheres e entre diferentes níveis de educação. De salientar, porém, o menor crescimento do emprego das mulheres com baixos ou médios níveis de qualificação, cujo diferencial face às que detêm níveis superiores de educação e qualificação permanece elevado.

Em 2022, na Região Norte verificou-se um aumento de emprego das pessoas com qualificação superior e secundária, e uma redução da população ativa com formação inferior ao 3º ciclo do ensino obrigatório. Contudo, a taxa de desemprego na Região continua a ser menor no nível do ensino superior (4%), seguido pelo nível de qualificação até ao terceiro ciclo obrigatório (6%) e pelo do segundo ciclo (7,2%). Não deixa, porém, de ser preocupante que o desemprego de longa duração ainda seja quase metade do desemprego total (47,5%).

Na Galiza também se observou um aumento da taxa de ocupação e uma redução do desemprego, cuja taxa foi maior para as mulheres, jovens, imigrantes e pessoas com menores estudos. Verificou-se também uma redução da sazonalidade do trabalho, em resultado da nova legislação laboral aprovada em finais de 2021. O desemprego de longa duração também atinge um valor elevado (37,8% do número total de desempregados), embora bastante abaixo da expressão que tem na Região do Norte.

Em ambas as regiões as taxas de atividade das mulheres são inferiores às dos homens e as taxas de desemprego superiores. De qualquer forma, a mão de obra feminina foi das que mais contribuiu para o aumento do número de ativos verificado em 2022. Por outro lado, comparando os valores das taxas de desemprego das duas regiões com as dos países em que se integram, verificamos que o desemprego na Galiza está ligeiramente abaixo da média espanhola (11% e 12,9%, respetivamente), enquanto que na Região do Norte se situ ao mesmo nível da média do país (6%).

De salientar ainda, pela sua relevância para as políticas públicas, a importância do aumento da oferta de trabalho e da respetiva qualificação. Daí a relevância das políticas demográficas e de imigração, assim como a prioridade a dar à formação profissional, especialmente nas profissões mais técnicas onde escasseia a oferta. Parece-nos especialmente adequado que as regiões, comunidades intermunicipais e municípios reforcem protocolos operacionais com os estabelecimentos de ensino secundário e superior dos seus territórios, especialmente nos domínios técnico-profissionais e customizados às diferentes estruturas e situações económicas.

2.5

A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA: EMPRESAS E INOVAÇÃO

A competitividade de uma economia assenta em dois grandes pilares. Um é o da organização e funcionamento dos estados, de que depende o equilíbrio do quadro macroeconómico e fatores determinantes a ele associados, como a carga fiscal, a inflação ou as taxas de juro; ou seja, tem a ver com a eficiência da gestão pública, que se estende da governação central, à regional e à local. O outro tem a ver com as empresas, a forma como organizam os seus processos produtivos, como superam alterações estruturais ou conjunturais da economia, como internalizam as alterações de contexto, ou como são capazes de inovar e prever e antecipar alterações futuras, ou seja com a sua capacidade de inovar e a sua tecnologia.

No que em particular respeita à inovação, como se pode verificar pela informação detalhada neste relatório, as duas regiões apresentam níveis de investimento em atividades de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (IDI) inferiores à média dos respetivos países e à da U.E. no seu todo, quando expressos em percentagem do PIB. Estão relativamente bem colocadas face à média da U.E. em domínios como o ensino superior, a banda larga, artigos científicos publicados ou até no investimento público em ações de investigação e desenvolvimento. Ficam, porém, bastante aquém em domínios como o investimento privado em IDI, os produtos patenteados ou o registo de marcas, que são fundamentais para a diferenciação dos produtos e das empresas. Ou ainda na incorporação de conhecimento e tecnologia nas exportações de serviços e de produtos.

Importa, assim, modular os apoios públicos no sentido de reforçar os pontos fortes e melhorar os fracos, a fim de permitir às empresas melhores condições de competitividade no futuro. E, sobretudo, reforçar os programas de relacionamento da investigação com as empresas e o ensino superior em áreas tecnológicas numa ótica de proximidade com o tecido empresarial envolvente das Universidades, Institutos Politécnicos e estabelecimentos de ensino técnico profissional.

Apesar de não ser possível estabelecer uma regra geral sobre a relação da competitividade e a dimensão das empresas, este último fator pesa consideravelmente nalgumas atividades que envolvem economias de escala, assim como na capacidade de exportação. Sendo conhecida a pequena dimensão da maioria das nossas empresas (as microempresas com menos de 10 trabalhadores representam 96,5 % e 95,5% do número total de trabalhadores na Galiza e na Região Norte, respetivamente), importa que as políticas públicas estabeleçam medidas que facilitem o acesso de todo o tipo de empresas, mesmo das mais pequenas aos mercados externos, como sejam a criação de redes empresariais, agrupamentos complementares de empresas ou programas promocionais.

2.6

OS DESAFIOS AMBIENTAIS

O Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, assinado ao nível da ONU em 2015, veio impor aos países de todo o mundo que o assinaram (um total de 195) planos de ação para evitar o aquecimento global do planeta, impondo desde logo a meta de redução em 43% das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE) até 2030. A União Europeia representa 7,3% das emissões de GEE, sendo a terceira mais representativa, depois da China (33%) e dos Estados Unidos (13%), e seguida da Índia (7%) e da Rússia (5%). No seu todo estes países representam mais de dois terços das emissões à escala mundial. Têm, conseqüentemente, responsabilidades no influir da evolução climática do Planeta.

Em contraste com os outros países, a União Europeia decidiu colocar-se na vanguarda do processo, tendo para isso aprovado o Pacto Ecológico Europeu/Green Deal, que aponta para a descarbonização total da economia já em 2050. Em sequência, estão a ser elaborados programas de descarbonização nos setores mais responsáveis pelas emissões, como sejam os transportes, a energia e a indústria transformadora, que no seu conjunto são responsáveis por quase três quartos das emissões da União, seguidos a larga distância pela agricultura (pecuária), com apenas 10,6 % das emissões.

O plano de ação da U.E. não é consensual, sendo criticado por pecar por excesso de voluntarismo e escassez de estudos de impacto na economia e sociedade europeias. Na agricultura, por exemplo, não existem estudos de impacto feitos pela Comissão Europeia. Porém, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que o plano de ação europeu para este setor (decorrente da *Estratégia do Prado ao Prato*) implique uma redução de 12% da produção alimentar, uma redução da segurança dos abastecimentos, um aumento do custo da alimentação e uma perda de competitividade para a União nos mercados externos. Embora com contornos diferentes, existem receios de que o Pacto Ecológico Europeu tenha impactos semelhantes aos da agricultura noutros setores da economia.

Em coerência com esta estratégia, os diferentes programas de aplicação dos FEEI, assim como do PRR, terão que afetar percentagens mínimas das respetivas dotações a medidas com impacto direto no ambiente e no clima. Esta será, assim uma das áreas de incidência das políticas públicas de Portugal, Espanha e de todas as suas regiões, incluindo, naturalmente, a Galiza e o Norte de Portugal.

As medidas para a transição energética assumirão uma responsabilidade elevada em todos os setores, com especial destaque para o estímulo à produção de energias renováveis, assim como medidas de combate à poluição ou de redução da pegada carbónica. De salientar, no caso concreto das energias renováveis, que a percentagem da energia desta proveniência em cada uma das duas regiões é consideravelmente superior à média dos respetivos países e à da própria União Europeia. O que lhes dará uma indiscutível vantagem no quadro da estratégia de descarbonização da economia e das dinâmicas daí resultantes.

De referir também a este respeito a importância por parte das regiões e seus municípios na implementação de programas de abastecimento agroalimentar locais (cadeias curtas de abastecimento), mobilizando a oferta local para a procura local, dentro do que os solos e o clima permitirem produzir.

2.7

ESTRUTURA ECONÓMICA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

As duas regiões que integram o Eixo Atlântico têm estatutos diferentes no quadro da Política de Desenvolvimento Regional da União Europeia. A Região do Norte é considerada uma região menos desenvolvida, por ter um PIB per capita inferior a 75% da média comunitária, enquanto que a Galiza é uma região em transição, por ter um PIBpc situado entre 75% e 90% daquela média.

No passado ambas tiveram o mesmo estatuto de regiões de convergência, agora designadas de menos desenvolvidas. No entanto, enquanto que a Região Norte ainda não conseguiu mudar de estatuto, a Galiza teve um processo mais avançado de convergência, a ponto de ter saído do grupo das regiões mais pobres da União. Em ambos os casos, porém, o seu nível de rendimento, medido pelo mesmo indicador, é inferior à média nacional dos respetivos países numa percentagem bastante próxima uma da outra: 87,1% e 85,5%, respetivamente.

A Galiza evoluiu de uma economia muito centrada na agricultura e na pesca, na indústria pesada da siderurgia, na energia e na construção e reparação naval, à época da criação do estatuto da autonomia, para uma economia diversificada, com uma forte componente de indústria automóvel, farmacêutica, química e de confeção, ao mesmo tempo que soube preservar e valorizar os ricos recursos pesqueiros das suas rias.

A Região Norte tinha à época da adesão uma economia baseada numa indústria mão de obra intensiva de baixo valor acrescentado e de baixos salários, centrada no têxtil e confeção, no mobiliário e no calçado. Com o fim do acordo multifibras regulador do comércio têxtil internacional e a consequente liberalização do comércio mundial após a Ronda do Uruguai da OMC, sofreu um choque fortíssimo a partir da segunda metade da década de 1990, com desemprego de elevada escala, perda de riqueza e necessidade de iniciar uma reestruturação profunda da sua base económica. Após sucessivos programas de apoio à reconversão da economia das áreas mais dependentes do têxtil e confeção, a base económica da região evoluiu no sentido de manter os setores tradicionais do têxtil e confeção, calçado e mobiliário, mas já num outro patamar de valor acrescentado e de desenvolvimento tecnológico, para além de consolidar outros setores, como o metalomecânico (incluindo o setor automóvel e de componentes), o químico ou o farmacêutico.

Em ambas as regiões há um claro recuo da indústria transformadora e um aumento dos serviços, que torna estas economias excessivamente dependentes daquele setor. Existe, assim, um manifesto desequilíbrio na estrutura económica das duas regiões, que, de resto, não é exclusivo delas, mas muito comum nas economias europeias, cuja indústria se deslocalizou especialmente para Oriente.

Em termos de emprego, o setor primário (agricultura, florestas e pesca) tem um peso maior na Galiza (6%) do que na Região do Norte (2,4%), enquanto que na indústria transformadora o peso é maior nesta região (24,4%) do que naquela (15,2%); o setor da construção tem um peso semelhante nas duas regiões (6,7%), enquanto que nos serviços a Galiza apresenta um peso superior (72,1%) ao da Região do Norte (65,4%).

Ambas as regiões foram desenvolvendo o setor dos serviços, designadamente o do turismo, que na Região Norte atingiu uma expressão relevante mais tarde do que na Galiza. O turismo é, sem dúvida, um setor com um contributo incontornável para as duas economias, mas terá de evoluir para patamares mais exigentes de qualidade e de criação de valor, sob pena de ser um setor de baixos salários.

Ambas as regiões são também tradicionalmente exportadoras, contribuindo em 2022 com saldos comerciais de bens positivos de 2.800 mil milhões de euros no caso da Galiza e 2.340 mil milhões de euros no caso da Região Norte, em contraste com o caráter deficitário das balanças comerciais de bens dos seus países. Têm ainda em comum o facto de o principal destino das suas vendas externas serem os países da União Europeia, representando 75% das vendas da Galiza e 73% das do Norte.

A pandemia do COVID deixou bem patente os riscos de uma excessiva dependência das cadeias de abastecimento em relação à China e ao Extremo Oriente, no seguimento de um processo de deslocalização das sedes das empresas ou dos respetivos aprovisionamentos, iniciado há mais de duas décadas, motivado pelos baixos salários ali praticados. O enorme abrandamento da economia dos países do ocidente que se seguiu ao fechamento da China e a paragem completa de alguns setores, deve constituir um aviso a ser levado a sério no futuro e um motivo de reflexão estratégica para os decisores políticos e empresariais. Afigura-se, conseqüentemente, como evidente a necessidade de ser levado muito a sério um plano de reindustrialização da União Europeia, especialmente nas regiões que tiveram essa especialização produtiva e onde ainda hoje a indústria continua a ter alguma dinâmica, como é o caso da Galiza e da Região do Norte.

2.8

ASSIMETRIAS INTERNAS E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

As duas regiões apresentam disparidades internas consideráveis, a evidenciar um modelo de desenvolvimento territorial bastante desequilibrado. Em muitos domínios, como é o caso do PIB por habitante (indicador de síntese do nível de prosperidade), as assimetrias internas são maiores do que as que as separam da média dos países em que estão integradas. Em 2022 o PIBpc da Galiza representava 85,5% do valor médio de Espanha e o da Região Norte 87,1% do de Portugal. Porém, se desagregarmos este indicador pelos territórios que compõem as duas regiões (expressos em NUTE III), verificamos uma disparidade maior dentro de cada uma delas.

No caso do PIB por habitante, a província de Ourense tem um nível de 83,6% do da Corunha e no do Tâmega e Sousa este valor é de apenas 67,4% do da Área Metropolitana do Porto (AMP). Se analisarmos, por exemplo, os salários brutos médios anuais, sobressai o baixo nível de remuneração do Tâmega e Sousa, com 75% do da AMP (ou 72% se considerássemos o rendimento bruto do agregado fiscal), ou os 88% de Lugo face à Corunha.

Na Região do Norte, o litoral representa 77% do PIB regional, 72% da população, 70% do número total de empresas, 85% das grandes empresas, 82% do valor total de faturação das empresas, ou ainda 77% da oferta hoteleira.

Na Galiza, o litoral representa 78% do PIB total da região, 72% da população, 72% da população empregada ou 75% da oferta hoteleira (número de camas).

Assimetrias internas desta ordem surgem nas duas regiões em praticamente todos os domínios de atividade, incluindo a educação, qualificações, investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), dinâmicas demográficas, etc., conforme resulta da leitura do presente relatório socioeconómico.

Em ambas as regiões as principais assimetrias internas refletem essencialmente diferenças entre o litoral e o interior, ainda que não de forma exclusiva. A compartimentação territorial em NUTE de nível III torna difícil uma comparação da intensidade dessas desigualdades internas entre as duas regiões. A Galiza apresenta uma desagregação menor, com apenas quatro territórios, correspondentes às Províncias, em que Corunha e Pontevedra (polarizadas principalmente pelas cidades de Corunha, Santiago de Compostela, Vigo e Pontevedra) representam o litoral e Lugo e Ourense (polarizada pelas cidades do mesmo nome) polarizam o interior. A Região Norte apresenta uma maior desagregação, com oito NUTE III, com o litoral mais desenvolvido a ser representado pela Área Metropolitana do Porto, e pelas áreas do Cávado e do Ave, polarizadas, respetivamente, pelas cidades do Porto (conjuntamente com Gaia, Maia e Matosinhos), Braga e Guimarães; por seu turno, o Interior é representado pelas NUTE do Alto Tâmega, Terras de Trás os Montes e Douro, polarizadas pelas cidades de Chaves, Bragança (com Mirandela e Macedo) e Vila Real-Régua-Lamego, respetivamente; existem ainda as NUTE intermédias do Tâmega e Sousa e do Alto Minho, com características tipicamente de transição.

Por fim, importa referir a questão demográfica que se afigura, porventura, como o maior dos desafios estratégicos para a União Europeia, os países ibéricos e os territórios do eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Na última década ambas as regiões têm perdido população, em termos absolutos e relativos face aos países em que se integram. De assinalar nas duas regiões um grau de envelhecimento da população superior ao dos respetivos países, uma taxa de fecundidade muito baixa e um aumento acentuado da população com mais de 75 anos em contraste com a evolução da menor de 14 anos. E que, na mesma linha, dentro da região, os territórios interiores se apresentam com maiores perdas de população e mais envelhecidos face aos do litoral e com uma percentagem considerável da sua população a viver de transferências sociais, em contraste com as regiões litorais, onde a principal componente do rendimento vem dos rendimentos do trabalho.

Estamos perante duas importantes regiões do Noroeste da Peninsular que em conjunto representam 50,8 Km² e 6,3 milhões de pessoas e que são estratégicas quer nos contextos nacionais, quer europeu, pela sua localização privilegiada, quer face a África, quer face às Américas. Duas regiões com um passado agrícola, industrial e pesqueiro, que se têm sabido reinventar, modernizando os seus setores tradicionais e cavalgando a onda dos setores mais inovadores, desde o turismo, ao setor químico, automóvel ou farmacêutico.

O presente relatório económico evidenciou os grandes desafios que têm pela frente para agarrarem um futuro melhor. É neste contexto que vencer as assimetrias internas de desenvolvimento e o desafio demográfico se afiguram como os dois mais determinantes desafios que têm pela frente.

CAPÍTULO 2

GALICIA

Fernando González Laxe

ÍNDICE

01. LA ACTIVIDAD ECONÓMICA EN GALICIA EN EL AÑO 2022	37
1.1. INTRODUCCIÓN: LA ACTIVIDAD ECONÓMICA	37
1.2. ANÁLISIS DE LA DEMANDA AGREGADA	41
1.3. ANÁLISIS DE LOS AGREGADOS DE OFERTA	50
1.4. ANÁLISIS DE LA PRODUCTIVIDAD DEL FACTOR TRABAJO EN LA ECONOMÍA GALLEGA	56
02. ANÁLISIS DEMOGRÁFICO	61
2.1. CIFRAS DE LA POBLACIÓN DE REFERENCIA	61
2.2. ESTRUCTURA DE LA POBLACIÓN POR EDADES	70
2.3. POBLACIÓN EXTRANJERA	75
2.4. MOVIMIENTO NATURAL DE LA POBLACIÓN	78
2.5. MIGRACIONES	88
03. ANÁLISIS Y DISTRIBUCION DE LA RENTA MUNICIPAL Y DEL PRODUCTO INTERIOR BRUTO DE LOS MUNICIPIOS EN GALICIA	97
3.1. LA ECONOMÍA MUNICIPAL DE LOS CONTRASTES	97
3.2. DISTRIBUCIÓN DEL PIB POR MUNICIPIO Y DEL PIB POR HABITANTE	99
3.3. DISTRIBUCIÓN DEL PIB POR COMARCAS	103
3.4. NIVELES DE ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA POR COMARCAS	105
3.5. EN TORNO A LA RENTA MUNICIPAL POR HOGARES	106
3.6. LA RELACIÓN ENTRE PIB Y RENDA DISPONIBLE	110
3.7. LAS RELACIONES ENTRE LAS COTIZACIONES SOCIALES Y LAS PRESTACIONES SOCIALES	112
04. LAS EMPRESAS EN GALICIA	117
4.1. LAS EMPRESAS EN GALICIA	118
4.2. TAMAÑO DE LAS EMPRESAS	119
4.3. EMPRESAS ATENDIENDO A SU NIVEL DE ASALARIZACIÓN	121
4.4. CLASIFICACIÓN DE LAS EMPRESAS SEGÚN PERSONALIDAD JURÍDICA	122
4.5. CLASIFICACIÓN DE LAS EMPRESAS SEGÚN LA ACTIVIDAD PRINCIPAL	124

4.6. DEMOGRAFÍA EMPRESARIAL	126
4.7. EN TORNO A LA TASA DE SUPERVIVENCIA EMPRESARIAL Y TASA EMPRENDEDORA	131
4.8. DISTRIBUCIÓN GEOGRÁFICA DE LAS EMPRESAS	132
4.9. CUENTAS ECONÓMICAS DE LAS EMPRESAS	135
4.10. EPÍLOGO	140
05. EL MERCADO DE TRABAJO	145
5.1. INTRODUCCIÓN	145
5.2. EL MERCADO DE TRABAJO EN 2022	146
5.3. ANÁLISIS DE LA POBLACIÓN ACTIVA	147
5.4. ANÁLISIS DE LA POBLACIÓN OCUPADA	150
5.5. EN TORNO A LA CALIDAD DEL EMPLEO	159
5.6. NIVELES Y RATIOS DE DESEMPLEO	160
5.7. LA ESTRUCTURA SALARIAL	165
5.8. ANÁLISIS DE LA DESIGUALDAD	176
06. LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS	181
6.1. INTRODUCCIÓN	181
6.2. ANÁLISIS DE OFERTA DE LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EN GALICIA	182
6.3. ANÁLISIS DE LA DEMANDA DE LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EN GALICIA	185
6.4. ANÁLISIS DE LOS GRADOS DE OCUPACIÓN	188
6.5. CARACTERÍSTICAS DE LA DEMANDA TURÍSTICA CALLEGA A NIVEL DE COMARCAS	190
6.6. EL CAMINO DE SANTIAGO	196
07. LA INNOVACIÓN Y LOS DESARROLLOS TECNOLÓGICOS	199
7.1. LA INNOVACIÓN Y LOS DESARROLLOS TECNOLÓGICOS	201
7.2. EL ROL DE LAS EMPRESAS QUE HACEN INNOVACIÓN	204
7.3. INDICADORES DE ALTA TECNOLOGÍA	210
7.4. COMERCIO EXTERIOR	211
7.5. SISTEMAS PRODUCTIVOS Y LAS ESTRATEGIAS COMPETITIVAS	213
7.6. EL SECTOR DE LAS TIC ´S EN GALICIA	216
7.7. PATENTES Y EL DESARROLLO ECONÓMICO	221
7.8. GALICIA EN EL ÍNDICE EUROPEO DE INNOVACIÓN	224

01

**LA ACTIVIDAD ECONÓMICA
EN GALICIA EN EL AÑO 2022**

01

LA ACTIVIDAD ECONÓMICA EN GALICIA EN EL AÑO 2022



INTRODUCCIÓN: LA ACTIVIDAD ECONÓMICA

El Producto Interior Bruto medio en 2022 aumentó en Galicia un 3,8%, casi dos puntos menos que el conjunto de España (5,5%). A diferencia de lo acontecido en el año anterior, este último es ligeramente superior a la media europea y a la zona euro (3,5%).

En comparación con lo acontecido en los cinco principales mercados de los productos gallegos (Francia, Italia, Portugal, Países Bajos e Alemania), Galicia presenta un dinamismo mayor que Alemania (1,8%), Francia (2,6%) e Italia (3,7%); aspecto que contrasta con el comportamiento de los Países Bajos (4,5%) y, en mayor medida, Portugal (6,7%).

La evolución de la economía gallega muestra en el año 2022 dos partes bien diferenciadas. El primer semestre contabiliza un fuerte crecimiento y en los dos últimos trimestres una significativa ralentización en lo tocante al ritmo de crecimiento del PIB; finalizando el año 2022 con una tasa de variación inter-anual del 2,2% en el cuarto trimestre de 2022, casi tres puntos menos que en el mismo período del año anterior.

Aún así, este porcentaje es superior al anotado tanto en el conjunto de la UE-27 como en el conjunto de países de la zona euro (1,8% e 1,9%, respectivamente). También es mayor de lo que aconteció en países como Alemania (0,9%) o Francia (0,5%). Por el contrario, la economía española y, en mayor medida, la economía de Portugal presentan un mayor dinamismo (2,7% e 3,1%, respectivamente). De esta manera, se puede apuntar que se sigue la dinámica global, aunque con menor intensidad en los territorios más próximos.



Cuadro 1.

Evolución del PIB real en la UE-27, en la zona Euro y en las principales economías europeas, 2019-2022. Tasas de variación inter-anuales. Fuente: Eurostat e INE.

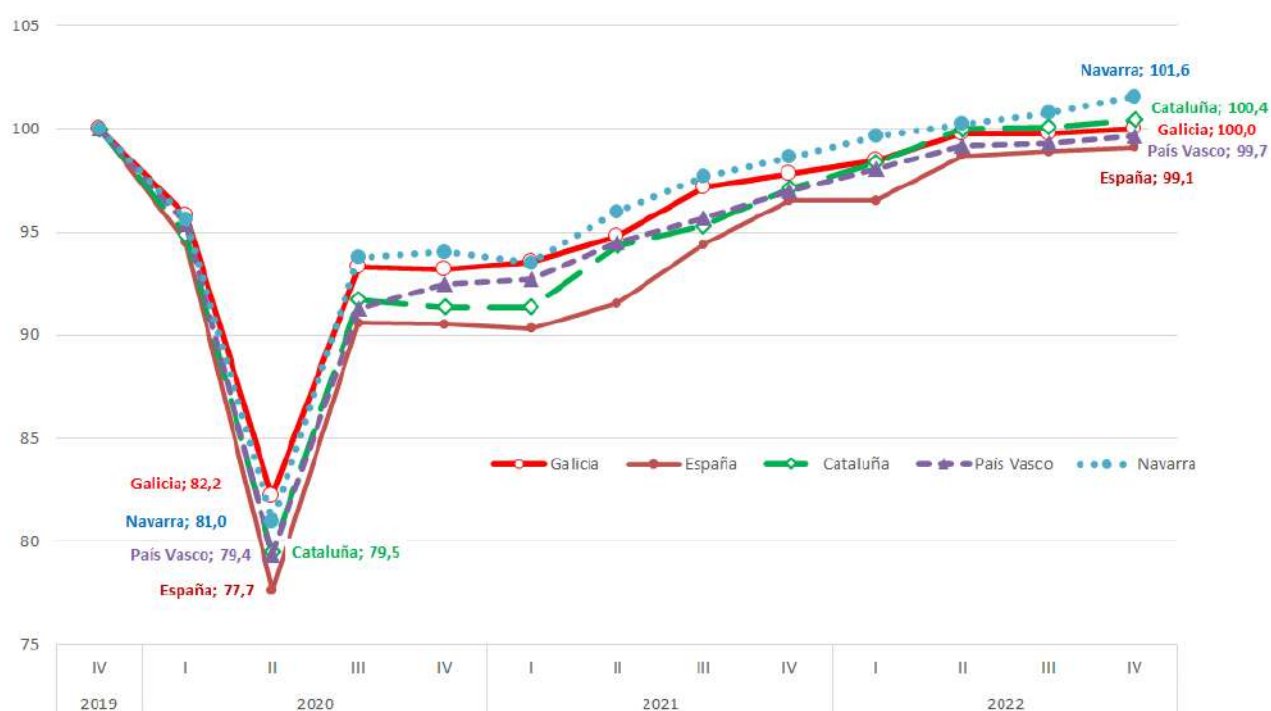
Si el análisis se efectúa en términos inter-trimestrales, el conjunto de la UE-27 presenta, en el último trimestre del año, una significativa contracción del 0,1%, porcentaje similar al experimentado en Italia y menor que el de Alemania (0,4%). En sentido contrario, los Países Bajos presentan una subida del 0,6% respecto al trimestre anterior, frente al 0,3% contabilizado en Portugal y el 0,3% de España.

Galicia presenta un aumento similar al de la economía española, siendo sensiblemente superior el anotado en Cataluña y el País Vasco (0,4%), así como en Navarra (0,6%).

Si la comparación se lleva a cabo respecto a la situación existente en el momento anterior a la pandemia, resaltaríamos como uno de los aspectos más importantes que el PIB real en Galicia alcanza en el cuarto trimestre del año, el nivel existente en el cuarto trimestre del ejercicio 2019, lo que contrasta con lo acontecido en el conjunto de España o en CC.AA. como el País Vasco.

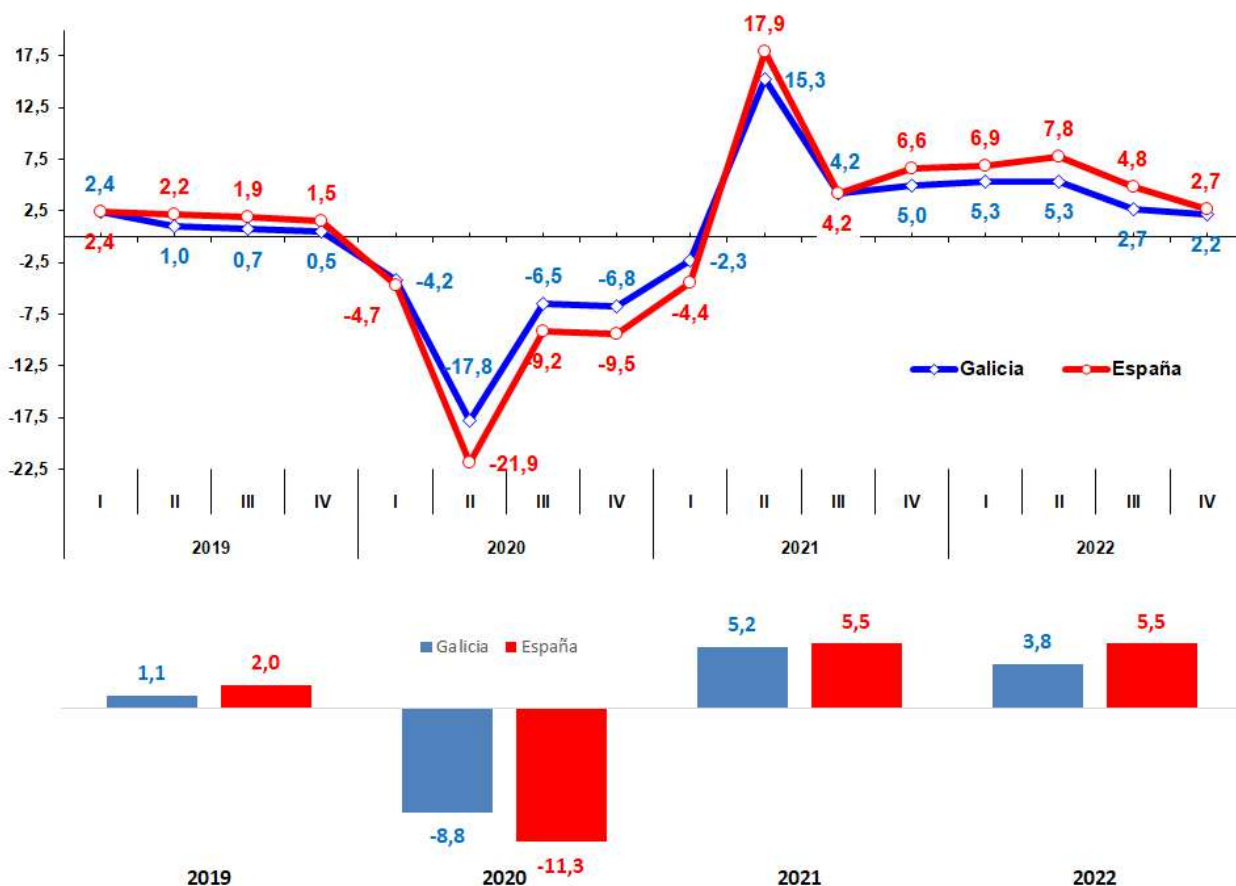
Esto es, en un principio, el PIB de la UE-27 supera, en casi tres puntos el nivel pre-crise (2,8 puntos) respecto del nivel registrado en el cuarto trimestre del 2019; y lo supera en 2,7 puntos en el caso de Portugal, situándose el mencionado diferencial en 1,9 puntos en Italia y en 1,2 en Francia. En el supuesto alemán, tras la contracción del último trimestre, el nivel de actividad económica es similar a la registrada en el mismo trimestre de 2019.

En segundo lugar, la actividad económica de Navarra se sitúa 1,6 puntos por encima del PIB de 2019, siendo este diferencial de cuatro décimas en el caso de Cataluña. Frente a esta recuperación, en lo tocante al conjunto del Estado, el PIB real en el cuarto trimestre de 2022 se sitúa nueve décimas por debajo del logrado en el mismo período de 2019, en tanto que en el País Vasco el nivel de la actividad económica es tres décimas inferior.



Cuadro 2.
Evolución de la actividad económica 2020-2022. (Base 4 trimestre 2019 = 100).
Fuente: IGE e INE.

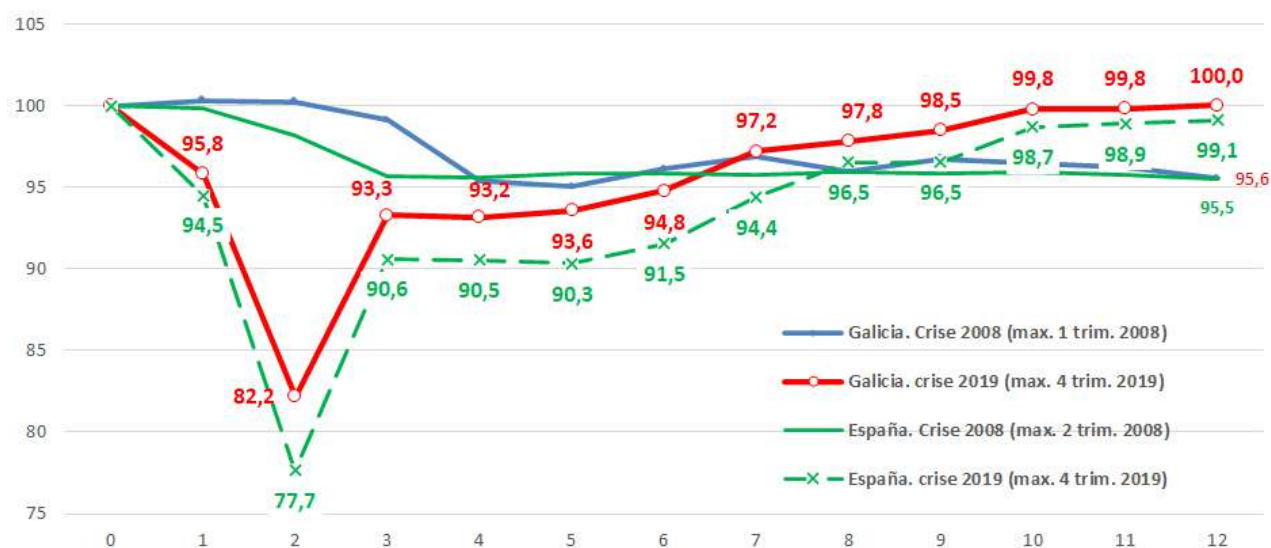
Escudriñando la evolución de la economía gallega es preciso manifestar dos aspectos claves. En primer lugar, mientras que la crisis originada por la pandemia tuvo una incidencia negativa menos acusada en Galicia que en el conjunto del Estado, en el momento que se activa una reactivación económica, iniciada en el segundo trimestre del 2021, la economía española presenta tasas de variación inter-anales más elevadas que la gallega. Así, tanto en el conjunto del año 2021, como a lo largo del 2022, la actividad económica española aumentó un 5,5%, registrando Galicia porcentajes más bajos (el 5,2% y el 3,8%, respectivamente).



Cuadro 3.
 Evolución del PIB real en Galicia y España, 2019-2022. Tasas de variación inter-anuales.
 Fuente: INE e IGE.

En segundo lugar, a pesar de que los orígenes de las crisis económica del 2008 y la del 2019 son distintas, la incidencia inicial de la originada por la pandemia ha resultado más acusada que la crisis financeira; y, al mismo tempo, tuvo un menor impacto en la economía gallega que en la economía española. En ambos casos, para España y Galicia, la reactivación económica tras la crisis del 2019, fue más intensa que en el caso de la crisis financeira, de manera que tres años después del inicio de la crise originada por la pandemia (12 trimestres) Galicia alcanza el nivel pre-crise, cuando en el mismo período desde el inicio de la crisis anterior, la economía gallega estaba todavía 4,4 puntos por debajo.

Para el caso de la economía española, transcurridos doce trimestres desde el inicio de las crises, el PIB real se situaba nueve décimas por debajo en el caso de la crisis del coronavirus; y 4,5 puntos en la crisis del 2008.



(1) La recuperación de la actividad económica fue más rápida en el conjunto del Estado, superando el nivel pre-crise en el primer trimestre de 2018 (40 trimestres más tarde); cuando la economía española o supera en el cuarto trimestre de 2016 (35 trimestres). El índice más reducido se produce en Galicia en el último trimestre de 2012 (19 trimestres transcurridos) frente al primer trimestre de 2013 en el caso de España (20 trimestres).

Cuadro 4.

Evolución de la actividad económica en Galicia y España desde el punto máximo antes de la crisis a lo largo del periodo 2008 y 2022. Fuente: IGE e INE.

1.2

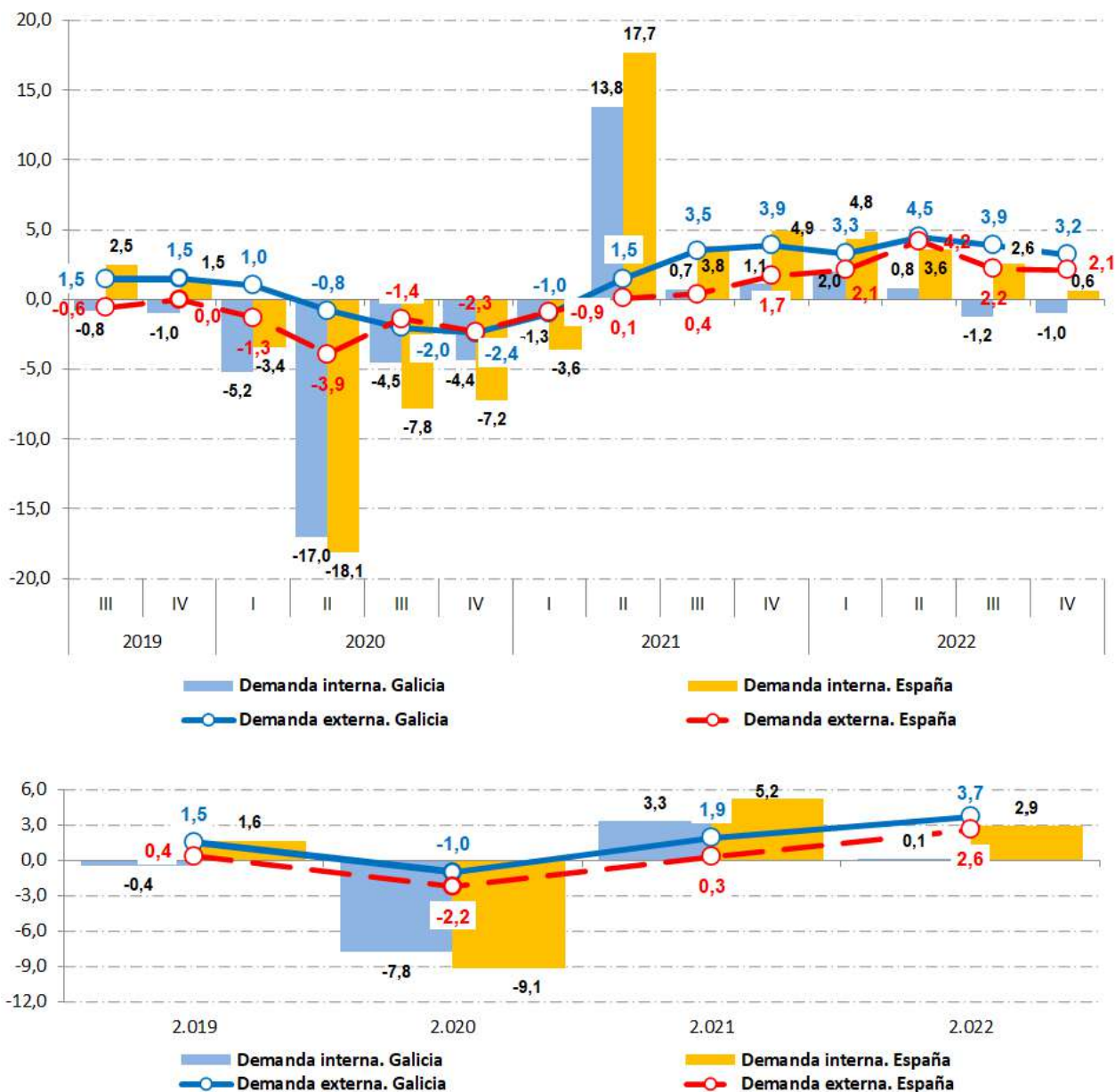
ANÁLISIS DE LA DEMANDA AGREGADA

Desde el punto de vista de la demanda, la desaceleración de la economía gallega viene motivada, fundamentalmente, por una contracción de la demanda interna que detrae un punto porcentual al crecimiento agregado del PIB en el cuarto trimestre del año y, consiguientemente, una menor contribución positiva de la demanda externa, que aporta 3,2 puntos.

En el conjunto del Estado Español tanto la demanda interna como la externa contribuyen positivamente al crecimiento del PIB, siendo su contribución del 0,6 e 2,1 puntos, respectivamente.

El cuadro macro-económico de Galicia refleja, a lo largo del conjunto de año 2022, el mencionado crecimiento del 3,8%, motivado por el comportamiento del sector exterior, que contribuye 3,7 puntos al crecimiento agregado del PIB, por tan solo una décima en el caso de la demanda interna (anotamos 1,9 e 3,3 puntos en el año anterior, respectivamente).

En el conjunto de la economía española, este crecimiento es más equilibrado, al aportar la demanda interna una contribución positiva de 2,9 puntos y de 2,6 puntos porcentuales en el caso de la demanda externa (5,2 y 0,3 puntos, respectivamente).



Cuadro 5.
 Contribución de la demanda interna y externa en Galicia y España. 2019-2022.
 Fuente: INE e IGE.

Todos los componentes de la demanda presentan en Galicia, tanto en el cuarto trimestre del 2022 como en el conjunto del año, un peor comportamiento que el contabilizado en la economía española. Así, en lo concerniente a la demanda interna, el cuadro macroeconómico de Galicia refleja que el gasto en consumo final encadena dos trimestres consecutivos con tasas de variación anuales negativas, lo que contrasta con el dinamismo de la inversiones.

En concreto, a lo largo del cuarto trimestre, el gasto en consumo final se contrae un 1,4% respecto al año anterior (-2,1%, en el tercer trimestre) impulsado tanto por una contracción del 1,4% en lo que respecta al consumo privado como del 1,5% en lo tocante al gasto público (-0,6% e -5,9% en el trimestre anterior). Por el contrario, la inversión aumenta un 1,2% respecto al año anterior, dos puntos inferiores al registrado en el trimestre anterior.

En lo que concierne al gasto en consumo final, éste se contrae un 0,1%, a causa de comportamiento del gasto de consumo correspondiente a las Administraciones Públicas, que se reduce un 3,6%. Asimismo, se ralentiza, significativamente, el crecimiento del consumo privado (1,3%). Por el contrario, las inversiones registran un aumento inter-anual del 1,2%, dos puntos menos que el año precedente.

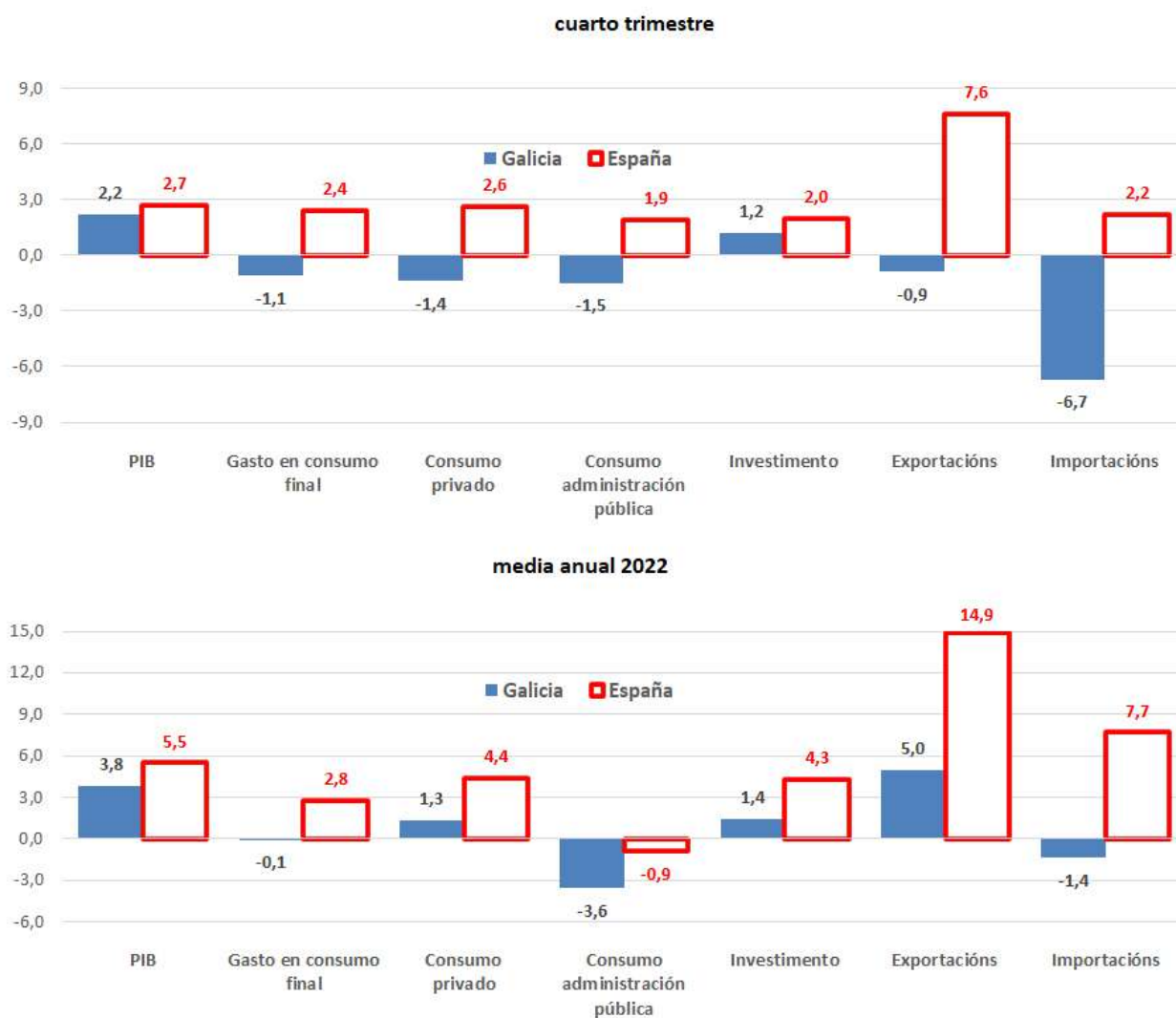
	2019	2020	2021	2022	2022/I	2022/II	2022/III	2022/IV
	(%)							
Produto Interior Bruto	1,1	-8,8	5,2	3,8	5,3	5,3	2,7	2,2
Demanda								
Gasto en consumo final	-1,3	-6,9	3,8	-0,1	2,6	0,6	-2,1	-1,4
Fogares e institución privadas sen fin de lucro	-2,2	-10,4	4,2	1,3	4,4	2,9	-0,6	-1,4
AA. Públicas	1,4	3,3	2,6	-3,6	-2,0	-5,1	-5,9	-1,5
Formación Bruta de Capital	3,9	-12,8	1,0	1,4	-0,9	2,2	3,2	1,2
Achega demanda interna ao PIB	-0,4	-7,8	3,3	0,1	2,0	0,8	-1,2	-1,0
Exportacións	-0,1	-4,3	10,8	5,0	4,7	9,5	7,1	-0,9
Importacións	-3,1	-2,4	7,5	-1,4	-0,9	1,9	0,4	-6,7
Achega demanda externa ao PIB	1,5	-1,0	1,9	3,7	3,3	4,5	3,9	3,2
Oferta								
Sector primario	6,3	-8,7	0,7	0,6	1,3	1,6	-1,0	0,4
Industria	-7,0	-12,1	3,9	-2,0	-7,1	1,3	-2,1	0,0
Industria manufactureira	-1,5	-11,6	6,3	-0,5	0,8	4,2	-1,3	-5,3
Construción	2,1	-11,6	-1,6	0,7	-0,8	1,5	1,1	1,0
Servizos	2,9	-7,5	6,5	5,8	9,1	7,1	4,5	3,0
Comercio, transporte e hostalería	0,3	-19,4	14,8	17,4	27,4	21,1	12,9	10,1
Información e comunicacións	9,7	0,6	1,2	12,6	16,4	19,0	11,4	4,9
Actividades financeiras e de seguros	0,9	3,8	0,3	-8,6	-7,4	-10,4	-8,3	-8,3
Actividades inmobiliarias	1,4	-0,1	0,3	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8
Actividades profesionais	11,8	-5,5	6,6	2,5	3,8	4,5	1,2	0,7
Administración pública, sanidade e educación	2,6	0,4	3,5	0,1	0,9	-0,3	-0,8	0,6
Actividades artísticas, recreativas e outros servizos	6,2	-16,3	9,9	0,1	2,7	-1,3	3,5	-4,3

Cuadro 6.

Marco macro-económico de Galicia 2019-2022. Tasas de variación inter-anual.
Fuente: IGE.

En comparación con lo acontecido en la economía española, frente a la contracción del gasto en consumo final en Galicia, España presenta a lo largo del cuarto trimestre de 2022 un aumento inter-anual tanto en lo que atañe al consumo privado (2,6%) como al consumo público (1,9%); en tanto que en lo que concierne a las inversiones se registra un mayor dinamismo en el conjunto del Estado que en Galicia (2%, ocho décimas más que en Galicia). Si el análisis se realiza para el conjunto del año 2022, el diferencial es de 1,7 puntos en lo tocante al ritmo de crecimiento del PIB. Viene motivado tanto por el desigual comportamiento del consumo final, que aumenta un 2,8% en España (-0,1% en Galicia) como por el mayor dinamismo de las inversiones, que anotan una suba inter-anual del 4,3%, casi tres puntos por arriba de lo experimentado en Galicia.

En el ámbito del consumo, es preciso mencionar que el mayor dinamismo referente al consumo privado en España, con aumento del 4,4%; contrasta con la reducción del gasto de las Administraciones Públicas, siendo más intenso en Galicia que en el conjunto nacional (-3,6% en Galicia frente al -0,9% en España).



Cuadro 7.

Análisis del PIB real en Galicia y España 2022. Indicadores de demanda. Tasas de variación inter-anales.
Fuente: INE e IGE.

En lo que se refiere a la demanda externa el cuadro macroeconómico de Galicia refleja la importancia de su contribución al crecimiento de la economía gallega en 2022. De una parte, en el cuarto trimestre de 2022, la demanda externa contribuye con 3,2 puntos porcentuales al crecimiento económico, motivado por una menor contracción de las exportaciones (-0,9% respecto al mismo período del año anterior) que de las importaciones (-6,7%). Esta evolución contrasta con lo registrado en el conjunto del Estado Español, donde las ventas de bienes y servicios al exterior aumentan un 7,6%; y las importaciones lo hicieron un 2,2%, situándose la contribución de la demanda externa en 2,1 puntos.

De otra parte, en relación al nivel pre-crisis, tanto en Galicia como en la economía española, las exportaciones superan el nivel alcanzado en el cuarto trimestre de 2019 (5,5 e 7,2 puntos, respectivamente), lo que contrasta con el valor real de las importaciones que, en lo que hace referencia a la economía gallega, se sitúa todavía en 2,4 puntos por debajo del nivel previo a la crisis originada por la pandemia, frente a los 4,5 puntos por arriba en el caso de España.

En el año 2022, la contribución de la demanda externa al crecimiento agregado del PIB asciende a 3,7 puntos, frente a tan solo una décima en el caso de la demanda interna, aspecto que contrasta con el crecimiento más equilibrado de la economía española, donde la demanda externa aporta 2,6 puntos frente a los 2,9 puntos de la demanda interna.

Si se consideran tan solo las relaciones comerciales con terceros países, las exportaciones gallegas aumentaron, a lo largo del año 2022, un 18,3% respecto al año anterior, alcanzando un total de 29.886,1 millones de euros; en tanto que las importaciones ascendieron a 27.083,8 millones de euros, un 34,6% más que en el año anterior. De esta forma, la cuota de mercado de las exportaciones gallegas en el total estatal se sitúa en el 7,7% del total, tres décimas menos que en el año anterior; en tanto que las importaciones representan, al igual que en el año anterior, el 5,9%.

Lo llamativo es el recorte del saldo comercial que ha pasado de 5.154 millones de euros en 2021 a la mitad en 2022, equivalentes a 2.802,3 millones de euros. Es debido al espectacular crecimiento de las importaciones (un 34% más en 2022 respecto al 2021) y a un menor aumento de las exportaciones (de 24.214 a 29.892 millones de euros).

De esta forma, las provincias gallegas modifican sus saldos comerciales. A lo largo de los últimos años, las balanzas comerciales eran positivas; ahora, en 2022, solo dos provincias presentan saldos positivos (Ourense y Pontevedra) en tanto que otras dos registran saldos negativos (A Coruña y Lugo).

	Exportaciones			Importaciones		
	Millones €	% Total	Variación 2022-21	Millones €	% Total	Variación 2022-21
GALICIA	29.886,1	7,7	18,3	27.083,8	5,9	34,6
A Coruña	14.830,5	3,8	29,4	13.549,3	3,0	72,4
Lugo	755,0	0,2	4,4	782,6	0,2	31,0
Ourense	1.226,7	0,3	20,7	866,3	0,2	30,5
Pontevedra	13.073,9	3,4	8,3	11.885,5	2,6	8,1

Cuadro 8.
Comercio exterior de Galicia.2022.
Fuente: Datacomex.

Las características del comercio exterior gallego revelan una elevada concentración geográfica, sectorial y empresarial. Por un lado, la Unión Europea concentra en el último año un total del 73,1% correspondientes a las ventas gallegas al exterior (21.857,3 millones de euros), casi dos puntos más que en el año 2021. Además de este destino, el 6,9% de las exportaciones se dirigen hacia el continente americano (2.059,7 millones), seguida de un 5,3% con ventas a África (2.596,4 millones) y un 4,8% a Asia (1.436,3 millones).

Por otro lado, los cinco principales destinos de los productos gallegos concentran el 53,7% de las exportaciones, más de un punto por arriba del registrado en el año anterior. Abundando en esta línea, los diez primeros países concentran casi las tres cuartas partes del total (73,3% en 2021). Francia sigue siendo el principal destino, por delante de Portugal e Italia, ascendiendo los Países Baixos hasta el cuarto lugar, tras una suba inter-anual del 86%. Entre los diez primeros destinos de los productos gallegos, siete son países de la UE, descendiendo el Reino Unido hasta el sexto lugar, al acoger el 5,1% de las exportaciones; Marruecos, hasta el noveno (4,1%), manteniéndose Estados Unidos, en el puesto décimo (2,8%).

Desde el punto de vista sectorial, en el año 2022, se mantiene relativamente estable la elevada concentración. Así, los cinco primeros capítulos exportadores concentran casi el 60% de las ventas a terceros países, ascendiendo dicho porcentaje hasta el 73,3%, si se consideran los diez primeros destinos; esto es, a niveles similares a los del año precedente.

En el supuesto de proceder a una desagregación atendiendo a los sectores económicos, los cinco primeros sectores concentran casi el 63% de las exportaciones gallegas. Bajo estas consideraciones, resulta preciso mencionar el fuerte incremento del peso relativo del sector de petróleo y combustibles, que contrasta con la acusada caída del sector de automóviles y motos.

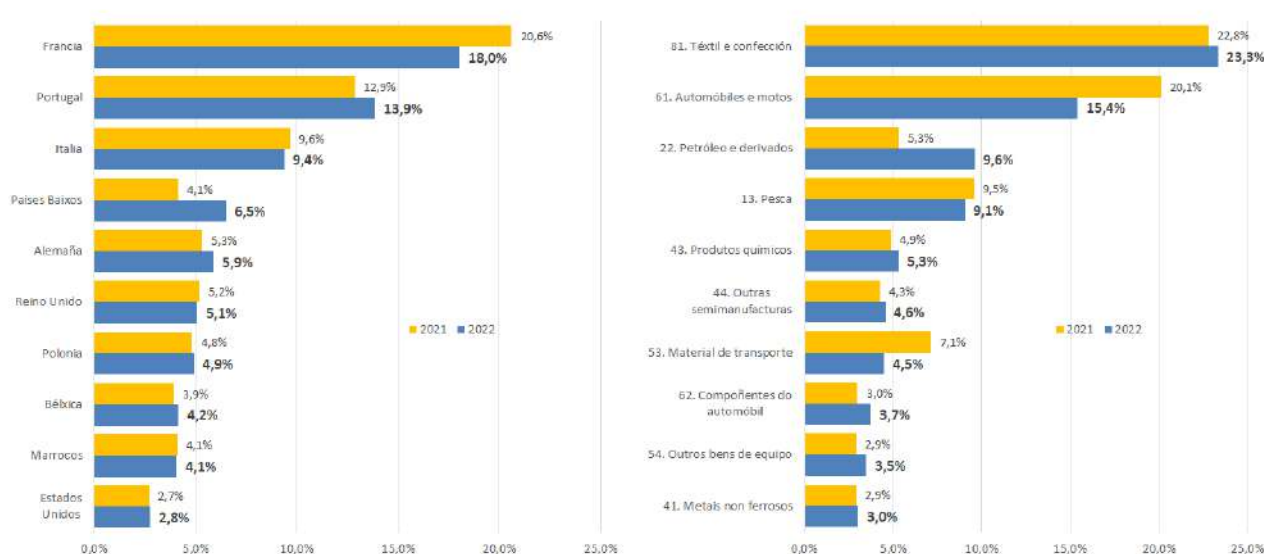
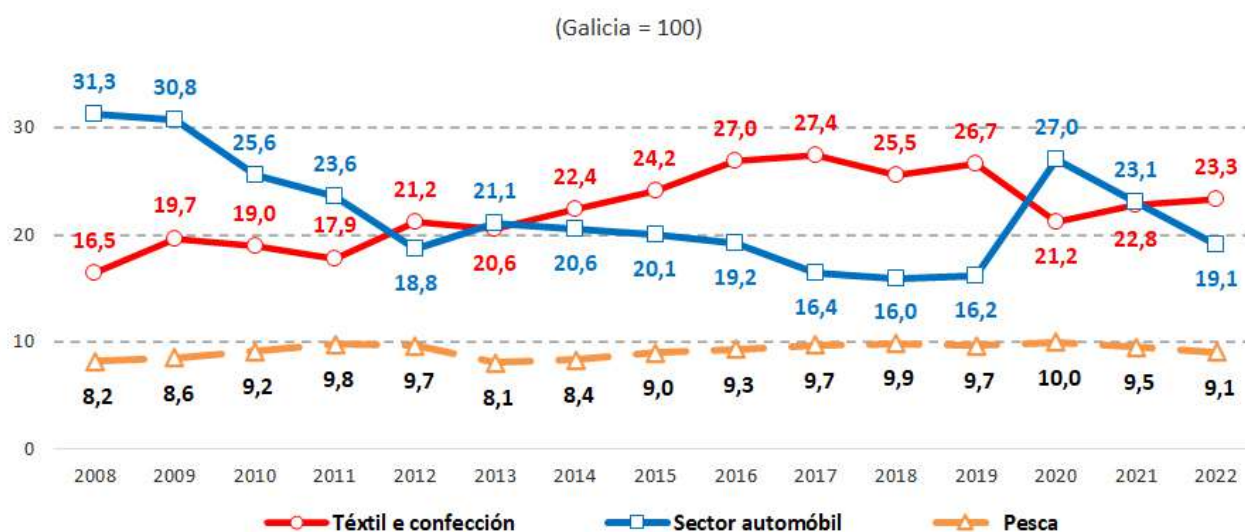


Gráfico 2.
Exportaciones gallegas: principales países y sectores económicos. 2022.
Fuente: ICEX.

Los cambios experimentados en los últimos años hacen que las actividades del textil-confección sobrepasen a los del sector del automóvil como el sector más importante en términos de valor. Tras un incremento inter-anual del 21,1%, el sector textil-confección vendió al exterior productos por valor de 6.976,4 millones de euros, lo que supone el 23,3% de las exportaciones gallegas, medio punto superior al registrado en el año anterior. Por otro lado, el importe de las ventas del sector del automóvil se reduce en un 2% respecto al año anterior, contabilizándose un total de 5.719,9 millones de euros, el 19,1% (fue el 23,1%, en el año precedente). En suma, el conjunto de las dos ramas de actividad concentran el 42,4% del total de las ventas gallegas a terceros países, tres puntos y medio inferior a la registrada a lo largo del mismo período del año anterior (45,9%).

El peso relativo de las exportaciones pesqueras disminuyó hasta el 9,1%, cuatro décimas menos que en el año 2021, aumentando significativamente el peso del sector energético, que en el último año llegó a concentrar el 10,2% de las exportaciones gallegas frente al 5,6% del 2021.

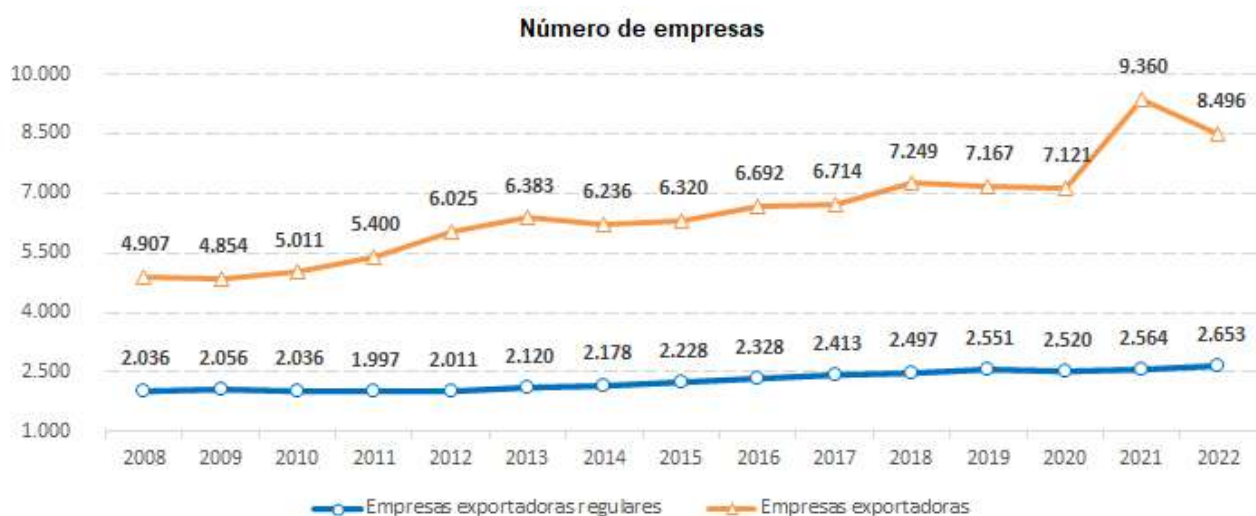


Cuadro 9.
Exportaciones gallegas del sector del automóvil, textil-confección y pesca en el periodo 2008-2022.
Fuente: ICEX.

A fin de completar el análisis resulta necesario hacer referencia a la base exportadora regular; esto es, al número de empresas que exportan de manera consecutiva en los últimos cuatro años. A lo largo del 2022 exportan, regularmente, en Galicia un total de 2.653 empresas, un 3,5% más que en el año anterior, lo que supone el 31,2% de las empresas exportadoras (30,2%, es el ratio en el conjunto del Estado). La importancia de estas empresas se refleja en el hecho de que las mencionadas concentran casi el 94% del valor total de las exportaciones gallegas.

La mencionada concentración geográfica y sectorial también tiene reflejo en la base exportadora, donde las cinco primeras empresas exportadoras suman, en Galicia, el 39,6% del total de las exportaciones; ascendiendo dicho porcentaje hasta el 48,5% en el caso de las diez primeras empresas, siendo dichos valores significativamente más elevados que en el conjunto de España (10,8% e 15,6%, respectivamente).

A pesar del elevado nivel de concentración, los mencionados porcentajes son más reducidos que los contabilizados tanto antes de la crisis originada por la pandemia (43,5% e 52,2%, respectivamente) como antes de la crisis económica y financiera del 2008 (donde las cinco primeras empresas concentraban el 47,9% de las exportaciones y las diez primeras, el 53,9%).



Cuadro 10.

Número de empresas exportadoras y exportadoras regulares en Galicia en el período 2008-2022.

Concordante con esta dinámica es preciso apuntar que el número de empresas exportadoras de productos con alto contenido tecnológico aumentó en un 3,6% con respecto al año anterior, pasando de 358 unidades a 371 empresas. Esta evolución favorable se traduce en un ligero incremento del peso relativo que poseen las exportaciones de alta intensidad tecnológica en el conjunto español (del 3,5% al 3,8% en el último año 2022).

Asimismo, esta mejora también se refleja en el porcentaje que este tipo de exportaciones representan respecto al total de las empresas exportadoras; aunque conviene señalar que dicho porcentaje continúa siendo inferior en el caso gallego respecto al conjunto español (8,3% frente al 11%).

	Galicia	España
Alta	1,0	13,5
Medio alto	35,3	34,2
Medio baja	16,9	19,9
Baja	41,7	21,3
No clasificable	5,1	11,2

Cuadro 11.
Porcentaje de las exportaciones atendiendo a la intensidad tecnológica. 2022.
Fuente: ICEX.

Finalmente, dentro del contexto gallego la distribución del valor de las exportaciones atendiendo a la intensidad tecnológica refleja, de nuevo, una asimetría geográfica. Pontevedra acapara la mayor parte del valor de las exportaciones de productos de elevado contenido tecnológico aumentando su peso (58,1%; seguida de A Coruña (27,8%); Lugo (8,4%) y Ourense (5,7%). En lo que atañe a las exportaciones de baja intensidad tecnológica sobersale A Coruña (75%), seguida a continuación de Pontevedra (18,5%); Ourense (4,3%) y Lugo (2,1%).

1.3

ANÁLISIS DE LOS AGREGADOS DE OFERTA

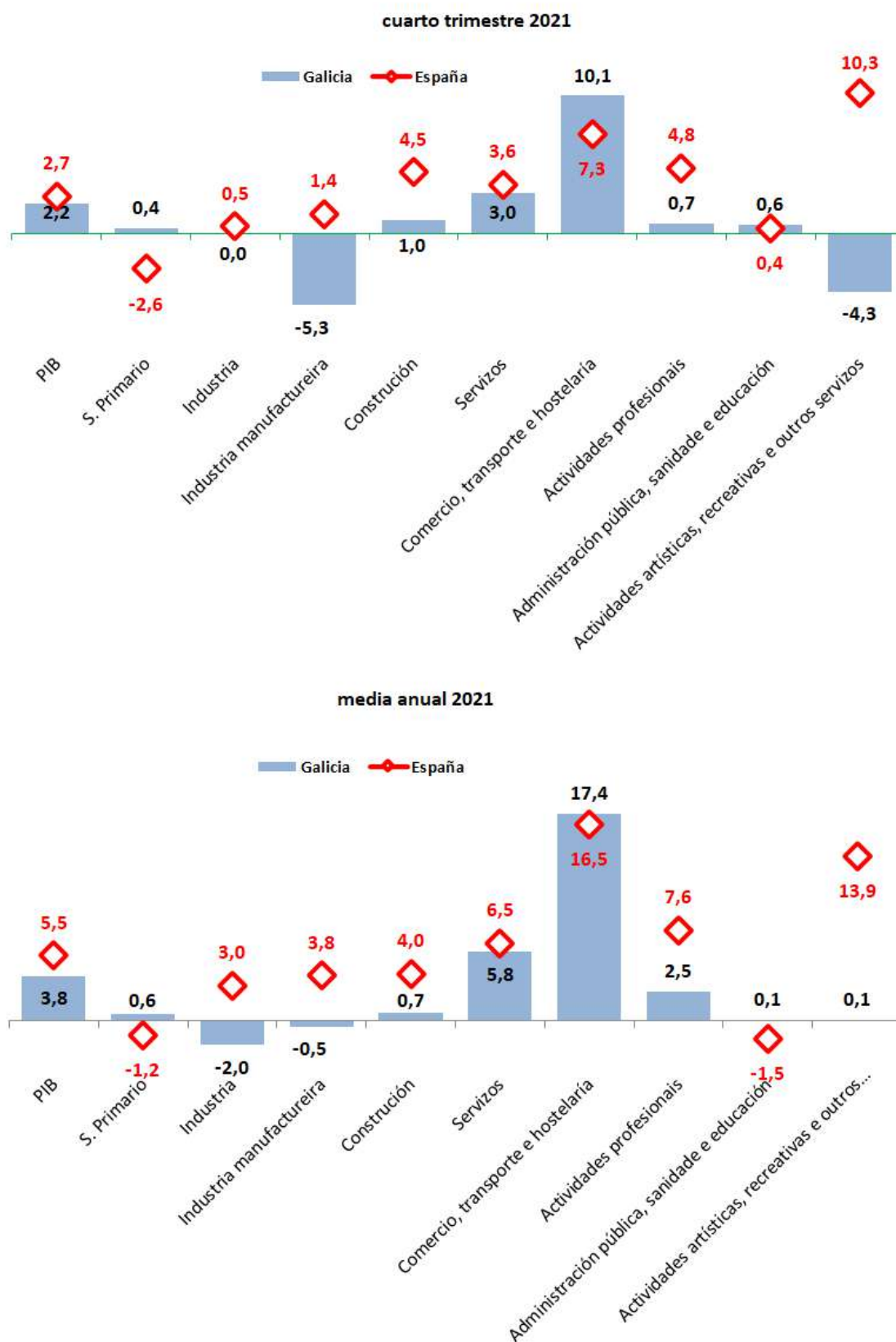
Desde el punto de vista sectorial, el conjunto del año 2022 muestra que tan solo el sector primario presenta un mejor comportamiento que el conjunto de la economía española, manteniéndose el sector servicios como el de mayor dinamismo al ser impulsado por la pujanza de las actividades del comercio, el transporte y la hostelería. Por el contrario, hay que resaltar negativamente la contracción de la industria manufacturera gallega frente a su dinamismo en el conjunto nacional.

Las actividades del sector primario gallego presentan a lo largo del 2022 un aumento inter-anual del 0,4%; que contrasta con la contracción del 2,6%, experimentada en la economía española. Esta divergencia que acontece en el sector primario también se produce en la industria manufacturera donde se acusa una elevada disminución, con caída inter-anual de 5,3%, que contrasta con el aumento del 1,4%, en lo que respecta al conjunto del Estado.

Para el conjunto do ano 2022, Galicia presenta un reducción tanto de la industria manufacturera (-0,5%) como do sector industrial considerado en su conjunto (-2%). Dicha dinámica contrasta con el dinamismo del conjunto de España (3,8% y 3%, respectivamente).

En lo que atañe al sector servicios debemos afirmar que es el sector más dinámico de la economía gallega, con aumento inter-anual del 5,8%, aunque siete décimas por debajo del estimado en España, estando influenciado por la expansión de las actividades comerciales, transporte y hostelería, que registran una tasa de crecimiento del 17,4%, casi un punto más que la economía española.

Asimismo, es preciso mencionar la positiva evolución del sector de la construcción, que tras dos años de contracción del Valor Añadido Bruto (VAB) generado, presenta una suba inter-anual del 0,7%. Al mismo tiempo, las ramas agrarias y pesqueras presentan un incremento del 0,6% respecto al año anterior, dinámica que contrasta con la contracción del 1,2%, experimentada en España.



Cuadro 12.

Producto Interior Bruto en Galicia y España 2022: distribución según los principales componentes de la oferta. Tasas de variación interanuales. Fuente: IGE e INE.

Tras esta evolución, en el cuarto trimestre de 2022 tan solo el sector servicios presenta un nivel superior al registrado en el mismo período de 2019 (4,5% más, frente a tan solo el 0,4% en España). Entre las distintas ramas de actividad sobresale el comercio, transporte y hostelería, que supera en un 11,7% el nivel pre-crise; así como las actividades financieras, que se sitúan en 14,9 puntos por arriba; notas que contrastan con la evolución de las actividades artísticas, recreativas y otros servicios, que aún presentan un Valor Añadido Bruto real 12,2 puntos inferior.

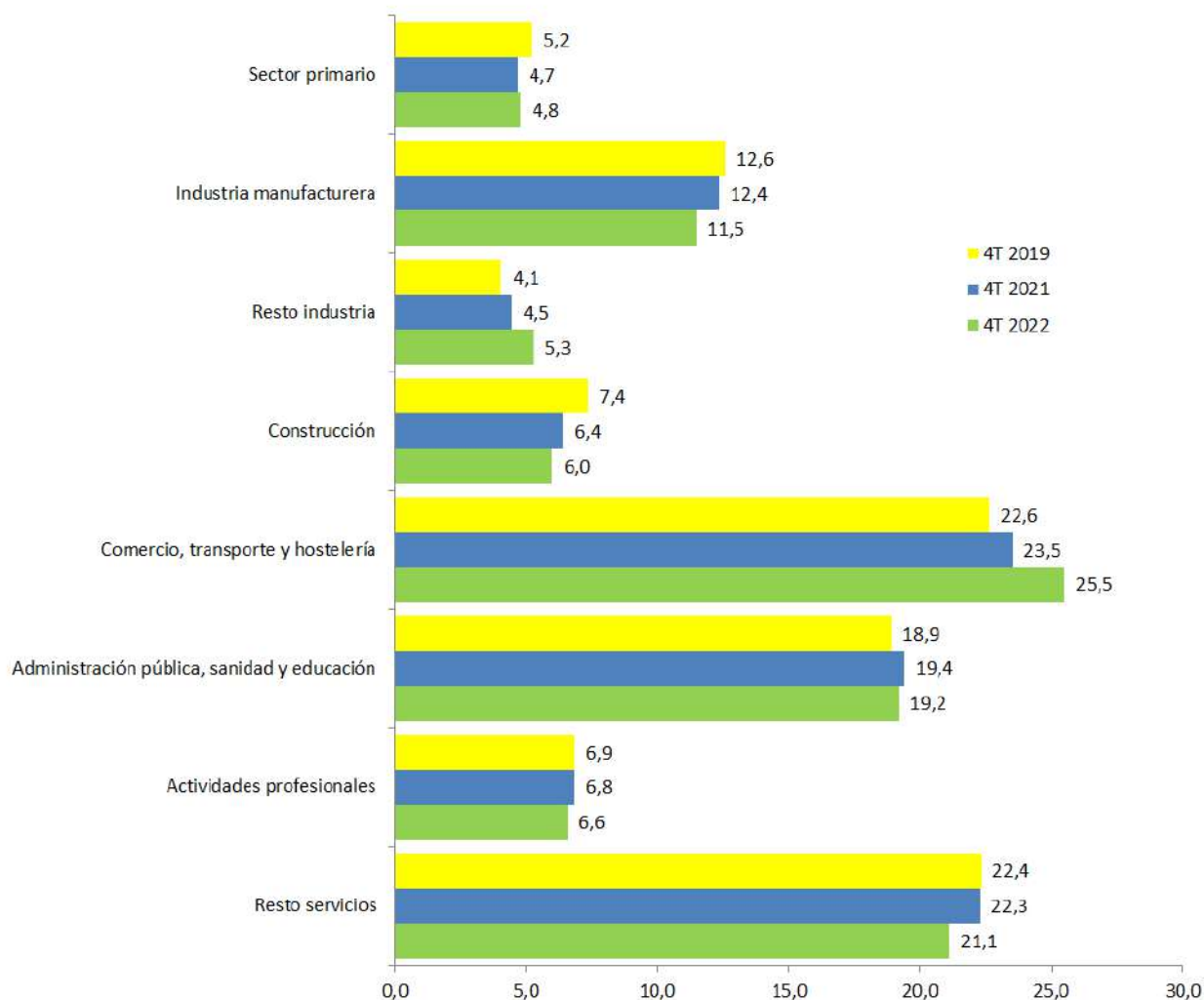
Tanto en Galicia como en España, la construcción es el sector más rezagado, al estar 10,9 e 11,7 puntos por debajo del nivel alcanzado en el cuarto trimestre del 2019, en tanto que la industria manufacturera se encuentra 8,3 puntos por debajo en Galicia frente a tan solo 3,3 puntos en el conjunto del Estado.

El sector primario es la actividad económica que presenta un comportamiento desigual en Galicia y en España; teniendo en cuenta que en la Comunidad Autónoma la actividad está todavía un 7,3% por debajo del nivel previo a la crise, a diferencia de lo que acontece en el conjunto de España, donde el Valor Añadido Bruto real alcanzado en el cuarto trimestre es un 8,1% superior al registrado en el último trimestre del año 2019.

Por último, en lo que hace referencia a la estructura productiva las ramas del comercio, transporte y hostelería concentran, en el cuarto trimestre del año 2022, el 25,5% del Valor Añadido Bruto generado en Galicia en dicho trimestre, equivalente a casi tres puntos más que en el mismo período del año 2019; superando, en consecuencia, al subsector de la administración pública, sanidade y educación, que alberga el 19,2%, tres décimas más que en 2019.

Llama la atención el descenso del peso de la industria manufacturera, que supone el 11,5% del Valor Añadido Bruto gallego, frente al 12,6% contabilizado en el cuarto trimestre del año 2019. Del mismo modo, las actividades profesionales, vinculadas en gran medida al desarrollo de la actividad manufacturera, presentan una ligera disminución, al concentrar el 6,6% frente al 6,9% del VAB, en el mismo trimestre de 2019.

El sector de la construcción fue la actividad económica que presentó la caída más acusada, pasando de representar el 7,4% del VAB en el cuarto trimestre del 2019, al 6% del VAB en el año 2022. El sector primario concentra el 4,8% del Valor Añadido generado por la economía gallega, cuatro décimas menos que antes de la crise originada por la Covid.



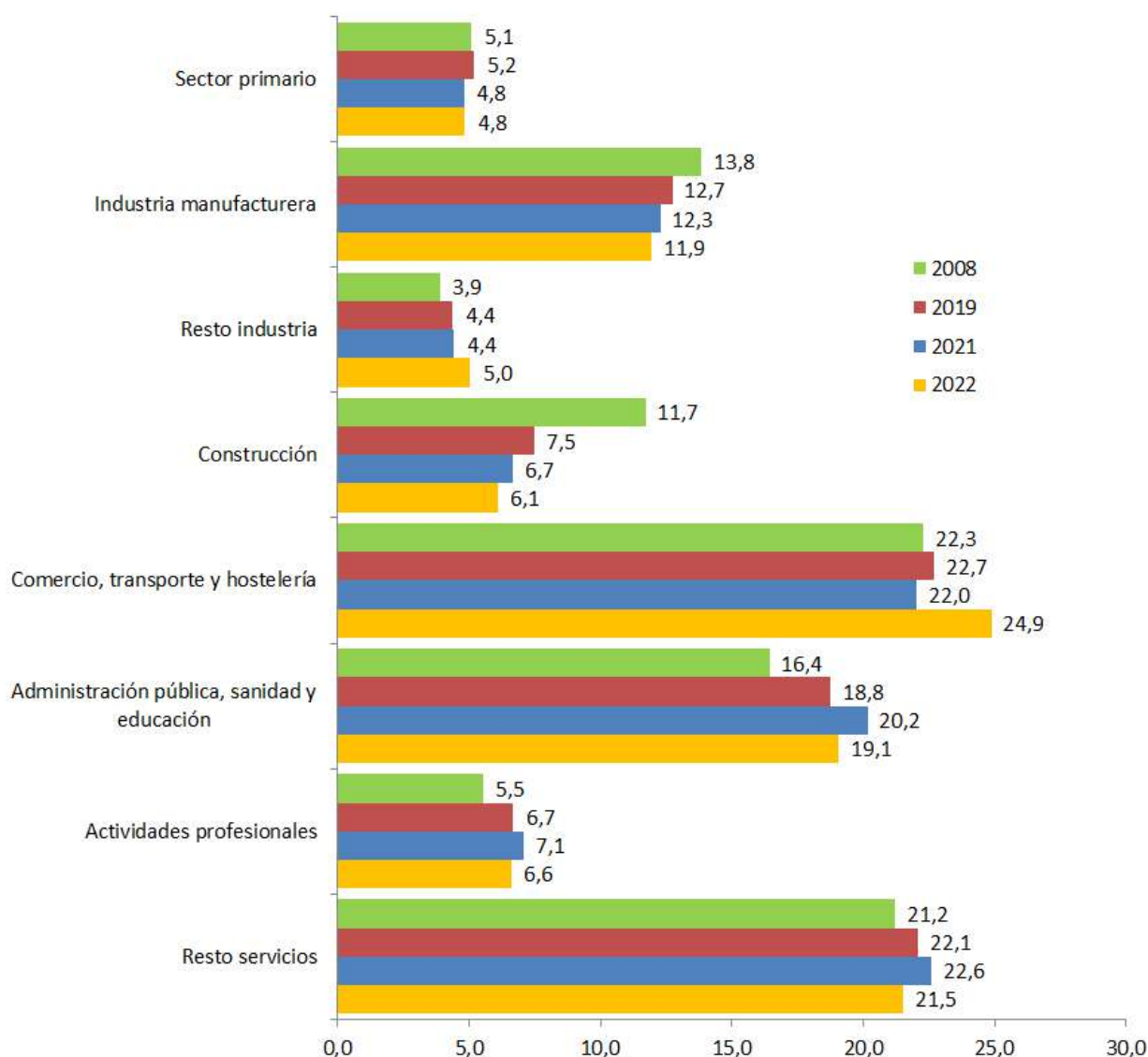
Cuadro 13.

Evolución de la estructura productiva de Galicia en el cuarto trimestre 2019-2022. Principales ramas de actividad. (VAB Galicia = 100).
 Fuente: IGE.

Si procedemos a ampliar el horizonte temporal y comparamos la composición actual de la estructura productiva gallega con la existente en el año 2008 y con la registrada por la pandemia del coronavirus, se pueden resaltar varias notas de interés. En primer lugar, que el subsector del comercio, transporte y hostelería, tras ser uno de los sectores más afectados por el impacto inicial de la crise y de las medidas de restricción de movilidad, concentra en el año 2022, el 24,9% del VAB gallego, porcentaje significativamente superior al contabilizado tanto en el año 2008, como en el año 2019, que acogían el 22,3% y el 22,7%, respectivamente.

De la misma manera, tras un fuerte incremento de la importancia relativa del sector de la administración pública, sanidad y educación en 2020, dichas actividades concentran en el año 2022, el 19,1%; siendo porcentajes igualmente superiores a los registrados en el año 2008 (16,4%) y 2019 (18,8%).

En segundo lugar, el sector de la construcción y de la industria manufacturera presentan un importante descenso en lo que atañe a su peso relativo en cada uno de los cuatro años considerados. Así, por un lado, la industria manufacturera representa en el año 2022, el 11,9% del VAB total, cuando en el año 2008, suponía el 13,8 %, y en el año 2019, el 12,7% del total. Por otro lado, el descenso más acusado se registra en el sector de la construcción, que de concentrar el 11,7% del VAB, en 2008; pasa en este último año, 2022, a albergar tan solo el 6,1% del VAB (7,5% en 2019). Por último, el sector primario concentra en el ejercicio de 2022, el 4,8% do VAB gallego; cuando en los años 2008 y 2019, superaba ligeramente el 5% del VAB total de Galicia.



Cuadro 14.

Evolución de la estructura productiva de Galicia. Principales ramas de actividad económica. (VAB Galicia = 100).
Fuente: IGE.

1.4

ANÁLISIS DE LA PRODUCTIVIDAD DEL FACTOR TRABAJO EN LA ECONOMÍA GALLEGA

La productividad es entendida como el cociente entre el PIB real y el número de horas efectivamente trabajadas o el número de puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo. Lo que mide la productividad es la cantidad producida por una economía tanto en términos de las horas trabajadas como de los puestos de trabajo así considerados.

En lo que atañe a la productividad medida en términos de horas efectivamente trabajadas, los datos reflejados en las cuentas económicas, para el conjunto del año 2022, muestran un aumento inter-anual de la productividad en Galicia del 2,6%; resultado de una suba del PIB real del 3,8% y de un incremento cifrado en un 1,2% en lo tocante a las horas trabajadas. Teniendo en cuenta que, en el conjunto del Estado el empleo aumenta un 4,1% y la actividad económica en un 5,5%, la capacidad productiva de la economía española aumenta un 1,4%.

De la misma manera, tomando como indicador los niveles de ocupación; esto es, considerando el número de puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo, tanto Galicia como en España, presentan un significativo aumento de la productividad en términos reales, siendo las tasas de variación del 1,6% en Galicia y del 1,7%, en el conjunto del Estado.

	Galicia			España		
	PIB	Empleo	Productividad	PIB	Empleo	Productividad
TOTAL	3,8%	2,2%	1,6%	5,5%	3,8%	1,7%
Sector primario	0,6%	-0,6%	1,2%	-1,2%	-3,0%	1,8%
Sector industria	-2,0%	1,5%	-3,5%	3,0%	2,1%	0,9%
Industria Manufacturera	-0,5%	1,5%	-2,0%	3,8%	2,8%	1,0%
Construcción	0,7%	2,9%	-2,2%	4,0%	3,1%	0,9%
Servicios	5,8%	2,5%	3,3%	6,5%	4,4%	2,1%

Cuadro 15.

Productividad atendiendo a los puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo. Tasa de variación anual.

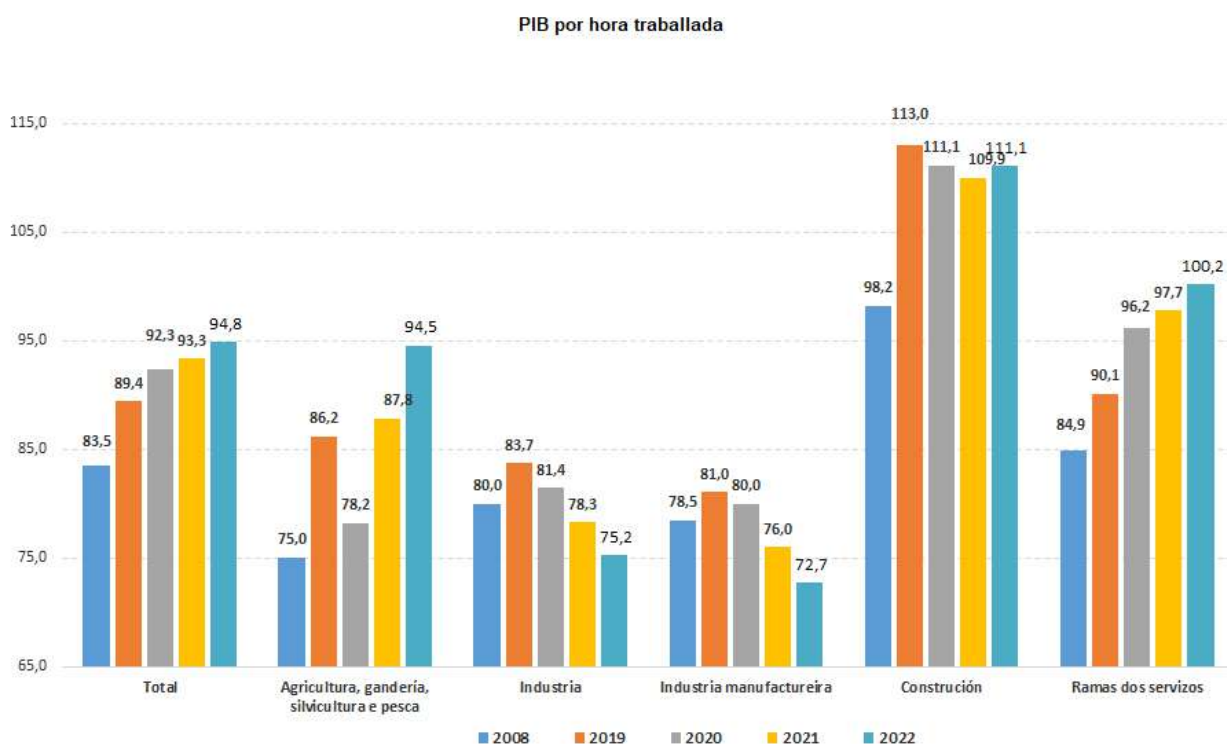
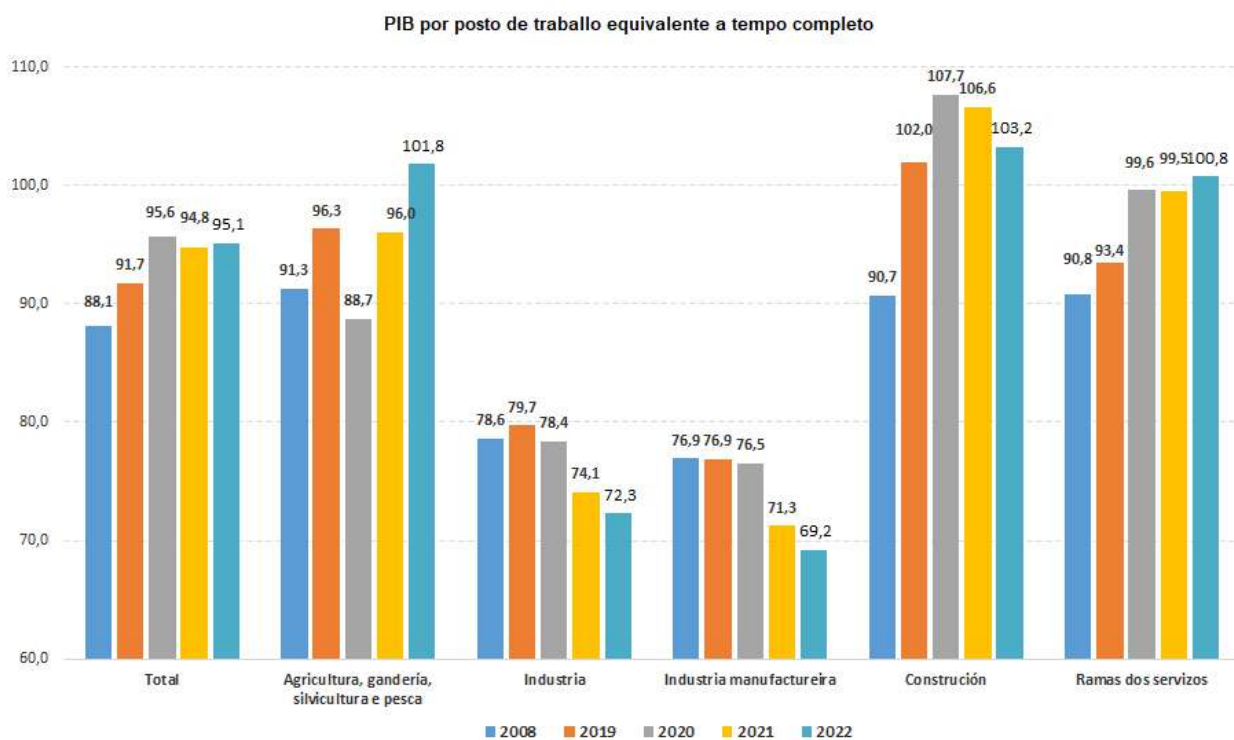
	Galicia			España		
	PIB	Empleo	Productividad	PIB	Empleo	Productividad
TOTAL	3,8%	1,2%	2,6%	5,5%	4,1%	1,4%
Sector primario	0,6%	-3,2%	3,8%	-1,2%	-4,2%	3,0%
Sector industria	-2,0%	2,3%	-4,3%	3,0%	1,5%	1,5%
Industria Manufacturera	-0,5%	2,2%	-2,7%	3,8%	1,9%	1,9%
Construcción	0,7%	-2,2%	2,9%	4,0%	2,3%	1,7%
Servicios	5,8%	1,9%	3,9%	6,5%	5,1%	1,4%

Cuadro 16.
Productividad atendiendo a las horas efectivamente trabajadas. Tasa de variación anual.
Fuente: IGE e INE.

Ahora bien, si se considera el PIB en términos monetarios, Galicia presenta una productividad aparente del factor trabajo inferior al de la economía española en torno al 5%, tanto si se mide en términos de productividad aparente del factor trabajo como en relación al número de horas trabajadas.

El principal problema de la economía gallega, en lo que a la productividad se refiere, se encuentra en el sector industrial; y, más concretamente, en la industria manufacturera, debido a su bajo nivel productivo. En concreto, el PIB por puesto de trabajo equivalente en Galicia es el 69,2% de la media estatal; cuando, al inicio de la crisis de 2008 y de 2019, dicho ratio era casi del 77%. Si el cálculo se efectúa en términos de la productividad por horas trabajadas, el indicador para el sector manufacturero, en el año 2022, se cifra en el 72,7% de la media española, frente al 78,5% anotado en el año 2008 y al 81% en el año 2019.

En suma, tanto en el sector servicios como, en mayor medida, en la construcción las productividades presentan un nivel superior a la media estatal, tanto en términos de puestos de trabajo equivalentes como en términos de horas trabajadas. En concreto, en el caso de la construcción, la productividad es un 3,2% y un 11,1% superior a la media española, respectivamente; en tanto que en lo referente a los servicios, la productividad aparente en términos de puestos de trabajo equivalentes es un 0,8% superior, frente al 0,2%, en el caso de las horas trabajadas. Por último, es preciso mencionar la evolución de la productividad del sector primario. Registra una mejora relativa en el último año, de manera que la productividad en términos de puestos de trabajo equivalentes es un 1,8% superior a la media estatal, lo que contrasta con lo acontecido en los años 2008 y 2019 (que contabilizan porcentajes por debajo de la media española, un 8,7% y un 3,7% inferior, respectivamente). Por contra, en términos de horas trabajadas, la productividad del sector primario en Galicia se mantiene por debajo de la media española a pesar de la mejora registrada. Los ratios muestran dichas tendencias: en 2022, la productividad equivale al 94,5% del total estatal, frente al 75% del año 2008; y del 86,2%, en el año 2019.



Cuadro 17.

Evolución de la productividad aparente del factor trabajo en Galicia. Distribución según actividad (España = 100).

02

**ANÁLISIS
DEMOGRÁFICO**

02

ANÁLISIS DEMOGRÁFICO

2.1

CIFRAS DE LA POBLACIÓN DE REFERENCIA

El Instituto Nacional de Estadística (INE) proporciona una estimación de la población residente en España y en cada Comunidad Autónoma, desagregada según características básicas como el sexo y edad. Estos datos son los utilizados como cifras referenciales. A partir de estas informaciones, el Instituto Galego de Estatística (IGE) elabora la desagregación territorial hasta el nivel municipal.

Galicia registró el 1 de enero de 2021, una cifra de 2.696.645 habitantes, lo que supone un descenso de 5.716 personas respecto al año anterior, que se estimaba en 2.701.361 habitantes. Y, en el año 2022, descendió hasta los 2.691.456 habitantes; esto es, otras cinco mil personas menos.

Atendiendo a la distribución provincial, las provincias de A Coruña y Pontevedra concentran más del 75% del total.

Y en lo que respecta al género, el número de hombres es menor que el de mujeres; rasgo que es generalizado en todas las provincias.

	Enero 2021	Julio 2021	Enero 2022	Julio 2022	% G/E	% Galicia
ESPAÑA	47.398.695	47.331.302	47.432.893	47.615.034	100,00	
GALICIA	2.696.876	2.690.729	2.691.456	2.693.451	5,65	100,00
A Coruña	1.121.757	1.119.670	1.120.121	1.122.033	2,36	41,65
Lugo	326.537	325.135	324.400	323.984	0,68	12,02
Ourense	305.151	303.967	304.041	303.961	0,63	11,28
Pontevedra	943.430	941.958	942.894	943.474	1,98	35,02

Cuadro 1.
Cifras referenciales a la población de Galicia. 2022.
Fuente: INE e IGE.

	2019	2020	2021	2022
GALICIA	2.698.920	2.698.536	2.690.729	2.693.451
A Coruña	1.121.539	1.122.884	1.119.670	1.122.033
Lugo	328.764	327.145	325.135	232.984
Ourense	306.779	305.656	303.967	303.961
Pontevedra	941.838	942.850	941.958	943.474

Cuadro 2.
Cifras referenciales de la población gallega (medidas en el mes de julio).
Fuente: IGE.

	Julio 2021		Enero 2022		Julio 2022	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
GALICIA	1.298.435	1.392.294	1.298.641	1.392.815	1.299.213	1.394.238
A Coruña	537.581	582.088	537.721	582.400	538.489	583.544
Lugo	157.935	167.199	157.595	166.805	157.411	166.574
Ourense	146.410	157.557	146.480	157.561	146.445	157.515
Pontevedra	456.507	495.450	456.845	486.049	456.868	486.605

Cuadro 3.
Distribución de la población de Galicia atendiendo a las provincias y género.
Fuente: INE e IGE.

La evolución de la población gallega no solo es decreciente hasta 2021, sino que el porcentaje que representa respecto a España también se reduce. Lo remarcable es el repunte poblacional en el año 2022, al pasar la población de 2.690.729 habitantes en julio de 2021 a 2.693.451 habitantes un año más tarde, en julio de 2022. Dicho cambio de tendencia, sin embargo, es menor que el registrado en la dinámica demográfica española.

Atendiendo a las provincias, Lugo y Ourense retroceden en los últimos años su población. Por el contrario, las provincias de Pontevedra y A Coruña aumentan, aunque muy levemente, su población a lo largo del año 2022.

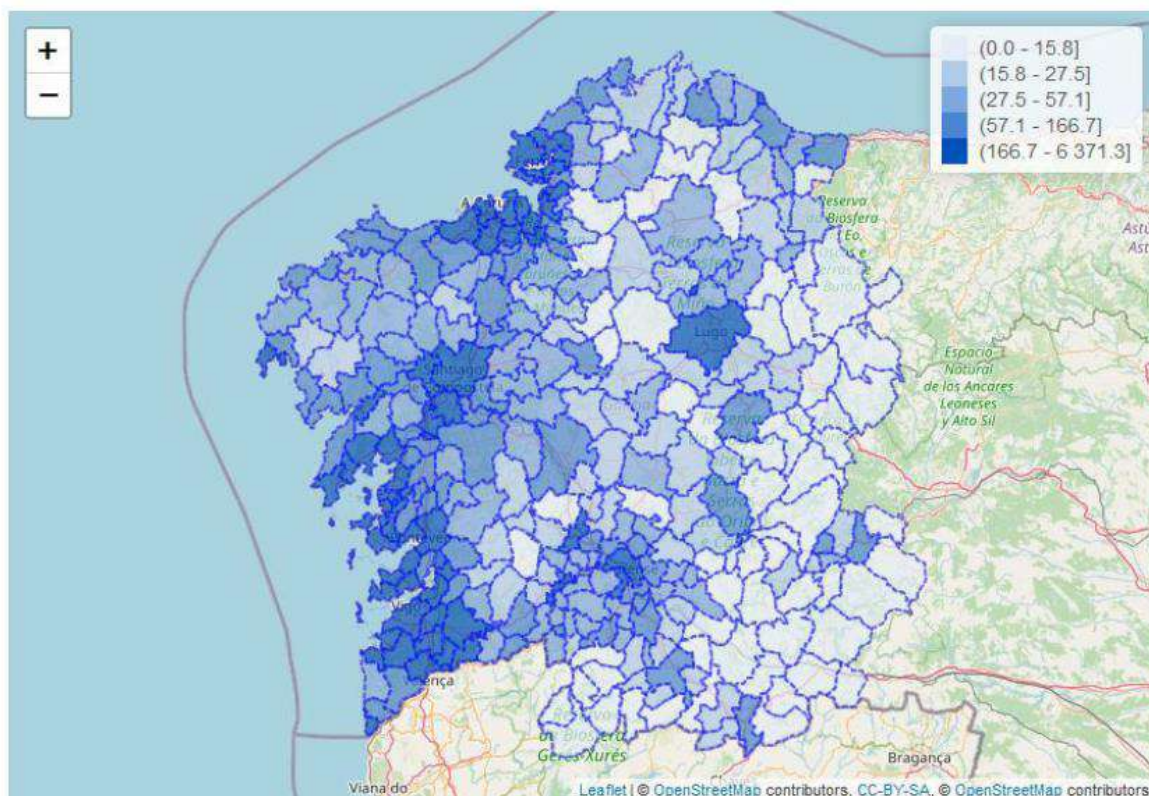
La densidad poblacional de Galicia subraya una tendencia decreciente: 91,4 habitantes/km² en 2020, y 91,0 habitantes/Km² en 2022. Llama la atención las distintas densidades atendiendo a las provincias. Así, como Pontevedra y A Coruña superan los 100 habitantes /km², (209 en Pontevedra y 140 en A Coruña), las otras dos provincias están muy por debajo de los promedios gallegos. Lugo contabiliza una densidad de 32,9 habitantes/km² y Ourense 41,8 habitantes/km², en 2022.

	Galicia	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
2020	91,4	141,3	33,3	42,2	210,0
2021	91,2	141,1	33,1	42,0	209,9
2022	91,0	140,9	32,9	41,8	209,8

Cuadro 4.
Densidad de la población de Galicia según provincias.
Fuente: IGE

Densidade de poboación por concellos. Ano 2022

Unidade: habitantes por quilómetro cadrado



Fuente: IGE.

Comparando a poboación empadronada en enero de 2020 con la empadronada en 2008, la conclusión es reveladora: solo 52 concellos incrementaron sus poblaciones. Su localización muestra una distribución particular: 21 pertenecen a la provincia de A Coruña; otros 21 a la provincia de Pontevedra; en tanto que las otras dos provincias, Lugo e Ourense, contabilizan, cada una de ellas, solo cinco concellos con aumentos de poboación.

A primeiros de enero del 2021, un total de 56 concellos de Galicia anotaban una poboación empadronada superior a 10.000 habitantes, sumando en total un resultado de 1.907.765 habitantes, cifra inferior a la registrada en el año 2020 que fue de 1.913.767 personas, aunque superior a la contabilizada en 2019 (1.886.283 habitantes); suponiendo el 71% del total de Galicia. Tal dinámica demográfica en torno a municipios intermedios y grandes aumenta en el último decenio, pues en el año 2008, el porcentaje era del 67,3%.

Por el contrario, los municipios que tienen menos de 1.000 habitantes suman un total de 35, cuatro más que los correspondientes a 2019; y en donde la población inscrita suma un total de 25.665 personas, representando menos del 1% de la población gallega. Dicha cifra es un poco superior a la registrada en 2019 (25.665 por 23.247 habitantes, respectivamente), lo que implica una tendencia muy estable en lo que respecta al “vaciado poblacional” en los pequeños municipios.

	2019	2020	2021	Tendencia
Distribución población según tamaño				
Menos de 1.000 habitantes	23.147	24.709	25.665	Creciente
De 1.001 a 5.000 habitantes	387.563	380.972	383.859	Decreciente
De 5.001 a 10.000 habitantes	402.406	382.371	378.356	Decreciente
Más de 10.001 habitantes	1.886.383	1.913.767	1.907.765	Creciente
Distribución por franjas territoriales				
Galicia occidental/costa	1.950.806	1.955.982	1.953.438	Creciente
Galicia interior	748.693	745.837	742.207	Decreciente

Cuadro 5.
Distribución de concellos según tamaño y franja territorial.
Fuente: IGE

Contextualizando el periodo demográfico 2008-2022, tanto la Galicia interior como la Galicia costera muestran una caída de la población, si bien la reducción es más acentuada en las comarcas de la Galicia interior, lo que polariza la concentración de población en la Galicia occidental-costera hasta representar el 72 % del total (1,8 puntos porcentuales más que el dato correspondiente al año 2008).

Habitantes	A CORUÑA		LUGO		OURENSE		PONTEVEDRA	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Menos de 1.000	-	-	8	10	27	26	1	1
De 1.001-5.000	42	43	47	45	54	55	21	22
De 5.001-10.000	30	30	6	6	6	6	15	13
Más de 10.000	21	20	6	6	5	5	24	25

Cuadro 7.
Número de concellos por provincias en función del tamaño de sus habitantes.
Fuente: IGE.

Las comarcas que componen la llamada Galicia interior sufren una pérdida continua de población. En 2021 se contabilizan un total de 742.207 habitantes, registrando a primeros de enero de 2020 una población empadronada de 745.837 personas; 2.856 menos que el año precedente; y 77.850 habitantes menos que en el año 2008, lo que significa una disminución continua en el último decenio. Significa, por lo tanto, una propensión a la concentración de la población gallega en torno a la franja occidental y costera que asciende hasta los 1.953.438 habitantes en 2021. Si el análisis se efectúa atendiendo a una distribución comarcal, las conclusiones arrojan una dispar territorialización. Destaca una polarización geográfica en positivo en las áreas coruñesas de A Barcala, A Coruña, Betanzos, Ordes, Ortegal, Santiago, O Sar, Terra de Melide, Terras de Soneira y Xallas; en las comarcas lucenses de A Mariña Central, Lugo, Terras de Lemos y Ulloa; en las comarcas ourensanas de Allariz-Maceda, O Carballiño, Ourense, Terra de Caldelas, Terra de Trives y Viana; y en las comarcas pontevedresas de O Baixo Miño, Deza, Pontevedra y Vigo.

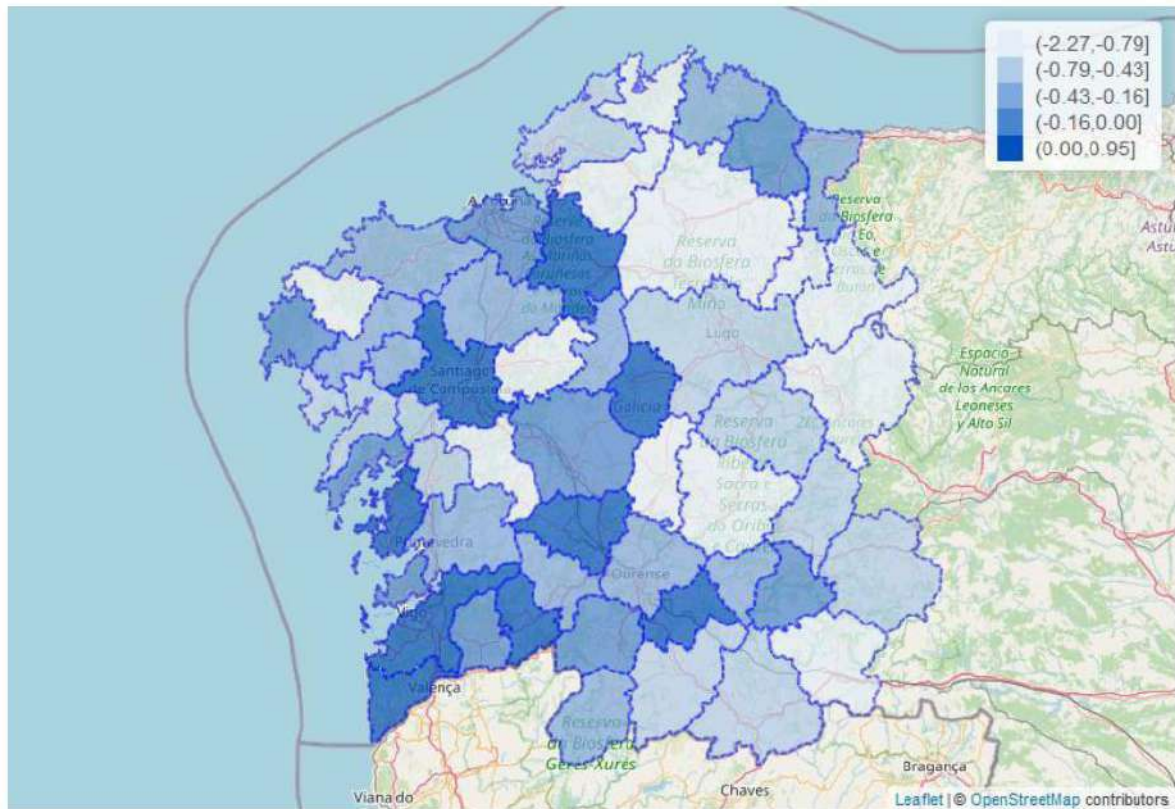
A CORUÑA	Julio 2021	Julio 2022	LUGO	Julio 2021	Julio 2022
Arzúa	16.095	15.944	Os Ancares	9.451	9.251
Barbanza	65.571	65.405	Chantada	12.744	12.224
Barcala, A	10.164	10.852	A Fonsagrada	4.791	4.745
Bergantiños	66.829	66.756	Lugo	116.709	117.190
Betanzos	39.834	39.867	Mariña Central	29.150	29.185
Coruña, A	402.049	404.228	Mariña Occidental	25.155	25.023
Eume	24.044	23.810	Mariña Oriental	16.152	16.037
Ferrol	149.352	149.163	Meira	5.212	5.182
Fisterra	22.074	21.966	Quiroga	5.400	5.384
Muros	12.536	12.396	Sarria	22.172	22.114
Noia	32.728	32.403	Terra Cha	39.559	38.994
Ordes	36.401	36.580	Terra de Lemos	29.594	29.603
Ortegal	11.874	11.947	Ulloa	9.046	9.052
Santiago	170.849	171.569			
O Sar	15.592	15.681			
Terras de Melide	12.288	12.361			
Terras de Soneira	17.165	17.247			
Xallas	15.656	13.680			

OURENSE	Julio 2021	Julio 2022	PONTEVEDRA	Julio 2021	Julio 2022
Allariz-Maceda	14.177	14.280	Baixo Miño	51.599	51.624
Baixa Limia	6.999	6.972	Caldas	33.729	33.620
Carballiño, O	26.381	26.478	Condado, O	43.464	43.423
Limia, A	19.780	19.585	Deza	42.516	42.540
Ourense	140.361	141.163	Morrazo, O	81.677	81.677
Ribeiro, O	14.975	14.853	Paradanta, A	15.611	15.419
Terra de Caldelas	2.879	3.825	Pontevedra	124.949	124.950
Terra Celanova	17.945	17.747	Salnés, O	110.215	109.962
Terra de Trives	3.968	4.041	Tabeirós	25.537	23.431
Valdeorras	24.958	24.694	Vigo	414.662	417.029
Verín	24.987	24.658			
Viana	6.657	6.655			

Cuadro 8.
Población de Galicia distribuida por comarcas. 2021-2022.
Fuente: IGE.

Evolución da poboación das comarcas de Galicia entre 2021 e 2022

Unidade: taxa de variación interanual (%)



Atendendo a la población de las siete grandes ciudades, aquellas con más de 50.000 habitantes, tendríamos que en este último año, solo un concello aumenta población (Santiago) en tanto que Iso otros seis ven reducidos sus habitantes.

El porcentaje que representan el conjunto de las principales siete ciudades gallegas en el total de Galicia se cifra en el año 2022 en el 36%, una cantidad levemente inferior a la anotada en el año 2020 (36,8%) que fue una décima más que en el año 2019, y casi un punto porcentual más que la ratio contabilizada en el año 2008.

	2020	2021	2022	Variación absoluta 2022/2021	Variación relativa 2022/2021
Total 7 Ciudades	978.976	972.403	969.131	-3.272	-0,34
Ferrol	65.101	64.291	63.557	-734	-1,14
A Coruña	244.183	242.074	241.025	-1.049	-0,43
Santiago	98.593	98.659	99.232	573	0,58
Lugo	97.545	96.756	96.220	-536	-0,55
Ourense	103.538	102.531	101.858	-673	-0,66
Pontevedra	81.739	81.611	81.174	-437	-0,54
Vigo	288.277	286.481	286.065	-416	-0,15

Cuadro 9.
Población de los siete principales concellos de Galicia.
Fuente: IGE.

2.2

ESTRUCTURA DE LA POBLACIÓN POR EDADES

Galicia presenta una tendencia muy acusada de envejecimiento de la población. Esto es, un aumento ostensible en lo tocante a las personas mayores junto a un descenso de la proporción de las personas más jóvenes. El estrato joven (menos de 20 años) pasa de representar en 2019 el 15,98% al 15,72% en 2021; y, en sentido contrario, el porcentaje de los gallegos con edades superiores a los 75 años crece desde el 13,10% en 2019 al 13,61% en 2021.

	2019		2020		2021	
	Personas	%	Personas	%	Personas	%
0-9 años	199.879	7,46	192.733	7,23	187.750	7,03
10-19 años	228.277	8,52	229.493	8,61	231.811	8,69
20-29 años	230.319	8,59	227.536	8,53	228.507	8,56
30-39 años	320.286	11,96	305.092	11,45	295.005	11,06
40-49 años	441.413	16,47	439.700	16,49	438.163	16,42
50-59 años	405.607	15,14	407.316	15,29	412.143	15,44
60-69 años	345.555	12,90	351.130	13,18	358.383	13,43
70-75 años	157.083	5,86	155.202	5,82	153.509	5,76
+ de 75 años	350.860	13,10	357.465	13,40	363.160	13,61
TOTAL	2.679.279	100,00	1.665.667	100,00	2.668.431	100,00

Cuadro 10.
Distribución de la población gallega según edades.
Fuente: IGE.

La composición por edades de la población gallega denota que la edad media asciende a 47,8 años; cuatro años más que la media española, siendo la tercera Comunidad Autónoma con mayor edad media, solo por detrás de Asturias y Castilla-León.

Respecto a este punto, la edad media de las mujeres (49,3 años) es mayor que la registrada por los hombres (46,1 años).

Las provincias con mayor edad media de sus habitantes son Ourense y Lugo, con 51 y 50,3 años, respectivamente; ocupando los puestos segundo y tercero de España en cuanto a población de mayor edad media; en tanto que las otras dos provincias, A Coruña y Pontevedra, registran una edad media de 47,5 y 46,2 años, respectivamente.

De esta forma, cerca de uno de cada tres gallegos (el 31,3%) posee 65 o más años (por el 23,5% en España) constituyendo la segunda CCAA española con mayor porcentaje de este estrato de población, tras Asturias.

Por el contrario, en Galicia solo el 11,3% de su población tiene menos de 14 años, siendo el porcentaje de España el 13,8%.

Dado el fuerte proceso de envejecimiento, el porcentaje de personas mayores de 85 años sobre el total de la población asciende en Galicia al 5,2%, siendo mayor que en los años anteriores, muy por encima de la media nacional (3,4%) y solo superada por Asturias y Castilla-León.

A nivel provincial, Ourense y Lugo son las provincias donde es mayor el porcentaje de las personas superiores a 65 años. Así, el 39,4% de la provincia de Ourense supera los 65 años, siendo cuatro veces superior al estrato de población menor de 15 años (que posee el 9,6%). En el caso de Lugo, el 37% de la población tiene más de 65 años, frente al 10% que representan los menores de 15 años. Para completar esta descripción, el 7,2% de la población de Ourense posee más de 85 años y el porcentaje en la provincia de Lugo, asciende al 7,1%.

	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALICIA	ESPAÑA
0-14 años	11,6%	9,9%	9,6%	12,1%	11,3%	13,8%
15-44 años	31,8%	29,5%	28,7%	33,4%	31,7%	36,0%
45-64 años	31,0%	30,6%	29,8%	31,0%	30,8%	30,2%
>65 años	25,6%	29,9%	31,9%	23,6%	26,1%	20,2%
>85 años	4,9%	7,1%	7,5%	4,3%	5,2%	3,4%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Cuadro 11.
Porcentaje de población gallega según provincias y edades (2022).
Fuente: IGE.

La pirámide de población resultante revela una base muy reducida como corresponde a una estructura por edades donde la población joven es muy escasa y donde la cima de la pirámide es bastante gruesa, como consecuencia de un número elevado de personas de mayor edad.

La pirámide de población refleja una forma muy singular. Mantiene una tendencia gradual que se caracteriza por un engrosamiento de las los grupos quinquenales a partir de los 40 años (sobre todo los estratos de 40-44 y 45-50 años, que concentran el 8,2% de la población total cada uno de ellos. Asimismo, muestra un incremento en términos absolutos de las personas entre 65 y 69 años; y una caída más acusada de los grupos comprendidos entre 30-34 y 25-29 años, con fuertes retrocesos poblacionales.

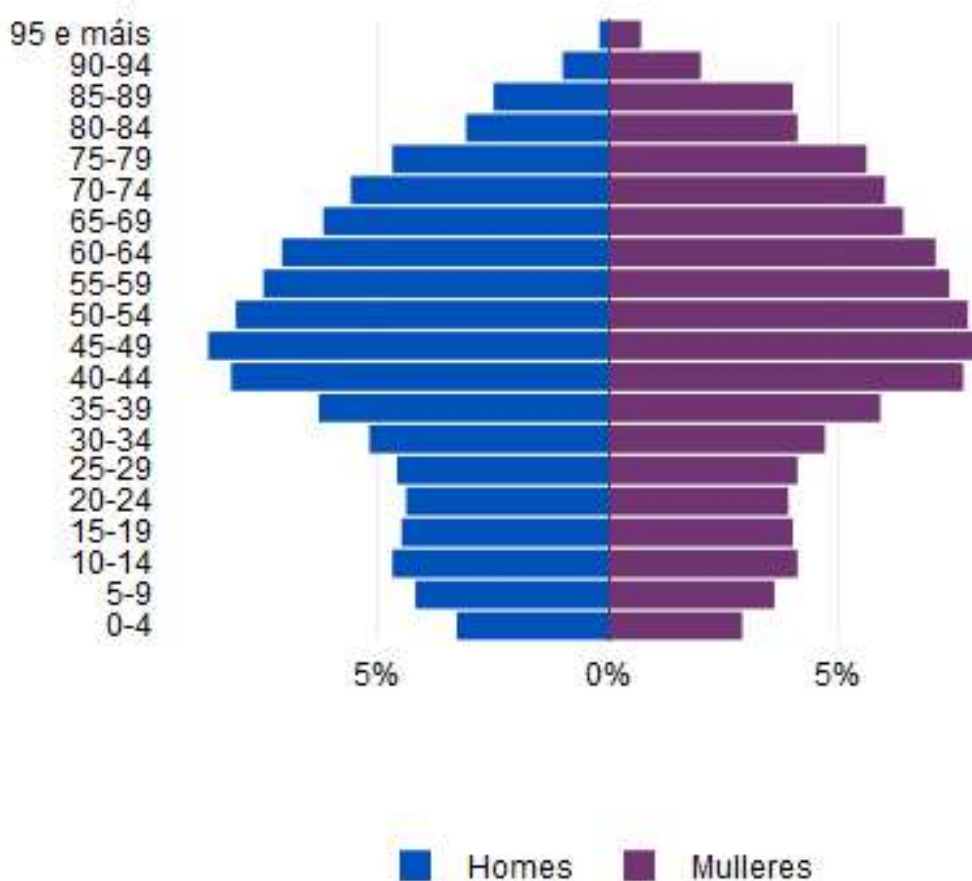


Gráfico 1.
Pirámide poblacional gallega, 2022.

Las diferencias poblacionales entre provincias también se reproducen en los últimos quinquenios. Mientras que las provincias de Lugo y Ourense muestran un elevado porcentaje de población mayor de 85 años, también contabilizan fuertes incrementos de dichos estratos de población en términos absolutos en los últimos años. Las otras provincias, A Coruña y Pontevedra, registran menores porcentajes en lo referente a dichos segmentos de población.

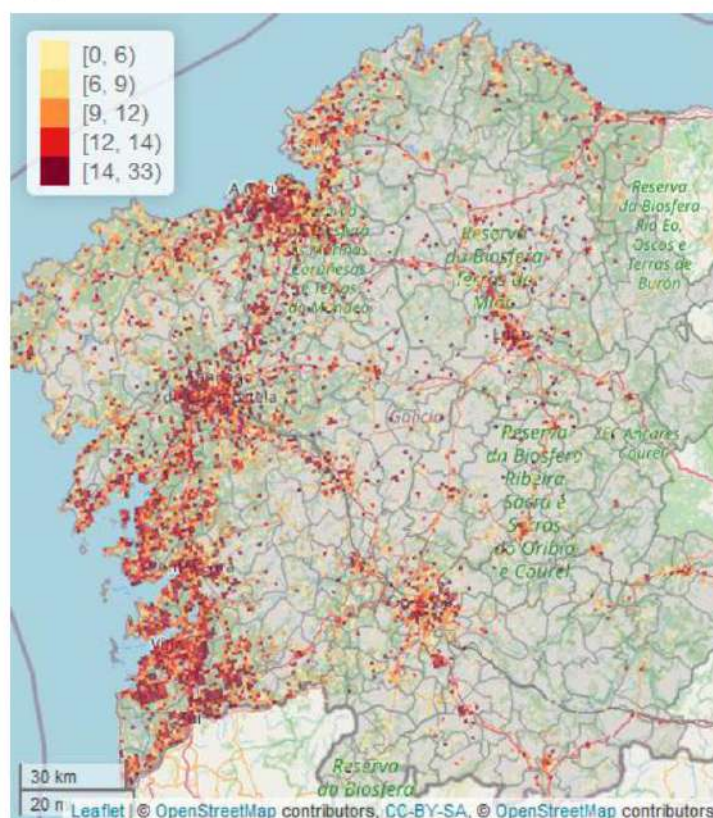
Rangos de Edades	Galicia 2008	Galicia 2022
0-14 años	11,3 %	11,3 %
15-44 años	40,9 %	31,7%
45-64 años	26,1 %	30,8%
64-84 años	18,7 %	26,1%
>85 años	3,0 %	5,2%

Cuadro 12.

Comparación porcentual de la población gallega por estratos por edad en 2008 y 2022.
Fuente: IGE.

Porcentaxe de poboación menor de 16 anos. Ano 2021

Porcentaxe (%)



2.3

POBLACIÓN EXTRANJERA

En Galicia a primeros de enero 2020 residían un total de 112.638 personas con nacionalidad extranjera, representando el 4,2% del total de la población gallega. Su peso dentro del conjunto poblacional de la Comunidad Autónoma es reducido, pues la media española se acerca al 11,5%. En el año 2021 el número de extranjeros ascendió a 114.026 personas, incrementándose levemente, polarizándose en el estrato de la población entre 16-64 años que suman en total 91.936 personas. Y con una procedencia mayoritariamente americana (57.842 personas) y más concretamente del área sudamericana (46.792 personas). Los países de la UE-27 suman 26.764 personas seguidos de los de origen africano con 14.109 personas.

Galicia es la segunda CCAA con menor peso relativo de población extranjera, superada solamente por Extremadura.

En Galicia están inscritos solamente el 2,1% de los extranjeros residentes en España, porcentaje que es inferior al peso que posee la población gallega en el conjunto del Estado Español que es del 5,7%.

	2001	2011	2021
Galicia	35.152	103.685	114.026
Población menor de 16 años	5.092	12.557	14.283
Población entre 16 y 64 años	27.814	86.695	91.936
Población mayor de 64 años	2.246	4.431	7.807

Cuadro 13.
Evolución de la Población extranjera en Galicia por edades.
Fuente: IGE.

Distribuidos geográficamente, son las provincias de A Coruña, con 43.052 personas, y Pontevedra, con 37.800 personas, quienes concentran la mayor parte de los 112.638 extranjeros residentes en Galicia (el 71,8%).

Sin embargo, el peso relativo de la población extranjera sobre la población arroja el mayor porcentaje en las provincias de Ourense con el 5,2%; seguida de la de Lugo (con el 5%); Pontevedra (con el 4%) y, finalmente, la de A Coruña (con el 3,9%).

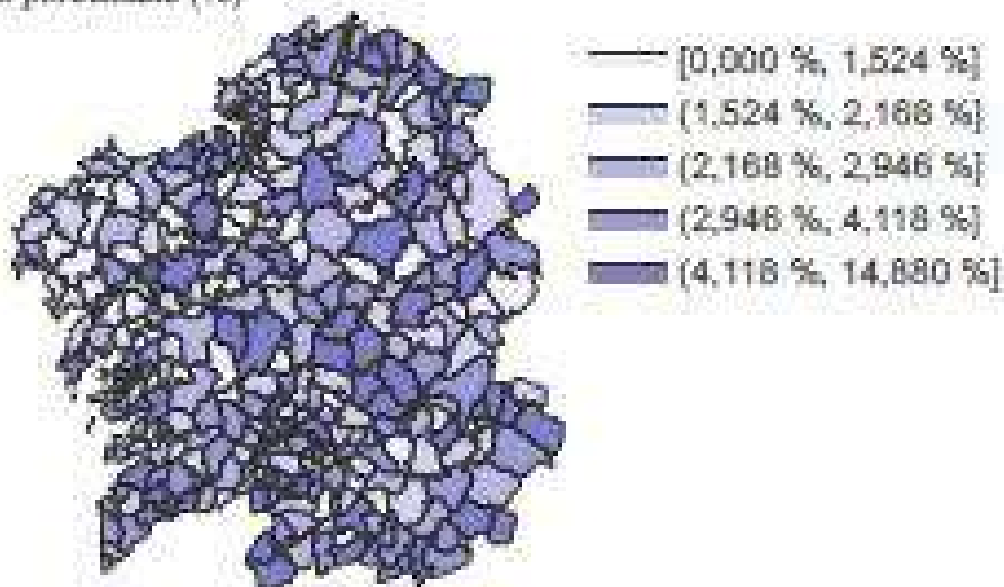
	2019			2020			2021		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Galicia	3,74	3,74	3,73	4,17	4,16	4,18	4,25	4,23	4,27
A Coruña	3,40	3,34	3,46	3,84	3,79	3,88	3,92	3,87	3,97
Lugo	4,42	4,63	4,23	4,13	5,10	4,76	5,07	5,23	4,91
Ourense	4,61	4,60	4,61	5,10	5,05	5,14	5,26	5,19	5,32
Pontevedra	3,61	3,62	3,59	4,00	3,97	4,03	4,03	3,99	4,06

Cuadro 14.
 Porcentaje de población extranjera en Galicia atendiendo a las provincias.
 Fuente: IGE.

Para el año 2021, el número de extranjeros en Galicia ha aumentado significativamente, registrando un total de 114.534 personas, de las que 54.854 son hombres y 59.680 son mujeres, lo que pone de manifiesto una tasa de atracción de pequeña magnitud en comparación con los datos españoles, pero que subraya una tendencia creciente si escogemos una serie decenal.

Porcentaxe de poboación estranxeira. Concellos. Ano 2020.

Unidade: porcentaxe (%)



La población extranjera en Galicia muestra una tendencia no solo creciente, sino que también atendiendo a los grupos de edades y provincias registra unas diferencias geográficas y por estratos de edad muy ostensibles. De este modo, se constatan variaciones positivas en los estratos jóvenes (hasta 16 años) y entre 45-54 años; y se contabiliza un envejecimiento de la población extranjera en los demás estratos, ya sean aquellos en edad de trabajar como en los jubilados.

Si profundizamos en el análisis provincial las provincias de A Coruña y Lugo muestran el mayor porcentaje de población extranjera en los estratos de edad más jóvenes. En Lugo los menores de 16 años representan el 14,38% del total y en A Coruña el 12,89%, ratios muy por encima de los porcentajes de Ourense y Pontevedra (11,2% y 11,71% respectivamente. Por el contrario, los porcentajes de extranjeros residentes en Galicia mayores de 55 años suman el 15,4% en A Coruña; el 16% en Ourense; el 16,7% en Pontevedra y tan solo el 12,3% en Lugo.

Años	Galicia		A Coruña		Lugo		Ourense		Pontevedra	
	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Hasta 16	12,43	12,48	12,73	12,89	14,68	14,38	11,39	11,22	11,57	11,71
16-24	11,74	10,98	12,42	11,30	13,27	11,89	10,82	10,78	10,70	10,30
25-34	22,01	21,67	23,42	23,14	22,37	21,76	20,15	19,24	21,05	20,94
35-44	23,79	23,44	23,85	23,58	24,51	24,68	22,41	22,21	23,99	23,26
45-54	15,22	16,01	14,36	15,29	13,74	14,98	15,84	16,48	16,56	17,10
55-64	8,52	8,81	7,38	7,68	7,25	7,65	11,14	11,23	9,26	9,58
Más 65	6,29	6,61	5,84	6,11	4,18	4,66	8,25	8,84	6,87	7,10
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Cuadro 15.

Distribución porcentual según grupos de edades de la población extranjera residente en Galicia por provincias. 2021.
Fuente: IGE.

Si desagregamos la procedencia de los extranjeros en Galicia el marco resultante muestra un gran contraste: los extranjeros masculinos proceden, generalmente, del continente europeo y asiático; y, el porcentaje más elevado corresponde a los originarios del área africana. Por el contrario, las mujeres de nacionalidad extranjera proceden, mayoritariamente, del continente americano, cualquiera que sea el país.

	Hombres	Mujeres
TOTAL	54.854	59.680
Nacionalidad europea	20.419	17.872
Procedentes de países de la Unión Europea	18.015	15.214
Nacionalidad africana	9.527	5.890
Nacionalidad América norte	873	1.463
Nacionalidad América central	3.542	5.271
Nacionalidad América Sur	17.149	26.482
Nacionalidad asiática	3.260	2.639

Cuadro 16.
Procedencia de las personas extranjeras en Galicia. 2021.
Fuente: IGE.

2.4

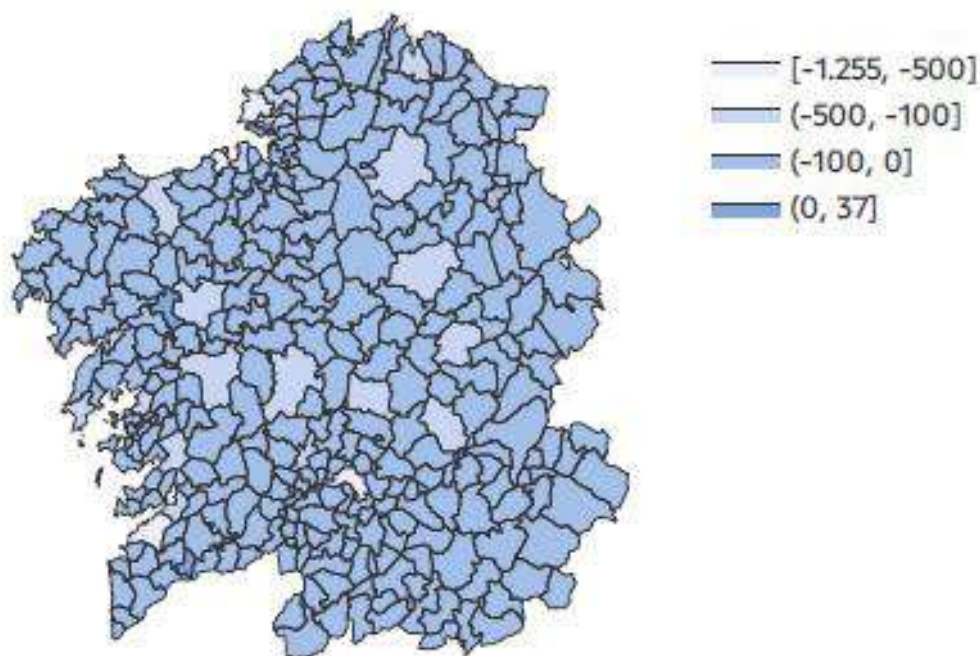
MOVIMIENTO NATURAL DE LA POBLACIÓN

El crecimiento natural de la población, llamado también saldo vegetativo de la población, se calcula como la diferencia entre el número de nacimientos producidos en el año y el número de defunciones para el mismo periodo de tiempo. Como es obvio, un saldo vegetativo negativo indica que se registraron más muertes que nacimientos.

Galicia muestra para el año 2020, un saldo vegetativo negativo de 17.559 personas, corroborando la tendencia negativa constatada años atrás. Hay que ir treinta años atrás para encontrar un saldo vegetativo positivo.

Saldo vexetativo por concellos. Ano 2021

Unidade: Número



En el año 2020 solo cinco concellos de los 313 presentaron saldos positivos. Tres de ellos pertenecían a la provincia de A Coruña (Arteixo, +2 habitantes; Oroso, +3 habitantes; y Ames, +48 habitantes) y los dos otros dos, formaban parte de la provincia de Pontevedra (O Porriño, +35 habitantes y Salceda de Caselas, +14 habitantes). Por tanto, en la totalidad de los concellos de las otras dos provincias, Lugo y Ourense, se registraron saldos vegetativos negativos.

En lo que concierne a la situación de las siete grandes ciudades gallegas, todas contabilizaron saldos negativos (A Coruña, -1.150 habitantes; Vigo, -1.108 habitantes; Ourense, -701 habitantes; Ferrol, -568 habitantes; Lugo, -468 habitantes; Santiago, -317 habitantes; y Pontevedra, -257 habitantes).

En el año 2021, tan solo dos de los 313 concellos presentan un saldo vegetativo positivo y las siete primeras ciudades registran toda ellas saldos vegetativos negativos, corroborando la dinámica de una pérdida de población.

	Galicia	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
Nacimientos					
2018	16.560	7.132	1.959	1.486	5.983
2019	15.718	6.614	1.705	1.469	5.930
2020	15.247	6.458	1.679	1.460	5.650
2021	14.787	6.318	1.622	1.399	5.448
Defunciones					
2018	32.419	13.098	5.086	4.736	9.499
2019	31.268	12.382	4.804	4.715	9.367
2020	32.845	12.873	5.093	5.108	9.771
2021	32.853	13.283	5.019	4.695	9.856
Saldo vegetativo					
2018	-15.859	-5.966	-3.127	-3.250	-3.516
2019	-15.550	-5.768	-3.099	-3.246	-3.437
2020	-17.598	-6.415	-3.414	-3.648	-4.121
2021	-18.066	-6.966	-3.397	-3.296	-4.408

Cuadro 17
Movimiento natural de la población gallega.
Fuente: IGE

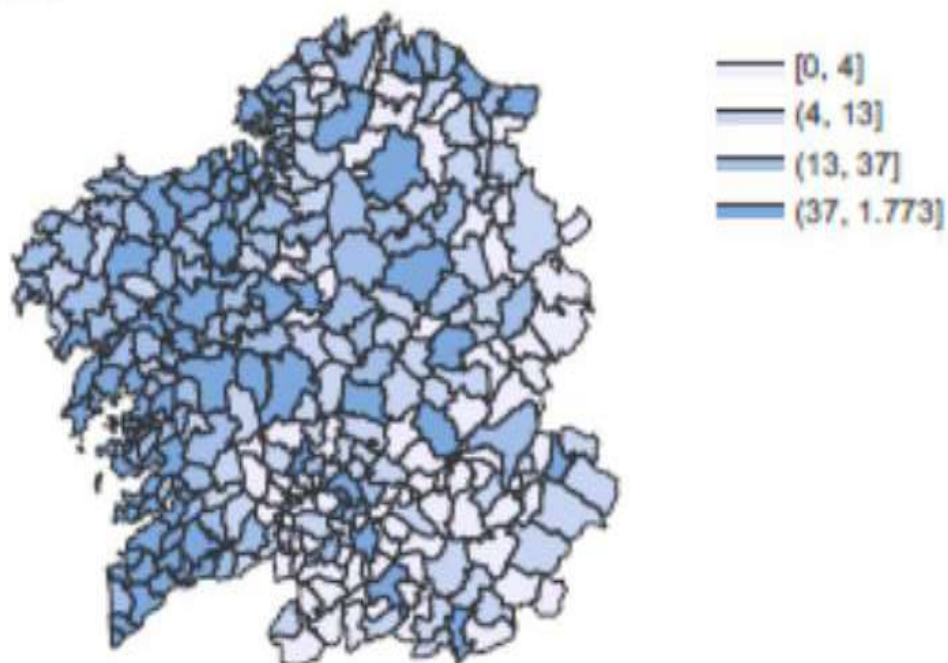
2.4.1 TASA DE NATALIDAD

El número de nacimientos de Galicia fue de 15.263 en 2020, un 2,89% menos que los registrados en 2019. El 79,40% de los nacimientos se anotan en las provincias de A Coruña (42,39%) y Pontevedra (37,01%). Las otras provincias suman porcentajes más reducidos: Lugo (11,06%) y Ourense (9,54%).

En el año 2021 se contabilizan un total de 14.787, un 3,02% menos que los anotados en el año 2020; correspondiendo el 79,57% de los nacimientos a las provincias de A Coruña y Pontevedra.

Nacementos por concellos. Ano 2020

Unidade: Número

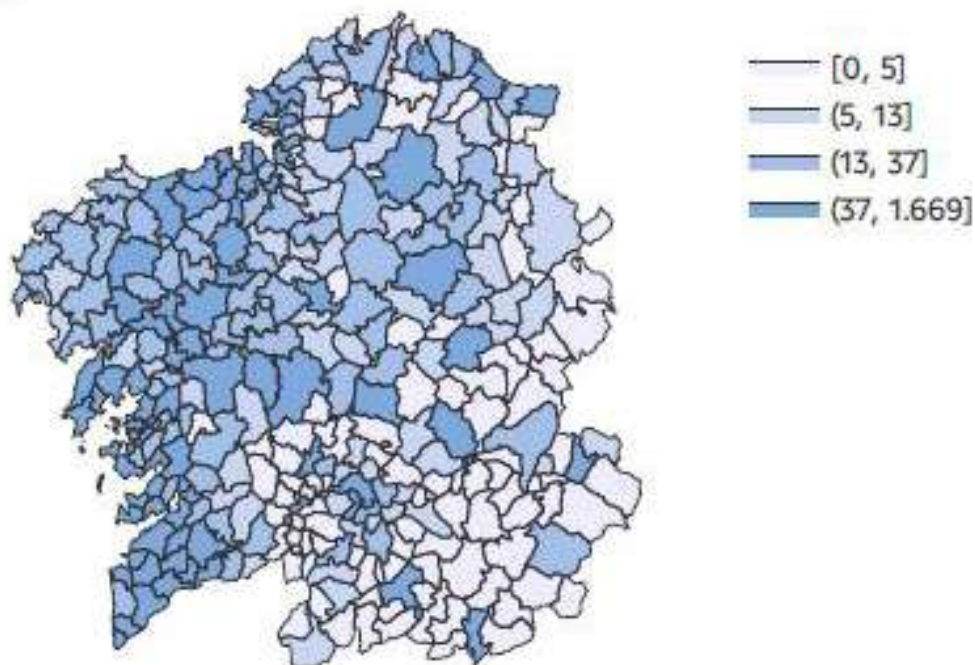


	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
2019	15.718	6.614	1.705	1.469	5.930
2020	15.247	6.458	1.679	1.460	5.650
2021	14.787	6.318	1.622	1.399	5.448
Distribución provincial	100,00	42,73%	10,97%	9,46%	36,84%
Tasa de variación 2021/2020	-3,12%	-2,17%	-3,39%	-4,18%	-3,58%

Cuadro 18.
Nacimientos en Galicia y distribución provincial.
Fuente: IGE.

Nacementos por concellos. Ano 2021

Unidade: Número



Cada vez se constata un retraso en la edad en la que las mujeres poseen sus hijos. Para el año 2020, comentábamos en el Relatorio anterior, el 77,6% de los nacimientos correspondieron a madres de 30 años y más; porcentaje cinco puntos más elevado que hace diez años. Y para el año 2021, la edad media de maternidad asciende a 33,19 años, superior a los 31,90 años de 2019, siendo, incluso, más elevada en las provincias de Pontevedra (33,34 años mujer) y A Coruña (33,19 años mujer).

	2019	2020	2021
Tasa natalidad	5,82	5,65	5,49
Tasa fecundidad	28,44	27,91	27,43
Edad media maternidad	32,81	32,84	33,19
Edad media paternidad	35,44	35,48	35,72
Índice sintético de fecundidad	1,02	1,02	1,01
Tasa bruta de reproducción	0,49	0,50	0,49

Cuadro 19.
Evolución de índices de natalidad de Galicia.
Fuente: IGE.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
Tasa natalidad	5,49	6,64	4,98	4,59	5,78
Tasa fecundidad	27,43	27,92	27,03	25,52	27,52
Edad media maternidad	33,19	33,27	32,53	32,96	33,34
Edad media paternidad	35,72	35,74	35,23	35,63	35,86
Edad media primer hijo	32,41	32,41	31,77	32,39	32,58
Índice sintético de fecundidad	1,01	1,03	0,98	0,93	1,02
Tasa bruta de reproducción	0,49	0,50	0,49	0,45	0,50

Cuadro 20.
Indicadores demográficos de natalidad. 2021.
Fuente: IGE.

2.4.2 TASA DE MORTALIDAD

En Galicia el número de defunciones registradas, en 2020, alcanzaron a 32.822 personas. El mayor porcentaje de dichas defunciones correspondió a las personas de más de 85 años. Así, el 55,10% de los hombres que fallecieron tenían más 80 años y en el caso de las mujeres el porcentaje de fallecidas de este estrato de edad sumaron el 77,23%.

Las mayores defunciones se concentraron en las provincias más pobladas. En este sentido, la provincia de A Coruña con 12.857 fallecidos, representó, en 2020, el 39,17%; seguida de Pontevedra con 9.769 fallecidos (el 29,76%); Ourense con 5.105 muertes (15,55%) y Lugo con 5.091 decesos (el 15,51%).

En lo que respecta al año 2021, Galicia contabiliza un total de 32.853 fallecimientos. El 51,98% de los mismos corresponden a personas de más de 85 años. Un análisis más detallado permite afirmar que en lo tocante a las mujeres las defunciones se producen en edades más avanzadas que en el caso de los hombres. No obstante, la mayor parte de las defunciones se produce en edades cada vez más tardías. De esta forma, el 55,08% de los hombres que fallecieron en 2021 tenían 80 o más años y en el caso de las mujeres, el porcentaje que pertenecía al mencionado grupo de edad era el 76,49%.

Edad (años)	Total	Hombres	Mujeres	Distribución por edad	Hombres distribución	Mujeres distribución
45-49	338	219	119	1,03 %	1,32 %	0,73 %
50-54	576	387	189	1,75 %	2,33 %	1,16 %
55-59	935	634	301	2,85 %	3,82 %	1,85 %
60-64	1.404	942	462	4,27 %	5,68 %	2,84 %
65-69	1.770	1.252	518	5,39 %	7,55 %	3,19 %
70-74	2.332	1.544	788	7,10 %	9,31 %	4,85 %
75-79	3.411	2.145	1.266	10,38 %	12,93 %	7,79 %
80-84	4.497	2.445	2.052	13,69 %	14,74 %	12,62 %
>84	17.078	6.693	10.385	51,98 %	40,34 %	63,87 %
TOTAL	32.853	16.593	16.260	100,00 %	100,00 %	100,00 %

Cuadro 21.
Defunciones en Galicia según edades y género.
Fuente: IGE.

Atendiendo a las provincias el mayor porcentaje de fallecimientos ocurridos en 2021, se ha registrado en la provincia de A Coruña con el 40%, seguido de Pontevedra con el 30%.

	Defunciones 2021	Distribución porcentual
GALICIA	32.853	100,00
A Coruña	13.293	40,43%
Lugo	5.019	15,28%
Ourense	4.695	14,29%
Pontevedra	9.856	30,00%

Cuadro 22.
Defunciones según provincia del fallecido.
Fuente: IGE.

Finalmente, en lo que atañe a los indicadores demográficos relacionados con la mortalidad es menester subrayar una mayor tasa de mortalidad en las provincias menos desarrolladas al igual que en las mismas se registra un mayor índice de envejecimiento.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
Tasa mortalidad	12,19	11,85	15,42	15,41	10,45
Índice de envejecimiento	167,26	161,14	220,05	241,26	140,75
Tasa de mortalidad infantil	2,30	2,85	3,08	1,43	1,65

Cuadro 23.
Indicadores demográficos de mortalidad. 2021.
Fuente: IGE.

2.4.3 ESPERANZA DE VIDA

En lo que concierne a la esperanza de vida al nacer, es decir, el promedio de años que vivirá una persona nacida en el año de referencia en el caso de que las condiciones de mortalidad se mantuviesen constantes y semejantes a las del año de referencia, alcanzó en el año 2020 un registro de 83,41 años y en 2021 de 83,43 años.

Hay grandes diferencias en lo tocante a los sexos. De esta forma, para el año 2021, la mujer posee una esperanza de vida mayor (86,37 años) que el hombre (80,44 años); aumentando, por tanto, el diferencial entre géneros, pues en el año 2020 había sido de 5,83 años a favor de la mujer; y, ahora, en 2021, el diferencial se agranda hasta 5,93 años.

Del mismo modo, se aprecia unas diferencias sensibles si el análisis lo efectuamos por áreas provinciales. Las más longevas son las mujeres de Ourense (87,31 años) seguida de las de Lugo (87 años). En lo tocante a los hombres los que más años viven son los empadronados en Pontevedra (80,85 años) aunque las diferencias con los que poseen menor esperanza de vida (A Coruña, 80,49 años) son mínimas.

Debido al fuerte proceso de envejecimiento de la población gallega se empieza a estimar la esperanza de vida a partir de los 65 años. En estos supuestos, el índice subraya que, llegados a dicha edad, a las mujeres le restan 24,4 años en tanto que a los hombres un total de 19,75 años, casi cinco años menos.

		Esperanza de vida al nacer	Esperanza de vida de los hombres	Esperanza de vida de las mujeres
GALICIA	2020	83,41	80,46	86,29
	2021	83,43	80,44	86,37
A Coruña	2020	83,52	80,50	86,40
	2021	83,22	80,31	86,01
Lugo	2020	83,12	80,43	85,89
	2021	83,40	80,68	86,19
Ourense	2020	83,08	80,27	85,93
	2021	83,46	80,41	86,56
Pontevedra	2020	83,54	80,54	86,43
	2021	83,67	80,49	86,78

Cuadro 24.
Esperanza de vida al nacer según géneros y provincias.
Fuente: IGE.

La esperanza de vida a los 65 años se sitúa en el año 2021 en los 21,66 años; es decir, se estima que de media aquellas personas que cumplieron 65 años en 2021, aún le restan de vida otros 22 años más. Este valor ha aumentado respecto al año anterior y muy superior en las mujeres sobre los hombres (en torno a cuatro años). De la misma forma, la esperanza de vida a los 80 años, también registra aumentos significativos, al alcanzar en 2021 un ratio de 10,36 años más, superior al registrado en 2020 que fue de 10,28 años. Igualmente, las mujeres vivirán más de tres años que los hombres cuando lleguen a la edad de 80 años.

	Total Galicia	Hombres	Mujeres
ESPERANZA DE VIDA A LOS 65 AÑOS			
2019	21,87	19,64	23,84
2020	21,63	19,43	23,61
2021	21,66	19,39	23,71
ESPERANZA DE VIDA A LOS 80 AÑOS			
2019	10,44	9,23	11,27
2020	10,28	9,12	11,09
2021	10,36	9,14	11,24

Cuadro 25.
Esperanza de vida a los 65 y 80 años según género.
Fuente: IGE.

El análisis provincial arroja conclusiones robustas. De una parte, corresponden a las provincias de Ourense y Pontevedra las que registran esperanzas de vida al nacer mayores (84,05 y 83,97 años respectivamente). Y las mujeres de Ourense vivirán más de medio año más que las de A Coruña; siendo la esperanza de vida de los hombres más igualadas en todas las provincias (siguen siendo más longevos los de Pontevedra seguidos por los ourensanos, lucenses y coruñeses). De otra parte, una vez alcanzados los 65 años, las esperanzas de vida son mayores en Ourense (22,44 años) que en A Coruña (21,99 años); correspondiendo a las mujeres de Ourense y Pontevedra las de mayor longevidad.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
Esperanza de vida al nacer	83,82	83,62	83,82	84,05	83,97
Esperanza vida nacer hombres	80,67	80,49	80,74	80,78	80,85
Esperanza vida nacer mujeres	86,84	86,57	87,00	87,31	86,93
Esperanza de vida a los 65 años	22,14	21,99	22,08	22,44	22,24
Esperanza vida 65 años, hombres	19,75	19,56	19,89	20,10	19,83
Esperanza vida 65 años, mujeres	24,24	24,09	24,15	24,57	24,53

Cuadro 26.
Esperanza de vida de Galicia atendiendo a las provincias y género.
Fuente: IGE.

En suma, la esperanza de vida al nacer ha aumentado dos años en los últimos doce años.

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
81,40	81,49	82,01	82,19	82,24	82,58	82,92	82,70	82,78	83,12	83,15	83,58	83,41	83,43

Cuadro 27.
Evolución de la esperanza de vida al nacer.

2.5

MIGRACIONES

Destacan varios rasgos notables. En lo que concierne a la emigración, Galicia mantiene unos flujos migratorios notables hacia otras comunidades españolas; y cada vez son menores los desplazamientos al extranjero.

Y en lo que atañe a la inmigración, se aprecia una fuerte capacidad de atracción o sea de flujos de entradas procedente de otras partes de España y un crecimiento de las personas procedentes del extranjero.

De esta forma el saldo refleja varias notas de interés. En primer lugar, una reducción de los flujos de personas hacia el exterior, ya sea en el interior del Estado hacia otras CCAA; o ya sea, hacia fuera de las fronteras nacionales.

Cada vez es más relevante la emigración interior (70%, en 2002; por 68%, en 2019). En segundo lugar, referido a la inmigración, sobresalen las procedentes de otras CCAA (que representan alrededor de 2/3 de los nuevos flujos) en tanto que en 2020 se registra una reducción notable de las personas procedentes del exterior para aumentar en el año 2021 hasta 19.000 personas. En tercer lugar, el saldo migratorio es positivo; lo que quiere decir que la inmigración contribuye a incrementar la población de Galicia.

	2019	2020	2021
EMIGRACIÓN EXTERNA	28.853	21.001	26.702
Emigración otras comunidades	19.778	14.862	18.180
Emigración al extranjero	9.075	6.139	8.522
INMIGRACIÓN EXTERNA	46.600	35.617	41.150
Inmigración de otras comunidades	19.668	21.070	21.431
Inmigración del extranjero	26.932	14.547	19.719
SALDO MIGRATORIO EXTERNO	17.747	14.616	14.448
Con resto de España	-110	6.208	3.251
Con el extranjero	17.857	8.408	11.197

Cuadro 28.

Emigración, inmigración y saldo migratorio de Galicia.
Fuente: IGE.

Los datos desagregados por provincias contabilizan nuevos contrastes. Mientras que la provincia de A Coruña presenta aumentos en los saldos migratorios, las otras tres provincias registran reducciones. Las explicaciones vienen dadas por los distintos volúmenes relacionados con los flujos de inmigración que son muy notables en las provincias de A Coruña y Pontevedra. Y, a continuación, por los descensos muy notables de los movimientos de emigración en todas las provincias, pero más en las occidentales.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
SALDOS MIGRATORIOS					
2019	17.747	8.376	1.808	2.199	5.444
2020	14.616	5.474	2.077	2.569	4.496
2021	14.448	6.173	1.636	2.410	4.229
INMIGRACIÓN					
2019	109.564	46.744	12.498	15.809	34.513
2020	97.318	41.594	11.380	14.142	30.212
2021	104.893	44.736	11.670	15.151	33.336
EMIGRACIÓN					
2019	91.817	38.368	10.690	13.690	29.069
2020	82.712	36.120	9.303	11.573	25.716
2021	90.445	38.563	10.034	12.741	29.107

Cuadro 29.
Saldos migratorios por provincias.
Fuente: IGE.

De esta forma, el cuadro final referido a los saldos migratorios revela posicionamientos diversos en lo tocante a las provincias, aunque una tendencia común gallega. Esto es, gran movilidad interna dentro de Galicia, acusando un fuerte desplazamiento de un municipio a otro. Y un porcentaje más reducido hacia los flujos con el exterior.

Así, al examinar los destinos de los flujos migratorios se aprecia un cambio notable en lo referente a la movilidad interna.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
TOTAL	90.445	38.563	10.034	12.741	29.107
GALICIA	63.743	27.367	6.627	9.256	20.493
A Coruña	27.543	23.325	1.234	819	2.165
Lugo	636	1.082	4.501	349	432
Ourense	9.209	671	386	7.005	1.147
Pontevedra	20.627	2.289	506	1.083	16.749
Total España	18.180	7.803	2.378	242	5.573
Extranjero	8.522	3.393	1.029	1.059	3.041

Cuadro 30.
Análisis del destino de la emigración por provincias. 2021.
Fuente: IGE.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
TOTAL	104.893	44.736	18.670	15.151	33.336
GALICIA	63.743	27.543	6.364	9.209	20.627
A Coruña	27.367	23.325	1.082	671	2.289
Lugo	6.627	1.234	4.501	36	506
Ourense	9.256	819	349	7.006	1.083
Pontevedra	20.493	2.165	432	1.147	16.749
Total España	21.431	8.697	3.056	3.125	6.653
Extranjero	19.719	8.496	2.250	2.817	6.156

Cuadro 31.
Análisis del origen de la inmigración por provincias. 2021.
Fuente: IGE.

GLOSARIO: INDICADORES DEMOGRÁFICOS

ÍNDICES	CONCEPTO	RASGOS	2022
Índice envejecimiento	Número de personas de más de 65 años respecto a las personas menores de 20 años.	Refleja la velocidad de envejecimiento. Su tendencia es creciente. Pone de manifiesto que por 100 menores de 20 años, se contabilizan más de 160 personas de más de 64 años.	167,26
Índice de sobre envejecimiento	Número de personas de más de 85 años respecto del grupo de más de 65 años.	Refleja la longevidad de la población. La tendencia es creciente.	19,97
Índice de dependencia global	Población menor de 15 años y la de más de 64 años respecto a la población en edad potencialmente activa (15-64 años).	Mantuvo una tendencia decreciente 1975-2008 para luego incrementarse.	59,85
Índice de dependencia juvenil	Relaciona la población menor de 5 años con la población entre 15 y 64 años.	Está estabilizado y además no muestra grandes diferencias entre sexos.	18,15
Índice de dependencia senil	Relaciona la población de 65 y más años con la población entre 15 y 64 años.	Se caracteriza por un incremento continuado y por la diferencia entre sexos.	41,70
Índice de estructura de la población	Relaciona la población entre 40-64 años con la población entre 15-39 años.	Mantiene una cierta estabilidad hasta el año 2000; pero luego registra un importante crecimiento a partir de dicho año.	

CUADRO DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
DENSIDAD POBLACIÓN					
2019	91,3	141,1	33,4	423	209,40
2020	91,4	141,3	33,3	422	210,00
2021	91,2	141,1	33,1	420	209,90
2022	91,0	140,9	32,9	418	209,70
ÍNDICE ENVEJECIMIENTO					
2019	158,15	153,22	213,81	236,53	129,85
2020	160,40	154,57	214,72	236,96	132,72
2021	163,59	157,75	217,33	237,98	136,52
2022	167,26	161,14	220,05	241,26	140,75
ÍNDICE SOBRE ENVEJECIMIENTO					
2019	18,58	17,47	22,24	21,59	16,98
2020	19,15	18,12	22,83	22,20	17,49
2021	19,56	18,61	23,23	22,60	17,84
2022	19,97	19,08	23,54	23,19	18,15
ÍNDICE DEPENDENCIA GLOBAL					
2019	58,82	58,02	54,25	69,95	54,65
2020	59,17	58,46	64,74	70,17	54,93
2021	59,44	58,75	65,16	70,20	55,21
2022	59,85	59,15	65,83	70,59	55,57
ÍNDICE DEPENDENCIA JUVENIL					
2019	18,86	19,20	16,61	16,65	19,86
2020	18,69	19,03	16,64	16,58	19,57
2021	18,42	18,75	16,58	16,49	19,21
2022	18,15	18,50	16,53	16,27	18,82

ÍNDICE DEPENDENCIA SENIL

2019	39,97	38,82	47,66	53,30	34,80
2020	40,49	39,42	48,11	53,59	35,36
2021	41,02	39,99	48,58	53,71	36,00
2022	41,70	40,66	49,30	54,31	36,74

EDAD MEDIA

2019	47,24	46,92	49,80	50,67	45,60
2020	47,48	47,18	49,97	50,82	45,88
2021	47,74	47,46	50,14	50,97	46,20
2022	48,01	47,72	50,35	51,19	46,52

03

**ANÁLISIS Y DISTRIBUCIÓN
DE LA RENTA MUNICIPAL Y DEL
PRODUCTO INTERIOR BRUTO
DE LOS MUNICIPIOS EN GALICIA**

03

ANÁLISIS Y DISTRIBUCIÓN DE LA RENTA MUNICIPAL Y DEL PRODUCTO INTERIOR BRUTO DE LOS MUNICIPIOS EN GALICIA

El PIB es una magnitud que cuantifica el volumen de las actividades productivas en un espacio económico en un periodo de tiempo determinado. Es el resultado final de los procesos de producción y de servicios de los diversos agentes que operan en cada municipio produciendo bienes y servicios finales.

Los últimos datos publicados por el Instituto Galego de Estatística (IGE) corresponden a 2020; y de su tratamiento y explotación se resaltan hipótesis de un amplio valor explicativo.

3.1

LA ECONOMÍA MUNICIPAL DE LOS CONTRASTES

Galicia es una economía de contrastes. Desagregando el PIB de Galicia atendiendo a las provincias y sectores se puede comprender la afirmación anterior. De una parte, en dos provincias (A Coruña y Pontevedra) se genera el 78% de total de la producción final de Galicia; en la medida que A Coruña es responsable del 44,2% del total y Pontevedra del 33,8%. Y, de otra parte, solo la provincia de A Coruña posee un PIB por habitante superior a la medida gallega. Es decir, la suma del PIB de las provincias de Lugo y Ourense suman el 22,1% del total y sus PIB por habitantes están por debajo de los promedios gallegos; sobre todo, la de Ourense (un 88%).

	PIB	% total	PIB habitante	PIB/habitante sobre la media gallega
GALICIA	58.705.921	100,0	21.755	100,0
A Coruña	25.952.818	44,2	23.113	106,2
Lugo	7.035.695	12,0	21.506	98,9
Ourense	5.902.896	10,1	19.312	88,8
Pontevedra	19.814.512	33,8	21.016	96,6

Cuadro 1.

Estimación del PIB de Galicia y su distribución provincial. (en euros).
Fuente: IGE.

Si procedemos a analizar el PIB gallego en función de las aportaciones de la oferta, tendríamos que, por grandes sectores, el de los servicios predomina en todas las provincias, pero es preciso matizar cuatro notas singulares:

- En Ourense destaca el peso de las industrias y energéticas (con el 18,1% del total), muy superior a los promedios españoles (14,7%).
- En Lugo predomina el sector primario con un 12,6% del PIB provincial, mientras que en Galicia supone el 4,7%.
- En A Coruña, el sector servicios es el que muestra una mayor presencia: en total un 69,3%.
- En Pontevedra, el sector industrial registra un 17,3% del PIB y el sector primario llega hasta el 2,9%, ratio superior al promedio gallego, lo que denota especialización productiva.

	Primario	Industria	Construcción	Servicios	Impuestos netos sobre productos
GALICIA	4,7%	14,7%	6,6%	65,5%	8,6%
A Coruña	3,8%	11,8%	6,8%	69,3%	8,3%
Lugo	12,6%	15,1%	6,1%	57,7%	8,5%
Ourense	5,2%	18,1%	5,1%	62,4%	9,3%
Pontevedra	2,9%	17,3%	6,8%	64,3%	8,7%

Cuadro 2.

Distribución del PIB de Galicia en agregados de oferta, por sectores.
Fuente: IGE.

3.2

DISTRIBUCIÓN DEL PIB POR MUNICIPIO Y DEL PIB POR HABITANTE

El PIB de Galicia ascendió en 2020 a un total de 58.705.921 euros, un poco por debajo del contabilizado en 2018, que fuera de 62.133.839 euros. Los efectos de la pandemia y de sus efectos colaterales son la explicación de dicha disminución. Supuso este shock un cambio muy notable en lo que concierne a la estimación de los PIB municipales.

El ranking de los principales municipios se ha visto alterado en la medida que muchas de las grandes y pequeñas empresas se vieron muy afectadas por las consecuencias directas e indirectas de la crisis; y ello se tradujo en un decrecimiento relevante de sus aportaciones a la producción y a los servicios ubicados en cada municipio.

Atendiendo a la distribución del PIB por municipios destaca el papel que desempeñan dos concellos, el de Vigo, con la mayor actividad productiva de Galicia (un PIB de 7.857.160 millones de euros); y el de A Coruña (con 6.786.388 millones de euros). Entre los dos municipios concentran el 25% del PIB de Galicia.

Tras estos dos concellos, la prelación de mayor a menor la continúan los municipios de Santiago (6,12%); Ourense (3,92%); Lugo (3,89%); Pontevedra (3,49%) y Arteixo (3,47%). Si a estos municipios les agregamos los ayuntamientos de Ferrol, Porriño, Oleiros, Narón y Redondela, completaremos el top-12 de Galicia que suman el 53,29% del total.

A diferencia de los datos del 2018, se produce un descenso de los municipios de Arteixo, Ferrol y As Pontes; y, en sentido contrario, un ascenso de los municipios de Oleiros y Narón.

PIB DE LOS MUNICIPIOS			PIB POR HABITANTE DE LOS CONCELLOS		
	Miles de euros	% total		Euros	Población
Vigo	7.857.160	13,38	Muras	88.338	690
A Coruña	6.786.388	11,56	Carballada de Valdeorras	84.201	1.548
Santiago	3.592.641	6,12	Vilarino Conso	67.904	690
Ourense	2.300.095	3,92	San Cibrao das Viñas	63.175	5.478
Lugo	2.286.524	3,89	Arteixo	61.671	33.105
Pontevedra	2.052.064	3,49	As Somozas	58.019	1.123
Arteixo	2.040.203	3,47	Manzaneda	57.723	870
Ferrol	1.466.515	2,49	Rábade	54.572	1.595
Porriño	955.129	1,62	O Porriño	51.145	18.831
Oleiros	768.542	1,32	Bergondo	49.749	6.810
Narón	696.825	1,18	Nogueira de Ramuín	45.232	2.033
Redondela	502.163	0,85	Padrón	41.670	8.434

Cuadro 3.
Los primeros concellos de Galicia atendiendo al PIB y al PIB por habitante.
Fuente: IGE.

Asimismo, los mencionados diez concellos con mayor PIB registran una estructura productiva muy diferente entre ellos. Sobresalen con elevados niveles de especialización industrial los concellos de O Porriño, Arteixo y Vigo. Las actividades relacionadas con los servicios son la nota característica de los concellos de Santiago, A Coruña y Ferrol. El sector primario destaca, aunque con baja ponderación, en los municipios de Lugo y Vigo debido, fundamentalmente, a las industrias lácteas-cárnicas y pesca-conserva, respectivamente.

	Primario	Industria	Construcción	Servicios	Impuestos netos sobre productos
Vigo	1,0%	16,5%	6,5%	68,4%	7,6%
A Coruña	0,2%	5,7%	5,8%	80,0%	8,3%
Santiago	0,4%	6,3%	5,9%	80,6%	6,6%
Ourense	0,2%	9,0%	4,6%	77,1%	9,1%
Lugo	1,6%	7,6%	6,3%	75,9%	8,6%
Pontevedra	0,4%	6,6%	8,6%	76,0%	8,4%
Arteixo	0,1%	17,0%	3,7%	74,3%	4,9%
Ferrol	0,3%	6,1%	2,9%	81,4%	9,3%
O Porriño	0,3%	51,8%	2,6%	40,3%	5,0%
Oleiros	0,3%	2,9%	22,3%	66,3%	8,2%

Cuadro 4.

Estructura del producto interior bruto según sectores de los 10 primeros concellos de Galicia. 2020.

Fuente: IGE.

El análisis del indicador PIB por habitante refleja la creación de valor en el municipio dividido por los habitantes empadronados en el mismo. Este indicador no tiene que estar relacionado únicamente con los habitantes, sino que normalmente está vinculado a la estructura productiva del municipio y de sus grados de especialización. De esta forma, el ranking gallego atendiendo a esta ratio es muy diferente al correspondiente al PIB.

Los municipios con mayor PIB por habitante se caracterizan, en consecuencia, por poseer unos niveles muy relevantes de ciertas actividades productivas o de servicios.

El ranking gallego lo encabezan los municipios de Muras y Carballeda de Valdeorras, con una ratio de más de 80.000 euros/habitantes. A continuación, le siguen Vilariño de Conso, San Cibrao das Viñas y Arteixo, que superan los 60.000 euros/habitantes. Luego, en una tercera línea se sitúan As Somozas, Manzaneda, Rábade y O Porriño con valores superiores a los 50.000 euros habitantes. Para a continuación, seguir con Bergondo, Nogueira de Ramuin, Padrón y Cervó. Se aprecia que salvo dos municipios, O Porriño y Arteixo, los demás no coinciden con la clasificación del PIB municipal. También es de reseñar que la mayoría de estos primeros municipios con elevado PIB/habitante se corresponden con municipios con escasa población.

La lista atendiendo al PIB/habitante en comparación a los resultados del 2018 ha variado sustancialmente, al reducirse las ratios de aquellos municipios afectados por la transición energética (As Pontes, que ocupaba la tercera plaza; y Cerceda, que se situaba en puesto número siete) y por la reconversión industrial (Cervo, que ocupaba el primer lugar). Se incorporan al ranking As Somozas, Manzaneda y Bergondo.

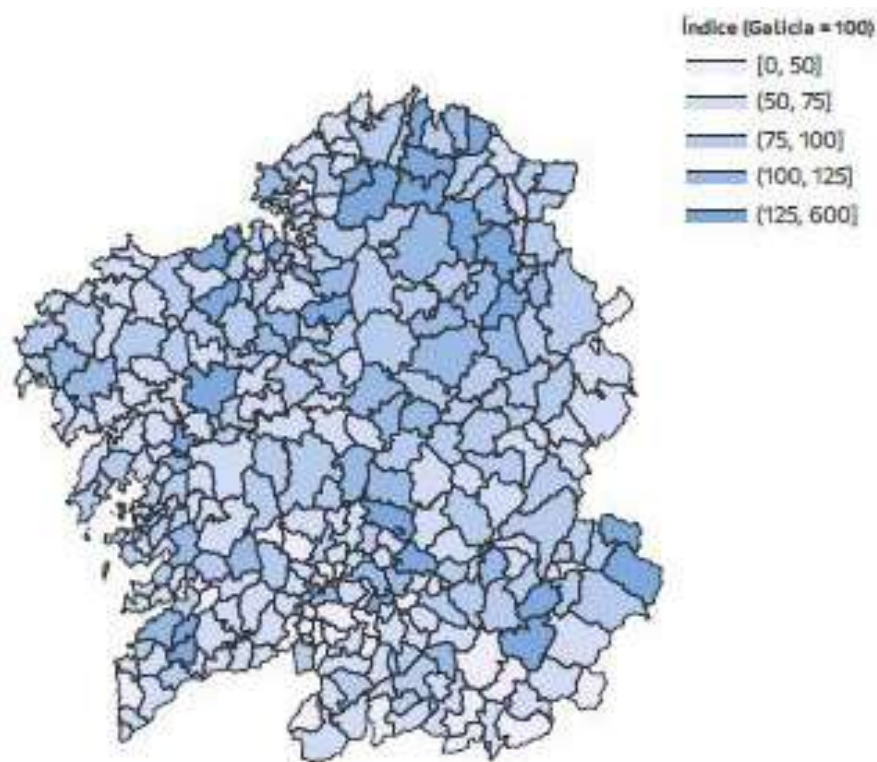


Gráfico 1.
PIB municipal por habitante. 2020.

Destacan tres tipos de municipios. En primer lugar, aquellos que cuentan con un fuerte tejido industrial, que están próximos a los grandes núcleos de población y que poseen una elevada capacidad de accesibilidad a las vías de comunicación. En este grupo se integran los concellos de Arteixo, San Cibrao das Viñas, Rábade, O Porriño y Bergondo.

Un segundo grupo está relacionado con el emplazamiento de algún grupo empresarial, rasgo que permite incrementar sus niveles de actividad productiva. Son los ejemplos de los municipios de Arteixo, As Somozas, Cervo, Padrón e Curtis.

Y, finalmente, un tercer grupo se caracteriza por generar un valor añadido muy elevado vinculado a la explotación de un recurso natural (ya sea minero o energético, como ocurre en Carballeda de Valdeorras, Muras, Manzaneda, Vilariño de Conso o Nogueira de Ramuin. Con anterioridad, se inscribían en este apartado As Pontes de García Rodríguez y Cerceda.

3.3

DISTRIBUCIÓN DEL PIB POR COMARCAS

Escudriñando la distribución del PIB atendiendo a las comarcas de Galicia, los resultados arrojan una clasificación del siguiente tenor. En primer lugar, se sitúa la comarca de A Coruña con el 19,3% del total de Galicia, alcanzando un PIB total de 11.306 millones de euros. Le sigue, a continuación, en segundo lugar, la comarca de Vigo que, con un PIB de 10.709 millones de euros, representa el 18,2% del total gallego, lo que hace que la suma de ambas comarcas llegue hasta el 37,5% de Galicia. El comportamiento económico de estas dos comarcas es disímil. Por un lado, la comarca coruñesa vio reducido su PIB un 9,4% respecto a los datos del 2018; en cambio la comarca viguesa solo disminuyó un -0,1%, mejorando su porcentaje en el total, del 17,2% al 18,2%.

En un segundo nivel de este análisis situamos a las comarcas de Santiago, Ourense, Ferrol, Pontevedra y Lugo. Estas cinco comarcas suman el 27% de Galicia, casi idéntico porcentaje que dos años atrás. Completan el top-10, las comarcas de O Salnés, O Morrazo y Barbanza que mantienen su representación en el total gallego. Todas las comarcas ven reducido su PIB en estos dos últimos años, aunque dicho descenso es más ostensible en la comarca coruñesa, ourensana y la del Morrazo, con porcentaje de disminución superior al 6%. Por contra, quienes mejor resistieron los embates de la crisis fueron las comarcas de Vigo y Pontevedra.

Comarca	PIB- 2018		Comarca	PIB- 2020		Tasa variación 2018-20
	Millones de euros	% total		Millones de euros	% total	
A Coruña	12.415.243	20,6	A Coruña	13.063.301	19,3	-9,4
Vigo	10.722.289	17,2	Vigo	10.709.011	18,2	-0,1
Santiago	4.729.524	6,0	Santiago	4.665.096	7,9	-2,3
Ourense	3.483.172	5,6	Ourense	3.224.748	5,5	-7,0
Ferrol	3.076.139	4,9	Ferrol	2.911.802	5,0	-4,5
Pontevedra	2.824.589	4,5	Pontevedra	2.784.648	4,7	-0,1
Lugo	2.763.808	4,4	Lugo	2.729.559	4,6	-2,9
O Salnés	2.034.211	3,3	O Salnés	1.961.954	3,3	-3,8
O Morrazo	1.319.918	2,1	O Morrazo	1.225.317	2,1	-6,6
Barbanza	1.252.633	2,0	Barbanza	1.194.812	2,0	-2,5

Cuadro 5.

Las diez primeras comarcas de Galicia atendiendo al PIB en 2018 y 2020.
Fuente: IGE.

Si el análisis se efectuara siguiendo la ratio PIB por habitante la heterogeneidad sería mayor. Si en 2018 la comarca del Eume encabezaba el ranking con 45.856 euros (casi el doble de la media de Galicia) seguida de la Mariña Occidental de Lugo con 35.124 euros; y siendo la tercera, cuarta y quinta comarca gallega, la de A Coruña (31.076 euros), Santiago (28.028 euros) y Terra de Trives (27.889 euros); ahora, en 2020, el ranking sitúa en cabeza a la comarca del Sar (28.291 €), seguida de A Coruña (28.024 €); Santiago (27.284 €); Terra de Trives (26.769 €) y Vigo (25.772 €).

No cabe duda que efectuando el análisis por comarcas se evidencia una mayor desigualdad en lo tocante al territorio, producto de una Galicia llena de contrastes en la que las disímiles rentas tienen su plasmación en las diferentes áreas territoriales. De esta forma, el diferencial entre la comarca con mayor PIB/habitante y la menor se sitúa en 2,5 veces y el número de comarcas por debajo de la media gallega es amplio.

COMARCAS CON MAYOR PIB/HABITANTE		COMARCAS CON MENOR PIB/HABITANTE	
Comarca	Millones de euros	Comarca	Millones de euros
O Sar	28.291	A Paradanta	11.839
A Coruña	28.024	Terra de Celanova	12.115
Santiago	27.284	Muros	12.120
Terras de Trives	26.769	O Condado	12.865
Vigo	25.772	A Barcala	13.198
Meira	25.270	Verín	13.672
A Mariña Occidental	25.230	Noia	13.850
Chantada	23.760	Baixa Limia	13.866
Lugo	23.629	O Baixo Miño	14.105
Eume	23.221	Allariz-Maceda	14.758

Cuadro 6.
 Las diez comarcas de Galicia con mayor y menor PIB por habitante. 2020.
 Fuente: IGE.

3.4

NIVELES DE ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA POR COMARCAS

Este índice nos permite construir una ratio de especialización relativa que permite comparar la estructura productiva de cada comarca con respecto al promedio gallego. Identifica, en consecuencia, que sectores y actividades son las predominantes en términos relativos.

El índice se extrae a partir del cociente entre el peso del VAB del sector en la comarca y el peso del VAB del sector en la economía gallega. En Galicia sobresalen:

- Aquellas comarcas con elevada especialización en las actividades relacionadas con el sector primario. En total se contabilizan 18 comarcas.
- Comarcas especializadas en el sector energético (Eume, Fisterra, Tera de Soneira, Chantada, Terra Chá, Baixa Limia, O Ribeiro, Terra de Celanova Terra de Trives. Viana y A Paradanta.
- Comarcas donde la especialización industrial es predominantes en el sector de extracción y fabricación de minerales no metálicos. Corresponde a las comarcas de Ortegá, Xallas, A Fonsagrada, Quiroga, Valdeorras y O Baixo Miño. El 37,8% del valor añadido bruto de Galicia se concentra en estas siete comarcas.
- Comarcas donde sobresale la especialización en actividades de madera, industria del papel y fabricación de muebles. Las zonas específicas de estas ramas económicas son Ordes, Santiago, Lugo, O Condado, Pontevedra y Tabairós-Terra de Montes.
- Comarcas en donde la especialización es elevada en lo tocante al sector agroindustrial. Las comarcas tipo son el Barbanza, O Salnés y el O Condado.
- Comarcas con fuerte especialización productiva en lo concerniente a la fabricación de materiales de transporte y grandes reparaciones. Las zonas de Vigo, O Morrazo y el Ferrol son las áreas características de esta modalidad.
- La especialización productiva en metalurgia, productos metálicos, electrónicos, eléctricos y maquinaria son predominantes en las comarcas de Sar, A Mariña Occidental, Carballiño, Caldas y O Salnés.
- Comarcas con especialización relativa en el resto de la industria, agrupando actividades relacionadas con el refinado de petróleo, industrias textiles y de confección, farmacéuticas, químicas y plásticos se ubican en las comarcas de A Coruña, O Carballiño y Ourense.

Especialización produtiva por comarca. Ano 2020.



Gráfico 2.

Especialización productiva por comarcas. 2020.

3.5

EN TORNO A LA RENTA MUNICIPAL POR HOGARES

Este indicador nos proporciona información sobre la renta disponible bruta de los hogares atendiendo a los municipios. Es el resultado del importe que los hogares destinan, por tenerlo disponible, al gasto en consumo final o al ahorro.

El Instituto Galego de Estatística nos suministra este dato a fecha de 2020. De resultados de dicha información sobresale que los municipios con mayores rentas disponibles per capita no tienen por qué llegar a coincidir con el PIB per capita, en la medida que, como hemos anticipado en la renta disponible se agregan tanto la obtención de rentas primarias (las procedentes del trabajo autónomo o asalariado) y las rentas procedentes de los procesos distributivos (esto es, a través del saldo entre los impuestos corrientes y cotizaciones con respecto a los montantes percibidos como prestaciones sociales y las transferencias).

Así las cosas, en 2020, Oleiros es el municipio que presenta la mayor renta por habitante, estimada en 23.238 euros, desbancando a Cambre que ostentó el primer puesto del ranking en el año 2018. Junto a Oleiros encabezan el ranking los municipios de Nigrán, A Coruña y Santiago, con unas rentas medias por habitante por encima de los 19.000 euros. Los otros municipios del top-10 corresponden a Bergondo, Ourense, Teo, Pontevedra, Lugo y As Pontes.

Respecto a la clasificación de hace dos años se aprecia la inclusión en la lista de As Pontes, la exclusión de Cambre y un cambio de posiciones. Unas al alza, Oleiros, Nigrán y Teo; y otras a la baja como los casos de Lugo y Pontevedra.

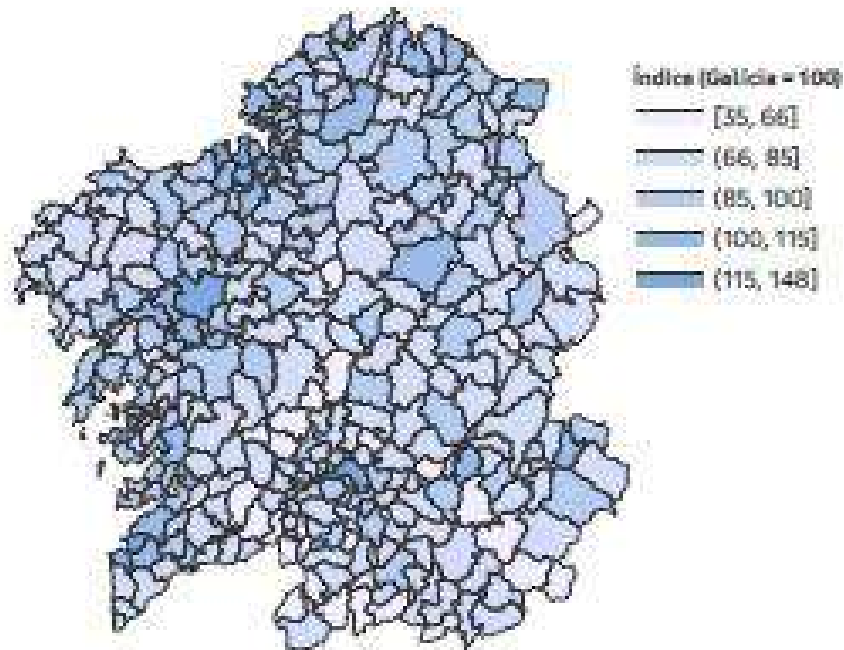
Algunos municipios experimentan fuertes crecimientos debido no solo a las rentas generadas por las notables especializaciones productivas y de servicios localizadas en sus municipios, sino a uno de los componentes del saldo de las rentas primarias: esto es, de las rentas de propiedad que incluyen las rentas distribuidas de las sociedades, de las que los dividendos son una parte relevante.

Solo treinta concellos superan la renta media gallega, cifrada en 15.719 euros (en 2018, eran 12; y estaba estimada en 15.132 euros). Dentro de este grupo, destacan 17 concellos en la provincia de A Coruña (Oleiros, A Coruña, Santiago, Bergondo, Teo, As Pontes, Culleredo, Miño, Ames, Sada, Vedra, Cambre, Ferrol, Ares, Brion, Abegondo y Mugardos); seis en la provincia de Pontevedra (Nigrán, Vigo, Pontevedra, Baiona, Poio y Gondomar); cuatro en Lugo (Lugo, Cervo, Ribadeo y Viviero) y tres en Ourense (Ourense, O Barco y Castro-Caldelas).

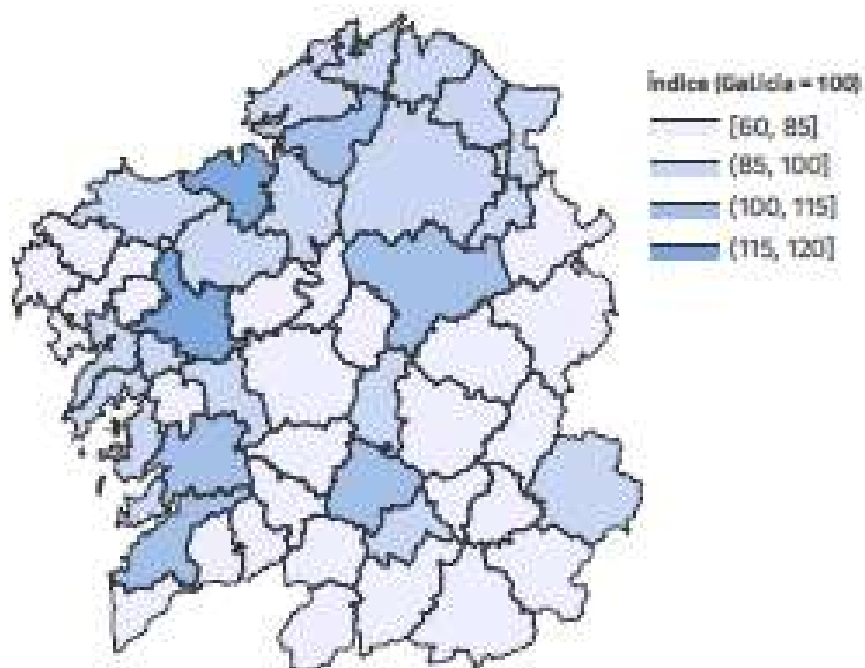
Municipios	Euros	Índice Galicia=100	Comarcas	Euros	Índice Galicia=100
Oleiros	23.238	147	A Coruña	18.813	119
Nigrán	19.535	124	Santiago	18.260	116
A Coruña	19.409	123	Ourense	17.054	108
Santiago	19.258	122	Lugo	16.918	107
Bergondo	18.335	116	Vigo	16.834	107
Ourense	18.323	116	Pontevedra	16.414	104
Teo	17.991	114	Eume	15.949	101
Pontevedra	17.677	112	Ferrol	15.496	98
Lugo	17.654	112	Betanzos	15.329	97
As Pontes	17.440	111	A Marina Occidental	15.296	97

Cuadro 7.
Municipios y Comarcas con mayor renta media disponible. 2020.
Fuente: IGE.

**Índice da renda dispoñible bruta por habitante
(Galicia=100). Ano 2020.**



**Índice da renda dispoñible bruta por habitante
(Galicia=100). Ano 2020.**



Analizando la renta disponible bruta por habitante atendiendo a las comarcas sobresale la heterogeneidad territorial. La comarca de A Coruña presenta la mayor renta bruta disponible por habitante (18.831 euros/habitante) muy por encima de la media gallega (en torno a 19 puntos arriba). A continuación, le siguen las comarcas de Santiago, Ourense Lugo, Vigo y Pontevedra, no solo por las aportaciones de sus respectivos núcleos urbanos sino por la contribución de los municipios próximos a las capitales.

Siete comarcas poseen una renta disponible por habitante por encima de la media gallega. Corresponden a las comarcas que engloban a los grandes municipios más la comarca de Eume y con la exclusión de la comarca de Ferrol. En suma, solo siete comarcas superan la media gallega. Es decir, un evidente contraste y polarización económica al quedar reflejado que la mayor disponibilidad de renta queda localizada en tres comarcas de la provincia de A Coruña, en dos comarcas de la provincia de Pontevedra y las restantes dos comarcas son las correspondiente a las capitales de las provincias de Lugo y Ourense.

Respecto a los cambios experimentados años atrás resaltar la sustitución de la Marina Oriental por la de Betanzos en el top-10; y el *sorpasso* de la comarca de Lugo a la de Vigo.

Los siete municipios más poblados con el 36,2% de los habitantes acogen al 41,7% de la renta. Los dos primeros Vigo y A Coruña con el 19,6% de la población aglutinan al 22,8% de la renta. Si clasificamos a los siete grandes municipios en función de la renta disponible bruta por habitante el ranking lo encabeza A Coruña (con 19.409 euros/habitantes), seguida de Santiago (con 19.258 euros/habitante), Ourense (con 18.323 euros /habitante); Pontevedra (con 17.677 euros/habitante); Lugo (17.654 euros/habitante); Vigo (con 17.343 euros/habitante); y Ferrol (con 15.975 euros/habitante).

	Población	Renta disponible bruta	Renta disponible bruta/habitante
A Coruña	242.686	4.710.356	19.409
Santiago	99.165	1.909.698	19.258
Ourense	103.125	1.889.592	18.323
Pontevedra	81.727	1.444.726	17.677
Lugo	97.158	1.715.239	17.654
Vigo	287.201	4.981.011	17.343
Ferrol	64.493	1.030.269	15.975
GALICIA	2.698.536	42.417.000	15.719

Cuadro 8.
Renta disponible bruta en los siete principales municipios.
Fuente: IGE.

3.6

LA RELACIÓN ENTRE PIB Y RENDA DISPONIBLE

Hemos reflejado el hecho de que el Producto Interior Bruto (PIB) es una macro-magnitud económica que representa el volumen de la actividad productiva. No informa, en consecuencia, en su totalidad del destino de las rentas generadas a lo largo del proceso productivo. De ahí que exista una opinión muy generalizada de que no es un indicador perfecto y completo para medir el bienestar de los habitantes de un espacio económico determinado.

Evaluar la renta de los hogares, por su parte, es una magnitud que nos permite medir el valor de las rentas obtenidas por los residentes. Pueden tener origen en el trabajo (remuneración de los asalariados o rentas mixtas en el caso de los trabajadores autónomos). Asimismo, se incluyen en su medición las rentas obtenidas por la remuneración de los activos y los puestos a disposición, como los intereses, dividendos, rentas de la tierra, entre otros. Igualmente, se suman aquellas otras operaciones derivadas de la puesta en práctica de los procedimientos redistributivos como los que ocasionan las pensiones de jubilación, la prestación del desempleo, las transferencias entre hogares, etc. De esta forma, un análisis detallado del funcionamiento de la economía en Galicia nos obliga a afirmar lo siguiente.

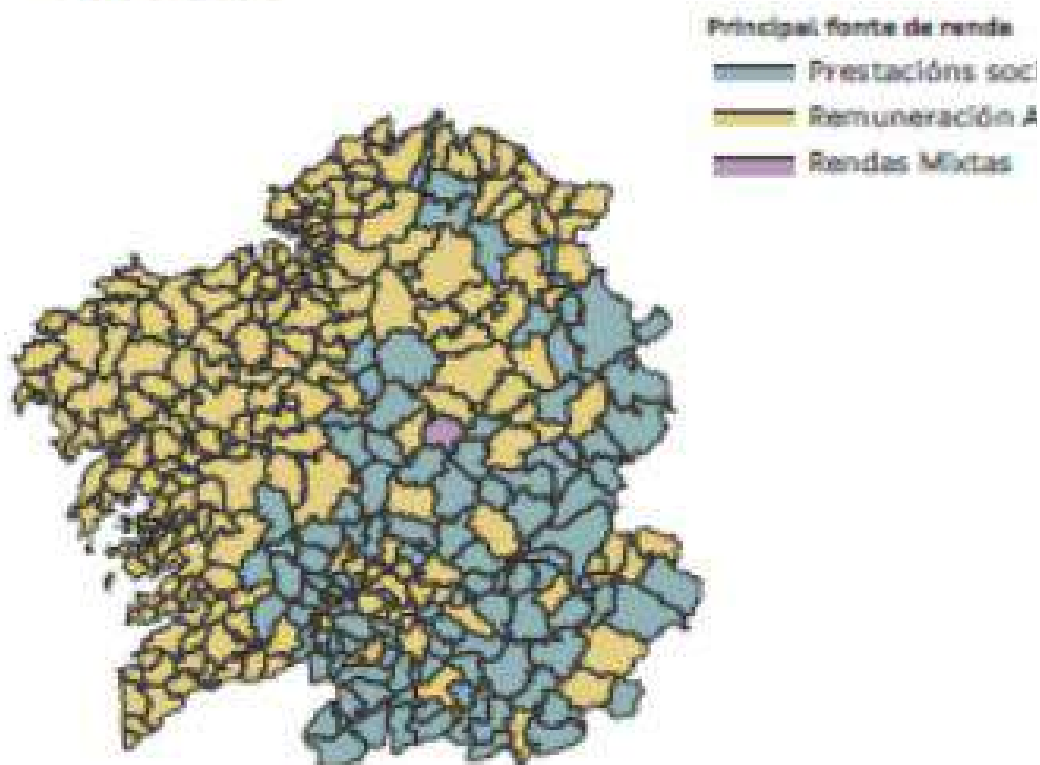
- La clasificación entre los municipios atendiendo al PIB municipal per habitante y la Renta Disponible por habitante muestra una gran disparidad. No son los primeros municipios respecto al PIB per capita, los que ocupan los primeros lugares en la Renta Disponible per capita. Por ejemplo, Oleiros con una elevada renta por habitante, posee un PIB por habitante inferior a la media. Y, en el otro extremo, Cervo con el mayor PIB per capita, se encuentra por encima de la renta media gallega, pero no entre los diez primeros por este concepto.
- En 205 municipios de los 313 de Galicia (el 65%), la remuneración de los asalariados constituye la principal fuente de renta de los mismos. Se corrobora, asimismo, una tendencia creciente de dicha ratio, lo que significa que se constata un incremento de la actividad económica y de mayores niveles de contratación de puestos de trabajo.
- No obstante, en 108 municipios (alrededor de un tercio del total), fundamentalmente localizados en las provincias de Lugo y Ourense, las prestaciones sociales que perciben los habitantes constituyen el mayor volumen de recursos, aspecto que está muy relacionado con las dinámicas de envejecimiento y, por ende, de la canalización de las prestaciones sociales y de las pensiones de jubilación.
- Ya no quedan municipios en donde predominasen las rentas mixtas; es decir, donde el origen de las rentas procedían, fundamentalmente, de trabajos no asalariados. Aquellos tres municipios (Friol, Portomarín y el de la Illa de Arousa) que en el periodo 2010-2019 mostraban esta característica han dejado de registrarla.

Año	Remuneración asalariados	Rentas mixtas	Prestaciones sociales
2010	226	3	86
2015	196	2	116
2016	201	2	111
2017	207	2	104
2018	216	2	95
2019	226	0	87
2020	205	0	108
2010-2020*	204	2	107

* Este valor es el correspondiente al valor más frecuente (moda) en el periodo.

Cuadro 9.
Número de municipios atendiendo a la principal fuente de rentas.

Principal fonte de renda nos concellos no período 2010-2020



3.7

LAS RELACIONES ENTRE LAS COTIZACIONES SOCIALES Y LAS PRESTACIONES SOCIALES

Galicia destaca por su singular origen y distribución de las rentas. Se corresponde tanto a estructuración de sus componentes históricos como a la propia estructura productiva. De esta forma, se aprecia tanto una desigual estructura de los ingresos entre sus provincias; como una desigual contribución de las rentas del trabajo y de las prestaciones sociales a la renta disponible bruta.

No hay duda, al igual que ocurre con la distribución geográfica del PIB, que en lo que concierne a la Renta Disponible Bruta, la provincia de A Coruña posee el mayor ratio (16.548 euros) seguida de Pontevedra (15.328 euros). Son las provincias de Lugo (14.976 euros) y Ourense (14.570 euros) las que se sitúan en niveles inferiores.

Atendiendo a la estructura de los ingresos las diferencias son, asimismo, notables. Por un lado, en las provincias de Lugo y Ourense la participación de las prestaciones sociales en la renta disponible es elevada. Y, en segundo lugar, en las provincias de A Coruña y Pontevedra el excedente bruto de explotación es muy notable.

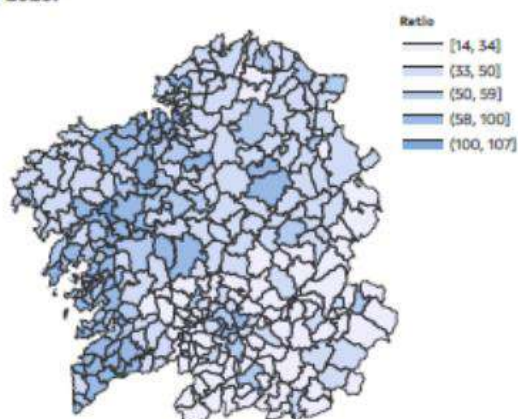
	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALICIA
Excedente Bruto Explotación	2.085.857	510.775	500.655	170.173	4.799.460
Rentas mixtas	3.075.837	873.652	686.858	2.278.766	6.915.113
Remuneración asalariados	12.711.108	3.011.999	2.608.745	9.676.734	28.008.582
Rentas Propiedad	904.219	149.549	161.399	533.322	1.748.489
Cotizaciones sociales	-3.961.090	-979.147	-840.462	-3.072.956	-8.853.655
Prestaciones sociales	6.376.135	1.866.579	1.812.299	5.058.993	15.114.006
Renta disponible	18.581.943	4.899.287	4.483.921	14.451.949	42.417.000

Cuadro 10.

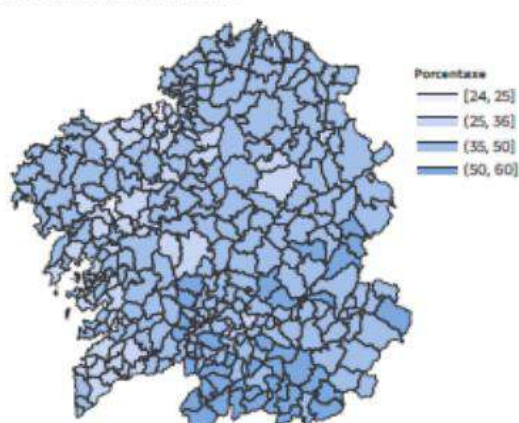
Distribución de los principales recursos en la determinación de la renta disponible atendiendo a las provincias. 2020.
Fuente: IGE.

En la mayoría de los municipios gallegos las cotizaciones sociales satisfechas por los residentes son inferiores a las prestaciones sociales recibidas. Esto es, las cuantías de las cotizaciones pagadas cubren tan solo el 58,6% de las prestaciones que reciben los gallegos. Solo en un municipio (el de Ames) son mayores las cotizaciones que las prestaciones, debido al elevado peso que poseen las remuneraciones de los asalariados en dicho municipio.

Ratio de cotizacións sociais sobre prestacións sociais.
Ano 2020.



Peso das prestacións sociais sobre a renda dispoñible
bruta do concello. Ano 2020.



En el mismo sentido del análisis y de las características de la economía familiar gallega, el peso de las prestaciones sociales representa el 35,6% de la renta disponible. En este caso la distribución es muy desigual e irregular, en la medida que en los municipios con población más envejecida las prestaciones llegan a suponer más del 50% de la renta del municipio. Por el contrario, en aquellos municipios con mayor población joven (Oleiros o Ames) la ratio mencionada se sitúa en torno al 25%.

04

**LAS EMPRESAS
EN GALICIA**

04

LAS EMPRESAS EN GALICIA

Analizar las características del sector empresarial en Galicia exige estudiar el Directorio de Empresas y Unidades Locales que edita el IGE. En el mismo, se recogen las empresas con sede en Galicia y las empresas con sede social en una provincia no gallega, pero que ejercen una o varias actividades económicas en territorio de la Comunidad Autónoma.

Siguiendo la normativa europea (Reglamento CEE 177/2008) se establece que en los registros de las empresas se deberán incluir todas aquellas empresas que ejercen una actividad económica que contribuya al PIB.

Con carácter general el Directorio de Empresas tiene como fecha de referencia el primer día de cada año. De este modo, a primeros de 2021 el número total de empresas ascendía a 245.503 unidades; lo que significa que a lo largo del año 2020 el número de empresas con actividad económica en Galicia disminuyó en un 1,73%.

Atendiendo a las características y rasgos singulares de las unidades empresariales destacamos los siguientes.

4.1

EMPRESAS ATENDIENDO A SU SEDE SOCIAL

Siguiendo los datos expuestos en el Directorio de Empresas y Unidades Locales el 98,27% de las empresas que operan en Galicia, correspondientes a 241.247 empresas, tienen su sede social en Galicia; en tanto que el 1,73% restante (equivalente a 4.256 unidades) está fuera de la Comunidad.

El número de empresas con sede en Galicia registró una disminución en el último año (1,80%) que contrasta con el aumento de las empresas que operan en Galicia y que tienen su sede social fuera de la Comunidad Autónoma gallega.

Avanzando un poco más en el análisis, resulta fácil detectar dos notas relevantes. De una parte, corresponde a los sectores de la industria y los servicios donde las empresas que operan en Galicia poseen sede social fuera, cifrándose en el 2,58% y 2,18%, respectivamente. En sentido contrario, las empresas con sede fuera de Galicia son muy escasas en los sectores primarios y de la construcción.

	España	Galicia	Total	% con sede España respecto al total empresas
TOTAL	4.256	241.247	245.503	1,73 %
Agricultura y Pesca	46	39.552	39.598	0,11 %
Industria, incluida energía	364	13.703	14.067	2,58 %
Construcción	295	28.820	29.115	1,01 %
Servicios	3.551	159.172	162.723	2,18 %

Cuadro 1.
Número de empresas en Galicia atendiendo a su sede social.2021.
Fuente: IGE.

Atendiendo a la distribución geográfica de las empresas el análisis nos lleva a afirmar que la mayor parte de las mismas se ubican en las provincias de A Coruña (cerca de 100.000) y de Pontevedra (en torno a las 80.000), lo que suman más de 2/3 partes del total. Corresponden, pues, a las provincias de Lugo y Ourense, las menores cuotas empresariales (36.300 empresas en Lugo y 26.528 en Ourense), que albergan el tercio restante.

Llama la atención un descenso de las empresas en el último año, disminución que es general para todas las provincias; aunque los mayores descensos se producen, porcentualmente, en la provincia lucense.

Domicilio sede social empresas	2020	2021	Variación absoluta	Variación relativa (%)
España	4.165	4.256	91	2,18
Galicia	245.660	241.247	-4.413	-1,80
A Coruña	99.932	97.981	-1.951	-1,95
Lugo	37.300	36.082	-1.218	-3,27
Ourense	26.528	26.299	-229	-0,86
Pontevedra	81.900	80.885	-1.015	-1,24

Cuadro 2.
Número de empresas en Galicia según su sede social.
Fuente: IGE.

4.2

TAMAÑO DE LAS EMPRESAS

En lo que hace referencia al tamaño de las empresas en Galicia predominan las de pequeña dimensión; esto es, aquellas en las que el número de asalariados es mínimo o menor de 2 personas contratadas. Representan el 86% del total.

Por contra, las empresas de mayor tamaño, es decir, las que superan los 250 trabajadores contratados no llegan a sumar el 1%, contabilizándose un total de 114 unidades productivas y de servicios.

En consecuencia, Galicia destaca por la presencia de micro-empresas, (las menores de 10 trabajadores (un total de 235.000); seguida de las pymes (entre 10 y 250 trabajadores) que registran un peso del 4%.

Si analizamos el tamaño de las empresas y su localización geográfica, entonces quedaría reflejado que las grandes empresas (las de tamaño superior a 250 trabajadores) se ubican en las provincias de A Coruña (92) y Pontevedra (49); siendo más escasas las localizadas en las otras dos provincias, la de Lugo y Ourense (solo suman, en total, 26 unidades productivas).

El mayor porcentaje correspondiente a las micro-empresas se concentra en dos provincias; concretamente en la provincia de Lugo, con 34.000 unidades de las 36.000 registradas; y en torno a 24.000 unidades, de las 26.000 en Ourense.

	Galicia	%	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
TOTAL	245.503	100,0	97.981	36.082	26.299	80.885
Sin asalariados	166.065	67,6	67.415	26.005	17.802	54.343
De 1-2 asalariados	44.368	18,7	17.196	6.013	5.069	14.831
De 3-5 asalariados	17.693	7,2	6.943	2.184	1.849	5.993
De 6-9 asalariados	7.358	3,0	2.813	877	703	2.503
De 10-19 asalariados	5.177	2,1	1.918	578	472	1.727
De 20-49 asalariados	3.095	1,2	1.106	309	282	987
De 50-99 asalariados	956	0,3	318	75	75	309
De 100-249 asalariados	518	0,2	180	29	33	143
De 250-499 asalariados	159	0,1	54	8	8	28
Más de 500 asalariados	114	0,1	38	4	6	21

Cuadro 2.
Tamaño de las empresas 2021.
Fuente: IGE.

El tamaño de las empresas se ha convertido, por tanto, en un rasgo predominante y estructural de la economía gallega. Prueba de ello es que se mantiene cuasi constante a lo largo de los años, siendo muy insignificantes los aumentos en el número de personas contratadas por empresas. Galicia registra una media de 3,22 empleos/empresa. Subraya amplia diversidad entre las provincias; y no evidencia cambios disruptivos notables. Así, A Coruña y Pontevedra revelan ratios superiores a tres personas/empresas, en tanto que Lugo y Ourense bastante por debajo de la media gallega.

	2008	2019	2020	2021
GALICIA	3,25	3,17	3,26	3,22
A Coruña	3,29	3,58	3,50	3,45
Lugo	2,73	2,65	2,69	2,68
Ourense	2,79	2,79	2,88	2,83
Pontevedra	3,56	3,22	3,31	3,27

Cuadro 3.
Evolución del tamaño medio de las empresas respecto al número de empleados y con sede en Galicia. (empleados/empresa).
Fuente: IGE.

4.3

EMPRESAS ATENDIENDO A SU NIVEL DE ASALARIZACIÓN

Galicia se caracteriza por el minifundismo de sus empresas. Dicho rasgo va unido a un bajo nivel de asalarización. Así, en el año 2021, se contabilizaron un total de 166.065 empresas sin asalariados; es decir el 67,64% del total de las empresas.

Desglosando el cómputo de las empresas tendríamos que 44.368 empresas contaban con uno o dos asalariados en sus nóminas, representando el 18% del total de todas las empresas. Por el contrario, las empresas con más de 20 asalariados representan un escaso 2%.

ESTRATOS DE TAMAÑO EMPRESARIAL	Número empresas	Porcentaje
Todos	245.503	100,00
Sin asalariados	166.065	67,64
De 1-2 asalariados	44.368	18,07
De 3-5 asalariados	17.693	7,21
De 6-9 asalariados	7.358	3,00
De 10-19 asalariados	5.177	2,11
De 20-49 asalariados	3.095	1,26
De 50-99 asalariados	956	0,39
De 100-249 asalariados	518	0,21
De 250-499 asalariados	159	0,06
Más de 500 asalariados	114	0,05

Cuadro 4.
Número de empresas en Galicia según nivel de asalariados.2021.
Fuente: IGE.

Escudriñando el análisis y atendiendo a los sectores y actividades económicas, cabe destacar que los porcentajes más elevados respecto a las empresas con ningún o dos asalariados de promedio se ubican en el sector primario, en donde el 96% de las empresas poseen dicha característica, Por el contrario, en el sector industrial (incluida las actividades energéticas) el número de empresas que no llega a poseer menor de tres asalariados sube al 65%.

4.4

CLASIFICACIÓN DE LAS EMPRESAS SEGÚN PERSONALIDAD JURÍDICA

Cabe distinguir que, en lo tocante a la distribución de las empresas atendiendo a la personalidad jurídica, la clasificación varía en función de los sectores de actividad. Atendiendo a la personalidad jurídica de las empresas, las correspondientes a personas físicas son la tipología más habitual y numerosa del conjunto del tejido empresarial de Galicia, en la medida que el 62,44% de las unidades empresariales adoptan dicha fórmula. A continuación, las sociedades limitadas suponen el 27,23% de las empresas. Menores porcentajes presentan las sociedades anónimas y las sociedades cooperativas, con porcentajes en torno al 1%.

Profundizando en el análisis y atendiendo a la personalidad jurídica de las empresas, dentro del sector primario (actividades agrarias, ganaderas, forestales y pesqueras) el 85,22% de las empresas se asignan a personas físicas; en tanto que en el sector industrial dicha categorización desciende hasta el 39,43%. Además, en el sector industrial, casi la mitad de las empresas (el 49,5%) adoptan la fórmula de sociedad limitada.

En el caso de las actividades de construcción, el peso de las empresas asociadas a personas físicas es también superior al que poseen las sociedades de responsabilidad limitada, aunque ambos porcentajes están más próximos a los registrados en el sector primario (54,2% y 38,6%).

En el sector servicios el mayor peso de las empresas se localizan en el apartado de personas físicas con el 60% del total, seguida del que representan las sociedades limitadas (el 28,7%) y, finalmente, del que poseen las sociedades anónimas (el 1,48%).

Las empresas cooperativas tienen en Galicia una pequeña escasa representación (el 0,49%).

	Personas físicas	Sociedades anónimas	Sociedades limitadas	Cooperativas	Otras
Agricultura y Pesca	85,22%	0,22%	4,54%	0,58%	9,43%
Industria, incluida energía	39,43%	5,03%	49,51%	1,08%	4,95%
Construcción	54,19%	1,46%	38,63%	0,39%	5,32%
Servicios	60,37%	1,48%	28,78%	0,44%	8,94%
TOTAL	62,44%	1,48%	27,23%	0,49%	8,36%

Cuadro 5.
Distribución porcentual de las empresas según su personalidad jurídica y sector de actividad. 2021.
Fuente: IGE.

Escudriñando el análisis de las empresas en función de su localización, las sociedades anónimas se ubican preferentemente en las provincias de A Coruña y Pontevedra. En tanto que, proporcionalmente, las sociedades cooperativas están localizadas en las provincias de Lugo y Ourense.

Es, asimismo, reseñable comentar que con respecto a las empresas con sede fuera de Galicia la distribución de las mismas es diferente. Escasean las que adoptan la modalidad de empresas físicas y cooperativas y la mayoría se adscribe a la categorización de sociedades de responsabilidad limitada y sociedades anónimas.

	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	España
TOTAL	97.981	36.082	26.299	80.885	4.256
Personas físicas	62.988	24.542	16.715	48.765	289
Sociedades anónimas	960	199	295	962	1.217
Sociedad Responsabilidad Limitada	25.558	7.290	6.985	24.627	2.385
Cooperativas	481	202	150	387	16
Otras	8.024	3.849	2.154	6.144	349

Cuadro 6.
.Distribución de las empresas según su consideración jurídica y según sede social. 2021.
Fuente: IGE.

Finalmente, de cara a establecer la amplia diversidad de empresas el cuadro adjunto sirve para detectar la variedad de establecimientos de servicios como corresponde a una economía diseminada, atomizada y escasamente integrada. De ahí, el número reducido de industrias ligadas a elevado contenido tecnológico y, en sentido contrario, la abundancia de las relacionadas con los recursos naturales y extractivos, así como las de distribución y apoyo a las actividades económicas y las estrechamente vinculadas a las administraciones públicas.

4.5

CLASIFICACIÓN DE LAS EMPRESAS SEGÚN LA ACTIVIDAD PRINCIPAL

Sobresalen las empresas dedicadas al sector servicios y más concretamente aquellas relacionadas con el comercio (cerca del 20% del total) seguidas de las empresas englobadas en el sector primario (16%) y la construcción (cerca del 12%).

Tal clasificación se corresponde a una economía basada, en determinadas áreas geográficas, en la explotación y gestión de los recursos naturales; fundamentada en la amplia dispersión y en el reducido tamaño de las entidades poblacionales; derivada de las condiciones históricas de un acceso limitado a la educación; y condicionada por los bajos ratios determinados por capilaridad e inserción de las vías de comunicación y modos de transporte.

	Empresas	%
TOTAL	245.503	100,00
Agricultura, ganadería, silvicultura y pesca	39.598	16,13
Industrias extractivas	239	0,10
Industrias manufactureras	13.022	5,30
Abastecimiento de energía eléctrica, gas y vapor	482	0,20
Abastecimiento de agua, saneamientos y gestión de residuos	324	0,13
Construcción	29.115	11,86
Comercio, reparación vehículos de motor	48.496	19,75
Transporte y almacenamiento	12.168	4,96
Hostelería	19.302	7,86
Actividades de información y comunicación	3.330	1,36
Actividades financieras y de seguros	5.091	2,07
Actividades inmobiliarias	7.510	3,06
Actividades profesionales científicas y técnicas	23.859	9,72
Actividades administrativas y servicios auxiliares	7.491	3,05
Administración pública, defensa, seguridad social	453	0,18
Educación	7.477	3,05
Actividades sanitarias y servicios sociales	9.116	2,53
Actividades artísticas, recreativas y ocio	6.211	2,53
Otros servicios	12.219	4,98

Cuadro 7.
Número de empresas según actividad principal. 2021.
Fuente: IGE.

4.6

DEMOCRACÍA EMPRESARIAL

Dos notas relevantes se detectan al analizar la demografía empresarial en el año 2021. De una parte, muestra una tendencia positiva en lo que hace referencia al saldo resultante entre sociedades constituidas y disueltas en lo que atañe a las empresas que operan en Galicia pero con sede social fuera de la Comunidad Autónoma. Y, de otra parte, en lo que respecta a las empresas gallegas con sede en Galicia se contabilizan saldos negativos, equivalentes a mayores bajas que altas.

Ello quiere decir que los efectos derivados de la COVID y de la incertidumbre que planeaba en el entorno económico ha generado que se dieran de baja 22.974 empresas por solo 18.652 empresas de alta.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	España
ALTAS						
2019	23.303	9.340	3.154	2.513	8.296	535
2020	23.942	9.587	3.448	2.654	8.253	483
2021	18.138	7.254	2.220	1.983	6.681	514
BAJAS						
2019	22.614	9.232	3.066	2.735	7.581	986
2020	26.504	11.275	3.634	2.985	8.610	324
2021	22.567	9.205	3.440	2.213	7.709	407
PERMANENCIA						
2019	224.942	92.269	34.336	24.357	73.980	3.448
2020	221.718	90.345	33.852	23.874	73.647	3.682
2021	223.109	90.727	33.862	24.316	74.204	3.742

Cuadro 8.

Altas, Bajas y Permanencias de las empresas gallegas según su sede social.
Fuente: IGE.

Siguiendo un análisis demográfico según el tamaño de las empresas, se tendría que:

- Las micro-empresas registran una tasa de crecimiento negativo entre 2020-2021.
- Las pequeñas y medianas empresas aumentan su número de empresas en 2021 respecto al año 2020; pero su tasa neta demográfica arroja signo negativos.
- Por el contrario, las grandes empresas en el bienio 2020-2021 registran tendencias positivas.

	Nº de empresas a comienzos de año	Tasa de nacimientos (%)	Tasa de mortalidad (%)	Tasa neta (%)
MICRO EMPRESA				
2019	201.041	10,15	9,90	0,25
2020	201.229	10,08	11,28	-1,20
2021	198.604	8,07	9,54	-1,46
MEDIANA EMPRESA				
2019	1.272	1,65	1,89	-0,24
2020	1.351	1,33	1,26	0,07
2021	1.354	0,96	2,29	-1,33
GRAN EMPRESA				
2019	224	1,34	2,68	-1,34
2020	233	0,00	0,86	-0,86
2021	246	1,22	1,22	0,00

Cuadro 9.
Evolución de la Tasa Demográfica empresarial según tamaño de empresas.
Fuente: IGE.

	Micro empresas		Pequeñas empresas		Medianas empresas		Gran empresa	
	Nº	Tasa	Nº	Tasa	Nº	Tasa	Nº	Tasa
2019	201.041	0,25	7.727	0,35	1.272	-0,24	135	-1,48
2020	201.229	-0,20	7.976	0,51	1.351	0,07	138	1,38
2021	198.604	-1,46	8.205	-0,39	1.354	-1,33	145	1,45

Cuadro 9 bis.

Evolución de la tasa neta demográfica atendiendo al tamaño de empresas.
Fuente: IGE.

Dicho comportamiento es ampliado si analizamos las tasas netas demográficas empresariales en función de las actividades económicas. El año 2021, refleja tasas de mortalidad superiores a las de natalidad con lo que las tasas netas son negativas en todos los sectores; aunque sobresalen en el sector industrial y está más amortiguado en las actividades de servicios.

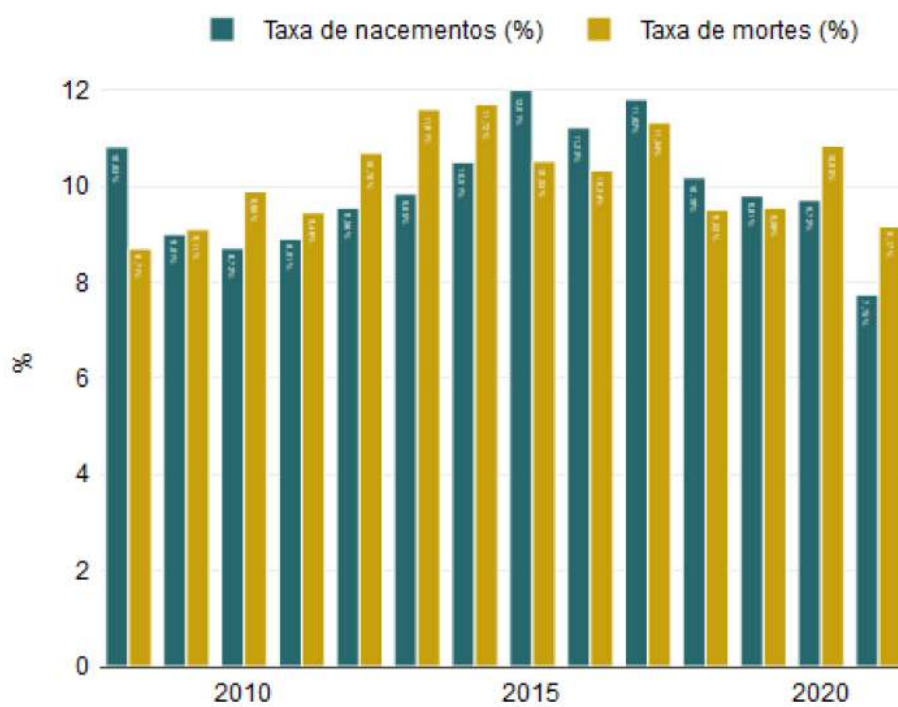
	2020			2021		
	T. Nat.	T.Mort	Tasa neta	T. Nat.	T.Mort	Tasa neta
TOTAL	9,72	7,75	-1,13	-0,18	-4,04	-2,59
Industria, incluida energía	5,20	9,24	-4,04	4,69	7,28	-2,59
Construcción	7,98	12,65	-4,67	7,92	9,52	-1,61
Servicios	10,47	10,66	-0,19	7,99	9,27	-1,28

Cuadro 10.

Evolución de la tasa neta demográfica de las empresas atendiendo a los sectores 2021.

Evolución das taxas de nacementos e mortes de empresas. Galicia

Unidade: %



	Nº de empresas a comienzos de año	Tasa de nacimientos (%)	Tasa de mortalidad (%)	Tasa neta (%)
TOTAL				
2019	210.264	9,81	9,56	0,25
2020	210.789	9,72	10,85	-1,13
2021	208.409	7,75	9,17	-1,42
INDUSTRIA, INCLUIDA ENERGÍA				
2019	15.075	7,12	7,91	-0,78
2020	15.065	5,20	9,24	-4,04
2021	14.386	4,69	7,28	-2,59
CONSTRUCCIÓN				
2019	31.703	8,36	10,06	-1,70
2020	31.149	7,98	12,65	-4,67
2021	29.619	7,92	9,52	-1,61
SERVICIOS				
2019	163.486	10,34	9,61	0,72
2020	164.575	10,47	10,66	-0,19
2021	164.404	7,99	9,27	-1,28

Cuadro 10.
Tasa de demografía empresarial por sectores.
Fuente: IGE.

4.7

EN TORNO A LA TASA DE SUPERVIVENCIA EMPRESARIAL Y TASA EMPRENDEDORA

La tasa de supervivencia mide el porcentaje de empresas que permanecen abiertas después de varios años. En 2021, de las empresas creadas en el año 2018, permanecen abiertas el 49%. Si el horizonte temporal lo ampliamos a diez años, se puede comprobar que el número de empresas se reduce hasta el 34%. El cuadro que a continuación exponemos nos indica que:

- La tasa de supervivencia de las empresas gallegas en el primer año de vida entre 2010 y 2021 se ha ido reduciendo (el 83% en 2011 y el 50% en 2021).
- No obstante, en 2019, este indicador toma un valor más elevado, lo que indica que la tendencia podría cambiar al mejorar la tasa de supervivencia; sin embargo, los efectos de la pandemia se hacen notar y en los tres últimos años, en plena fase de incertidumbre, los índices de supervivencia empresarial vuelven a tomar valores muy bajos.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
2010	100											
2011	83	100										
2012	71	79	100									
2013	60	67	78	100								
2014	53	57	67	76	100							
2015	47	51	58	66	78	100						
2016	44	47	52	58	67	77	100					
2017	37	42	44	51	58	58	74	100				
2018	36	39	42	47	52	50	62	60	100			
2019	33	36	38	43	46	44	52	50	84	100		
2020	32	36	38	42	45	41	48	44	56	61	100	
2021	30	34	36	39	42	39	45	40	49	54	50	100

Cuadro 11.
Índice de supervivencia de las empresas en Galicia. 2010-2021.
Fuente: IGE.

Si la supervivencia empresarial determina, en gran medida, la salud socio-económica de un territorio, la evolución de este índice refleja una probabilidad de supervivencia baja. De ahí, las elevadas preocupaciones tanto empresariales como institucionales a la hora de definir y fijar las políticas de fomento y apoyo empresarial.

Complementario al índice de supervivencia empresarial debemos calcular e interpretar la tasa de actividad emprendedora. Esta tasa de actividad emprendedora mide el porcentaje de población involucrada en iniciativas emprendedoras de menos de 41 meses de actividad respecto a la población activa. En Galicia este indicador se sitúa para el año 2021 en un 5,34%, mostrando una tendencia decreciente respecto a años anteriores.

	Autónomos	Nº Asalariados	Población activa	(TEA) Tasa de actividad emprendedora
2019	30.685	58.199	1.235.600	71,9
2020	25.173	53.041	1.240.750	6,30
2021	21.735	43.480	1.220.800	5,34

Cuadro 12.
Evolución de la tasa de actividad emprendedora.
Fuente: IGE.

Revela, por tanto, una tendencia nada halagüeña en la medida que refleja una escasa propensión a las iniciativas empresariales.

4.8

DISTRIBUCIÓN GEOGRÁFICA DE LAS EMPRESAS

El 43% de las empresas gallegas están situadas en algunos de los siete grandes municipios gallegos. O sea, el poder de las ciudades es elevado en lo que compete a la atraktividad empresarial, jugando un papel relevante a la hora de la ubicación de las empresas.

Corresponde a los dos grandes municipios, medios en términos poblacionales, Vigo y A Coruña, lo que anotan el mayor número de empresas (27.977 en Vigo y 26.943 en A Coruña).

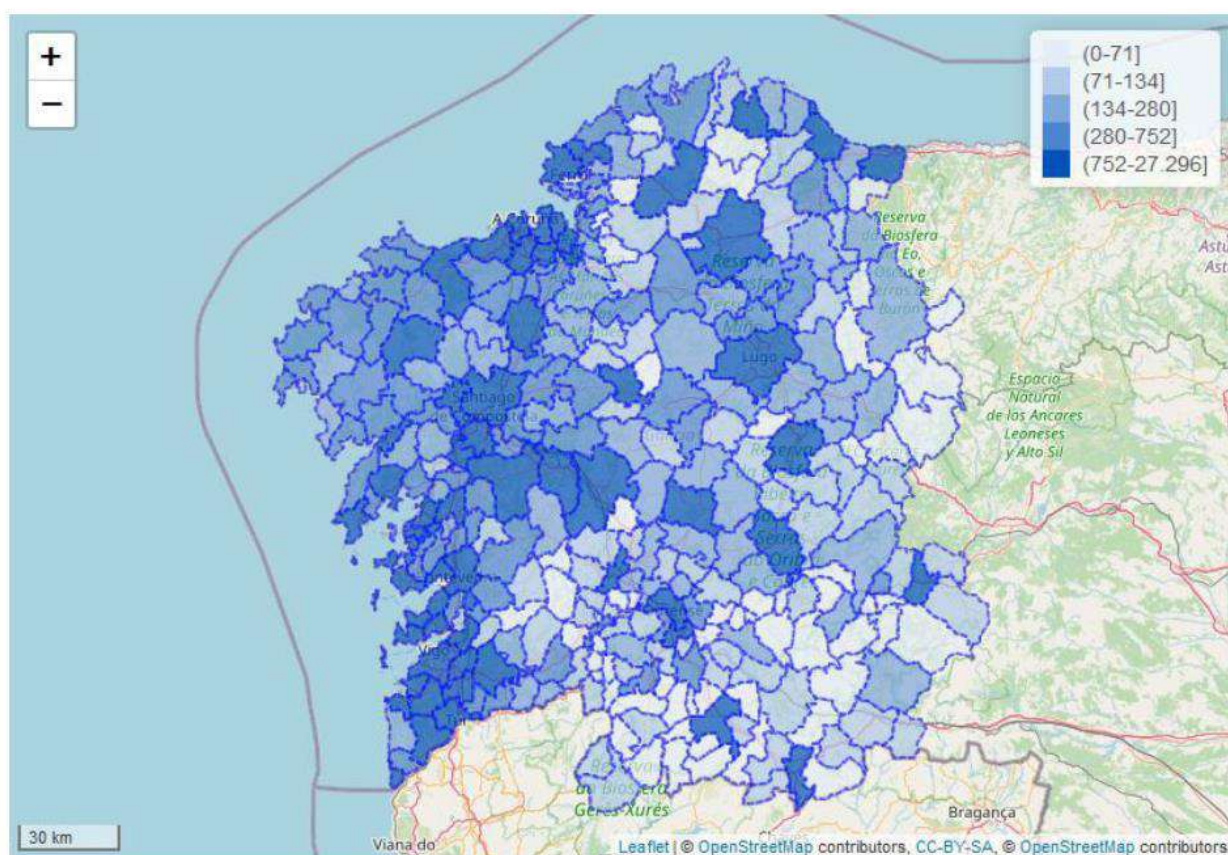


Gráfico 2.

Localización de las empresas según municipios. 2021 (No se incluye el sector primario).
Fuente: IGE.

Si el análisis se efectúa en función de la localización de las unidades empresariales, excluyendo las correspondientes al sector primario y las relacionadas con la administración pública, el mapa se modifica sustancialmente.

En el mismo se refleja una nueva distribución de los municipios en donde la densidad empresarial es más elevada a lo largo del corredor territorial vinculado a los municipios colindantes y próximos a la autopista del Atlántico, o sea el área que une una franja en dirección Norte-Sur, que comienza en la Marina Lucense y finaliza en el Miño, atravesando los entornos municipales de las principales ciudades gallegas.

Luego, el mapa muestra el otro rasgo distintivo de la economía empresarial de Galicia: la proliferación de los “oasis locacionales”. Dichos puntos o entornos aislados en el territorio gallego están relacionados con la existencia de empresas líderes o de empresas básicas y referenciales en las economías de las villas intermedias o de las economías comarcales.

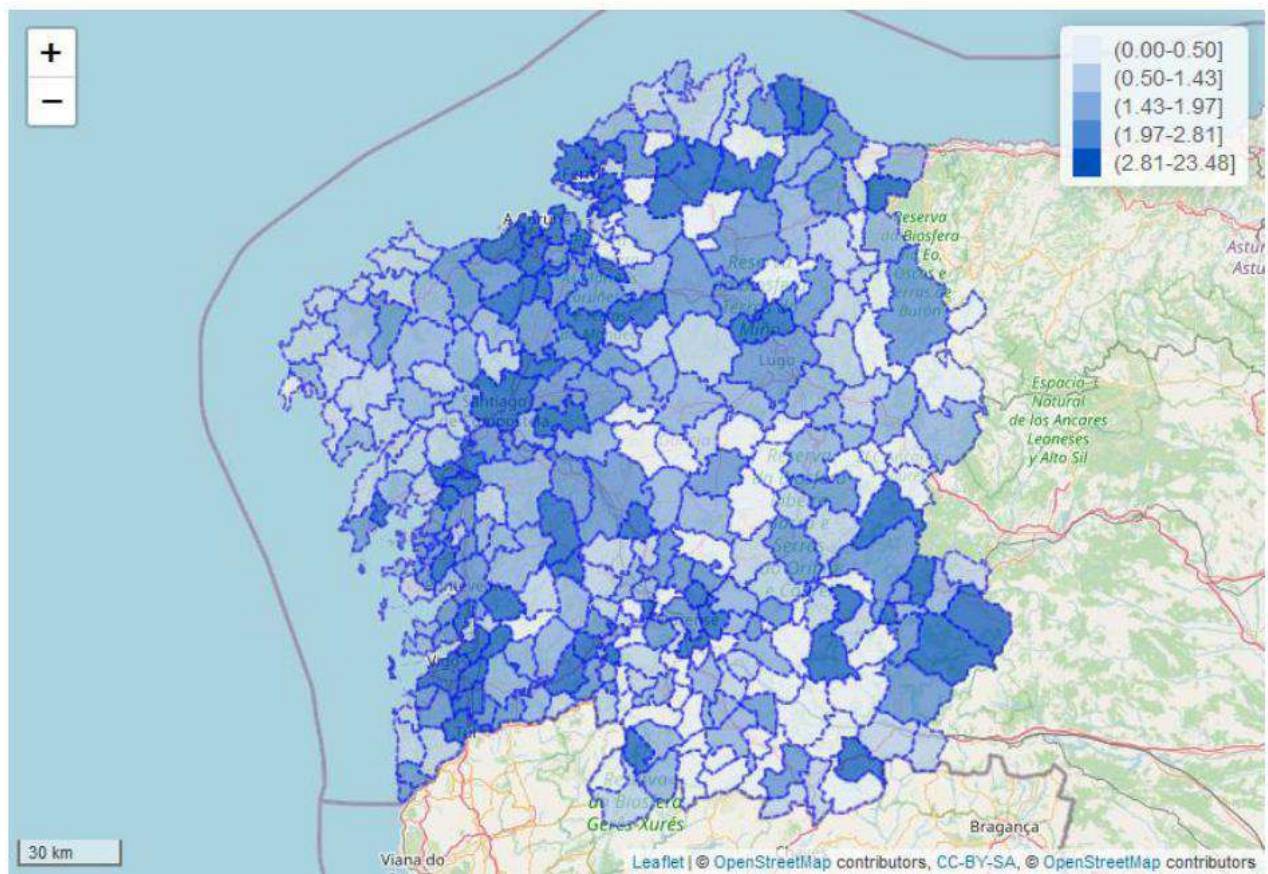


Gráfico 3.

Localización de las empresas mayores de 20 asalariados. 2021. (no se incluye el sector primario ni la Administración Pública).
Fuente: IGE.

A la luz de este gráfico, sobresale lo siguiente: el 2,62% de las empresas localizadas en Galicia cuenta con 20 o más asalariados. Además, un total de 68 concellos presentan un porcentaje de empresas con más de 20 trabajadores superiores a la media gallega. Finalmente, existen ciertos “oasis” o enclaves empresariales en donde la presencia de unidades productivas es muy elevada, por ejemplo Carballeda de Valdeorras (con un porcentaje de 23%).

4.9

CUENTAS ECONÓMICAS DE LAS EMPRESAS

La clasificación de las empresas en función de las cuentas presentadas en los Registros Mercantiles de Galicia arroja resultados esclarecedores. En primer lugar, permite ordenar y agregar información económica-financiera detallada a fin de poder comparar, evaluar y contribuir a facilitar información para un mejor análisis. En segundo lugar, la información procede de la obligatoriedad de las empresas en presentar sus cuentas en los Registros Mercantiles. El IGE, a continuación, recibe dichas informaciones a través del SABI, el sistema de análisis de balances ibéricos.

Quedan fuera de la información: a) las sociedades mercantiles que operando en Galicia tienen su sede fuera de la Comunidad Autónoma; b) las personas que trabajan por cuenta propia o que no tienen obligación de presentar sus cuentas; c) las sociedades mercantiles que aun poseyendo sede en Galicia y estando obligadas, no cumplen con dicha obligación.

Para el año 2020, un total de 49.868 sociedades mercantiles presentaron sus cuentas en los Registros Mercantiles de Galicia. Atendiendo a su distribución geográfica, la provincia de A Coruña sobresale con el mayor porcentaje de las mismas (39,4%) seguida de Pontevedra (38%). Ambas suman más de $\frac{3}{4}$ partes del total. Mantienen el mismo porcentaje que en el año anterior, lo que subraya una dinámica de consolidación empresarial.

Efectuando el análisis económico-financiero cuatro notas de relieve llaman la atención: a) el activo total de las empresas con sede en Galicia asciende a 142.482 millones de euros; b) el importe neto de la cifra de negocios suma 89764 millones de euros; c) las empresas registradas generan un valor agregado de 23.050 millones de euros; y d) los gastos de personal ascendieron a 12.447 millones de euros.

	GALICIA	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
NÚMERO DE EMPRESAS					
2019	48.949	18.896	6.165	4.978	18.910
2020	49.868	19.647	6.219	5.034	18.968
TOTAL ACTIVO					
2019	140.163	92.767	7.570	7.587	32.240
2020	142.482	93.724	7.750	8.052	32.956
IMPORTE NETO CIFRA NEGOCIOS					
2019	106.694	63.798	5.719	5.607	31.570
2020	89.764	48.575	5.516	5.128	30.544
GASTO DE PERSONAL					
2019	13.408	6.941	930	886	4.651
2020	12.447	6.454	895	812	4.306
RESULTADO DE EXPLOTACIÓN					
2019	18.095	16.292	329	265	1.209
2020	7.099	5.527	317	119	1.136
VALOR AÑADIDO					
2019	40.797	30.807	1.515	1.395	7.079
2020	23.050	13.673	1.460	1.177	6.740

Cuadro 13.
Evolución de las magnitudes económico-financiera de las empresas según provincias.
Fuente: IGE.

Solo un total de 49.868 empresas registraron sus balances en los Registros Mercantiles, sobresaliendo aquellas que están domiciliadas en las provincias coruñesas y pontevedresas. Ambas son, asimismo, quienes poseen los mayores porcentajes de activos. El activo total asciende en 2020 respecto al año 2019, alcanzando un total de 142 mil millones euros, estando repartidos, mayoritariamente entre las empresas de las provincias de A Coruña y Pontevedra.

En lo que hace referencia a la cifra de negocios se aprecia un descenso considerable a lo largo del año 2020, aminorándose la cifra desde los 106.000 millones de euros a los 86.000 millones de euros anotados en 2020. Dicho decrecimiento se sitúa, preferentemente, en las empresas localizadas en A Coruña, que pierde en torno a los 15.000 millones de euros.

Sobresalen, asimismo los datos de gastos de personal que registran un relevante descenso. Lo hacen en todas las provincias y su porcentaje está próximo al %.

Finalmente, los resultados de explotación muestran una aminoración muy considerable: de 18.100 millones de euros a 7.100 millones (un descenso de más de la mitad).

Llamativos son los descensos de los resultados de explotación en la provincia de A Coruña (descenso de un tercio).

Ampliando el análisis y tomando la situación empresarial en función de los balances presentados ante el Registro Mercantil, tendríamos para el año 2020 los siguientes rasgos:

- El 92,3% (el año anterior, el 91,4%) de las sociedades mercantiles que depositaron sus cuentas en los Registros tienen la consideración de microempresas, obteniendo una cifra de negocios inferior a 2 millones de euros.
- El 5,9% de las empresas (el año anterior el 6,6%) se consideran empresas pequeñas, al mostrar una cifra de negocios entre 2 y 10 millones de euros.
- Aquellas empresas que superan la cifra de negocios de 10 millones de euros anuales solo aglutinan al 1,7% (el pasado ejercicio fue de 2%).

En suma, se rompe la dinámica anterior de crecimiento medio de las empresas atendiendo a su facturación; Ahora, en 2020, por mor de los efectos de la pandemia y de los elevados niveles de incertidumbre, se asiste a un repliegue en lo que se refiere al tamaño y facturación de las empresas que registran sus balances en el Registro Mercantil

	2017	2018	2019	2020
Total empresas	51.393	48.612	48.949	49.869
Micro (cifra negocio > 2 millones €)	47.466	44.423	44.736	46.020
Pequeña (cifra negocios entre 2 -10 millones €)	3.053	3.225	3.237	2.978
Mediana-grande (cifra negocios > 10 millones €)	874	964	976	871

Cuadro 14.
 Número de empresas y facturación de las empresas registradas según tamaño.
 Fuente: IGE.

Analizando más en profundidad las cifras tendríamos que:

- El 92,3 % de las sociedades mercantiles son micro-empresas y representan el 13,4% del importe total de la cifra de negocios (12.050 millones de euros).
- Dicho porcentaje es muy bajo respecto a las medianas y grandes empresas que suponen el 72,9% del total (equivalentes a 65.394 millones de euros).

Si efectuamos el enfoque en torno a los gastos de personal, el diferencial entre ambas tipologías de empresas no es tan acusado. Así, por ejemplo, en el año 2020, las micro-empresas suman en lo tocante a los gastos de personal un total de 3.713 millones de euros y en las medianas y grandes asciende a 6.216 millones de euros.

Finalmente, en lo que atañe al valor agregado, el análisis cifra como rasgos principales que a las medianas y grandes empresas le corresponde el mayor porcentaje (61,7%) muy superior al alcanzado por las pequeñas empresas (16%); y, en segundo término, que dicha diferencia es menor si lo comparamos con el porcentaje que representan las micro-empresas (21,3%).

	Total empresas	Total activo	Importe cifra negocios	Gasto personal	Resultado explotación	Valor añadido
TOTAL						
2019	48.949	140.163	106.694	13.408	18.095	40.797
2020	49.869	142.482	89.764	12.447	7.099	23.050
MICRO EMPRESAS						
2019	44.736	31.248	12.528	3.842	561	5.501
2020	46.020	33.393	12.050	3.713	301	4.917
PEQUEÑAS EMPRESAS						
2019	3.237	14.976	13.166	2.712	569	3.884
2020	2.978	16.786	12.319	2.517	538	3.679
MEDIANAS Y GRANDES EMPRESAS						
2019	976	93.939	81.000	6.855	16.965	31.144
2020	871	92.302	65.394	6.216	6.260	14.453

Cuadro 15.

Evolución de los indicadores económico-financieros de las empresas gallegas atendiendo a su tamaño.
Fuente: IGE.

Siguiendo los datos de las empresas gallegas que remitieron sus cuentas al Registro Mercantil el importe neto de la cifra de negocios se incrementó en el año 2019, respecto al año precedente. Los resultados precisaron lo siguiente: a) el activo total aumenta un 11,6%; b) los gastos de personal ascendieron en un 6%; c) el resultado de explotación muestra un alza del 6%; y d), finalmente el valor añadido se incrementó en un 21,9%. Llamó la atención, en consecuencia, la fuerte recuperación de la situación económica de las empresas, al ver reflejado en la evolución de las variables claves, unas consistentes ratios en lo que hace referencia a los activos, el importe neto de la cifra de negocios y los resultados de explotación.

Sin embargo, el año 2020 arroja resultados diferentes; en suma, a la baja. Así, el importe neto de la cifra de negocios de las sociedades mercantiles disminuyó en un 15%. Lo mismo sucedió con los gastos de personal que decrecieron un 5,3%; en tanto que el resultado de explotación descendió un 60,8% y el valor añadido aminoró su tendencia en un 44%. Solo el activo total vio incrementado su ratio en un 3,3% respecto al año 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total activo	5,4	5,6	3,8	10,9	11,6	3,3
Cifra negocios	7,3	6,8	7,8	12,0	5,6	-15,0
Gasto personal	5,1	5,6	6,5	7,2	6,0	-5,3
Resultados de explotación	24,5	12,1	9,4	106,5	6,0	-60,8
Valor añadido	12,6	8,6	7,3	45,9	21,9	-44,1

Cuadro 16.

Principales variables de las cuentas anuales de las sociedades mercantiles en Galicia.
Fuente: IGE.

El año 2020 presenta, pues, resultados negativos. Después de un prolongado incremento de las principales variables que reflejan la evolución económico-financiera de las empresas en los años posteriores a la Gran Recesión del 2008-2009, se produce un corte abrupto derivado de las consecuencias de la pandemia. Tanto la cifra de negocios como los resultados de explotación muestran, en 2020, disminuciones muy relevantes y que permiten describir los fuertes efectos negativos en el balance y comportamiento de las empresas gallegas.

4.10

EPÍLOGO

El ejercicio correspondiente al año 2021 marca una nueva dimensión en el análisis económico. Por una parte, subraya una vuelta a la normalidad económica, pero bajo circunstancias no-normales; esto es, muy condicionadas y específicas atendiendo a las distintas fases de vacunación y a los disímiles niveles sanitarios de cada territorio. Aun así, el análisis demográfico empresarial permite subrayar algunos elementos de interés.

De una parte, la capacidad de vuelta “a la normalidad”, medida por la creación de empresas, expresa un menor índice de resiliencia en Galicia, si lo estimamos a partir de los porcentajes de creación y disolución de empresas. De esta forma, el peso de las empresas constituidas en 2021 en Galicia, es muy bajo respecto a España (3,8%); y en cambio el de las disoluciones resulta muy alto (6,7%).

De otra parte, la ratio entre empresas creadas en España sobre las disueltas es más elevada que el que muestra Galicia (4,25 por 2,41), lo que refleja un menor índice de supervivencia y de expectativas de continuidad.

Sin embargo, como dato positivo, el capital medio de las empresas creadas en Galicia es mayor que los promedios españoles (53 por 49 millones de euros, respectivamente), factor que permite augurar un cambio en la composición del tamaño empresarial y su capacidad de competitividad una vez quede asegurado el periodo post-Covid.

	Número de sociedades creadas	% variación anual	Capital medio suscrito por las empresas creadas	Número de sociedades disueltas	% variación anual
Galicia	3.882	20,9 %	53,1 miles €	1.608	22,2 %
España	101.134	27,7 %	49,8 miles €	23.778	17,1 %
% Galicia/ España	3,83 %			6,76 %	

Cuadro 12.
Sociedades mercantiles creadas y disueltas en 2021.

05

**EL MERCADO
DE TRABAJO**

05

EL MERCADO DE TRABAJO

5.1

INTRODUCCIÓN

A pesar de la ralentización en lo que atañe al ritmo de crecimiento del PIB gallego, el mercado de trabajo presenta datos agregados, en principio, positivos atendiendo a los niveles de ocupación y a la reducción del desempleo. El año 2022 presenta una mejora tanto en lo que concierne a la participación de las personas en el mercado laboral como en los términos de ocupación (tasas de actividad y de empleo) además de una reducción de la tasa de paro.

Al mismo tiempo, desde la puesta en marcha de la reforma laboral (de diciembre de 2021) la reducción de la temporalidad constituye otro aspecto positivo del balance anual. La mayor creación de empleo tiene lugar con la creciente incorporación de las mujeres al mundo del trabajo, por los mayores de empleo en las personas mayores de 45 años y en los asalariados del sector privado. El desempleo se manifiesta en el año 2022 en las personas menores de 25 años, en las mujeres, en los extranjeros y en las personas con estudios primarios.

5.2

EL MERCADO DE TRABAJO EN 2022

Una primera aproximación global a la situación do mercado de trabajo en Galicia supone evaluar los indicadores básicos del mercado laboral y su comparación con el resto de las CC.AA.. Los niveles de estudiar son: la tasa de actividad, la tasa de ocupación, la tasa de paro y la tasa de temporalidade.

Como primer aspecto positivo del comportamiento del mercado de trabajo en Galicia es preciso mencionar la mejora, en términos anuales, de las tasas de actividad, ocupación y desempleo. Asimismo, tras la puesta en marcha de la reforma laboral aprobada en diciembre de 2021, la tasa de temporalidad desciende de manera importante en Galicia.

En lo que concierne a la tasa de actividad, la participación laboral de los gallegos aumenta a lo largo del año 2022, hasta el 53%, cinco décimas por encima de lo estimado en el año precedente. De esta manera, Galicia se mantiene como la segunda CC.AA. con tasas más reducidas tras Asturias, con un 49,8%, reduciéndose, no obstante, el diferencial con respecto al conjunto del Estado, donde tras una suba de dos décimas se sitúa en el 58,7%.

La tasa de actividad femenina es notablemente inferior a la masculina, con tasas del 49,2% y del 57%, respectivamente, lo que subraya un diferencial de 7,8 puntos porcentuales (8,8 puntos con respecto al año anterior). En lo tocante al conjunto de España, el diferencial se mantiene por encima del existente en Galicia, situándose en 9,9 puntos, aumentando la tasa de actividad femenina hasta el 53,8% y la masculina hasta el 63,7%.

Refiriéndonos a la tasa de ocupación; esto es, la relación entre la población ocupada y la población mayor de 16 años, en Galicia dicha tasa asciende hasta el 47,1%, si bien aumenta el diferencial con respecto a la media estatal que se sitúa en 4 puntos frente a los 3,5 puntos del ano anterior (en el conjunto del Estado asciende hasta el 51,1%). Este porcentaje sitúa a Galicia como la cuarta Comunidad Autónoma con menor tasa de empleo, por delante de Asturias (43,5%), Andalucía (45,9%) y Extremadura (46%).

Al igual que acontece con la tasa de actividad, la participación de las mujeres es significativamente inferior a la de los hombres, siendo el diferencial en Galicia nuevamente inferior al estimado en el conjunto de España. Entre los hombres la tasa de empleo se sitúa en el 51,3% frente a los 43,3% en el caso de las mujeres, ratio que implica un diferencial de 7,9 puntos, frente aos 10,7 puntos anotados en España (56,6% e 45,9%, respectivamente).

La tasa de paro gallega desciende a lo largo del último año hasta el 11%, casi dos puntos por debajo de la media estatal (12,9%), lo que sitúa a Galicia en una posición intermedia respecto al resto de las CC.AA. Llama la atención el hecho que en el País Vasco la tasa de paro es inferior en el 9% tanto en el supuesto del análisis respecto a los hombres como respecto a las mujeres (8,4% y 8,8%, respectivamente), situándose estos porcentajes en el 10,1% y 12% en Galicia.

	2019	2020	2021	2022	2022			
					I	II	III	IV
<i>(en miles de persoas)</i>								
Poboación maior de 16 anos	2.335,3	2.339,0	2.340,9	2.342,6	2.340,2	2.341,6	2.343,0	2.345,6
Poboación activa	1.241,1	1.220,9	1.228,2	1.240,4	1.232,4	1.244,7	1.248,6	1.235,9
25 - 34 anos	223,3	210,7	207,0	208,2	207,8	210,7	208,5	205,7
Poboación ocupada	1.095,2	1.074,2	1.085,1	1.103,7	1.091,4	1.105,2	1.113,8	1.104,5
Conta propia	216,6	205,3	208,2	203,2	199,0	205,6	201,7	206,3
Conta allea	878,3	868,6	876,4	900,4	892,2	899,5	911,6	898,2
Outra situación	0,3	0,4	0,5	0,2	0,2	0,2	0,4	0,0
Poboación parada	145,9	146,7	143,1	136,7	141,0	139,4	134,8	131,4
Parado longa duración	57,1	49,9	59,0	51,7	57,2	52,9	49,7	47,0
Poboación inactiva	1.094,2	1.118,1	1.112,7	1.102,2	1.107,7	1.096,9	1.094,4	1.109,7
Taxa de actividade	53,1%	52,2%	52,5%	52,9%	52,7%	53,2%	53,3%	52,7%
Taxa de ocupación	46,9%	45,9%	46,4%	47,1%	46,6%	47,2%	47,5%	47,1%
Taxa de paro	11,8%	12,0%	11,7%	11,0%	11,4%	11,2%	10,8%	10,6%
Taxa de temporalidade	26,5%	24,0%	24,5%	19,4%	22,5%	20,1%	18,9%	16,6%
Afiliacións (media trimestral)	1.015,3	996,0	1.014,4	1.036,9	1.023,8	1.038,8	1.045,1	1.039,8
Paro rexistrado (media trimestral)	163,2	180,3	163,4	146,2	153,9	145,9	142,0	142,9

Cuadro 1.
Principais datos do mercado de traballo en Galicia 2019-2022.
Fuente: IGE.

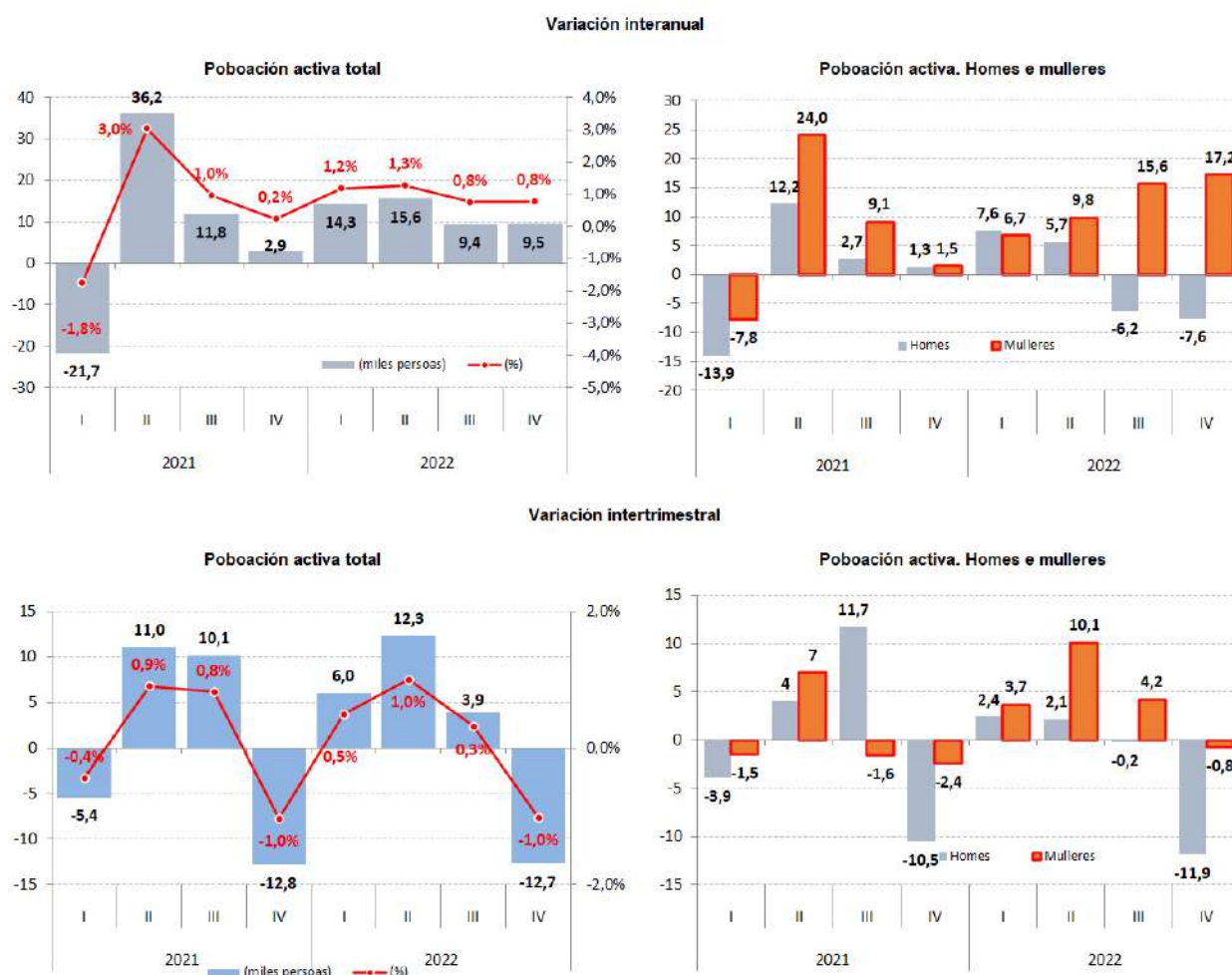
5.3

ANÁLISIS DE LA POBLACIÓN ACTIVA

Por segundo año consecutivo Galicia presenta, en 2022, un incremento de la población activa, contabilizándose un total de 1.240.400 personas, lo que supone 12.200 personas más que en año anterior (1%), siendo el incremento más acusado desde el año 2011, cuando se registró un aumento similar en términos absolutos (0,9%). Con todo, a pesar de este incremento la población activa, todavía es un 0,1% (700 personas) inferior a la estimada antes de la crisis originada por la pandemia, lo que contrasta con lo acontecido en el conjunto de España, donde la población activa es un 1,7% superior a la contabilizada en 2019.

El mencionado incremento estimado en 2022 viene motivado por una mayor incorporación de las mujeres al mercado de trabajo; esto es, 12.300 personas activas más que en el año precedente (2,1%), cifra tan solo superada en 2011 (2,5%; 14.700 persoas). Entre los hombres, el número de activos se reduce en cien personas. En lo que concierne al conjunto de España la población activa aumenta en ambos casos, siendo ligeramente más acusado el crecimiento de las mujeres que el de los hombres (1% y 0,9%, respectivamente).

Comparando estos datos con los estimados en 2019, la población activa femenina es superior al nivel pre-crisis en un 0,6% (3.500 mujeres mas), lo que contrasta con lo acontecido entre los hombres, que registran una reducción del 0,6% (4.100 activos menos). En España la población activa sube entre los dos años considerados tanto entre los hombres (0,7%) como en mayor medida entre las mujeres, con aumento del 2,8%.



Cuadro 2.
Evolución trimestral da poboación activa 2021-22: distribución según sexos.
Fuente: IGE.

Tras esta evolución, la participación laboral de las mujeres aumenta tanto en Galicia como en España, si bien en Galicia este incremento se produce con una mayor intensidad. En tanto que entre los hombres, la tasa de actividad se reduce ligeramente, lo que contrasta con lo estimado en España. La tasa de actividad femenina es notablemente inferior a la masculina, con tasas del 49,2% y 57%, respectivamente, lo que supone un diferencial de 7,8 puntos porcentuales (8,8 puntos en el año anterior). Para el conjunto del Estado, el diferencial se mantiene en 9,9 puntos, aumentando la tasa de actividad femenina hasta el 53,8% y la masculina hasta el 63,7%. En ambos casos, Galicia se mantiene como la segunda CC.AA. con las tasas más reducidas, tras Asturias.

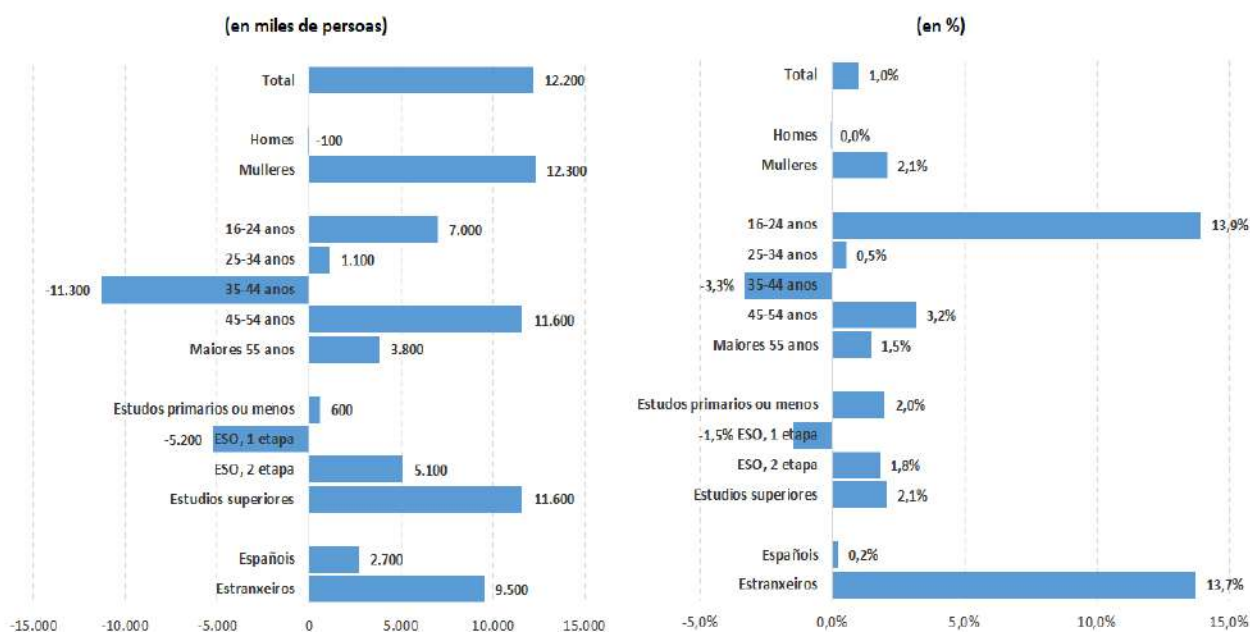
	GALICIA	ESPAÑA	Mejores CCAA	Peores CCAA
Tasa de actividad	53,0%	58,7%	Baleares (64,1%); Madrid (63,5%); Cataluña (60,9%) Rioja (60,3%).	Asturias (49,8%); Galicia (53,0%); Cantabria (54,8%); C-León (55,0%)
Tasa de ocupación	47,1%	51,1%	Baleares (57,1%); Madrid (56,3%); Cataluña (55,0%); Rioja (54,2%).	Asturias (43,5%); Andalucía (45,9%); Extremadura (46,0%); Galicia (47,1%).
Tasa de paro	11,0%	12,9%	Pais Vasco (8,6%); Aragón (9,4%); Cantabria (9,4%); Rioja (9,5%).	Andalucía (19,0%); Canarias (17,6%); Extremadura (17,3%); C-Mancha (14,3%).
Tasa de temporalidad	19,4%	21,1%	Madrid (15,8%); Cataluña (17,2%); Cantabria (18,0%); Rioja (18,7%); Galicia (19,4%)	Extremadura (28,8%); Andalucía (28,2%); Canarias (24,9%); Murcia (23,6%).

Cuadro 3.
Tasas de actividad, ocupación, paro y temporalidad. 2022.
Fuente: INE.

Junto a este significativo incremento de la población activa femenina resulta preciso resaltar el comportamiento de la población activa entre las personas con estudios superiores, personas con edades comprendidas entre 45 y 54 años, y entre las personas de nacionalidad extranjera. Por un lado, el número de activos que poseen estudios superiores aumenta en 11.600 personas (2,1%), al igual que entre las personas con edades comprendidas entre 45 y 54 años (3,2%).

En segundo término, para el conjunto del año 2022, la población activa de nacionalidad extranjera aumenta un 13,7% respecto al año anterior (9.500 personas más) frente al 0,2%, en el caso de los españoles (2.700 personas más). Mención especial merece el incremento del 0,5% de la población activa de 25-34 anos, que rompe la tendencia descendente iniciada en 2009 cuando la población activa de este grupo de edad descendió un 2,2% (8.100 personas menos que en el año anterior).

Frente a este incremento, subrayamos un nuevo descenso de la población activa entre las personas con edades comprendidas entre 35 y 44 anos, que en 2022 fue del 3,3% respecto al año anterior (11.300 personas menos), siete décimas por arriba de lo estimado en el año anterior (9.300 personas menos).



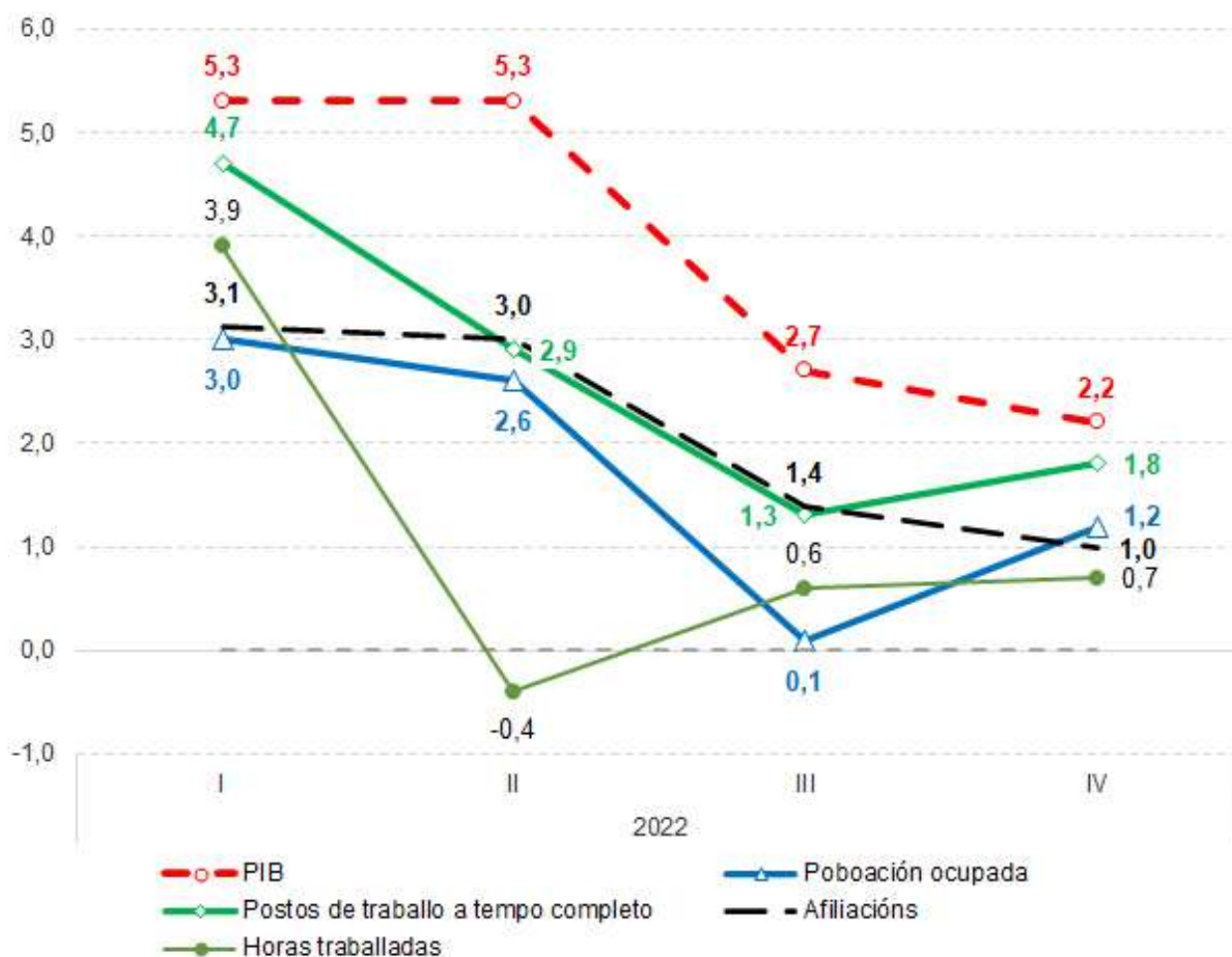
Cuadro 4.
Población activa 2022. Variación inter-anual.
Fuente: IGE.

5.4

ANÁLISIS DE LA POBLACIÓN OCUPADA

La ralentización de la economía gallega en el último año no se traslada directamente al mercado de trabajo a pesar de que las tres fuentes consideradas presentan un crecimiento de la ocupación inferior al registrado por el PIB en términos reales (3,8% respecto al año anterior).

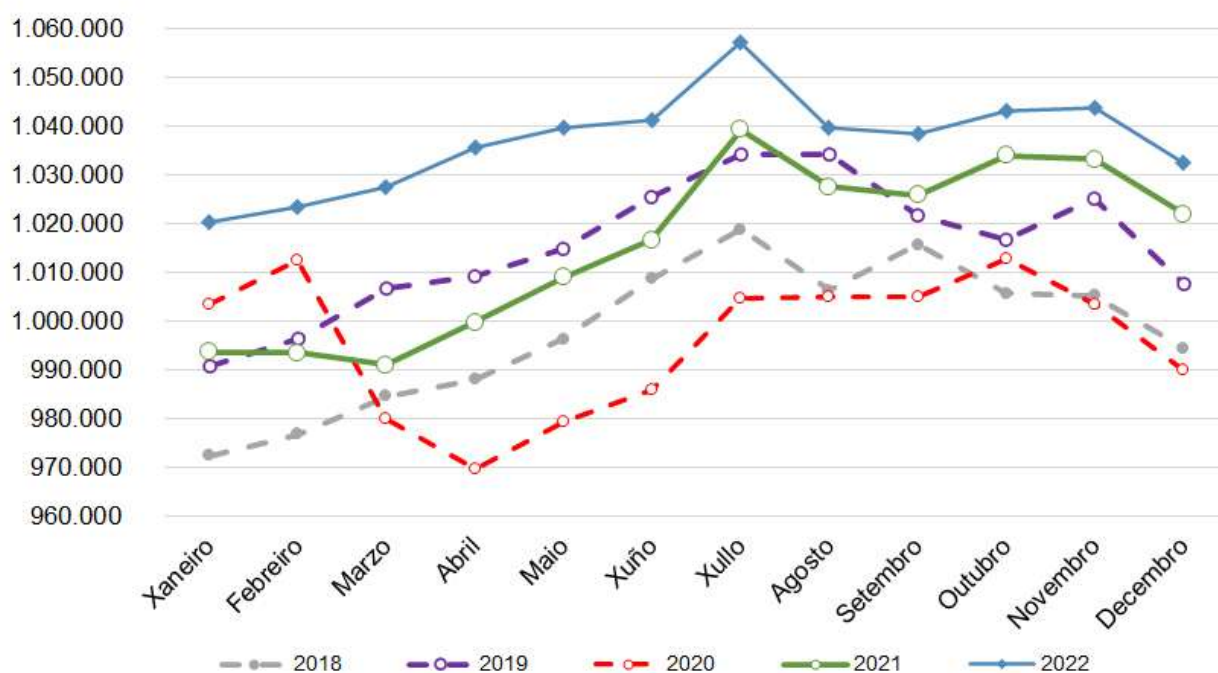
Por un lado, tanto la población ocupada estimada por la EPA como las afiliaciones a la Seguridad Social presentan un incremento de la ocupación superior al del año anterior, situándose en tasas de variación inter-anales del 1,7% e 2,1%, respectivamente, frente a las ratios del 1% y 2,1%, del año precedente. Por otro lado, las cuentas económicas reflejan una significativa ralentización en lo que concierne al ritmo de crecimiento de los puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo y del número de horas. Así, en concreto, los primeros aumentan un 2,25 frente a los 7,3% del año anterior, en tanto que el número de horas suben un 1,2% en 2022 y un 5,8% en el año 2021. Al igual que en el año anterior, España presenta un mejor comportamiento en referencia a los cuatro indicadores mencionados, aumentando un 3,1% la población ocupada; un 3,8% en el caso de las afiliaciones a la Seguridad Social y a los puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo; y un 4,1% en el ratio de horas trabajadas.



Cuadro 5.
Evolución trimestral del PIB y de la ocupación en Galicia. 2022.
Fuente: IGE.

En lo que hace referencia al número medio de afiliaciones, en alta laboral, en el sistema de Seguridad Social, Galicia registra en 2022 un total de 1.036.862 personas afiliadas; lo que supone 22.477 afiliacións máis que en el año anterior. Atendiendo a la evolución mensual, a 31 de diciembre, Galicia cuenta con 1.032.624 personas afiliadas en alta laboral un 1% máis que en la misma fecha que el año anterior, alcanzando el nivel máximo, al igual que en años anteriores (a excepción de 2020), en el mes de julio, con 1.057.238 afiliaciones.

Tras la entrada en vigor en el mes de marzo de la Reforma Laboral aprobada a finales de 2021, se registra un transvase del empleo temporal hacia los contratos indefinidos. A lo largo de año 2022, el número de contratos temporales se reduce un 24,4% respecto al año anterior, aumentando en un 15,1% la contratación indefinida. Dentro de esta última modalidad contractual, los indefinidos fijos discontinuos aumentan en un 96,1%. En términos absolutos, el número de contratos temporales se reducen en 51.156 contratos; aumentando, por contra, los indefinidos en 72.331 contratos, de los que 13.304 son indefinidos fijos discontinuos.



Cuadro 6.
 Evolución mensual das afiliacións á Seguridade Social en Galicia 2018-2022.
 Fuente: IGE.

Atendendo a la distribución sectorial, la actividad con mayor número de afiliados es la correspondiente al comercio, a excepción de los vehículos de motor, que concentra el 10,3% de las personas afiliadas, por delante de las actividades sanitarias y de servicios de comidas y bebidas, que absorben en torno al 6,5% de las afiliaciones cada una de ellas. Tras el mal comportamiento experimentado en 2021, la actividad económica con mayor incremento de afiliaciones es la de los servicios de comidas y bebidas (CNAE 56), con 5.365 afiliados más (8,8%); junto con la educación (CNAE 85), con 1.872 afiliados más (3,4%); y los servicios de alojamiento (CNAE 55), con 1.608 afiliados más (17,2%).

En el extremo opuesto, las que presentan los mayores descensos son las actividades del sector agro-ganadero (CNAE 01), con 1.205 afiliaciones menos; por delante de la fabricación de vehículos de motor (CNAE 29) y las actividades de los hogares como empleados del personal doméstico (CNAE 97), con 861 e 850 afiliaciones menos, respectivamente.

	2021		2022		22/21	
	(número)	(%)	(número)	(%)	(%)	(número)
47 Comercio ao retalho, salvo de vehículos de motor e motocicletas	105.423	10,4	106.367	10,3	0,9	944
86 Actividades sanitarias	66.458	6,6	67.606	6,5	1,7	1.148
56 Servicios de comidas e bebidas	60.976	6,0	66.340	6,4	8,8	5.364
84 Administración pública e defensa; Seguridade Social obrigatoria	58.174	5,7	58.028	5,6	-0,3	- 146
85 Educación	53.182	5,2	55.054	5,3	3,5	1.872
43 Actividades de construcción especializada	49.075	4,8	50.194	4,8	2,3	1.119
46 Comercio por xunto e intermediarios do comercio, salvo de vehículos de motor e motocicletas	48.086	4,7	48.774	4,7	1,4	688
49 Transporte terrestre e por tubaxe	33.406	3,3	33.466	3,2	0,2	60
01 Agricultura, gandaría, caza e servizos relacionados con elas	34.594	3,4	33.389	3,2	-3,5	- 1.205
10 Industria da alimentación	30.627	3,0	31.356	3,0	2,4	729
81 Servicios a edificios e actividades de xardinaria	28.801	2,8	28.843	2,8	0,1	42
41 Construcción de edificios	24.530	2,4	24.858	2,4	1,3	328
97 Actividades dos fogares como empregadores de personal doméstico	25.588	2,5	24.738	2,4	-3,3	- 850
45 Venta e reparación de vehículos de motor e motocicletas	21.725	2,1	21.684	2,1	-0,2	- 41
Subtotal (ramas con máis de 20.000 afiliacións)	640.645	63,2	650.697	62,8	1,6	10.052
Total	1.014.385	100	1.036.862	100	2,2	22.477

Ramas con maior descenso de afiliacións

	2020		2021		21/20	
	(número)	(%)	(número)	(%)	(%)	(número)
01 Agricultura, gandaría, caza e servizos relacionados con elas	34.594	3,4	33.389	3,2	-3,5	- 1.205
29 Fabricación de vehículos e motor, remolques e semirremolques	15.895	1,6	15.034	1,4	-5,4	- 861
97 Actividades dos fogares como empregadores de personal doméstico	25.588	2,5	24.738	2,4	-3,3	- 850
78 Actividades relacionadas co emprego	11.481	1,1	11.126	1,1	-3,1	- 355
03 Pesca e acuicultura	17.579	1,7	17.375	1,7	-1,2	- 204

Ramas con maior incremento de afiliacións

	2021		2022		22/21	
	(número)	(%)	(número)	(%)	(%)	(número)
56 Servicios de comidas e bebidas	60.976	6,0	66.340	6,4	8,8	5.364
85 Educación	53.182	5,2	55.054	5,3	3,5	1.872
55 Servicios de aloxamento	9.329	0,9	10.937	1,1	17,2	1.608
93 Actividades deportivas, recreativas e de entretemento	9.736	1,0	11.293	1,1	16,0	1.557
62 Programación, consultaría e outras actividades relacionadas coa informática	12.831	1,3	14.080	1,4	9,7	1.249

Cuadro 7.

Afiliaciones a la Seguridad Social 2021-2022: distribución según las principales ramas de actividad.

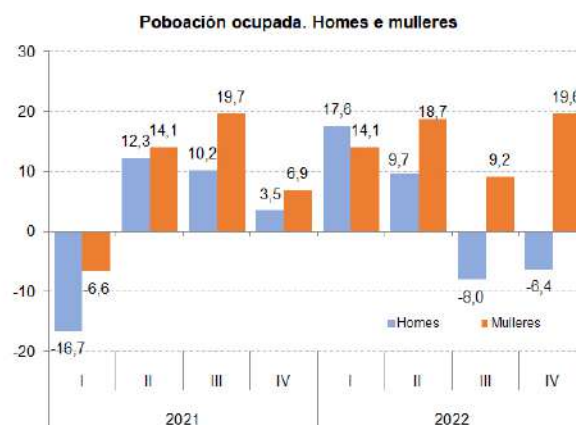
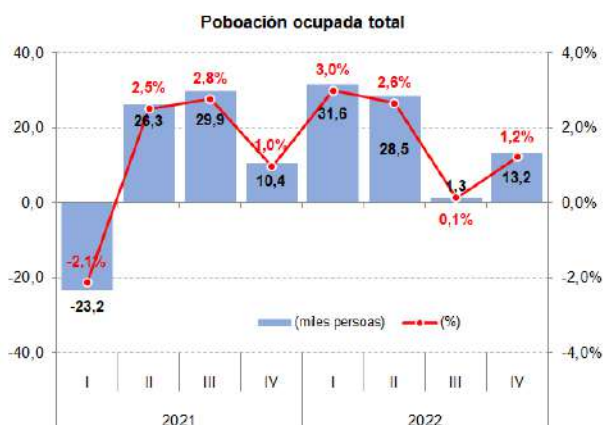
Fuente: IGE.

La población ocupada se incrementó en 2022 un 1,7%; sumando un total de 1.103.700 persoas, lo que supone 18.600 más que en el año anterior. Tras esta subida, la ocupación supera el nivel pre-crisis en un 0,8% (8.500 persoas más). Así, la tasa de ocupación (relación entre la población ocupada y la población mayor de 16 años) asciende en Galicia hasta el 47,1%, siete décimas más que en el año anterior, lo que sitúa a Galicia como la cuarta Comunidad Autónoma con menor tasa de empleo, por delante de Asturias (43,5%), Andalucía (45,9%) y Extremadura (46,0%). Para el conjunto de España este porcentaje asciende hasta el 51,1%, 1,2 puntos más que en el año precedente.

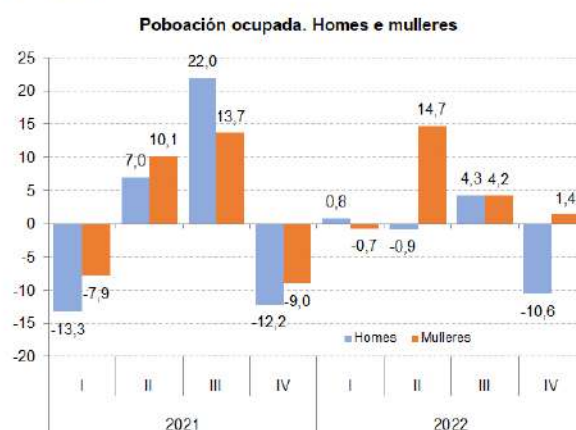
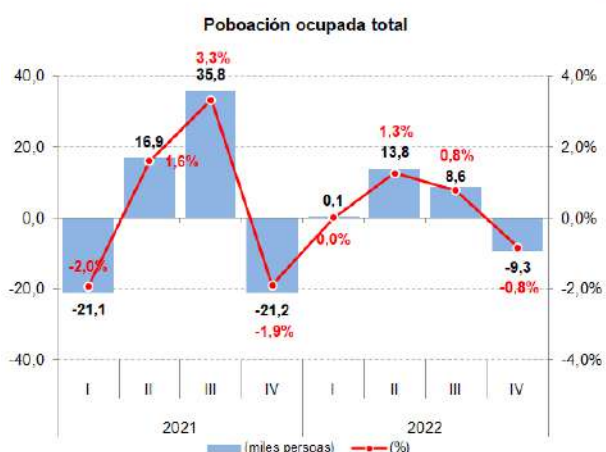
El mencionado incremento inter-anual de la ocupación se produce con mayor intensidad entre las mujeres aumentando, por consiguiente, el empleo femenino en 15.400 personas (3%) frente a los 3.200 en el caso de los hombres (3.200 personas; 0,6%). Este aumento es más intenso en el conjunto de España, estimándose un incremento de la ocupación en torno al 3,3% en el caso de las mujeres y del 2,9% en el caso de los hombres.

La tasa de ocupación aumenta ligeramente en Galicia hasta el 51,3% en el caso de los hombres, ocho puntos superior a la estimada para la ocupación femenina (43,1%), manteniéndose esos porcentajes por debajo del estimado para el mercado laboral español: 56,6% y 45,9%, respectivamente. En relación al resto de las CC.AA., tan solo Asturias presenta una tasa inferior a la gallega en el caso de los hombres, en tanto que la tasa de ocupación femenina sitúa a Galicia como la quinta CC.AA. con la tasa más reducida tras Asturias, Extremadura, Andalucía y Castilla-Mancha.

Variación interanual



Variación intertrimestral



Cuadro 8.

Evolución trimestral da poboación ocupada 2021-22: distribución según xénero.
Fuente: IGE.

Centrándonos en el análisis de las cifras totales de ocupación, estimadas por la EPA, subrayamos dos notas de relevancia. La primera, el mayor crecimiento del empleo entre las mujeres; y la segunda, el incremento del empleo se produce en mayor medida en el sector servicios, entre las personas asalariadas en el sector privado, entre las personas con estudios superiores así como entre los mayores de 45 años. En el extremo opuesto la ocupación se reduce entre las personas trabajadoras por cuenta propia, en los asalariados en el ámbito público, así como en el sector industrial y entre las personas comprendidas en la franja de edad entre de 35 a 44 años.

	Galicia			Galicia/España			Galicia 22/21		
	Total	Homes	Mulleres	Total	Homes	Mulleres	Total	Homes	Mulleres
	(en miles de persoas)			[%]					
Total	1.103,7	574,5	529,2	5,4	5,2	5,6	1,7	0,6	3,0
Sectores económicos									
Sector primario	66,6	44,8	21,7	8,6	7,5	12,1	- 1,2	0,7	- 4,4
Industria	167,4	114,5	52,9	6,0	5,7	6,9	- 1,9	- 6,8	10,0
Construción	73,6	67,4	6,2	5,6	5,6	4,9	1,2	0,3	12,7
Servizos	796,1	347,8	448,4	5,1	4,9	5,4	2,8	3,2	2,5
Situación profesional									
Traballadores por conta propia	203,1	119,6	83,6	6,5	5,9	7,6	- 2,4	- 3,2	- 1,3
Empregador	67,8	40,6	27,2	6,9	6,0	8,7	- 0,9	- 4,2	4,6
Empresarios sen asalariados	129,5	78,2	53,3	6,4	5,9	7,2	- 2,6	- 1,8	- 3,8
Membros cooperativas	1,7	1,2	0,5	6,3	6,5	5,7	21,4	50,0	- 16,7
Axuda na empresa ou negocio familiar	4,2	1,6	2,6	5,5	4,6	6,3	- 22,2	- 42,9	- 3,7
Asalariados	900,4	454,9	445,4	5,2	5,1	5,4	2,7	1,6	3,9
Sector público	194,3	78,6	115,7	5,6	5,3	5,7	- 2,5	- 3,2	- 2,0
Sector privado	706,1	376,3	329,8	5,1	5,0	5,2	4,3	2,7	6,2
Outra situación	0,2	0,1	0,1	1,5	1,7	1,4	- 60,0	- 50,0	- 66,7
Ocupación									
Directores e xerentes	34,7	23,4	11,4	3,9	4,0	3,7	- 21,6	- 30,4	- 3,8
Técnicos e profesionais científicos e intelectuais	200,3	77,6	122,7	5,1	4,7	5,4	12,5	3,7	3,2
Técnicos e profesionais de apoio	125,1	78,0	47,1	5,2	5,3	5,1	- 5,5	- 7,4	- 0,8
Empregados contables, admons. e outros empregados ofic.	97,0	29,7	67,3	4,6	4,4	4,7	5,5	- 0,8	2,3
Trab. servizos restaur., persoais, protecc. vend. comerc.	251,4	84,4	167,0	5,8	4,9	6,5	20,3	4,2	4,2
Trab. cualificado no sector primario	53,8	36,1	17,7	12,1	10,0	20,8	2,2	12,7	- 3,9
Trab. cualif. ind. manufact. construcc., minaría, agás operad	143,8	126,5	17,3	6,7	6,4	9,9	0,9	4,8	0,3
Operadores	92,1	75,9	16,2	5,7	5,5	7,2	0,5	- 12,8	2,6
Ocupacións elementais	99,9	38,0	61,9	4,1	3,6	4,4	- 9,6	- 2,7	- 1,7
Ocupacións militares	5,6	5,1	0,5	5,2	5,3	4,2	5,8	21,6	1,6
Grupos de idade									
16-19 anos	4,8	3,3	1,4	3,1	3,8	2,0	-	-	-
20-24 anos	33,9	19,9	14,0	3,5	3,7	3,2	10,4	9,3	12,0
25-34 anos	176,5	91,8	84,7	4,6	4,6	4,7	3,0	3,4	2,5
35-44 anos	303,0	156,0	146,9	5,7	5,5	5,8	- 2,6	- 5,3	0,4
45-54 anos	345,4	179,1	166,3	5,8	5,6	6,1	3,5	2,1	5,1
55 e máis anos	240,1	124,4	115,7	5,8	5,5	6,2	2,3	2,4	2,2

Cuadro 9.

Población ocupada en Galicia 2022: distribución según sectores económicos, situación profesional, ocupación, idade y nivel de formación.
Fuente: IGE, INE.

Atendiendo a la situación profesional de los ocupados, a lo largo del año 2022, los incrementos de empleo se explican, casi en su totalidad, por la evolución positiva de las personas asalariadas en el sector privado, con 29.000 personas ocupadas más que en el año anterior (4,3%), de los que 19.200 son mujeres y 9.800 son hombres (6,2% y 2,7% más, respectivamente).

En sentido contrario, la ocupación por cuenta propia desciende un 2,4% respecto al año anterior (5.100 personas menos), estimándose esta caída tanto en el caso de los empresarios con asalariados (-0,9%; 600 personas menos) como entre las personas empleadoras, con un descenso inter-anual del 2,6% (3.500 personas). Este descenso de personas trabajadoras por cuenta propia se produce de manera más intensa entre los hombres que entre las mujeres (reducción do 3,2% (-4.000 ocupados), casi dos puntos máis que entre las mujeres (-1,3%; 1.100 persoas). Con todo, es preciso mencionar el hecho que el incremento del número de mujeres empleadoras (con 1.200 ocupadas más, equivalentes al 4,6%) contrasta con la reducción, en torno al 4,2%, entre los hombres (1.800 menos).

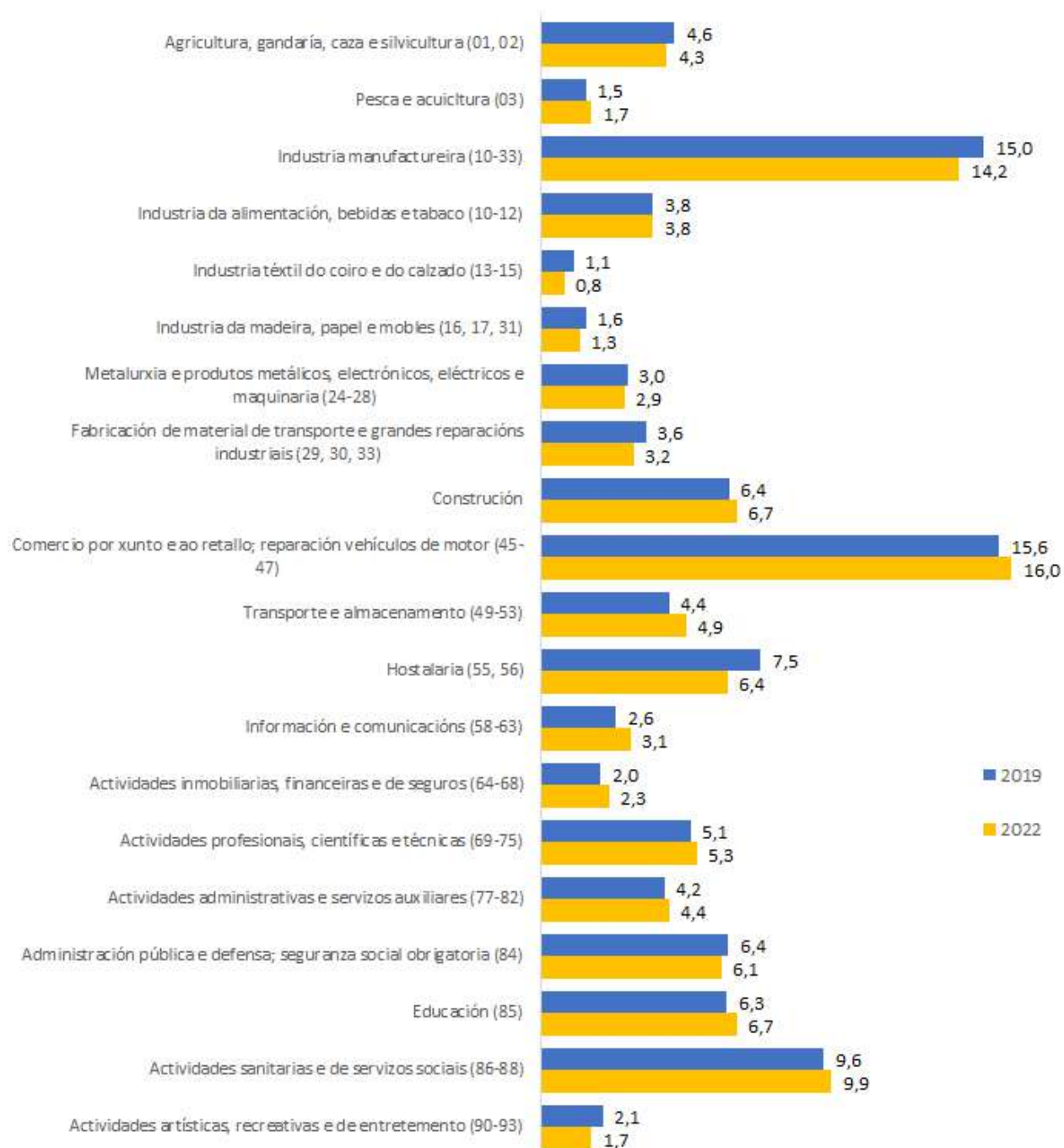
Asimismo, si completamos el análisis relacionando el incremento de la ocupación con los niveles de estudios, tendríamos la población ocupada entre las personas con estudios superiores aumenta un 3,1% (15.900 personas), siendo este incremento del 4,9% entre las mujeres (13.500 personas). En el extremo opuesto, la reducción de la ocupación entre las persoas que poseen tan solo estudios primarios (-1,4%; 300 personas) viene explicado por mor de la disminución entre los hombres (1.300 personas menos), aspecto que contrasta con el incremento de la ocupación femenina (1.000 mujeres más). De igual forma, la ocupación aumenta entre las persoas con educación secundaria (2.500 personas más) y entre aquellas que no tienen terminados sus estudios primarios (500 personas) registrándose esta subida tanto en el caso de los hombres como de las mujeres.

	2022			22/21		
	Total	Homes	Mulleres	Total	Homes	Mulleres
	<i>(taxa variación interanual)</i>					
Total	1.103,7	574,5	529,2	1,7%	0,6%	3,0%
Sector Primario	66,6	44,8	21,7	-1,2%	0,7%	-4,4%
Agricultura, gandaría, caza e silvicultura	47,4	29,8	17,6	0,6%	3,5%	-3,3%
Pesca e acuicultura	19,2	15,1	4,1	-5,4%	-3,8%	-8,9%
Industria	167,4	114,5	52,9	-1,9%	-6,6%	10,0%
Industrias extractivas	3,4	2,7	0,7	-17,1%	-28,9%	133,3%
Industria manufacturera	156,7	106,8	49,9	0,9%	-3,1%	10,6%
Energía, suministro de auga e xestión de residuos	7,3	5,1	2,2	-35,4%	-40,7%	-18,5%
Construción	73,6	67,4	6,2	1,2%	0,3%	12,7%
Servizos	796,1	347,8	448,4	2,8%	3,2%	2,5%
Comercio por xunto e ao retalto; reparación de vehículos de motor e motocicletas	176,2	83,7	92,4	4,3%	2,1%	6,3%
Transporte e almacenamento	54,6	42,6	12,0	4,4%	-0,7%	27,7%
Hostalaría	70,1	28,9	41,2	9,5%	16,1%	5,4%
Act. de información, financeiras, inmobiliarias e profesionais	166,1	86,7	79,4	5,0%	6,6%	3,3%
Admón. pública e defensa; seguranza social obrigatoria	67,8	39,4	28,4	-4,8%	-1,5%	-9,3%
Educación	73,6	21,9	51,7	2,5%	0,9%	3,2%
Actividades sanitarias e de servizos sociais	109,0	22,3	86,7	-0,3%	-6,7%	1,5%
Resto de servizos	78,8	22,2	56,5	0,3%	9,4%	-3,1%

Cuadro 10.

Población ocupada 2022: distribución según género y ramas de actividad.
Fuente: IGE.

En lo concerniente a la distribución sectorial, el sector servicios concentra el 72,1% de la población ocupada en Galicia, lo que supone un total de 796.100 personas; representando el conjunto de las ramas manufactureras, el 14,2% (equivalentes a 156.700 personas ocupadas). El sector da construción concentra el 6,7% de la poboación ocupada total en Galicia (73.600 personas) y las actividades del sector primario el 6% (66.600 personas). En el ámbito del sector servicios la actividad que concentra el mayor número de ocupados es la del comercio, con un 16% de la población ocupada, por delante de las actividades sanitarias y de servicios sociales, con un 9,9%. Si se compara esta estructura con la existente en el año 2019, subrayamos el desigual comportamiento del sector servicios y del sector industrial; en la medida que, en el primer caso, su peso relativo aumenta en un punto porcentual; y, en cambio, se reducen, en un 1,2% las actividades industriales. Entre ambos años, el peso relativo de la hostalería se reduce en 1,1 puntos porcentuales y la industria manufacturera en ocho décimas, lo que contrasta con los aumentos de seis décimas en el caso de transporte y almacenamiento.



Cuadro 11.
Estrutura de la ocupación en Galicia 2019 y 2022. Peso relativo sobre la población ocupada total.
Fuente: IGE.

5.5

EN TORNO A LA CALIDAD DEL EMPLEO

Si la actividad económica de Galicia experimenta un crecimiento del 3,8% en el último año, la ocupación a tiempo parcial presenta un mayor dinamismo que la ocupación a tiempo completo. Así, la ocupación a tiempo parcial en el último año aumenta un 3,2% respecto al año anterior (4.200 persoas más) frente al 1,3% en el caso de la ocupación a tiempo completo (9.700 persoas más). Tal dinámica contrasta con lo acontecido en el conjunto de España, donde la jornada a tiempo completo presenta una suba inter-anual del 3,5%, casi seis veces más de lo logrado en el caso de la ocupación a tiempo parcial (0,6%).

A pesar de este aumento del 9,7% en lo que atañe al número de asalariados indefinidos (64.300 personas), los datos de la EPA reflejan un mayor dinamismo del empleo a tiempo parcial, que aumenta un 19,1% respecto al año anterior (14.600 personas) frente al 8,5% en el caso del empleo asalariado a tiempo completo (49.700 personas asalariadas). Tras esta evolución, el 87,4% de los contratos indefinidos son contratos a tiempo completo, lo que supone un punto más que en el año anterior y también en 2019.

Con respecto al análisis de la desagregación atendiendo al género los datos reflejan una ostensible desigualdad entre hombres y mujeres, en el sentido que el 84,4% de las personas asalariadas con contrato indefinido a tiempo parcial en Galicia en el último año son mujeres -porcentaje que supera ligeramente el 85,5% en los años 2019 y 2021-; en tanto que en el caso del empleo a tiempo completo su peso relativo se mantiene alrededor del 42,5%, un punto por debajo del anotado en 2019. Del mismo modo, el 22,2% de las mujeres asalariadas con contrato indefinido tiene un empleo a tiempo parcial, característica singular que contrasta con el 3,7% estimado entre los hombres (20,6% y 3,2% en el año 2019, respectivamente).

Asimismo, el número de personas asalariadas con contrato temporal se reduce de manera muy significativa en el último año, registrando un descenso del 18,8% (40.300 personas más), siendo esta disminución más acusada que en el conjunto de España (-12,8%). El mencionado descenso del empleo temporal en Galicia se produce tanto en hombres como en mujeres, si bien es más intenso entre los hombres, donde el empleo temporal se reduce un 23,8%, mas que entre las mujeres, que contabilizan un 14,4% (23.700 y 16.600 personas menos, respectivamente). En España, esta caída resulta menos intensa que en Galicia, situándose los porcentajes en torno al 14,3% y 11%, respectivamente.

Tras esta evolución, la tasa de temporalidad se sitúa en el 19,4%, más de cinco puntos inferior a la registrada en el año anterior y en siete puntos en relación a lo registrado en 2019 (24,5% y 26,5%, respectivamente). Atendiendo a este indicador la calidad del empleo femenino es inferior a la masculina dado que la tasa de temporalidad entre las mujeres se sitúa en el 22,1% frente al 16,7% en el caso de los hombres.

Finalmente, para completar el análisis, subrayar que en comparación con lo contabilizado en el año 2019, la tasa de temporalidad se reduce tanto en el caso de los hombres como en el supuesto de las mujeres, aunque es más acusado en el caso de los hombres (8,5 puntos porcentuales en el caso de los hombres y 5,7 en el de las mujeres). En el conjunto de España la tasa de temporalidad se sitúa en el 21,1%; oscilando este índice entre el 23,6% en el caso de las mujeres y el 18,8% en el de los hombres, lo que supone un descenso respecto al año 2019 de 3,6 puntos entre los hombres y de 6,6 puntos entre las mujeres.

El descenso de las personas asalariadas con contratos temporales se produce tanto en el sector público y en mayor medida en el ámbito privado, con caídas interanuales del 0,9% y 25,4%, respectivamente. Tales dinámicas contrastan con lo registrado en el conjunto del Estado, donde los asalariados temporales en el sector público aumentan un 2,9% (-17,95 en el sector privado). De esta manera, la tasa de temporalidad en lo que concierne al ámbito público aumenta hasta el 29,7%, más de trece puntos por encima de lo estimado para el sector privado (16,5%), contabilizándose en el conjunto de España unos totales del 31,4% e 18,5%, respectivamente.

5.6

NIVELES Y RATIOS DE DESEMPLEO

Los datos recogidos en la Encuesta de Población Activa (EPA) reflejan que en el último año el desempleo continúa con una tendencia decreciente, una vez superado los efectos e impactos de la pandemia. La población parada desciende en 2022 hasta las 136.700 personas (6.400 personas menos que en el año anterior), de las que 72.300 son mujeres (52,9%) y 64.700 son hombres (47,1%).

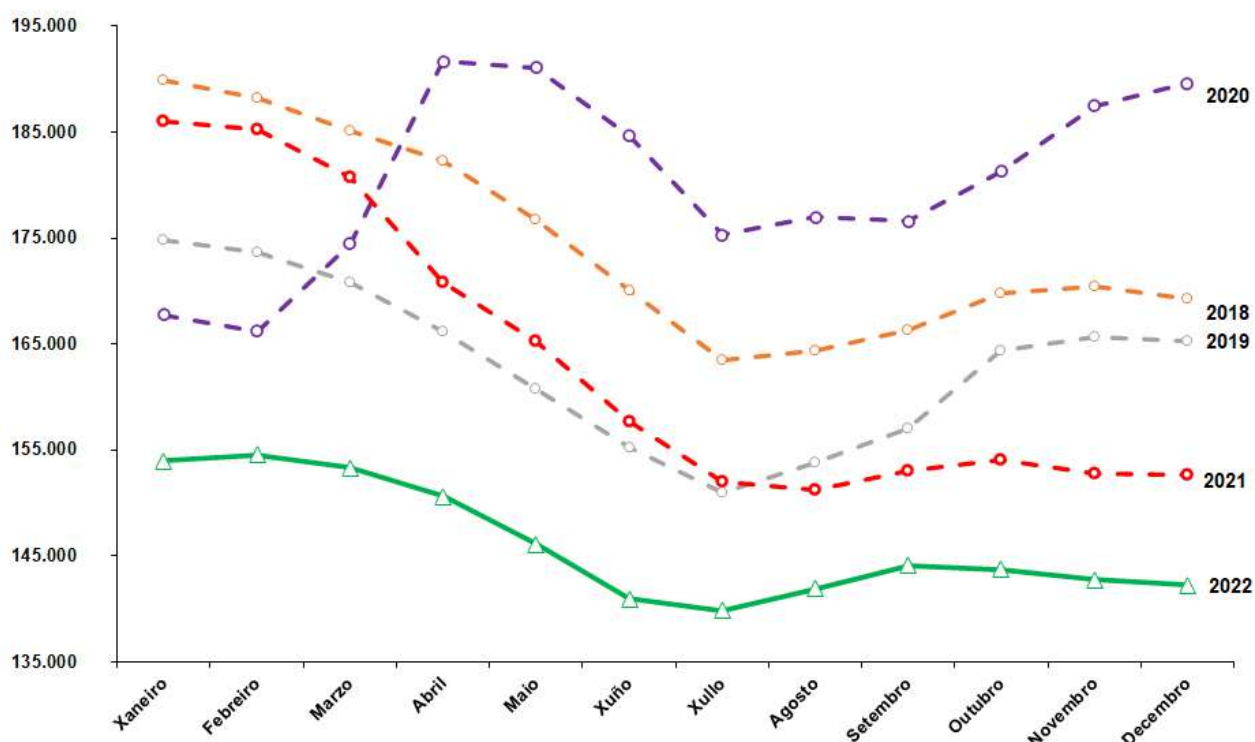
En términos relativos, el desempleo desciende un 4,5% respecto al año precedente, porcentaje significativamente inferior al registrado en el conjunto de España, con una reducción del 11,8%. Tras esta evolución, la tasa de paro en Galicia se reduce hasta el 11%, siete décimas menos que la media del año anterior, porcentaje que se sitúa 1,9 puntos por debajo de la media estatal (12,9%).

Los datos referidos al número de personas registradas en las oficinas de empleo en Galicia reflejan, también, ese descenso del desempleo, produciéndose dicha disminución con una mayor intensidad que lo reflejado por la EPA. En 2022 el número de personas paradas registradas se reducen un 10,6% respecto al año anterior, para situarse en torno a 146.200. Este descenso relativo se sitúa más de seis puntos porcentuales por debajo del registrado en el conjunto del Estado, donde el paro se reduce un 16,9% respecto al año anterior.

	2019	2020	2021	2022	2022			
					I	II	III	IV
	<i>(en miles de persoas)</i>							
Poboación parada	145,9	146,7	143,1	136,7	141,0	139,4	134,8	131,4
Homes	69,1	69,5	67,7	64,4	64,7	67,7	63,2	61,8
Mulleres	76,8	77,2	75,4	72,3	76,4	71,7	71,7	69,6
Paro de longa duración	57,1	49,9	59,0	51,7	57,2	52,9	49,7	47,0
	<i>(taxa de variación interanual; %)</i>							
Poboación parada	-12,1	0,5	-2,5	-4,5	-10,9	-8,5	6,4	-2,7
Homes	-13,1	0,6	-2,6	-4,9	-13,4	-5,6	2,9	-2,1
Mulleres	-11,1	0,5	-2,3	-4,1	-8,6	-11,0	9,8	-3,3
Paro de longa duración	-21,8	-12,6	18,2	-12,4	-6,8	-17,0	-3,5	-20,9
	<i>(porcentaxe de poboación activa; %)</i>							
Taxa de paro								
Total	11,8	12,0	11,7	11,0	11,4	11,2	10,8	10,6
Homes	10,7	10,9	10,6	10,1	10,1	10,5	9,8	9,8
Mulleres	12,8	13,2	12,8	12,0	12,9	11,9	11,8	11,5
Segundo nivel de estudos								
Estudios primarios	30,0	27,5	26,7	24,2	26,4	25,7	20,2	24,1
ESO. 1ª etapa	16,7	15,9	15,9	13,3	14,2	13,9	12,2	13,0
ESO. 2ª etapa	15,0	15,5	15,6	12,8	13,4	13,6	12,4	11,8
Educación superior	8,4	10,2	9,6	8,1	8,0	7,7	8,7	7,8
Segundo grupos de idade								
Menores de 25 anos	27,8	33,1	32,2	32,5	32,0	34,9	32,5	30,4
De 25 a 54 anos	11,3	11,7	11,0	10,2	10,7	10,2	9,9	10,1
Maiores de 55 anos	9,9	8,9	10,0	9,2	9,7	9,8	8,9	8,3
Segundo nacionalidade								
Española	11,1	11,3	10,7	10,3	10,5	10,6	10,2	10,1
Estranxeira	23,9	24,6	27,0	21,4	27,3	20,8	19,7	18,0

Cuadro 12.

Evolución de la población parada y de la tasa de paro en Galicia 2019-2022.
Fuente: IGE e INE.



Cuadro 13.
 Evolución do paro rexistrado en Galicia 2018-2022.
 Fuente: IGE.

Si nos centramos en el análisis de la población ocupada (EPA), las tasas de paro reflejan que el desempleo afecta en mayor medida al desempleo femenino. Así, la tasa de paro entre las mujeres desciende hasta el 12% frente al 10,1% entre los hombres. Comparando con lo acontecido en el conjunto de España, el diferencial entre hombres y mujeres resulta más acusado en el conjunto estatal, donde la tasa de paro femenino desciende hasta el 14,8%, equivalente a 3,5 puntos por encima del desempleo entre los hombres (2 puntos en Galicia).

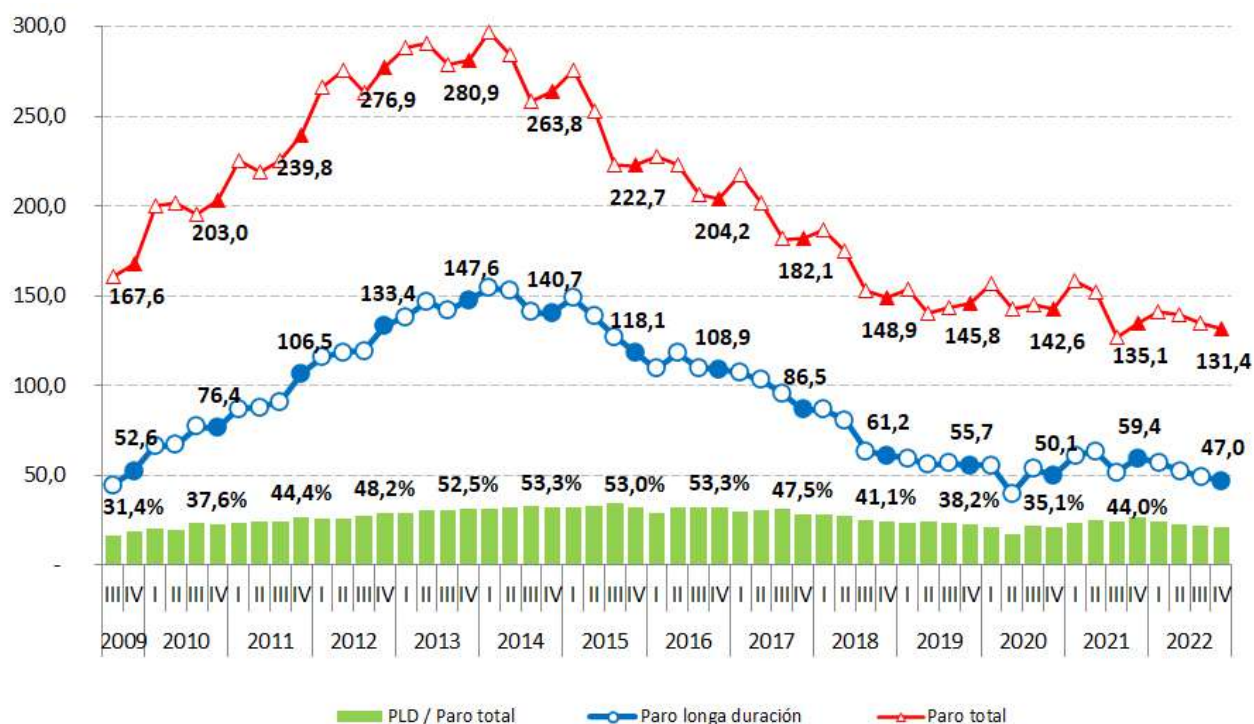
En relación al resto de las CC.AA. la tasa de paro gallega se sitúa en una posición intermedia; manteniéndose el País Vasco (8,6%) como la CC.AA. con menor desempleo, seguida de Aragón y Cantabria (9,4%). En lo que respecta a la tasa de paro masculina, Galicia ocupa la octava posición con la tasa de paro más elevada, aumentando el diferencial respecto a Aragón e, sobre todo, de Cantabria, donde el desempleo es ligeramente superior al 7,6%.

Entre las mujeres, Galicia es, también, la octava comunidad autónoma con menor tasa de desempleo, si bien es la comunidade del Norte de España con las tasas más elevadas (excepto Asturias). Al igual que en el caso de los hombres, aumenta el diferencial respecto a las dos CC.AA. con las tasas más reducidas: País Vasco (con un 8,8%) y Navarra (con un 10,1%).

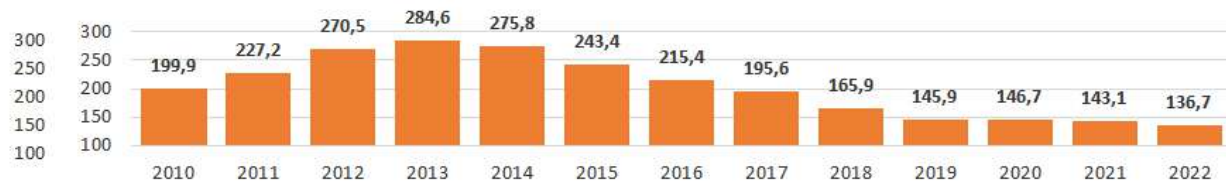
Los más afectados por el desempleo son las personas menores de 25 años, los extranjeros y los que poseen estudios primarios. De una parte, la tasa de paro entre los menores de 25 años aumenta ligeramente hasta el 32,5%, más de cuatro puntos y medio por encima de lo estimado para el año 2019 (27,8%); mientras que entre las personas de 25 a 54 años, la tasa de paro se reduce hasta el 10,2% (11,3% en 2019) y entre los mayores de 55 años hasta el 8,1% (9,9% en el año 2019). Y, en segundo lugar, atendiendo al nivel de estudios, la tasa de paro desciende hasta el 24,2% en el caso de las personas con estudios primarios, casi seis puntos inferior a lo registrado en 2019 (30%), situándose en el ratio de 8,1% entre aquellos con educación superior (8,4% en el año anterior). Por último, la tasa de paro entre las personas con nacionalidad española fue del 10,3% frente al 21,4% entre los extranjeros, rompiendo la tendencia creciente de los últimos años en el caso de la población extranjera.

Por último, al hacer referencia al desempleo de larga duración, tras el incremento experimentado en 2021, se retoma la tendencia descendente iniciada en 2015. En el año 2022, el número de ciudadanos que llevaban doce ou más meses en situación de desempleo se situán en 51.700 persoas, 7.300 menos que en el año precedente.

Teniendo en cuenta que el número de personas en situación de desempleo de larga duración se reduce un 12,4% respecto al año anterior y el paro total lo hace en un 4,5%, el peso relativo de larga duración en relación al paro total galego desciende hasta el 37,8%. O sea, en el último año, treintay ocho de cada cien parados gallegos son parados de larga duración, más de tres puntos inferior al contabilizado en el año anterior (41,2%), situándose dicho porcentaje en el 39,1% para el año 2019 (53,4% al comienzo de la recuperación económica en 2014).



Paro total



Paro longa duración



Cuadro 14.
 Evolución del desempleo y del paro de larga duración. 2009-2022.
 Fuente: IGE.

El descenso del paro de larga duración se produce en diferentes grupos de edad, sobresaliendo el estimado entre los más jóvenes, con una reducción del 40,5% (1.500 personas menos) en 2022, así como entre las personas de más de 55 años, con una caída del 14,8%, lo que supone 2.500 personas paradas menos. Atendiendo a la distribución según el nivel de estudios, el descenso se produce tanto en lo que concierne a las personas con estudios primarios como secundarios y estudios superiores, registrándose una caída más acusada entre las personas con estudios superiores, con 4.700 personas paradas menos (-23,7%), lo que contrasta con el incremento registrado en los dos años anteriores.

5.7

LA ESTRUCTURA SALARIAL

Una vez explicado el comportamiento del mercado de trabajo conviene conocer el perfil de la población asalariada y, por lo tanto, los salarios medios de la población gallega en aras a proporcionar una clasificación de los asalariados y sus comparativas respecto a las actividades que desempeñan y con otros territorios.

5.7.1 ANÁLISIS DE LOS SALARIOS

En lo que concierne al salario medio anual hay que decir que en el año 2021 se registra el salario medio más elevado de la serie estadística que dispone el IGE. Es decir, los 20.786 euros es el montante más alto desde comienzos de siglo. Si lo comparamos con el año precedente el aumento ha sido muy notable (un aumento de 886 euros).

Si relacionamos el salario medio gallego con el promedio español advertimos dos cuestiones de interés: la primera, que desde 2007 las diferencias entre ambos salarios se reducen; esto es, el diferencial máximo registrado en 2007 (que fue de 1.344 euros) ha descendido a un mínimo, en 2022, de 603 euros anuales; y, la segunda, que en el último ejercicio que disponemos de datos, en 2021, se rompe dicha tendencia y se vuelve a anotar un aumento de la divergencia en lo que atañe a los salarios entre ambos (un diferencial de 733 euros a favor de los salarios españoles).

Asimismo, si escudriñamos los salarios en función del género advertimos que, en 2021, los salarios de las mujeres se incrementan en 860 euros, en tanto que el de los hombres lo hace en 931 euros. Dicho comportamiento desigual es el mismo que también se aprecia en el conjunto nacional, rasgo que nos permite constatar un incremento de las diferencias entre los salarios medios de los hombres y de las mujeres; llamando la atención que mientras el diferencial entre los salarios masculinos de Galicia y España es relativamente pequeño, en el caso de las mujeres es más que notable.

	TOTAL		HOMBRES		MUJERES	
	España	Galicia	España	Galicia	España	Galicia
2018	19.809	19.159	22.095	21.327	17.180	16.755
2019	20.566	19.879	22.875	22.038	17.927	17.511
2020	20.503	19.900	22.640	21.887	18.047	17.720
2021	21.519	20.786	23.724	22.818	19.011	18.580

Cuadro 15.
Evolución del salario medio anual de Galicia y España.
Fuente: IGE.

El número de personas que percibieron rentas salariales en Galicia se mantiene por encima del millón de personas pero con tendencias decreciente en los últimos tres años. Las circunstancias derivadas de la pandemia y de las reformas laborales hacen más complejo el análisis, en la medida que emergen nuevas figuras como las correspondientes a los se incluyen en los expedientes de regulación temporal de empleo (ERTES).

	2019	2020	2021
TOTAL	1.056.283	1.023.742	1.042.813
Retribución media anual	19.879	19.000	20.786
TOTAL ASALARIADOS	844.778	638.805	777.923
Retribución media anual	21.955	24.155	23.607
Porcentaje	80,0	62,4	74,6
TOTAL ASALARIADOS Y PENSIONISTAS	44.929	38.808	42.335
Retribución media	14.865	16.136	16.512
TOTAL ASALARIADOS Y DESEMPLEADOS	162.006	335.275	215.945
Retribución media	10.740	12.523	11.802

Cuadro 16.
Personas asalariadas y percepciones salariales.
Fuente: IGE.

Si analizamos el salario medio atendiendo a las ramas de actividad económica contemplamos que el salario medio registrado más elevado se sitúa en el sector de las entidades financieras y aseguradoras y el menor salario medio en las actividades de ocio.

Asimismo, otras notas singulares es que mientras que en el sector primario el salario medio gallego es superior al salario medio español; en el resto de las actividades económicas dicha ratio es menor; registrándose el mayor diferencial en las actividades referidas a la información y comunicación y en las entidades financieras y de seguros. Las diferencias más pequeñas; es decir, donde existe una mayor igualdad en lo que concierne a los salarios en Galicia y el resto de España tienen lugar en las actividades relacionadas con los servicios sociales, la construcción, las actividades inmobiliarias y en la industria extractiva, de la energía y del agua.

Por último, subrayara que los salarios en 2021 con respecto al año anterior muestran un aumento en todas las actividades.

	2019		2020		2021	
	Galicia	España	Galicia	España	Galicia	España
TOTAL	19.879	20.566	19.900	20.503	20.786	21.519
Sector primario	15.792	8.284	15.619	8.411	16.507	9.037
Ind. Extractivas, energía, agua	29.021	29.258	29.233	29.799	29.780	29.990
Sector industrial	22.570	24.752	21.870	24.188	22.903	25.442
Construcción e inmobiliaria	19.233	19.196	18.868	18.716	19.953	19.979
Comercio, reparación, transporte	18.845	19.162	18.227	18.446	19.238	19.695
Información y comunicación	25.112	31.801	25.771	32.645	26.625	33.586
Entidades financieras y seguros	34.932	43.763	34.417	43.955	34.889	43.982
Servicios a empresas	15.621	18.340	15.593	18.347	16.331	19.285
Servicios sociales	25.281	25.366	26.074	26.225	26.720	26.722
Otros servicios y ocio	9.967	11.615	8.500	9.342	9.657	10.844

Cuadro 17.
Salarios medios anuales por sectores económicos.
Fuente: IGE.

Más allá de estos análisis se puede proceder a auscultar el panorama salarial en función de los grupos de edad. Los resultados arrojan conclusiones muy sobresalientes. A modo de resumen exponemos las siguientes:

- La población asalariada gallega está más envejecida que la española. La proporción de la población asalariada con más de 55 años supera a la española en 0,8 puntos porcentuales.
- En contraste, la población más joven (los menores de 36 años) tienen más peso en España que en Galicia (un 30,6% frente a 26,8%, respectivamente).
- Con respecto a la población asalariada más joven (menor de 36 años) existe una gran diferencia entre el peso de su masa salarial y el peso de su representatividad. En el caso de Galicia es de 9,0 puntos y en el de España, de 10,4 puntos; esto es, para el caso gallego el 26,8% de la población asalariada recibe el 17,8% de la masa salarial.
- Para el resto de los grupos de edad, la proporción de la masa salarial supera al peso de la población; siendo el grupo de 45-55 años el que presenta una situación más favorable (el 27,5% de las personas asalariadas absorben el 32% de la masa salarial).
- Atendiendo al género, en el grupo de 36 a 45 años, las mujeres (13,8% de la población asalariada) perciben el 12% de la masa salarial.
- En lo que atañe al grupo de 46 a 55 años, los hombres (el 14,3% de la población asalariada) perciben el 18,6% de la masa salarial.

Ello pone de manifiesto que, siendo el salario medio anual en 2021 superior al registrado en el año 2020, se evidencian diferencias ostensibles en los que concierne a la evolución y a las diferencias por estratos de edad. De una parte, es notorio que la mayor subida porcentual corresponde al grupo de edad entre 25-35 años; y, de otra parte, el salario de los hombres es siempre, y para todos los estratos de edad, superior al de las mujeres.

Finalmente, observar que en referencia al estrato de edad de los más jóvenes (menos de 18 años) se registra una disminución de su salario medio, tanto en los hombres como en las mujeres.

Años	TOTAL		HOMBRES		MUJERES	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
TOTAL	19.900	20.786	21.887	22.812	17.720	18.580
Menos 18	2.224	1.892	2.523	2.218	1.765	1.468
De 18-25	7.149	7.439	8.068	8.306	6.073	6.439
De 25-35	15.342	16.590	16.342	17.540	14.297	15.604
De 35-45	20.528	21.244	22.320	23.373	18.079	19.104
De 45-55	23.199	24.212	25.820	27.025	20.308	21.155
De 55-65	24.937	25.525	27.084	27.702	22.407	23.008
Más de 65	21.157	22.471	25.536	26.309	15.105	17.253

Cuadro 18.

Salario medio anual de Galicia atendiendo a los grupos de edad y género.
Fuente: IGE.

No cabe duda que existe una distinta cuantificación salarial en lo que respecta al territorio. Examinando el perfil de los salarios medios anuales según las provincias se contabiliza unas significativas diferencias. A pesar de que los aumentos son muy similares en las cuatro provincias hasta 2019, en los años 2020 y 2021 se aprecian algunas variaciones dignas de ser tomadas en consideración. De una parte, la provincia de Ourense es la que registra un mayor crecimiento porcentual del salario medio anual; y, de otra parte, la provincia de A Coruña es la única provincia donde los salarios medios superan a la media gallega.

	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALICIA
2018	20.385	17.969	17.614	18.529	19.159
2019	21.208	18.648	18.280	19.160	19.379
2020	21.172	18.963	18.447	19.105	19.900
2021	22.000	19.823	19.398	20.046	20.786

Cuadro 19.

Salarios medios anuales atendiendo a las provincias.
Fuente: IGE.

El IGE a partir de las Muestras Continuas de la Vida Laboral (MCVL), facilitada por la Seguridad Social, determina los salarios del personal empleado por cuenta ajenas según las declaraciones contenidas en el Modelo 190, “Resumen anual de las retenciones e ingresos a cuenta del IRPF sobre los rendimientos del trabajo de determinadas actividades económicas, permisos o determinadas imputaciones de renta”, procedentes de la base de datos de la Agencia Tributaria. Con ello se puede establecer una aproximación de los salarios según municipios.

Los datos manejados son del año 2020, donde el mercado laboral se ha visto afectado por las consecuencias derivadas de la pandemia y de la aplicación de los ERTES. De ahí, la cautela sobre la utilización de los mismos. Sin embargo, debemos constatar varias notas de interés.

Los datos reflejan que el salario por hora medio en Galicia fue de 8,4 euros/hora; mientras que la mediana registraba 6,8 euros/hora. Es decir, el 50% de las personas asalariadas tienen un salario inferior a los 6,8 euros/hora.

	TOTAL	Hombres	Mujeres	Diferencial
A Coruña	9,9	10,9	8,9	1,0
Ferrol	8,4	8,9	7,8	1,1
Santiago	9,5	10,0	9,1	0,9
Lugo	8,0	8,1	7,9	0,2
Ourense	8,3	8,5	8,1	0,4
Pontevedra	8,8	9,5	8,2	1,3
Vigo	9,2	10,0	8,4	1,6
GALICIA	8,4	9,0	7,7	1,3

Cuadro 20.
 Salarios por hora en los principales municipios gallegos (en euros/hora).
 Fuente: IGE.

Desglosando el análisis en función de los salarios medios de los asalariados por municipios tendríamos que para el conjunto de los siete grandes municipios el salario medio anual es superior al gallego, a excepción de los municipios de Lugo y Ourense.

Los mayores salarios medios se registran en el municipio de A Coruña (9,9 €/hora); seguido de los registrados en el municipio de Santiago (9,5 €/hora) y Vigo (9,2€/hora).

El diferencial atendiendo al género refleja una clara asimetría. Los hombres perciben 9 €/hora como promedio y las mujeres bastantes menos, 7,7 €/hora. Las grandes diferencias se producen en el municipio de Vigo (1,6 puntos) y en el de Pontevedra (1,3 puntos); siendo el más igualitario el municipio de Lugo (en donde la diferencia es tan solo de 0,2 puntos).

Los salarios han subido muy poco. La mayor cifra tiene lugar en el año 2019 con una remuneración salarial de 8,6 euros/hora. Ahora bien, al año siguiente, 2020, se reduce a 8,4 €/hora, magnitud semejante a la registrada en el bienio 2017-2018. Por tanto, los promedios salariales se han mantenido bastante estancados.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
A Coruña	8,4	9,7	9,6	9,7	10,2	9,9
Ferrol	8,5	8,6	8,4	8,7	8,6	8,4
Santiago	9,0	9,2	9,5	9,4	10,1	9,5
Lugo	7,8	7,8	7,9	8,1	8,1	8,0
Ourense	7,9	8,0	8,1	8,1	8,4	8,3
Pontevedra	8,6	8,5	8,5	8,6	9,0	8,8
Vigo	9,0	9,1	9,4	9,4	9,6	9,2
GALICIA	8,0	8,1	8,4	8,4	8,6	8,4

Cuadro 21.

Evolución de los salarios por hora en los grandes municipios de Galicia.

Los municipios en donde los salarios medios han crecido más a lo largo del periodo 2015-2020 fueron los de A Coruña y Santiago, que sobrepasan los 9,5 €/hora. En otros se ha producido un descenso de las remuneraciones medias, como es el caso del municipio de Ferrol; que junto al de Lugo registran las menores percepciones salariales de los siete grandes municipios. En los restantes municipios los crecimientos fueron moderados en torno a tres puntos en los casos de Ourense, Pontevedra y Vigo.

Los salarios medios más elevados se contabilizan en los municipios de A Coruña (9,9€/hora), Santiago (9,5€/hora) y Vigo (9,2 €/hora), muy por encima de los promedios gallegos (8,4€/hora).

Completados dichos análisis tendríamos que los salarios difieren según los tipos de contratos. Los contratos indefinidos son superiores a los temporales; y, en segundo lugar, los salarios de los hombres son mayores que los que perciben las mujeres, aunque el diferencial es más reducido en los casos de los contratos temporales.

	TOTAL			INDEFINIDOS			TEMPORALES		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
A Coruña	9,9	10,9	8,9	9,6	10,9	8,4	8,6	9,3	8,0
Ferrol	8,4	8,9	7,8	8,2	9,5	6,8	7,8	7,8	7,8
Santiago	9,5	10,0	9,1	8,7	9,7	7,6	9,0	8,9	9,0
Lugo	8,0	8,1	7,9	7,2	7,6	6,7	7,3	7,4	7,1
Ourense	8,3	8,5	8,1	7,2	8,0	6,3	8,0	7,4	8,5
Pontevedra	8,8	9,5	8,2	8,5	9,5	7,4	7,8	7,9	7,7
Vigo	9,2	10,0	8,4	9,1	10,3	7,8	8,0	8,1	7,9
GALICIA	8,4	9,0	7,7	8,1	9,1	7,1	7,4	7,5	7,3

Cuadro 22.

Salarios medios por hora según el tipo de contrato en los grandes municipios gallegos. 2020 (en euros/hora).
Fuente: IGE.

Especificando el estudio según los grandes municipios de Galicia, los datos nos permiten concluir que los trabajadores con contratos indefinidos presentan mayores salarios medios en los municipios de A Coruña (9,6 €/hora) y Vigo (9,1 €/hora); muy por encima de las percepciones salariales que se asignan en los municipios con ratios más bajos, que serían Lugo y Ourense (7,2€/horas). Solo en los municipios de A Coruña, Vigo, Santiago, Pontevedra y Ferrol los salarios medios están por encima de la media gallega.

En el caso de los contratos temporales existen menores diferencias en lo que concierne a los salarios que se perciben en los municipios. Las remuneraciones más elevadas se registran en el municipio de Santiago (9 €/hora) seguida del de A Coruña (8,6 €/hora). A continuación, Vigo y Ourense (con 8€/hora, cada una de ellas). Por el contrario, la mayor diferencia entre hombres y mujeres, se contabiliza en los municipios de A Coruña y Ourense, ambos muy desajustados de los promedios gallegos.

5.7.2 LOS SALARIOS EN LA ECONOMÍA DE GALICIA

Una vez examinado el perfil de los salarios en Galicia convendremos en enmarcar el concepto de remuneración de los asalariados como componente del PIB.

Es bien sabido que el cálculo del PIB se puede llevar a cabo por tres procedimientos; por la oferta, por la demanda y por las rentas. Las cifras que relacionan las recuperaciones de los asalariados y el excedente bruto de explotación están incluidos en este último procedimiento.

La remuneración de los asalariados nos indica que parte del valor añadido bruto está siendo destinado a la remuneración del factor trabajo. Por tanto, incluyen tanto la remuneración en efectivo o en especie que el empleador satisface a un asalariado a cambio de su trabajo.

En el último año, 2021, el peso de los salarios dentro del PIB de Galicia es del 46,2%, cifra inferior al del año anterior y también por debajo del peso que representa en España y en la UE-27. Es decir, la ponderación de los salarios pierde representatividad global con lo que resulta fácil colegir que la participación de las rentas salariales en el conjunto de la economía de Galicia es inferior que en otros territorios.

Siendo menor el peso de las remuneraciones salariales en el PIB que en otros espacios económicos, su evolución en los últimos años registra comportamientos irregulares. De este modo, en 2021, la tendencia es positiva (5,3%) después de presentar tasas negativas a lo largo del periodo 2009-2014; luego, a continuación viene una fase positiva (2015-2019) y regresa a términos negativos en 2020. Dichos comportamientos son muy parecidos a la evolución de los promedios españoles pero muy diferentes a los registrados en la UE-27, que salvo en 2020 y 2008, siempre fueron positivos.

	2018	2019	2020	2021
PESO DE LAS REMUNERACIONES DE LOS ASALARIADOS EN EL PIB (%)				
Galicia	44,0	45,3	47,3	46,2
España	45,3	46,5	49,7	48,5
UE-27	47,3	47,5	48,7	47,7
EVOLUCIÓN DE LA TASA DE VARIACIÓN ANUAL DE LAS REMUNERACIONES DE LOS ASALARIADOS (%)				
Galicia	5,0	4,3	-3,9	5,3
España	4,2	6,2	-4,1	5,3
UE-27	4,3	3,3	-1,5	5,7

Cuadro 23.

Evolución del peso de las remuneraciones salariales en la economía.
Fuente: IGE.

Procediendo a analizar la evolución de las remuneraciones de los asalariados efectuaremos un análisis en función de las retribuciones percibidas por los asalariados. Así, los salarios medios gallegos alcanzan los 19,7 euros/hora, manteniéndose estables respecto al año precedente. Dichos salarios medios son inferiores a los registrados en España (22,1 euros/hora) y en la UE-27 (25,4 euros hora); es decir, el salario medio gallego es el 78% de la remuneración media europea. Aunque el diferencial Galicia-UE/27 se reduce desde comienzos de siglo, en los últimos cuatro años dichas diferencias respecto a los promedios españoles y europeos se incrementan.

	2018	2019	2020	2021
REMUNERACIÓN DE LOS ASALARIADOS POR HORA EFECTIVA (EN €)				
Galicia	17,5	18,2	19,7	19,7
España	19,8	20,8	22,2	22,1
UE-27	23,3	23,9	25,2	25,4
EVOLUCIÓN DEL COSTE LABORAL UNITARIO REAL (%)				
Galicia	0,0	3,1	3,5	-1,8
España	0,3	2,3	7,3	-2,5
UE-27	0,4	0,1	2,7	-2,2

Cuadro 24.

Evolución de las remuneraciones de los asalariados y de las tasas de variación del coste laboral unitario.
Fuente: IGE.

El coste laboral unitario compara las remuneraciones por asalariado con la evolución de la productividad del trabajo y de los precios. La interpretación del mismo significa que si adopta un valor positivo pone de manifiesto que el crecimiento de las remuneraciones por asalariado es superior al crecimiento de la productividad y de los precios. Y, si fuera negativo sería lo contrario. En el caso de Galicia y para el año 2021 se subraya que la evolución de las remuneraciones medias (-2,1%) es inferior al conjunto de la productividad (-2,6%) y de los precios (+2,4%), lo que supone un valor negativo (-1,8%).

5.7.3 ÍNDICES DE LOS HOGARES EN LOS QUE LOS SALARIOS REPRESENTAN VALORES ELEVADOS

En Galicia por las razones que venimos explicando detalladamente a lo largo de los epígrafes anteriores resulta necesario efectuar un análisis del porcentaje que representan los asalariados dentro de los ingresos del hogar. Lo mismo sucede cuando procedemos a auscultar el peso de las prestaciones sobre el total de los ingresos de los hogares. El año 2020 es el único año de la serie desde comienzos de este siglo en el que el porcentaje de las prestaciones supera a los porcentajes de salarios en los hogares gallegos.

Esta distribución no es homogénea en Galicia, en la medida que en las provincias de A Coruña y Pontevedra la proporción de los salarios es superior a las prestaciones. Por el contrario, en Ourense y Lugo, en más del 50% de los hogares, las prestaciones sociales superan a los salarios.

	2017	2018	2019	2020	2021
A CORUÑA					
Salarios	46,83	46,44	46,73	45,36	45,89
Prestaciones	40,45	41,04	39,26	42,02	40,51
LUGO					
Salarios	39,05	38,98	39,26	39,60	42,21
Prestaciones	45,82	44,90	46,21	45,65	44,28
OURENSE					
Salarios	35,32	38,81	38,66	35,10	40,10
Prestaciones	53,66	48,88	50,32	53,27	48,70
PONTEVEDRA					
Salarios	46,90	49,57	48,55	46,13	48,42
Prestaciones	41,47	39,11	38,84	42,50	41,73
GALICIA					
Salarios	44,49	45,65	45,60	43,69	46,61
Prestaciones	43,06	41,81	41,30	43,97	42,36

Cuadro 26.

Proporción de los hogares en función de los salarios y prestaciones representan según provincias.
Fuente: IGE.

5.8

ANÁLISIS DE LA DESIGUALDAD

La concentración de los ingresos o de la riqueza de un territorio se puede representar gráficamente a través de la denominada curva de Lorenz. Su explicación es bien clara. Cuanto más cerca se sitúe la curva de la recta o bisectriz que une los puntos 0,00 y 100,00, indicaría una mayor igualdad en la que concierne a la distribución de la renta. En caso contrario, cuando la curva esté más alejada de la recta, indica que no todas las personas percibirán la misma renta.

El índice de Gini nos indica la proporción del grado de concentración de los ingresos. Varía entre el valor 0 y el 1; el primero nos indica una igualdad máxima; y el valor 1 determina una desigualdad total. Es decir, cuando un individuo concentra todo el ingreso vendría representado por el valor 1.

Tanto el análisis de los índices de Gini como sus representaciones a través de la curva de Lorenz nos permiten efectuar un seguimiento y, consiguientemente, una valoración de los distintos niveles de desigualdad entre los individuos de un determinado espacio, ya sea ciudad, región o país. En el caso de Galicia a través de las percepciones de los salarios se calcula el índice de Gini. Llama la atención las siguientes apreciaciones:

- En Galicia, el 35,6% de la población asalariada percibe un 11,2% de la masa salarial. Dicha proporción es más equilibrada que en el resto de España, donde el 38,8% de las personas asalariadas perciben el 11,1% de la masa salarial.
- Ampliado el análisis, el 75,2% de la población asalariada gallega absorbe el 47,9 % de los salarios. Es decir, existe una distribución bastante asimétrica; aunque la proporción es menor que en España pues en el territorio nacional el 72% de los asalariados alcanzan tan solo el 41,6% de la masa salarial.
- Si buscamos los estratos de salarios más elevados, la proporción arroja una distribución muy acaparadora. Así, tan solo el 10,1% de asalariados de los gallegos recibe el 28,8% de la masa salarial. En cambio en España el desequilibrio es más elevado: un 12% de los asalariados concentra el 35,6% de la masa salarial.
- En suma, las rentas salariales están más concentradas en Galicia que en España.

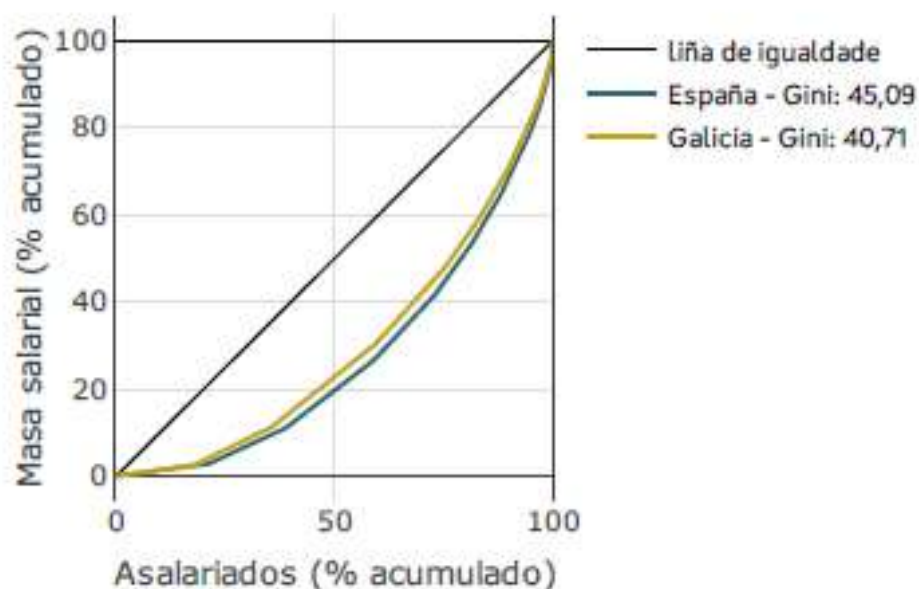


Gráfico 1.
La curva de Lorenz en Galicia y España.

El índice de Gini nos proporciona una síntesis de la evolución de la desigualdad referida a los ingresos por salarios. En el caso de Galicia destacan tres notas:

- El grado de desigualdad se reduce en el año 2021, marcando un índice de 0.407, respecto al año de la pandemia que había reflejado un repunte de las desigualdades. El año 2021, es el más bajo de la serie desde comienzos de siglo.
- Los grados de desigualdad son muy diferentes según provincias. Así las más igualitarias son los territorios de Lugo y Ourense, siendo la más desigual la provincia de A Coruña.
- Existe una gran desigualdad si efectuamos el análisis atendiendo al género. De esta forma, corresponde a Lugo el espacio que más desigualdades existen entre los ingresos de los hombres y mujeres.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Índice GINI	0,433	0,434	0,439	0,439	0,430	0,418	0,409	0,422	0,407

Cuadro 27.
Evolución del Índice de Gini en Galicia a lo largo de los últimos años.
Fuente: IGE.

06

**LAS ACTIVIDADES
TURÍSTICAS**

06

LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS

6.1

INTRODUCCIÓN

El turismo es un fenómeno social, cultural y económico relacionado con el movimiento de personas a lugares que se encuentran fuera de su lugar habitual de residencia, efectuado por motivos de índole personal, de negocios o profesionales. Es, por tanto, una actividad económica en la que destaca la movilidad, los viajes, los niveles de gastos, el papel dinamizador del sector público, el uso de la tecnología y la competencia entre regiones, localidades, áreas y países.

La organización de Naciones Unidas define el turismo como “las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios o por otros motivos”. Dicha definición es ampliada y sintetizada por la Organización Mundial del Turismo (OMT) cuando afirma “visitante es una persona que visita, por no más de un año, un país diferente de aquel en el cual tiene su residencia y cuyo motivo principal para la visita es distinto del de ejercer una ocupación remunerada en el mismo país que visita”. Por tanto, el visitante contempla tanto al turista como al excursionista.

De esta manera, la OMT engloba al turismo como al conjunto de actividades de alojamiento, restauración, transporte, entretenimiento, comercio al por menor, entre otros, que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año, por motivos de ocio, negocios o por otras razones.

Distinguimos, pues, varios tipos de turismo: el interno (los residentes de un país que viajan dentro del mismo país); el turismo receptor (el de los no residentes que viajan a un país determinado); y el turismo emisor (los residentes de un país que viajan a un país determinado). También podemos subrayar varias categorías de turismo: el interior, el nacional y el internacional.

Para la OMT el turismo es un conjunto de elementos interrelacionados entre sí que evolucionan dinámicamente. Lo constituyen las características de una comunidad local y los recursos humanos, naturales y culturales de un territorio; que se combinan formando la materia prima de la actividad turística. Todos los elementos se concentran y se entrelazan en el mercado turístico. De esta manera, distinguimos:

- Los elementos dinámicos. O sea, aquellos que inducen a la actividad, motor del sistema, que implica la demanda por parte de los individuos para satisfacer necesidades y gustos.
- Los elementos estáticos. Es decir, aquellos implican la oferta de actividades de servicios y entornos físicos y sociales en donde se desarrolla.
- Los elementos concurrenciales. Esto es, aquellos que suponen y generan impactos a corto y largo plazo que se derivan de la puesta en marcha de la actividad turística.

6.2

ANÁLISIS DE OFERTA DE LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EN GALICIA

Los impactos de la COVID-19 generaron elevadas caídas de la demanda turística debido a las medidas puestas en marcha y al obligado confinamiento y restricciones en lo tocante a la libertad de movimientos. Consecuencia de ello son las fuertes repercusiones en el sector del turismo que se ve reflejado en el número de turistas registrados en los establecimientos hoteleros de Galicia. Los datos muestran una amplia oscilación y variabilidad, producto de las diferentes sub-fases e intensidades en lo que se denomina “la vuelta al a normalidad”.

Así las cosas, derivado del COVID-19, tanto la oferta turística como el número de turistas registrados en dichos establecimientos muestran una fuerte disminución en el año 2020. Tras la crisis sanitaria, los índices anotan, en 2021, tasas de variación positivas pero aún lejos de las cifras registradas en 2019. Sin embargo, en el año 2022 se mejoran ostensiblemente las expectativas y se superan a las magnitudes registradas en el año pre-pandémico.

Las actividades turísticas han de ser explicadas tanto por la oferta como por la demanda.

En lo que concierne a la oferta turística gallega concordamos que el número de establecimientos se recupera en el año 2021 respecto al 2020, pero sin llegar a la cifra anterior a la pandemia. No solo aumenta el número de establecimientos sino que también se incrementan las plazas ofertadas hasta llegar a las 51.256, en el año 2021, muy superiores a las 40.275, del año 2020; pero todavía lejos de las 59.819 contabilizadas en 2019. Con ello, subrayamos dos rasgos. El primero, hace referencia al porcentaje que representa Galicia respecto a España en lo concerniente a los establecimientos mostrando una mejora a lo largo del trienio 2019-2021, hasta llegar al 10,97% del total. El segundo rasgo, hace mención a la evolución de las plazas hoteleras en donde Galicia ve incrementada su oferta en el año 2021 respecto al 2020 (51.256 plazas en 2021 y 40.275 plazas en 2020), pero muy alejadas de la oferta existente en 2019 que sumaba 59.819 plazas.

Estos datos suponen que el porcentaje gallego respecto al total español se redujo en 2021 respecto a 2020 (pasa de 5,43% al 4,79%); aunque es superior a las ratios previos a la pandemia.

Las explicaciones vienen dadas de dinámicas diferentes a las españolas. En el conjunto nacional predominan los grandes grupos, con estrecha vinculación a los “tour operadores” con lo que la oferta está muy concentrada; por contra, en Galicia predomina la atomización y dispersión empresarial.

Respecto al personal empleado se mantiene la misma dinámica: fuerte recuperación en el año 2021, respecto al 2020; pero inferior al 2019.

	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galicia	% Galicia/ España
NÚMERO DE ESTABLECIMIENTOS						
2019	575	284	166	393	1.418	9,51
2020	398	186	120	275	980	10,91
2021	520	245	143	351	1.260	10,97
PLAZAS HOTELERAS						
2019	24.305	8.884	5.964	20.666	59.819	3,94
2020	16.633	5.826	4.338	13.477	40.275	5,43
2021	21.365	7.556	5.227	17.108	51.256	4,79
PERSONAL EMPLEADO						
2019	2.662	979	649	2.067	1.918	
2020	1.473	549	417	1.473	3.912	
2021	1.935	682	489	1.918	5.022	

Cuadro 1.

Evolución del número de establecimientos, plazas y personal empleado en Galicia atendiendo a las provincias.

Fuente: IGE.

Los datos provisionales del INE correspondientes al año 2022 mantiene la tendencia descrita: una leve recuperación; pero distinta dinámica de los promedios de la actividad española.

La oferta de alojamientos reglados aumentó en el año 2022 un 15% respecto al año anterior, situándose próximas a las cifras anotadas en 2019, recuperando la oferta perdida. El 59% de las plazas ofertadas corresponde a los alojamientos hoteleros; siendo el turismo rural el que registra el menor volumen y peso del total (5% de las plazas).

	Establecimientos hoteleros		Plazas hoteleras		Personal empleado	
	Galicia	España	Galicia	España	Galicia	España
2019	1.118	12.654	48.952	1.139.411	5.641	161.976
2020	907	7.833	36.284	587.746	2.927	58.777
2021	1.131	11.370	46.995	1.053.490	4.961	135.955
2022	1.092	11.781	45.583	1.118.045	5.179	158.722

Cuadro 2.

Evolución de los establecimientos y plazas hoteleras en Galicia y España.
Fuente: INE. Los datos son provisionales, pendientes de confirmación oficial.

Si procedemos a desagregar la oferta en función de las distintas categorías el perfil turístico gallego se caracteriza por:

- Un número escaso de establecimientos de 4-5 estrellas. Suman en total 97 establecimientos en 2021 con un total de casi 15.000 plazas.
- La gran mayoría de establecimientos son de categoría media. Se contabilizan alrededor de 450 establecimientos con 1-3 estrellas y una oferta de 22.000 plazas.
- Un muy significativo número de establecimientos de turismo rural que registra una recuperación muy ostensible, llegando a sumar ceca de 400 establecimientos y 5.000 plazas.

	4-5 estrela	3 estrela	2 estrela	1 estrela	Otra categoría	Turismo rural
ESTABLECIMIENTOS						
2019	105	107	208	222	775	452
2020	73	60	136	163	548	297
2021	97	87	177	184	716	378
PLAZAS						
2019	16.514	9.643	10.041	7.940	15.682	5.821
2020	11.514	5.390	6.609	5.809	10.953	3.827
2021	14.996	7.483	8.176	6.542	14.059	4.916

No cabe duda, asimismo, que la distribución de la oferta y del número de plazas está muy concentrado en las provincias de A Coruña y Pontevedra que suman alrededor del 75% del total.

6.3

ANÁLISIS DE LA DEMANDA DE LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EN GALICIA

Atendiendo a la demanda, el análisis lo efectuamos escudriñando los datos referidos al número de viajaros, las pernoctaciones y las estancias promedios.

En relación a los viajeros llegados a Galicia las cifras totales muestran las variaciones mencionadas y relacionadas con los efectos de la COVID. En el año 2021, el número total de turistas ascendió a 3.151.075 personas, montante superior en casi al doble a las cifras del año 2020; pero todavía inferior a las registradas en 2019. Sin embargo, en el año 2022 se superan dichas magnitudes, contabilizándose un total de 5 millones de viajeros y se logra la cifra récord de los últimos años. De este manera llaman la atención dos cuestiones: la primera, que una gran mayoría (2/3 partes) proceden de viajeros residentes en España; y la segunda, que los viajeros llegados a Galicia se dirigen, preferentemente, a las provincias de A Coruña seguida de la de Pontevedra. A mucha distancia se sitúan las provincias de Lugo y Ourense.

En lo tocante a las pernoctaciones, la dinámica es muy similar. Los viajeros llegados a Galicia hicieron un total de 9,3 millones de noches en los establecimientos hoteleros, de los que un montante global de 6,2 millones fueron efectuados por residentes nacionales y en torno a los 3,1 millones de pernoctaciones llevadas a cabo por viajeros no residentes en España.

	VIAJEROS			PERNOCTACIONES		
	Total	Residentes en España	No Residentes en España	Total	Residentes en España	No Residentes en España
2019	4.453.964	3.200.129	1.253.835	8.993.653	6.779.649	2.194.004
2020	1.660.087	1.465.931	194.157	3.526.295	3.094.958	431.337
2021	3.151.075	2.678.536	472.539	6.496.912	5.627.399	869.513
2022	5.052.301	3.030.282	2.022.019	9.383.302	6.216.480	3.166.822

Cuadro 3.
Evolución del número de viajeros y de pernoctaciones en Galicia.
Fuente: IGE y Turismo de Galicia.

Y en lo que atañe a las estancias las estadísticas registran especificaciones muy distintas atendiendo a los diferentes tipos de viajeros y alojamientos. De una parte, la estancia media varía poco: sigue estancada en torno a 2,0 noches/viajero. De otra parte, el resultado es diferente si el viajero es residente español o foráneo. El residente español posee un ratio de 2,05 noches/viajero, en tanto que el no residente en España ve reducida su estancia a 1,57 noches/viajero. Y si hacemos referencia al turismo rural el promedio se sitúa en 2,1 noches/viajero, índice superior al viajero foráneo e inferior al nacional.

	Estancia media	Estancia media residente en España	Estancia media de los no residentes en España	Estancia media en turismo rural
2019	2,02	2,12	1,75	1,9
2020	2,12	2,11	2,22	2,4
2021	2,06	2,10	1,84	2,1
2022	1,91	2,05	1,57	2,1

Cuadro 4.
Estancias medias según tipo de viajero.
Fuente: IGE y Turismo de Galicia.

Asimismo, dichos promedios de estancia varían atendiendo a las provincias. Los establecimientos hoteleros emplazados en la provincia de Pontevedra registran la estancia más prolongada (2,41 noches/viajero) de Galicia. Las otras tres provincias le siguen a una cierta distancia: la de A Coruña con 1,98 noches/viajero; Ourense, con 1,86 noches/viajero; y Lugo con 1,65 noches/viajero.

	A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra
2019	1,90	1,75	1,89	2,32
2020	2,06	1,79	1,91	2,39
2021	1,98	1,67	1,86	2,41

Cuadro 5.
Estancias medias según provincias (expresadas en noches/viajero).
Fuente: IGE.

Resumiendo, se podría advertir que la composición del mercado turístico en Galicia se compone preferentemente (en torno al 50%) del viajero del resto de España; dejando el 50% restante muy equilibrado entre el viajero residente en Galicia y en el extranjero, a partes iguales. Aunque, si analizamos los cambios ocurridos desde 2019 se aprecia una mayor atraktividad gallega hacia al turista internacional, a costa del nacional.

	2019	2021	2022	Personas
Viajeros del resto de España	48,3%	54,8%	49,5%	6.216.480
Viajeros de Galicia	28,2%	31,2%	25,3%	3.170.692
Viajeros internacionales	23,5%	14,1%	25,1%	3.166.822

Cuadro 6.
Peso del mercado turístico en Galicia.
Fuente: Turismo de Galicia.

El peso de Galicia respecto al total español se sitúa, en 2022, en el 2,8% del total, porcentaje que supera en cinco décimas la cifra de 2019; siendo la séptima CCAA en cuanto a demanda turística.

6.4

ANÁLISIS DE LOS GRADOS DE OCUPACIÓN

Dadas las características específicas de las actividades turísticas gallegas determinadas tanto por su oferta como por su demanda, así como por los niveles de atractividad y estacionalidad, los niveles de ocupación también responden a otros parámetros distintos a los rasgos nacionales.

Teniendo en cuenta este razonamiento los grados de ocupación muestran elementos muy específicos. De una parte, habíamos mencionado que las estancias medias eran menores en Galicia que en España, ya sea en lo que atañe a las cifras medias, como en lo que concierne a los establecimientos de cinco estrellas o el turismo rural. Y, de otra parte, los niveles de ocupación de las actividades turísticas gallegas son inferiores a los nacionales.

Atendiendo a los grados de ocupación los índices gallegos están cada vez más alejados de los ratios promedios nacionales en lo que hace referencia a las medidas estándares. Sin embargo, la capacidad de respuesta fue más errática en el comportamiento del grado de ocupación en los establecimientos de cinco estrellas. Así, por ejemplo, en 2019 (año pre-pandemia) el grado de ocupación en Galicia superaba al promedio español; durante la pandemia (2020) fue menor; y en el año posterior (2021) fueron similares. Finalmente, en lo que hace referencia al turismo rural, los grados de ocupación gallego no se comportan como los españoles, pues disminuyen sus ratios en el último año (19,7% en 2019 y 17,9% en 2021).

		2019	2020	2021
GRADO DE OCUPACIÓN				
España	Media	60,1	33,7	43,2
	Establecimiento 5 estrellas	60,9	36,3	43,3
	Turismo rural	19,2	15,5	18,4
Galicia	Media	45,4	23,7	34,0
	Establecimiento 5 estrellas	64,5	31,8	43,1
	Turismo rural	19,7	13,7	17,9
ESTANCIA MEDIA				
España	Media	3,2	2,7	2,9
	Establecimiento 5 estrellas	3,5	3,3	3,5
	Turismo rural	2,7	3,0	2,9
Galicia	Media	2,0	2,1	2,1
	Establecimiento 5 estrellas	2,1	2,0	2,1
	Turismo rural	1,9	2,4	2,1

Cuadro 6.

Grado de ocupación y estancia media.
Fuente: INE, IGE y Turismo de Galicia.

Relacionando los grados de ocupación y los niveles de estancia atendiendo a las diferentes tipologías de alojamiento nos permite subrayar que el mayor índice se registra en los establecimientos hoteleros (con el 45,8% de ocupación) muy por encima de las demás tipologías. Y en lo que respecta a los niveles de estancia las mejores ratios le corresponden a los campings (3,50 noche/viajero) seguidos de las cifras mostradas por los apartamentos turísticos (3,11 noche/viajero) y los establecimientos hoteleros (1,99 noche/viajero).

	Noches	Niveles de estancia	Grados de ocupación
Establecimientos hoteleros	9.098.99	1,99	45,88
Pensiones		1,74	30,65
Apartamentos turísticos	643.728	3,11	24,48
Camping	1.092.617	3,50	26,30
Turismo rural	389.302	1,88	20,26
Albergues	1.329.346	1,17	32,93

Cuadro 7.
Niveles de estancia y ocupación según tipologías de alojamiento en Galicia. 2022.
Fuente: Turismo de Galicia.

6.5

CARACTERÍSTICAS DE LA DEMANDA TURÍSTICA GALLEGA A NIVEL DE COMARCAS

La realidad gallega está llena de contrastes, aspecto que nos lleva a definirla como una realidad poli-céntrica, en donde coexisten números centros o cabeceras comarcales que ejercen una gran influencia en lo que concierne a las diferentes especificaciones y bases de desarrollo.

Si contextualizamos los distintos indicadores de ámbito turístico en base a grandes comarcas los resultados arrojan diversas características. En primer lugar, en lo que concierne a los establecimientos hoteleros la mayor oferta está polarizada en torno a cuatro núcleos, siendo tres de ellos áreas urbanas (Santiago, Vigo y A Coruña) y el cuarto se asienta en un entorno costero de fuerte estacionalidad (Ría de Arousa). La suma de estas cuatro demarcaciones alberga el 60% del total de los alojamientos de los viajeros en Galicia, destacando en el primer puesto Santiago. Por el contrario, otras áreas urbanas como Lugo, Pontevedra y Ourense registran porcentajes en lo tocante a alojamientos más moderados. Y el resto de las comarcas turísticas se sitúan por debajo del 4% del total.

En segundo lugar, desagregando los tipos de viajeros llama la atención el escaso porcentaje de residentes no nacionales en la mayor parte de las áreas turísticas, a excepción de la comarca de Santiago (con el 5,1%) y la de Vigo (con el 2,6%). En tercer lugar, el porcentaje de pernoctaciones distribuidas por comarcas arrojan una preferencia más específica, en la medida que Santiago sigue en primer lugar (con el 18% del total) pero seguida por las áreas turísticas de Arousa (con el 17%), Vigo (con el 15,7%) y A Coruña (13,9%). En este caso el total de las pernoctaciones se polariza en cuatro áreas que concentran en torno al 55% del total.

ÁREAS TURÍSTICAS DE GALICIA	PORCENTAJE ALOJAMIENTO EN DESTINOS			PORCENTAJE DE PERNOCTACIONES	
	% Total	% Residentes nacionales	% Residentes no nacionales	% Total	% Residentes nacionales
Terras de Santiago	21,5	16,4	5,1	18,0	14,1
Ría de Vigo y Baixo Miño	14,9	12,3	2,6	15,7	12,1
A Coruña - As Mariñas	12,1	10,6	1,5	13,9	12,2
Ría de Arousa	11,9	10,5	1,4	17,0	15,4
Lugo- Terra Chá	7,3	6,2	1,1	5,4	4,8
Ría e Terras de Pontevedra	6,3	5,2	1,1	6,2	5,4
Terras Ourense e Allariz	4,7	4,3	0,4	3,7	3,4
Mariña Lucense	4,3	3,9	0,4	3,7	3,9
Ribeira Sacra	3,9	3,5	0,4	1,0	3,2
Ferrolterra	3,8	3,4	0,4	4,1	3,5
Costa da Morte	3,8	3,3	0,5	3,3	2,9
O Ribeiro	1,1	1,0	0,1	1,0	1,0
Deza	1,0	0,9	0,1	0,9	0,8
Ría de Muros e Noia	0,9	0,8	0,1	0,9	0,8
Verín-Viana	0,9	0,8	0,1	0,8	0,8
Ancares- O Caurel	0,6	0,5	0,1	0,4	0,4
Manzaneda- Trevinca	0,5	0,5	0,0	0,7	0,7
Celanova-Limia	0,5	0,4	0,1	0,4	0,3

Cuadro 8.

Distribución porcentual de los alojamientos en destinos y pernoctaciones atendiendo a distintas áreas turísticas y tipos de residentes. 2022.
Fuente: Indicadores Turísticos.

Gráficamente muestra una distribución marcada por una combinación de ejes Oeste/Este y una inclinación Norte/Sur.

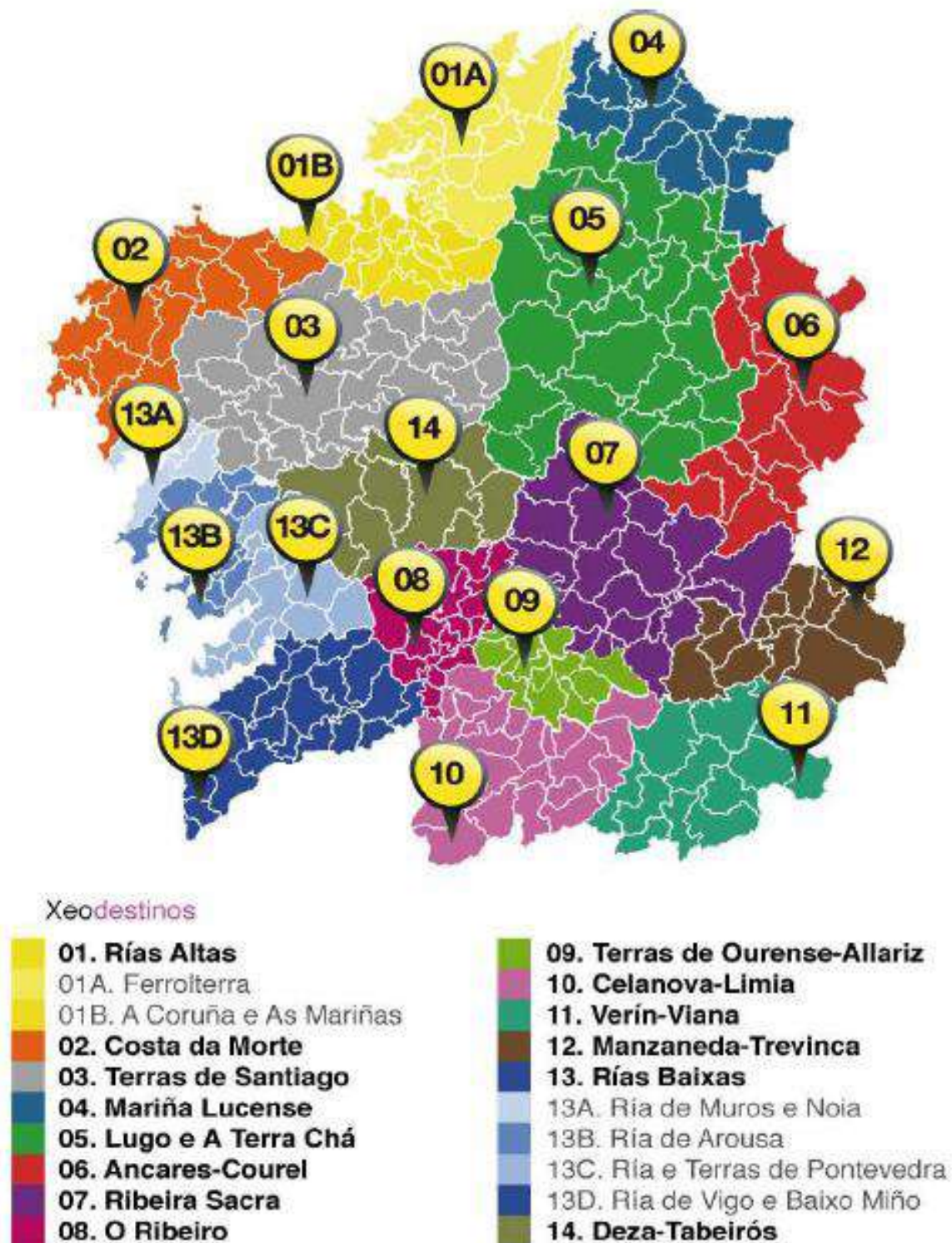


Gráfico 1.
Distribución geográfica de Galicia a efectos turísticos.

Si nos fijáramos exclusivamente en los destinos urbanos se podría afirmar que en los mismos se concentra, en el año 2022, el 46% de la demanda hotelera. La ciudad de Santiago lidera el ranking de los destinos urbanos, registrando, en 2022, un total de 1,5 millones de noches en sus establecimientos, cifra que representa el 17% del total de la Comunidad Autónoma. Le siguen las ciudades de A Coruña y Vigo, con cifras muy similares (en torno a las 900.000 noches). Estas tres ciudades polarizan el 80% del turismo urbano en Galicia. Las restantes ciudades distan mucho de estas magnitudes. Así, Lugo y Ourense suman alrededor de 250.000 noches cada una.

	Noches	% Variación 2022/2019
Santiago	1.510.916	3,2
Vigo	895.477	-5,6
A Coruña	895.021	-10,1
Ourense	249.597	3,6
Lugo	242.973	-19,3
Pontevedra	208.349	20,7
Ferrol	156.838	30,5

Cuadro 9.

Análisis de la demanda turística de las grandes ciudades de Galicia. 2022.
Fuente: Turismo de Galicia.

Pasando a evaluar los indicadores referidos a los grados ocupación y las estancias medias según las distintas áreas turísticas las conclusiones más relevantes hacen mención a los siguientes puntos:

- Los grados de ocupación en el año 2022 son muy superiores a los registrados en el año 2021. Destacan en el ranking de comarcas turísticas la Ría de Arousa con el 42,9% y la Ribeira Sacra con el 38,5%. Los índices más bajos corresponden a las comarcas de Os Ancares y de Celanova.
- Las áreas turísticas que más incrementan su grado de ocupación en el año 2022 respecto al 2021 y, por tanto, demostraron una mayor capacidad seductora y atractiva son por orden Santiago, Ribeira Sacra, Ría de Arousa y Ferrolterra.
- Las áreas turísticas en donde es mayor la estancia media se corresponde con las comarcas de Ría de Arousa (2,93 noche/viajero), seguida de Manzaneda (2,58); A Coruña (2,37) y Vigo (2.15).
- No existe una relación directa entre el número de plazas y las ratios de estancia media. Los ejemplos de la Mariña Lucense, O Ribeiro y la Ría de Muros y Noia ponen de manifiesto una gran fidelidad de los turistas al registrar estancias medias elevadas y poseer un porcentaje de plazas hoteleras reducidas.

ÁREAS TURÍSTICAS DE GALICIA	PORCENTAJE DE PLAZAS		GRADO DE OCUPACIÓN		ESTANCIA MEDIA
	2021	2022	2021	2022	2022
Terras de Santiago	17,9	18,5	18,9	31,0	17,2
Ría de Vigo y Baixo Miño	13,5	13,8	29,3	38,7	21,7
A Coruña - As Mariñas	12,6	13,3	30,6	35,8	23,7
Ría de Arousa	12,6	13,3	31,0	42,9	29,3
Ría e Terras de Pontevedra	7,1	6,7	22,5	31,8	20,3
Lugo e Terra Chá	6,1	6,2	21,2	30,2	15,2
Mariña Lucense	5,4	5,3	18,4	27,4	20,3
Ourense e Allariz	4,2	4,3	26,6	29,6	16,2
Ferrolterra	4,2	3,9	24,8	36,3	21,5
Costa da Morte	3,5	3,8	21,5	28,8	17,6
Ribeira Sacra	2,9	3,0	24,6	38,5	17,8
O Ribeiro	2,0	1,9	15,8	19,1	2,1
Verín-Viana	1,5	1,3	20,0	22,4	1,98
Ría de Muros e Noia	1,5	1,3	19,3	23,9	2,10
Manzaneda- Trevinca	1,3	1,2	12,2	18,8	2,58
Ancares- O Caurel	0,9	1,1	8,3	13,8	1,37
Deza	1,5	0,9	17,4	30,7	1,74
Celanova-Limia	1,0	0,7	13,1	17,1	1,70

Cuadro 10.

Indicadores de los grados de ocupación y estancias medias atendiendo a las distintas áreas turísticas.
Fuente: Indicadores Turísticos y Turismo de Galicia.

Por último, procedemos a analizar los indicadores de cada área turística en función del origen del viajero. Los datos proporcionados por el IGE nos señalan las siguientes cuestiones:

- El 66,1% de las noches registradas en 2021 corresponden a turistas de fuera de Galicia.

- En algunos destinos, el peso del turista foráneo supera netamente a la media gallega (Mariña Lucense con el 71%). En otros, el porcentaje está más equilibrado (Costa da Morte; Lugo e Terra Chá; Ría de Vigo e Baixo Miño; e Terras de Santiago).
- En otros destinos como en aquellas áreas de Celanova; Deza; O Ribeiro; Ría de Muros e Noia; o Manzaneda, el porcentaje de residentes procedentes de la propia Comunidad Autónoma es muy superior a la de no-residentes.

ÁREAS TURÍSTICAS DE GALICIA	VIAJEROS RESIDENTES EN GALICIA	VIAJEROS FUERA DE GALICIA
A Coruña - As Mariñas	34,5	66,5
Ancares - O Courel	46,3	53,7
Celanova - Limia	57,1	42,8
Costa da Morte	32,3	67,7
Deza - Tabeiros	55,9	44,1
Ferrolterra	37,1	62,9
Lugo e Terra Chá	33,3	66,7
Manzaneda- Trevinca	66,4	33,6
Mariña Lucense	28,8	71,2
O Ribeiro	53,9	46,1
Ría de Arousa	36,3	63,7
Ría de Muros e Noia	57,2	42,8
Ría de Vigo e Baixo Miño	33,0	67,0
Ría e Terras de Pontevedra	34,9	65,1
Ribeira Sacra	37,7	62,3
Terras de Ourense Allariz	46,5	53,6
Terras de Santiago	20,9	79,1
Verín -Viana	37,0	63,0

Cuadro 11.

Porcentaje de noches de alojamiento turístico atendiendo al destino turístico y a la procedencia del turista. 2021.
Fuente: IGE.

6.6

EL CAMINO DE SANTIAGO

Los datos referidos a los usuarios del Camino de Santiago y a los que obtienen el certificado del peregrino permiten medir los niveles de demanda. Las cifras proceden de la Oficina de Acogida al Peregrino de la Archidiócesis de Santiago de Compostela. De la misma, se concluye la amplia oscilación de los caminantes/peregrinos. En 2021 sumaron 178.912 personas, cifra muy superior a las 54.144 del año 2020; pero inferiores a las 347.578 personas del 2019.

El Camino de Santiago es uno de los ámbitos en el que se perciben con mayor intensidad los efectos positivos de la recuperación. En 2022, la cifra asciende a 438.323 personas; asistiendo a un comportamiento cada vez más homogéneo atendiendo a los segmentos de procedencia. Registran tanto el porcentaje de españoles como de extranjeros tendencias positivas desde 2020 aunque con intensidades diferenciadas.

También es de reseñar los distintos usos de los caminos. De una parte, después de la pandemia se recuperan las cifras, superando las registradas en 2019. El Camino francés es el más utilizado por los peregrinos (el 56%), muy por delante del Camino portugués (el 19,6%) y de los demás caminos: el inglés (el 6,3%); e primitivo (el 5,8%); el del norte (el 5,5%); y el efectuado por la costa (con el 4,5% del total de peregrinos).

	Total	% españoles	% extranjeros
2019	347.585	42,1	57,9
2020	54.144	68,4	31,6
2021	178.912	68,3	31,7
2022	438.323	54,9	43,1

Cuadro 12.

Peregrinos en Galicia. El Camino de Santiago.
Fuente: IGE y Turismo de Galicia

07

**LA INNOVACIÓN Y LOS
DESARROLLOS TECNOLÓGICOS**

07

LA INNOVACIÓN Y LOS DESARROLLOS TECNOLÓGICOS

La globalización se identifica con una interdependencia económica creciente del conjunto de los países del mundo, estimulados por el aumento del volumen y la variedad de transacciones transfronterizas de bienes y servicios, así como de los flujos de capitales, tecnologías y personas. Dichos intercambios, en buena medida, han sido provocados por shocks tecnológicos positivos; esto es, por aquellos que afectan a las infraestructuras de la comunicación y del transporte. A la vista de los últimos cambios y transformaciones se puede afirmar, sin temor a equivocarnos, que estamos ante un cambio de era. Y dichas mutaciones están sustentadas por la difusión rápida del conocimiento que contribuye a cambiar la forma de interactuar y de los negocios.

Los avances tecnológicos y las innovaciones son esenciales en los procesos de producción como de difusión, pues explican los aumentos de productividad y, en consecuencia, del crecimiento económico. En este sentido, los gobiernos deben fomentar las políticas activas dentro de los sistemas I+D+i nacionales como las actuaciones y compromisos de las compañías multinacionales. Los primeros, porque existe una correlación positiva entre investigación y crecimiento; de ahí la necesidad de centros que innoven. Y los segundos, porque poseen presencia global; y, sobre ellas, se fundamenta una parte relevante del progreso tecnológico en el campo de la informática y telecomunicaciones. Ambas dinámicas inciden en el emplazamiento geográfico, en las diferentes fragmentaciones de los procesos y en las técnicas de innovación en términos de preferencias.

De esta manera, se afianzan aquellas redes de comunicación que resultan básicas para la difusión del conocimiento, para la conexión entre empresas y hogares, y para desarrollar paquetes digitalizados de datos elementales en una economía en red como la actual. El peligro queda reflejado si en vez de construir una red, nos convertimos en un archipiélago, esto es, escasamente conectado y aislado.

Las TICs (tecnologías de información y comunicación) contribuyen a transformar los elementos fundamentales de la sociedad, facilitando la rapidez y la flexibilidad de los cambios. Asimismo, permiten entroncar el papel estructurante que cumple las tecnologías en los desarrollos de los procesos productivos, es decir, acelerando el tránsito hacia una nueva economía. Por tanto, su introducción y su uso resulta un avance irreversible; influyendo en los aspectos relacionados con las condiciones de empleos, salarios y requerimientos impositivos.

Todos los estudios e informes relatan el hecho de que la aplicación de las TICs están siendo un factor clave para mejorar la eficiencia y aumento de la productividad, por un lado; son un factor de palanca para la creación de riqueza por otro lado; y un elemento impulsor de las transformaciones de la sociedad. Constituyen, en consecuencia, un proceso continuo y de naturaleza social, pues ofrecen nuevas posibilidades técnicas en lo tocante a la adopción de decisiones, en la promoción de la igualdad de oportunidades y de acceso a la red; aunque también existe el riesgo de una oligarquización de la economía mundial al poder abrirse una auténtica brecha digital entre países y personas.

El actual desarrollo permite visualizar, de entrada, una modificación de los centros de gravedad de la economía mundial y la consolidación de una naturaleza dual de la balanza comercial; y, en segundo término, una nueva configuración y asentamiento de las cadenas de suministro global. O sea, un triunfo parcial del mercado frente al papel económico de los Estados. De ahí, que los gobiernos traten de estimular e incentivar el desarrollo de las TICs como parte básica de los sistemas de producción-distribución-consumo, en la medida que existe una correlación entre los países con niveles de competitividad reducidas con aquellos que poseen menores niveles de expansión y cualificación digital.

Quien utilice mejor la disponibilidad e intensidad tecnología mejor se posicionará en el concierto internacional. Y, aunque se ha desatado un desmesurado optimismo sobre las economías digitales y sus posibilidades, no hay duda que dichos “sueños” puede convertirse en realidad en función de los aciertos y selección de opciones.

Las TICs, al abrirse a la competencia internacional, reflejan una dualidad asimétrica muy diversa entre la cualificación media y alta de las personas, al igual que en términos de referencia (como los salarios, economías de escala o ventajas locacionales). En suma, el sector las TICs se caracteriza por su fuerte carácter innovador y su desarrollo encuentra en entorno más favorables en aquellas ciudades o áreas en donde se producen economías de aglomeración; constituyendo, por ello, el motor de las revoluciones y transformaciones.

7.1

LA INNOVACIÓN Y LOS DESARROLLOS TECNOLÓGICOS

Galicia se caracteriza por reflejar un gasto en I+D+i de tendencia creciente en los últimos años, aunque con un peso decreciente respecto al promedio nacional y europeo.

En 2021, el gasto total en I+D+i ascendió a 693.484 millones de euros, cantidad superior a la registrada en 2020 (641.680 millones de euros) y a la del año 2019 (627.329 millones de euros).

La distribución de dichos montantes de inversión atendiendo a los distintos estamentos muestra una mayor dedicación e intensidad del sector empresarial que los correspondientes a los llevados a cabo por las Universidades y centros de investigación o por las propias administraciones públicas. Las cifras del año 2021 así lo expresan. El sector empresarial concentró el 51,2% del total gallego, equivalentes a 356.957 millones de euros, por el 34,4% de las universidades (equivalentes a 240.077 millones de euros) y al 14,4% destinado por las administraciones públicas (equivalentes a 100.449 millones de euros). Esta distribución se mantiene casi idéntica en los últimos años, lo que resalta que un poco más de la mitad de los gastos e inversiones en I+D+i se llevan a cabo por las empresas.

Respecto al personal dedicado, Galicia incrementa levemente el número de personas adscritas a estas actividades. De los 11.085 personas en 2019, pasamos a 10.778 en el año 2020, y finalmente a 11.435 personas en 2021. Los aumentos son pequeños y, a la vez, registran una evidente brecha en lo tocante al género, en la medida que las mujeres representan en el año 2021, el 40% del total; porcentaje incluso menor que el contabilizado en el año 2019 (el 41,2%).

Dentro del conjunto de personas ocupadas en la I+D+i, los investigadores representan el 65% del total (equivalentes a 7.461 personas); y en este apartado las mujeres registran solo el 39,8% del total de los investigadores, porcentaje similar al de al año precedente (39,7%) e inferior al correspondiente al año 2019 (40,7%). Es decir, se incrementa la brecha de género en lo que respecta a los investigadores.

Resumiendo, en primer término, los gastos en I+D+i en relación al PIB mejoran levemente en los últimos años, para situarse en el 1,10% del PIB. Dicho porcentaje es inferior tanto al promedio español (1,43%) como, también, muestra una tendencia de mejora más lenta que la media nacional.

En segundo lugar, los gastos en I+D+i per capita anotan un crecimiento notable. En Galicia, el aumento supone pasar de 232,5 € per capita en 2019; a alcanzar los 237,8 € per capita en 2020; y situarse, en el año 2021, en torno a los 259 € per capita. No obstante, dichas cifras están por debajo de los promedios nacionales en alrededor de un 30%, dado que en el año 2021 la media nacional fue de 364 € per capita.

En tercer lugar, los ratios que expresan los niveles de personas ocupadas en I+D por cada 100 ocupados, índice que mide la intensidad de la fuerza de trabajo destinada a esta actividad, muestra, asimismo, un pequeño crecimiento en Galicia. Se contabiliza una ratio de 10,5 personas ocupadas en I+D+i por cada 100 ocupados, índice un poco superior al registrado en 2019 y 2022 (10,1 y 10,0, respectivamente). Aunque, de nuevo, insistimos en que está por debajo de la media nacional que fue, en 2021, de 12,1 personas en I+D+i por cada 100 ocupados.

Finalmente, en cuarto lugar, en lo que atañe a los investigadores en innovación podemos subrayar la tendencia expuesta hasta el momento. El ratio que lo mide (investigadores por cada 100 ocupados) mejora hasta llegar a 6,9 en 2021 (fue del 6,4 en 2021 y 6,1 en 2019); y apreciamos dos rasgos: alejado de las medias nacionales (7,8 en 2021) y reduciendo el diferencial (1,2 puntos porcentuales en 2019 y 0,9 puntos en 2021).

	GASTO EN I+D+I (% DEL PIB)		GASTO EN I+D+I PER CAPITA (EN €)	
	Galicia	España	Galicia	España
2019	0,99	1,25	232,5	330,6
2020	1,10	1,41	237,8	333,0
2021	1,10	1,43	259,0	364,0

	GASTO EN I+D+I (% DEL PIB)		GASTO EN I+D+I PER CAPITA (EN €)	
	Galicia	España	Galicia	España
2019	10,1	11,7	6,1	7,3
2020	10,0	12,1	6,4	7,6
2021	10,5	12,6	6,9	7,8

Cuadro 1.
Evolución de los gastos en I+D+i y del personal dedicado a esta actividad en Galicia.
Fuente: IGE.

En lo que hace referencia a distribución porcentual de los gastos en I+D+i atendiendo a los sectores de ejecución subrayamos el rol predominante de las empresas respecto a los otros dos estamentos (enseñanza superior y administraciones públicas). La especificidad gallega resalta con los promedios de otras CCAA y de la propia media nacional. De esta manera, resultan llamativos dos rasgos propios: a) el escaso peso que posee Galicia en lo tocante al total de los gastos en I+D+i respecto al conjunto nacional; y b) la distinta composición porcentual según los distintos estamentos.

En lo tocante al primero, Galicia representa menos del 4% del total invertido en España; y en referencia al segundo, en Galicia el gasto acometido en I+D+i por las empresas supone el 51,1% del total cuando en España es el 55,6 %. Los restantes estamentos subrayan lo siguiente: los centros superiores de enseñanza representan respecto del total el 34,4% en Galicia por el 26,6% en España; las administraciones públicas suponen el 14,4% en Galicia por el 17,5% en España. Es decir, sobresale el rol empresarial en lo tocante a los gastos, aunque el sector de la enseñanza superior sea quién más aumenta en los últimos tres años.

		Total	Empresas	Administraciones públicas	Enseñanza superior
2019	Galicia	627.329	332.366	85.389	209.574
	España	15.572.052	8.782.615	2.648.296	4.141.141
2020	Galicia	641.680	328.760	98.462	214.458
	España	15.768.133	8.813.194	2.752.925	4.202.013
2021	Galicia	697.484	356.957	100.449	240.077
	España	17.249.249	9.752.230	2.910.025	4.586.993

Cuadro 2.

Distribución de los gastos en I+D+i según estamentos (miles de euros).
Fuente: IGE.

En lo que respecta al personal dedicado a I+D+i conviene matizar que el sector empresarial apuesta sin ambages por incrementar el número de investigadores. Así, comparando los datos de los tres últimos años (2019-2022) observamos que las empresas aumentan en cerca de 400 investigadores, cifra superior a la que reflejan las contrataciones de las universidades, aunque éstas todavía predominan en términos absolutos. Llama la atención, no obstante, el bajo peso del personal investigador adscrito a las administraciones públicas.

	Total	Sector empresas	Sector administración pública	Sector enseñanza superior
PERSONAL				
2019	11.085	5.148	1.658	4.278
2020	10.774	4.829	1.643	4.301
2021	11.435	5.133	1.718	4.582
INVESTIGADORES				
2019	6.724	2.764	857	3.102
2020	6.919	2.936	860	3.123
2021	7.461	3.132	932	3.396

Cuadro 3.
Personal en I+D+i (expresado en contratos equivalentes).
Fuente: IGE.

7.2

EL ROL DE LAS EMPRESAS QUE HACEN INNOVACIÓN

No son muchas las empresas que desarrollan de manera regular actividades de innovación tecnológica. Después de la pandemia el número de empresas con actividades I+D ha ascendido hasta 661 unidades en 2021, magnitud superior a la contabilizada en 2020 (611 empresas) y 2019 (629 empresas).

Atendiendo al tamaño de las empresas tanto las grandes (las mayores de 250 empleados) como las pequeñas (menores de 50 empleados) ejercitan actividades de innovación; siendo más clarificador el análisis sectorial, en la medida que son escasas las empresas asignadas en el sector primario y construcción; y más numerosas las registradas en el campo industrial y de servicios.

Pero, en resumidas cuentas y a fuer de ser sinceros en el análisis, no estamos hablando de un número espectacular de empresas, ni de una tendencia alcista de envergadura llevada a cabo en los últimos tres años.

	Empresas menores de 50 empleados	Empresas entre 50 y 249 empleados	Empresas con más de 250 empleados	TOTAL
2019	442	140	47	629
2020	422	148	42	611
2021	459	155	47	661
SECTOR PRIMARIO				
2019	6	3	1	10
2020	9	7	1	17
2021	14	9	1	24
SECTOR INDUSTRIAL				
2019	129	73	31	233
2020	130	80	27	238
2021	114	85	29	227
SECTOR CONSTRUCCIÓN				
2019	16	11	2	29
2020	17	13	2	32
2021	11	13	2	26
SECTOR SERVICIOS				
2019	291	53	13	357
2020	265	48	12	325
2021	321	48	15	384

Cuadro 4.
Empresas que efectúan actividades de I+D+i según tamaño y actividad económica.
Fuente: IGE.

Si el análisis se efectuara en referencia al tipo de investigación los resultados arrojan otro tipo de condicionantes. De esta manera, podemos subrayar que, en lo tocante, a los gastos internos corrientes nos permite afirmar que en Galicia se dedica, prácticamente, la misma cantidad tanto en los que hace referencia a la investigación fundamental o básica y la investigación aplicada.

En cambio, se destina un menor porcentaje a los desarrollos experimentales. Sin embargo, las tendencias son muy diferentes. De predominar las investigaciones aplicadas en 2019, al punto de duplicar a las investigaciones básicas; dos años más tarde, estas últimas superan a las aplicadas. Significa, por tanto, una gran apuesta, dicho cambios de tendencia. Nos sitúa dentro del grupo de regiones y territorios en donde la investigación se considera una palanca de desarrollo y en donde la investigación básica fundamenta los cambios tecnológicos.

Sobresale, asimismo, en los últimos tres años los aumentos de los desarrollos experimentales.

	Investigación fundamental o básica	Investigación aplicada	Desarrollos experimentales	Todos los tipos de investigación
2019	18.389	35.470	2.701	56.560
2020	36.602	22.665	7.609	66.876
2021	29.448	27.961	8.794	66.203

Cuadro 5.
 Gastos internos corrientes según tipo de investigación.
 Fuente: IGE.

Si el análisis lo llevamos a cabo atendiendo a las disciplinas científicas, el IGE nos proporciona datos a partir de los cuales podríamos especificar y diferenciar nuestro grado de especialización. Es decir, evaluando el número de investigadores en cada una de las disciplinas nos proporciona una idea de los niveles de especialización. Con ello, podemos intuir la intensidad de las nuevas tendencias. El cuadro adjunto subraya como el personal investigador asignado a las ciencias exactas, a la ingeniería y tecnología, y ciencias médicas ha ido en aumento en estos tres últimos años. Por el contrario, el personal investigador adscrito a las ciencias agrarias, humanidades y ciencias sociales o bien ha disminuido o permanece muy estable a lo largo del periodo 2019-2022.

	Ciencias exactas y naturales	Ingeniería y tecnología	Ciencias médicas	Ciencias agrarias	Ciencias sociales	Humanidades
2019	1.750	1.074	884	167	1.566	725
2020	1.631	1.061	891	144	1.539	717
2021	1.806	1.189	1.019	143	1.591	657

Cuadro 6.
Personal investigador en actividades de I+D+i llevadas a cabo por la enseñanza superior.
Fuente: IGE.

Más completo resulta el análisis atendiendo al tamaño de las empresas y a los niveles del personal adscrito a las actividades de I+D+i. Según los datos del IGE, resulta positivo que el número de investigadores aumente en los últimos años y lo haga a mayor ritmo que los niveles de contratación de auxiliares y técnicos. Dichas tendencias son, por lo tanto, producto de una mayor especialización profesional y de una mayor cualificación técnica.

Los datos que proporcionados por el IGE subrayan que dichas tendencias son más llamativas en actividades concernientes a los sectores industriales y de servicios. Son, en sentido contrario, muy bajas en las ramas del sector primario y de la construcción.

	Total	Investigadores	Auxiliares	Técnicos
2019	6.907	3.466	792	2.649
2020	6.662	3.776	740	2.146
2021	7.496	4.226	750	2.522
SECTOR PRIMARIO				
2019	67	28	6	33
2020	84	35	5	44
2021	120	46	26	48
SECTOR INDUSTRIAL				
2019	2.842	1.077	554	1.211
2020	2.784	1.224	531	1.029
2021	2.854	1.349	501	1.004
SECTOR CONSTRUCCIÓN				
2019	141	71	12	58
2020	133	50	13	70
2021	126	54	8	64
SECTOR SERVICIOS				
2019	3.857	2.290	219	1.348
2020	3.661	2.468	191	1.003
2021	4.396	2.775	214	1.407

Cuadro 7.
Personal de actividades I+D+i atendiendo a los sectores económicos.
Fuente: IGE.

Finalmente, examinando las actividades de I+D+i llevadas a cabo por las Administraciones Públicas y atendiendo a los objetivos socio-económicos subrayaremos los intereses a alcanzar desde la perspectiva de las Administraciones y las metas que se pretenden conseguir. Resultan prioritarias las actuaciones enfocadas a la mejora de la salud humana y al desarrollo de las actividades del sector primario que agrupan más del 80% del total de las inversiones públicas. Destacan pero por su escasa cuantía y prioridad aquellas actuaciones en el campo del control del medio ambiente; de la producción, distribución y utilización de la energía; y de la exploración y explotación del medio terrestre.

En resumidas cuentas, un cantidad muy estable, con escasas variaciones, y sin una apuesta de futuro clara e innovadora.

	2019	2020	2021
Exploración y explotación medio terrestre	66,5	66,5	66,5
Control y cuidado del medio ambiente	53,7	53,7	53,7
Explotación y explotación del espacio	42,8	42,8	42,8
Sistemas de transporte y telecomunicaciones	67,7	67,7	67,7
Otras infraestructuras	44,1	44,1	44,1
Producción, distribución y utilización racional de energía	62,9	62,9	62,9
Producción y tecnología industrial	66,7	66,7	66,7
Protección y mejora salud humana	33,6	33,6	33,6
Desarrollo de la agricultura, ganadería, silvicultura y pesca	71,2	71,2	71,2
Educación	46,1	46,1	46,1
Cultura, ocio, religión y medios comunicación	63,7	63,7	63,7
Sistemas, estructuras y procesos políticos y sociales	42,8	42,8	42,8
Investigación no orientada	67,0	67,0	67,0
Defensa	65,1	65,1	65,1
TOTAL	62,3	62,3	62,3

Cuadro 8.

Actividades de I+D+i de las Administraciones Públicas según objetivos socio-económicos (expresadas en miles de euros).
Fuente: IGE.

7.3

INDICADORES DE ALTA TECNOLOGÍA

Los sectores y productos de la alta tecnología engloban aquellos que dado su grado de complejidad requieren un continuo esfuerzo de investigación y una sólida base tecnológica. Los indicadores denotan niveles de competitividad e inserción de una economía.

El INE en su encuesta sobre las actividades de I+D distingue entre el sector manufacturero de tecnología alta (farmacia; fabricación de productos informáticos, electrónicos y ópticos; construcción aeronáutica y espacial; y maquinaria); el sector manufacturero de media-alta tecnología (química; fabricación de armas y munición; fabricación de material y equipo eléctrico; fabricación de otras maquinarias y equipos; fabricación de vehículos de motor; construcción aeronáutica y espacia y su maquinaria; fabricación de instrumentos médicos) y el sector servicios de alta tecnología.

En lo que atañe a los indicadores de alta tecnología conviene destacar dos elementos claves. En primer lugar, el número de empresas dedicadas a estas cuestiones crece a ritmos muy débiles a lo largo de los últimos tres ejercicios. Y en segundo término, se aprecia un número más abundante de empresas de servicios que empresas de fabricación.

	Total	Manufacturas de tecnología alta	Manufacturas de tecnología medio-alta	Servicios de tecnología punta
2019	4.133	127	943	3.063
2020	4.130	129	902	3.099
2021	4.181	131	902	3.148

Cuadro 9.
Número de empresas de alta tecnología.
Fuente: IGE.

Tal especificación queda expresada tanto en lo que atañe a los gastos y al personal llevado a cabo por las empresas de manufacturas de tecnología alta y media-alta como por las empresas de servicios de alta tecnología. Quedan reflejadas de manera ostensible las dos dinámicas expresadas anteriormente. Las empresas de manufacturas de tecnología alta y media alta registran una estabilización en su crecimiento, rebajando sus gastos internos y reduciendo su personal de I+D. Por contra, las empresas de servicios de alta tecnología anotan un crecimiento sostenido, incrementando sus gastos internos y contratando mayor personal de I+D+i en sus unidades de servicios.

	MANUFACTURAS E TECNOLOGÍA ALTA Y MEDIA-ALTA			EMPRESAS DE SERVICIOS DE ALTA TECNOLOGÍA		
	Empresas que efectúan I+D	Gastos internos	Personal en I+D	Empresas que efectúan I+D	Gastos internos	Personal en I+D
2019	90	106.192	1.170	164	119.630	2.303
2020	98	103.786	1.096	148	118.287	2.230
2021	89	95.166	1.092	177	149.318	2.347

Cuadro 10.
Gastos y personal de las empresas de alta tecnología.
Fuente: IGE.

7.4

COMERCIO EXTERIOR

Galicia es un territorio muy abierto a la internacionalización. Como hemos apuntado en otros epígrafes, su economía registra un elevado grado de apertura y un elevado ratio en lo que concierne a su tasa de cobertura. El comercio exterior de productos y servicios de actividades relacionadas con la I+D y alta tecnología muestra un saldo comercial favorable. Es debido, fundamentalmente, a las exportaciones de ciertos bienes y servicios relacionados con los productos químicos y farmacéuticos, rasgos que forman parte de la base de la especialización industrial localizada en Galicia.

Se aprecia tanto un aumento del valor de las exportaciones que llegan a estar cuantificadas en 641 millones de euros (casi se duplican desde 2019) y de las importaciones (cifradas en 379 millones de euros). La mayor parte de las exportaciones van dirigidas a terceros países (422 millones de euros) siendo muy irregulares las importaciones.

Dentro de las exportaciones cabe destacar los productos químicos (en torno al 56%) y los relacionados con el material eléctrico (alrededor del 18%). Y en lo que respecta a las importaciones las mayores rúbricas corresponden a los instrumentos científicos (alrededor del 35%) y del material eléctrico (27%).

	Exportaciones	Importaciones	Saldo comercial
2019	362.759	251.240	111.518
2020	388.954	278.451	110.503
2021	444.936	325.359	119.577
2022	641.248	379.749	261.498

CONSTRUCCIÓN AERONÁUTICA Y ESPACIAL

2021	11.965	4.967	6.998
2022	3.546	7.056	-3.510

MAQUINARIA DE OFICINA Y EQUIPOS INFORMÁTICOS

2021	15.604	34.504	-18.900
2022	21.496	25.827	-4.330

MATERIAL ELECTRÓNICO, EQUIPOS Y APARATOS DE RADIO, TELEVISIÓN Y COMUNICACIÓN

2021	82.509	89.345	-6.836
2022	80.847	150.902	-70.055

PRODUCTOS FARMACÉUTICOS

2021	49.866	24.542	25.324
2022	103.714	20.477	83.237

INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

2021	12.510	113.763	-101.252
2022	21.113	100.891	-79.778

MAQUINARIA Y MATERIAL ELÉCTRICO

2021	15.584	12.464	3.120
2022	21.754	15.839	5.914

PRODUCTOS QUÍMICOS

2021	251.619	32.206	219.213
2022	380.870	40.493	340.377

MAQUINARIA Y EQUIPO MECÁNICO

2021	4.243	11.251	-7.007
2022	4.434	11.300	-6.865

ARMAS Y MUNICIONES

2021	1.032	2.113	-1.081
2022	3.470	6.961	-3.490

Cuadro 11.

Flujos comerciales y saldos del comercio exterior de las distintas actividades de I+D.
Fuente: IGE.

7.5

SISTEMAS PRODUCTIVOS Y LAS ESTRATEGIAS COMPETITIVAS

El informe ARDAN presenta un ranking sectorial del esfuerzo inversor medio desagregando la parte de Inversión y Desarrollo (I+D) de la innovación (i). Contabiliza la existencia de sistemas productivos relevantes como la información y el conocimiento, la automoción y equipos para transporte o productos químicos, en la dimensión de la innovación. Y en lo que atañe al esfuerzo inversor en I+D sobresalen la información y el conocimiento, la electricidad y energía, y la salud y asistencia social.

SISTEMAS PRODUCTIVOS POR ESFUERZO EN I+D (expresados en %)	2018- 2020		2021	SISTEMAS PRODUCTIVOS POR ESFUERZO EN INNOVACIÓN (expresados en %)	2018- 2020		2021
	Información y conocimiento	1,97			3,24	Información y conocimiento	
Electricidad, energía, agua	0,19	3,23	Automoción y transporte	0,17	4,80		
Salud y asistencia social	7,68	3,17	Productos químicos	1,64	3,03		
Servicios profesionales	2,98	2,88	Servicios profesionales	1,86	2,21		
Automoción y transporte	0,11	1,38	Naval	0,40	1,97		
Productos químicos	1,68	1,21	Turismo, viajes, ocio	1,69	1,77		
Maquinaria y equipo	1,65	1,04	Construcción	0,37	1,42		
Textil, confección	0,41	0,93	Madera y muebles	1,88	1,39		
Logística y transporte	0,10	0,71	Textil, confección	1,67	1,33		
Industria auxiliar	3,06	0,59	Maquinaria y equipo	2,03	1,22		

Cuadro 12.

Sistemas productivos por esfuerzo en I+D y esfuerzo en innovación.
Fuente: ARDAN.

A partir de este esquema las estrategias competitivas de las empresas apuestan bien por la minimización de los costes o bien por la diferenciación de los productos. El informe ARDAN elabora un esquema para diagnosticar las estrategias competitivas de cada sector. En una escala de 1 a 10, el valor 1 expresa una estrategia pura centrada en costes y el valor 10 muestra un posicionamiento claro en favor de la diferenciación. En términos generales, el porcentaje con estrategias de costes y diferenciación fuertes se parece mucho (18% y 19%). Sin embargo, si añadimos un nivel moderado en lo que respecta a las dos estrategias, se observa que “las empresas gallegas se ven a sí mismas ofreciendo en el mercado una característica suficientemente exclusiva como para que el consumidor esté dispuesto a pagar un sobreprecio”. Ampliando el análisis, el informe ARDAN afirma, “por tamaño, el principal diagnóstico podría condensarse en que a medida que aumenta el número de trabajadores baja el porcentaje de empresas que se ven a sí mismas con posicionamientos fuertes en costes; y aumenta el de las empresas que dicen tener una diferenciación moderada”. Ello es concordante con la presencia de empresas subsidiarias, cuyo principal objetivo es la eficiencia y la productividad, particularmente como en el sector del automóvil o el farmacéutico.

Con el paso del tiempo y sin perder de vista la cuestión relacionada con los costes, muchas empresas comienzan a impulsar tareas vinculadas con las innovaciones de producto y de proceso.

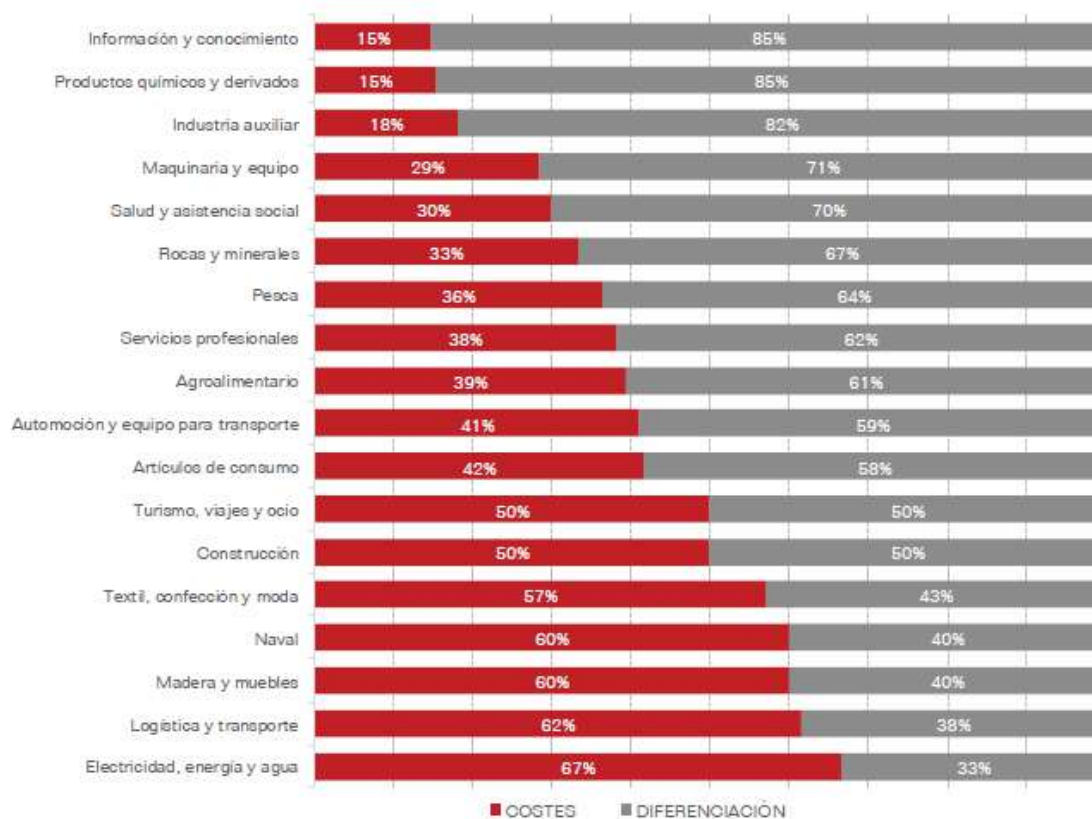
	TOTAL	Pequeña	Mediana	Grande
Posicionamiento en costes fuerte	18 %	20 %	15 %	9 %
Posicionamiento en costes moderado	8 %	8 %	10 %	5 %
Posicionamiento a la mitad	21 %	23 %	12 %	18 %
Diferenciación fuerte	19 %	17 %	26 %	14 %
Diferenciación moderada	34 %	3 %	37 %	55 %

Cuadro 13.
Estrategia competitiva que siguen las empresas en función de su tamaño. (2021).
Fuente: ARDAN.

Resumiendo, los sectores más innovadores son los diferenciados. En los sistemas productivos de la información y conocimiento y los productos químicos, más del 85% de las empresas sostienen que sus actividades se soportan sobre alguna dimensión que pueda diferenciarse de la competencia.

En este sentido, las estrategias competitivas que siguen las empresas responden a modelos distintos y específicos. El informe ARDAN nos proporciona una gran visión de los mismos en el cuadro adjunto.

► Estrategia competitiva que siguen las empresas por SPS. Año 2021



7.6

EL SECTOR DE LAS TIC'S EN GALICIA

El valor añadido bruto del sector de las TIC representa, según el IGE, en el año 2020 el 2,97% del PIB de Galicia, con una cifra superior a los 1.740 millones de euros. Ha venido creciendo de manera constante en el último quinquenio. Aunque su avance a nivel estatal es muy limitado.

	VAB de las TIC	% valor de las TIC /PIB Galicia	% valor de las TIC Galicia / valor de las TIC España
2017	1.479.284	2,49	4,29
2018	1.541.526	2,48	4,26
2019	1.717.000	2,69	4,41
2020	1.745.122	2,97	4,57

Cuadro 14.
Relevancia del sector TIC en Galicia.
Fuente: OSIMGA.

La facturación de las empresas TIC's en Galicia aumentaron un 11,7% en la última anualidad, según la encuesta efectuada por el IGE, alcanzando en 2021, los 3.247 millones de euros, unos 339 millones de euros más que en 2020. La distribución de los clientes de las empresas TIC se reparte entre las de origen gallego (45,7%) y las del resto de España (39,7%). Según la OSIMGA el sector TIC está especializado en el negocio orientado a las empresas. Estas suponen el 58,1% del volumen de negocio en el sector TIC gallego, seguido bastante lejos de los profesionales que generan el 19,2% del volumen final y de los particulares, con el 5,8% del negocio.

El número de empresas, resultante de la suma de las incluidas en el sector de contenidos como en el sector de las TIC, revela una tendencia creciente en los últimos cinco años (se pasa del 4,33% respecto a España en 2018, a 4,52% en 2021); logrando contabilizar en Galicia en 2021, un total de 3.020 empresas (2.783 empresas en 2018); priorizando más en las TICs (el 75% del total) que en las de los contenidos (25%).

Dicha tendencia también revela que la tasa de emprendimiento (o sea, el número de empresas que nacen sobre cada mil empresas de la misma actividad) es más que positivo, registrando un fuerte impulso en el último bienio.

	Galicia	España	% Galicia/España
2018	2.783	64.126	4,33
2019	2.897	65.034	4,45
2020	2.961	66.381	4,46
2021	3.020	66.801	4,52

Cuadro 15.
Evolución de las empresas TIC en Galicia.
Fuente: OSIMGA.

A pesar de dicho crecimiento, el peso de las empresas gallegas es bajo en relación al total español (4,52%), situándonos en la quinta posición atendiendo al ranking de las CCAA nacionales. Esto es, presenciemos un fuerte crecimiento, pero también se aprecia un crecimiento desequilibrado, en donde destacan las apuestas llevadas a cabo por Madrid, Cataluña, Andalucía y Valencia.

Dentro del conjunto empresarial gallego las empresas de las TIC's solo representan el 1,52% en 2019, algo superior al 1,33% del 2015. Es decir, un crecimiento, pero lento; y escaso peso dentro del conjunto del ecosistema empresarial.

Las empresas poseen tres rasgos relevantes: a) el emplazamiento de las mismas subraya una polarización territorial en torno a las provincias de A Coruña y Pontevedra; b) la mayor parte de las TIC encuadradas en Galicia están en la actividad de "programación, consultoría y actividades relacionadas con la informática"; que contabilizan un total de 1.966 empresas (equivalentes al 65,1% del total del sector TIC); y c) el tamaño de las empresas es pequeño, predominando aquellas con menos de 2 asalariados.

	2018	2019	2020	2021
Fabricación de componentes electrónicos y circuitos impresos ensamblados	16	13	13	14
Fabricación de ordenadores y equipos periféricos	47	40	40	38
Fabricación de equipos de telecomunicaciones	10	11	13	12
Fabricación de productos electrónicos de consumo	7	7	7	8
Fabricación de soportes magnéticos y ópticos	-	-	-	-
Comercio de equipos para las tecnologías de información y comunicación	382	335	325	318
Edición de programas informáticos	13	14	25	31
Telecomunicación por cable	21	24	26	27
Telecomunicación sin hilos	16	17	20	21
Telecomunicación por satélite	2	2	2	3
Otras actividades de telecomunicación	122	141	132	126
Programación, consultoría y actividades informáticas	1.817	1.938	1.955	1.966
Procesos de datos, hosting y actividades relacionadas con portales web	140	143	155	175
Reparación de ordenadores y equipos de comunicación	190	212	248	281
TOTAL	2.783	2.897	2.961	3.020

Cuadro 16.
Distribución de las empresas TIC según actividad económica.
Fuente: OSIMA.

Quiere decir que aplicando una desagregación por sectores y utilizando la agrupación de actividades del CNAE, las empresas dedicadas a las “actividades informáticas” conforman el mayor bloque de las empresas TIC de Galicia, con el 70,9% del total; correspondiendo a las empresas comerciales el 10,5%; y a otros servicios TIC, el 10,3%. Esto es, tres rubricas agrupan al 90% del total de empresas.

En referencia al tamaño de las empresas sobresalen las micro-empresas en la medida que se asigna a este colectivo el mayor número de empresas con un número muy reducido de asalariados. Esto es, la rama de las TIC es una actividad con excesivo predominio de las pequeñas empresas; y, en lo que concierne a la forma jurídica es preciso resaltar que, en 2021, el 57,9% de las empresas TIC son sociedades anónimas, frente al 42,1 % que son personas físicas, presentando estas últimas una tendencia ascendente en los últimos años.

	2018	2019	2020	2021
Entre 0 y 2 asalariados	2.272	2.366	2.400	2.432
Entre 3 y 5 asalariados	194	205	214	225
Entre 6-9 asalariados	108	112	123	126
Más de 10 asalariados	209	214	224	237
TOTAL				

Cuadro 17.
Tamaño de las empresas TIC.
Fuente: OSIMGA.

Finalmente, de cara a resaltar otras características de las empresas TIC, convendría citar que: a) la mayor parte de las empresas TIC se ubican en las provincias de A Coruña y Pontevedra (el 82% en total), siendo relativamente baja la presencia de empresas con sede fuera de Galicia pero operando en su territorio (5,2%); y b) llama la atención el hecho de la presencia de multinacionales operando en territorio gallego pero sin poseer su sede en el mencionado territorio.

A Coruña	Lugo	Ourense	Pontevedra	Sede fuera de Galicia
42,9%	4,9%	6,3%	40,7%	5,2%

Cuadro 18.
Ubicación de la sede de las empresas TIC. 2022.
Fuente: OSIMGA.

Gallegas	Estatal con sede en Galicia	Multinacionales con establecimientos en Galicia	Estatales con establecimientos en Galicia	Multinacionales con sede en Galicia
87,3%	6,7%	3,5%	1,7%	0,8%

Cuadro 19.
Tipos de empresas según la ubicación del capital y centros productivos. 2022.
Fuente: OSIMGA.

Si hacemos referencia al empleo los trabajadores afiliados a la seguridad social muestran que el sector de las TIC registra un total de 21.803 empleos en el año 2022, siendo mayoritariamente hombres (69%); concentrándose predominantemente en el régimen general (85%) y en menor medida en el régimen de autónomos (15%); y englobándose de manera preeminente en las rúbricas de “actividades informáticas” seguida del sector de las telecomunicaciones.

En conjunto esta actividad, en términos de porcentaje sobre el total de ocupados en Galicia, representa el 2,1% en 2022; mostrando una tendencia creciente en los últimos años en la medida que en 2021, fue del 2,0%; en 2020, el 1,9%; en 2019, el 1,9% y en 2018, el 1,7%.

	Régimen general	Régimen especial autónomos	TOTAL
2019	15.995	2.989	18.984
2020	16.443	2.900	19.343
2021	17.759	2.981	20.740
2022	18.831	2.972	21.803

Cuadro 20.
Empleos en el sector TIC.
Fuente: OSIMGA.

Manufacturas TIC	Comerciales TIC	Telecomunicaciones	Actividades informáticas	Otros servicios TIC
3,2%	5,8%	16,3%	16,3%	6,9%

Cuadro 21.
Distribución del personal de las empresas TICS según sector de actividad.2022.
Fuente: OSIMGA.

7.7

PATENTES Y EL DESARROLLO ECONÓMICO

Las patentes son uno de los mejores mecanismos tanto para estimular el interés de los investigadores en continuar sus trabajos de investigación como una de las mejores herramientas de una política de innovación, al permitir evaluar sus resultados. A partir de las aportaciones del premio nobel de Economía, Robert Solow, las fuentes del crecimiento económico no son solo el capital y el trabajo. Existen otros factores complementarios que también contribuyen a generar y a determinar el crecimiento, tales como la innovación y la tecnología; la propiedad industrial; los recursos naturales; y la eficiencia de las instituciones.

En relación a lo que nos ocupa, no hay duda que existe una relación entre las patentes registradas y el crecimiento económico. Así lo manifiestan quienes afirman que las economías se benefician de las innovaciones de otros países; que las normas técnicas son las que más contribuyen al crecimiento económico de los sectores menos intensivos en I+D y las patentes las que más contribuyen en los sectores más intensivos en I+D; que el efecto de las patentes sobre el crecimiento es más grande en países con una mayor apertura económica; y que la propiedad industrial es una fuente muy interesante de crecimiento económico.

Del mismo modo, existen otras conclusiones relevantes. Para algunos, una fuerte política de protección de la propiedad intelectual puede incluso disminuir el crecimiento económico dado que existe un nivel óptimo de imposiciones en el sistema de propiedad industrial que maximiza dicho crecimiento, lo que implica una relación en forma de *U invertida*. En resumidas cuentas, el impacto de las patentes revela la existencia de una relación a largo plazo positiva y significativa entre el número de patentes y el PIB, al punto de señalar Campo y Herrera (2016) que “un incremento de las patentes en un 1% genera en el largo plazo incrementos del PIB en tan solo 0,055%; coeficiente que se puede explicar por la baja tasa de innovación en los países latinoamericanos”. Para otros, se muestra que el impacto de la innovación sobre el PIB depende de cuál es el origen y el tipo de innovación; es decir, que cuando la innovación es de los residentes de un país, las marcas tienen un mayor impacto sobre el ingreso nacional que las propias patentes; mientras que, en caso contrario, cuando la innovación procede de los no-residentes, las patentes tienen un mayor efecto que las marcas sobre el crecimiento económico. Responde, claro está, al hecho de que las actividades de innovación nacionales como proporción del PIB son bajas, si se compara con los estándares internacionales.

Se considera a la innovación como uno de los verdaderos motores del desarrollo económico a largo plazo, generando procesos de innovación (cada vez más acelerados) que posibilitan la creación de nuevos productos, procesos de producción y formas de organización y comercialización de bienes y servicios. Los resultados se plasman en mejoras en lo tocante a la competitividad, crecimiento económico y bienestar social de los países.

La Oficina de Patentes diferencia cinco modalidades o tipos diferentes referidas a la innovación:

- Una patente reconoce el derecho a explotar, en exclusiva, la invención protegida; así como el impedir a otro su fabricación, venta o utilización, sin consentimiento del titular. La patente puede referirse a un procedimiento, un aparato, un producto o un perfeccionamiento o mejora de los mismos. La duración de las patentes es de 20 años.
- El modelo de utilidad es un título que reconoce el derecho a explotar, en exclusiva, una invención de determinadas características que le impiden ser protegidas por patentes, posibilitando que se impida a otros su fabricación, venta o utilización sin consentimiento del titular. La duración es de 10 años.
- La marca es un título que concede el derecho exclusivo a la utilización de un signo distintivo que le identifica de un producto o un servicio en el mercado, que permite distinguir ese producto de los de la competencia.
- El nombre comercial es un título que concede el derecho exclusivo a la utilización de cualquier signo o denominación como identificador de una empresa en el tráfico mercantil. Los nombres comerciales al ser títulos de propiedad industrial, son independientes de los nombres de las sociedades inscritas en los Registros Mercantiles.
- El diseño industrial otorga a su titular el derecho exclusivo sobre las apariencias de la totalidad o de una parte de los productos que se derive de las características de, en particular, las líneas, contornos, colores, formas, texturas o materiales del producto en sí o de su ornamentación.

El cuadro que adjuntamos pone de manifiesto dos cuestiones de relevancia. La primera hace mención a que Galicia registra un comportamiento irregular y volátil en lo que concierne a las solicitudes de patentes, por un lado; y a los modelos de utilidad y marcas, por el otro; al contabilizar las primeras un crecimiento y las segundas un descenso en los tres últimos años. Más estable es el comportamiento de los nombres comerciales. Y en lo referente a los diseños industriales tanto en España como en Galicia, después del auge del año 2021, el último año anota una fuerte disminución de las solicitudes.

La segunda cuestión de relevancia es aquella que trata de comparar la dinámica gallega con la española. Lo reflejamos a partir del porcentaje de Galicia respecto a los promedios nacionales. En el caso de las patentes se aprecia una mejora del peso que desempeña Galicia, al crecer un punto porcentual en el periodo 2020-2022 y situarse en el 5% del total español; esto es, en ratios más próximos a lo que supone Galicia respecto del PIB, superficie o población de España. Por el contrario, los modelos de utilidad muestran un descenso notable, al disminuir en los últimos tres años el peso gallego desde el 4,124% al 3,505% respecto al total español. Resultado más estable es el análisis referido a las marcas que después de una fuerte caída en 2021 se recupera al año siguiente (2022) y vuelve a situarse en el porcentaje del año 2020, es decir en torno al 4,7% de España.

Los otros dos indicadores se mueven en sentido contrario. Los nombres comerciales experimentan una merma en los últimos tres años; y, por el contrario, los diseños industriales registran un aumento en lo concerniente al peso gallego dentro del conjunto español.

		GALICIA	ESPAÑA	% Galicia/ España
Patentes	2020	60	1.483	4,045
	2021	59	1.361	4,335
	2022	67	1.231	5,442
Modelos de utilidad	2020	141	3.419	4,124
	2021	114	3.059	3,726
	2022	91	2.596	3,505
Marcas	2020	2.452	51.120	4,796
	2021	2.067	51.585	4,006
	2022	2.127	45.227	4,702
Nombres comerciales	2020	711	12.267	5,796
	2021	710	13.046	5,442
	2022	687	12.444	5,520
Diseños industriales	2020	383	12.224	3,131
	2021	313	12.008	2,606
	2022	48	1.194	4,020

Cuadro 22.

Solicitudes de patentes, marcas y otros registros.
Fuente: Oficina de Patentes.

De resultas de estos comentarios se desprende que los estándares de propiedad intelectual se diseñan para maximizar los beneficios y para influir en el comercio internacional. Ahora bien, también pueden ser utilizados para maximizar la innovación y el progreso científico. En la medida que el conocimiento es un bien público, tanto en el sentido técnico como en el sentido más general, no hay duda que un aumento del conocimiento puede contribuir a mejorar el bienestar mundial.

7.8

CALICIA EN EL ÍNDICE EUROPEO DE INNOVACIÓN

La Comisión Europea elabora regularmente el Regional Innovation Scoreboard en el que se analiza la situación de la innovación de las regiones europeas. A partir de 21 indicadores clasifica a las 240 regiones en cuatro grandes grupos: a) las regiones innovadoras líderes (un total de 28 regiones), las regiones innovadoras fuertes (67 regiones); las regiones innovadoras moderadas (68 regiones); y las regiones innovadoras modestas (67 regiones).

Galicia se sitúa dentro del apartado de regiones innovadoras moderadas; y dentro de dicho grupo en la parte inferior del mismo.

Examinando dicho índice Galicia pierde posiciones en el último ejercicio al quedar situada en 2021 en el puesto 156, cuando años antes estaba un poco mejor situada, en el puesto 150 de las 240 regiones europeas.

	UNIÓN EUROPEA UE-27=100		UE-27 (2014=100)	
	Valor	Ranking	Galicia	UE-27
2014	74,7	150	74,7	100,0
2015	75,7	151	76,6	101,2
2016	74,3	153	75,9	102,2
2017	78,4	146	81,1	103,5
2018	79,5	146	83,3	104,7
2019	77,0	156	84,2	109,4
2020	79,4	152	88,5	111,4
2021	78,9	156	90,7	114,8

Cuadro 23.
Evolución del Índice Regional de Innovación.
Fuente: Comisión Europea.

Pero Galicia mejora su índice de innovación en los últimos años, al pasar de un ratio del 74,7% respecto al promedio europeo, en el 2014, al 90,7% en el ejercicio 2021, significando un aumento de 16 puntos y contribuyendo a corregir la brecha existente a comienzos del periodo analizado 2014-2021. Asimismo, el índice de innovación nos permite detectar las fortalezas y las debilidades del sistema de innovación gallego.

	GALICIA			UNIÓN EUROPEA	
	Índice	% Cambio 2021/2014	Ranking 2021	Índice	% Cambio 2021/2014
Población con educación terciaria	161,9	25,6	40	128,9	28,9
Educación continua a lo largo de vida	109,1	8,1	89	110,0	10,0
Publicaciones científicas internacionales	120,2	27,3	126	131,1	31,1
Publicaciones científicas más citadas	91,6	10,8	129	89,3	-10,7
Personas con habilidades digitales relevantes	140,5	32,2	118	122,2	22,2
Inversión pública en I+D	63,4	-2,8	135	96,5	-3,5
Inversión empresarial en I+D	37,0	0,8	171	111,0	11,0
Inversión en innovación (no I+D)	98,5	27,7	166	113,6	13,6
PYMES innovadoras en productos	51,3	11,3	209	141,1	41,1
PYMES innovadoras en procesos de negocio	41,9	-7,8	186	133,1	33,1
Colaboración entre PYMES innovadoras	109,5	19,5	154	146,5	46,5
Publicaciones públicas-privadas	100,0	29,6	146	112,1	12,1
Solicitudes de patentes	48,3	-10,0	148	86,8	-13,2
Solicitudes de marcas	98,8	14,7	100	105,0	5,0
Solicitudes de diseño	42,6	-24,8	180	68,5	-31,5
Empleo en actividades intensivas en conocimiento	80,4	24,2	156	109,3	9,3
Empleo en empresas innovadoras	48,0	-17,4	188	97,0	-3,0
Ventas de innovaciones nuevas en los mercados	100,5	4,1	86	86,9	-13,1
Emisiones al aire por partículas finas	161,0	-1,2	39	106,3	6,3
TOTAL	90,7	16,0		114,8	14,8

Cuadro 24.

Índice regional de innovación 2021(base UE-2014=100) desagregado según indicadores.
Fuente: Comisión Europea.

Los mejores perfiles en relación a las medias comunitarias son cinco: el indicador de emisiones al aire de partículas finas; la formación terciaria; las personas con habilidades digitales; las ventas de innovación nuevas a los mercados y las publicaciones científicas. Por el contrario, las peores posiciones se corresponden con los indicadores relacionados con las PYMES vinculadas con la innovación en productos, las PYMES innovadoras en procesos de negocios y las inversiones empresariales en I+D, cuyos diferenciales son superiores a los 60 puntos porcentuales.

Asimismo, es destacable la mejora registrada en Galicia en lo que atañe a las personas con habilidades digitales por encima de las básicas, las publicaciones científicas y las publicaciones público-privada; y las inversiones empresariales que no son I+D. Sin embargo, el cuadro también nos muestra las debilidades, que se concentran y quedan anotadas por las pérdidas más acusadas en el periodo 2014-2021, que se polarizan en las solicitudes de diseños y de patentes.

De esta manera, las mejores posiciones en los rankings europeos se concentran en cuatro indicadores: emisión al aire de partículas finas (puesto 39); población con educación terciaria (puesto 40); ventas de innovaciones nuevas en los mercados (puesto 86) y educación continua a lo largo de la vida (puesto 89). En sentido contrario, los peores puestos dentro del ranking europeo se corresponden con los siguientes indicadores: pymes innovadoras en productos (puesto 209); empleo en empresas innovadoras (puesto 189); pymes innovadoras en procesos de negocios (puesto 186); solicitudes de diseño (puesto 180); y la inversión empresarial en I+D (puesto 171).

CAPÍTULO 3

PORTUGAL

Adriano Fidalgo

ÍNDICE

01. CONTAS ECONÓMICAS	233
1.1. DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR NUTS III DO NORTE E PIB POR HABITANTE	233
1.2. COMÉRCIO INTERNACIONAL	236
1.3. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NUTS III REGIÃO NORTE	238
1.4. INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	240
02. DEMOGRAFIA	243
2.1. NÚMERO DE POPULAÇÃO DE REFERÊNCIA	243
2.2. FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	249
2.3. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	250
2.4. MOVIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO	252
2.5. MIGRAÇÕES	255
03. RENDA MUNICIPAL	259
3.1. RENDIMENTO ANUAL BRUTO DECLARADO	259
3.2. RENDIMENTO BRUTO DECLARADO POR MUNICÍPIO	261
04. EMPRESAS	267
4.1. TAMANHO DAS EMPRESAS	267
4.2. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS	268
4.3. CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO A CONDIÇÃO JURÍDICA	269
4.4. CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL	272
4.5. DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	273
4.6. CONTAS ECONÓMICAS DAS EMPRESAS	275
4.7. EPÍLOGO	277

05. MERCADO DE TRABALHO	281
5.1. POPULAÇÃO ATIVA E TAXA DE ATIVIDADE	281
5.2. POPULAÇÃO EMPREGADA	283
5.3. POPULAÇÃO DESEMPREGADA	284
5.4. MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES NUTS III DA REGIÃO NORTE	285
5.5. POPULAÇÃO ASSALARIADA	286
5.6. POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE	287
5.7. POPULAÇÃO JUVENIL	287
06. TURISMO	291
6.1. CAPACIDADE DE ALOJAMENTO	291
6.2. NÚMERO DE QUARTOS EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS	292
6.3. NÚMERO DE HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO	293
6.4. NÚMERO DE DORMIDAS	294
6.5. NÚMERO DE TURISTAS RESIDENTES	295
07. INOVAÇÃO	299
7.1. ATIVIDADES DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL	299
7.2. INOVAÇÃO NA EURO REGIÃO DO NORDESTE PENINSULAR	306

01

CONTAS ECONÓMICAS

01

CONTAS ECONÓMICAS



DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR NUTS III DO NORTE E PIB POR HABITANTE

O PIB (Produto Interno Bruto) trata-se de um indicador que quantifica o volume das atividades produtivas de um determinado território num determinado espaço de tempo. Trata-se do valor total resultante de produções de vários agentes integrados em diversos setores económicos, seja de produtos ou serviços, da NUTS II Norte e NUTS III do Norte.

Tal como se pode verificar pela tabela que se segue, o valor do PIB da região Norte ascendeu aos 64 708 553 milhares de euros o que, por sua vez, representa cerca de 30,17% do total do PIB português.

Numa análise às sub-regiões que contemplam a região Norte, percebe-se tal como se esperava, que é a Área Metropolitana do Porto que apresenta maior representatividade (53,40%) do indicador analisado, seguindo-se as sub-regiões do Cávado (11,73%) e Ave (11,51%).

Importa ainda realçar a expressão da Área Metropolitana do Porto, representando 16,11% do total do PIB português. Por outro lado a região de Terras de Trás-os-Montes apresenta o menor contributo no PIB da região Norte, com apenas 2,7%.

PIB NUTS III DA REGIÃO NORTE EM 2021			PIB PER CAPITA NUTS III DA REGIÃO NORTE EM 2021		
	Milhares €	% PIB Portugal	% PIB Norte		Rácio €
Portugal	214 470 702	100%		Portugal	20 607
Norte	64 708 553	30,17%	100%	Norte	17 946
Alto Minho	3 783 831	1,76%	5,85%	Alto Minho	16 298
Cávado	7 590 850	3,54%	11,73%	Cávado	18 117
Ave	7 446 530	3,47%	11,51%	Ave	17 747
Área Metropolitana do Porto	34 555 391	16,11%	53,40%	Área Metropolitana do Porto	19 751
Alto Tâmega	1 162 341	0,54%	1,80%	Alto Tâmega	13 807
Tâmega e Sousa	5 447 806	2,54%	8,42%	Tâmega e Sousa	13 303
Douro	2 974 925	1,39%	4,60%	Douro	16 144
Terras de Trás-os-Montes	1 746 877	0,81%	2,70%	Terras de Trás-os-Montes	16 261

Tabela 1.

PIB total e per capita das regiões NUTS III do Norte em 2021.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Numa segunda análise, no que diz respeito ao PIB per capita registado nas NUTS III da região Norte, observa-se que a discrepância anteriormente registada entre a Área Metropolitana do Porto e as restantes, não é tão acentuada.

Apesar de a AMP ser a região com maior PIB per capita (19 751€/habitante), a região que apresenta um PIB per capita mais baixo é a de Tâmega e Sousa (13 303€/habitante) refletindo uma diferença de, 6 448€/habitante.

De forma a aprofundar a análise, no gráfico 1, que segue é demonstrada a evolução do PIB na região Norte e nas sub-regiões que a compõe, nos últimos 12 anos.

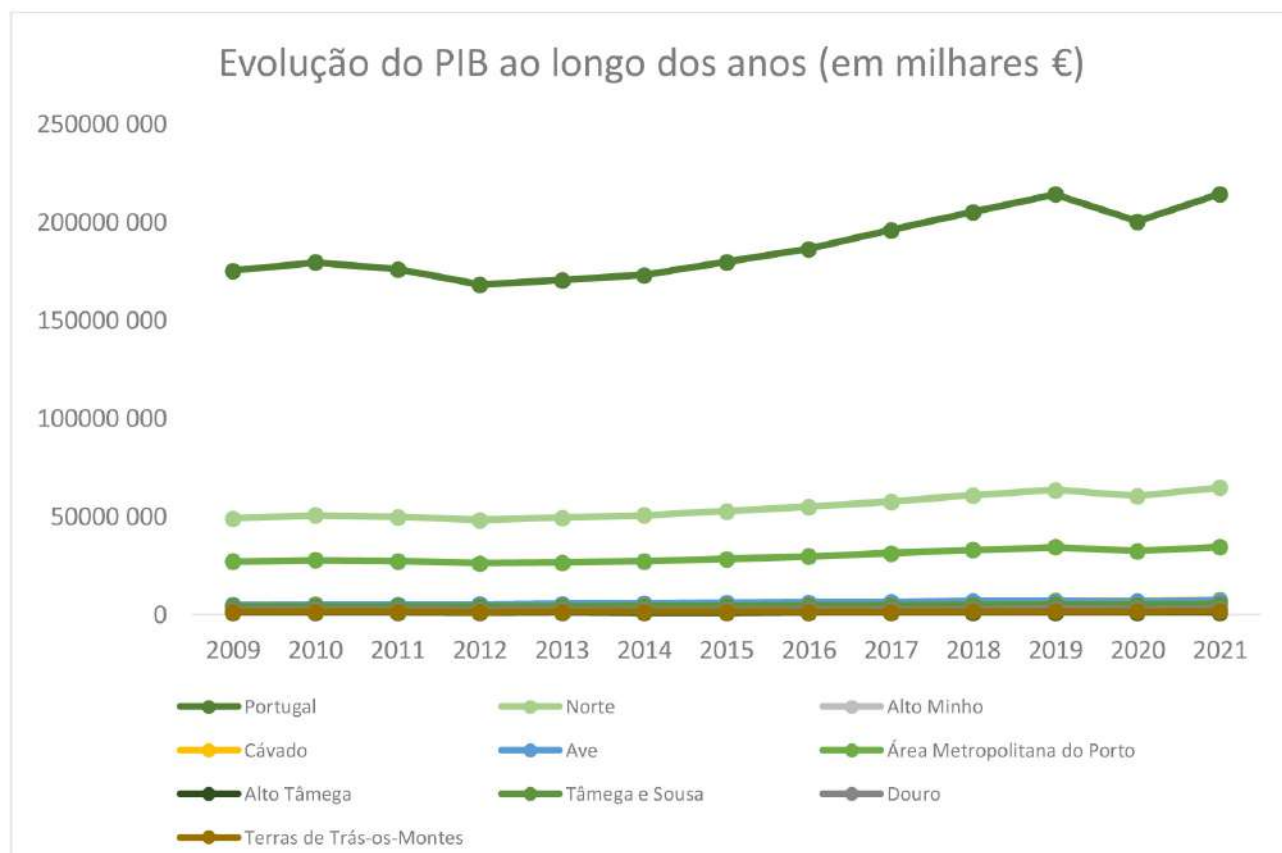


Gráfico 1.

Evolução do PIB ao longo dos anos na região Norte e sub-regiões (em milhares de €).
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Pela análise do gráfico 1, a Área Metropolitana do Porto é a que apresenta um crescimento mais notório desde o ano de 2009, obtendo um crescimento de cerca de 48,50%, seguindo-se da região do Cávado que, no mesmo período temporal, obteve um crescimento de 45,15%.

Por outro lado, as duas regiões que obtiveram menor crescimento neste período temporal foram, respetivamente, a região do Alto Tâmega (13,88%) e a região de Terras de Trás-os-Montes.

Para uma melhor comparação entre a evolução das taxas de variação entre Portugal e a região Norte, o gráfico que se segue expõe essa mesma evolução desde o ano de 2010 até ao ano de 2021.

Evolução da taxa de variação do PIB (em %)

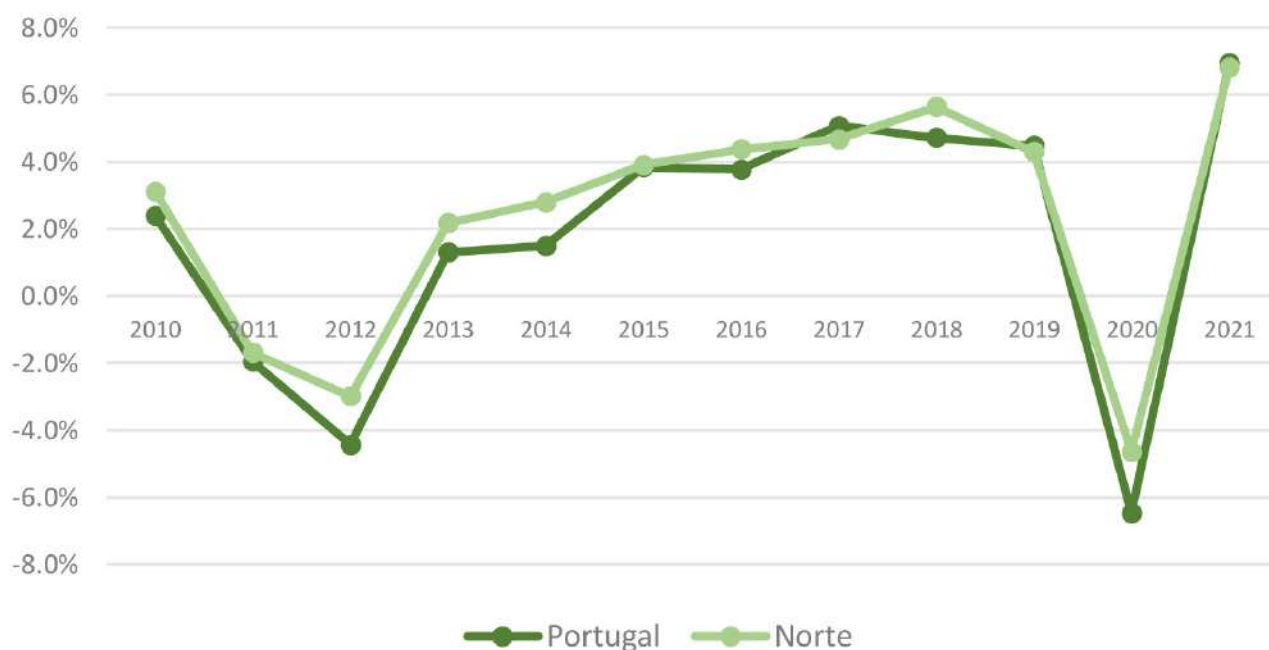


Gráfico 2.

Evolução da taxa de variação do PIB (em %).

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Como se pode aferir pelo gráfico 2 acima, a região do Norte tem apresentado uma evolução acima da registada no País, excluindo os anos de 2017, 2019 e 2021, onde as taxas de variação do PIB em Portugal foram superiores às registadas no Norte.

1.2

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Com o objetivo de analisar o peso do comércio internacional da região do Norte, no presente capítulo são analisados os mais importantes indicadores para medir este impacto nas contas da região.

	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
	2022 (em euros)	Variação 21-22	2022 (em euros)	Variação 21-22
Norte	27 133 329 451	16,4%	24 892 105 350	23,7%
Alto Minho	2 275 876 512	19,6%	1 726 390 756	24,0%
Cávado	3 270 592 548	17,9%	2 451 531 172	33,0%
Ave	5 024 982 839	17,4%	3 264 926 122	31,0%
Área Metropolitana do Porto	13 568 191 301	16,1%	15 431 183 659	21,9%
Alto Tâmega	73 760 487	14,7%	97 663 507	37,7%
Tâmega e Sousa	2 027 116 350	19,2%	1 025 193 147	26,8%
Douro	128 519 775	13,0%	210 070 128	24,8%
Terras de Trás-os-Montes	764 289 639	-1,6%	685 146 859	0,2%

Tabela 2.

Exportações e importações da região Norte e sub-regiões.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Os primeiros indicadores a ter em perspetiva são a balança relativa aos valores das exportações e importações.

Tal como se pode aferir através da tabela 2, tanto as exportações como as importações tiveram uma variação positiva em valor entre 2021 e 2022, á exceção do valor registado na região de Terras de Trás-os-Montes, que obteve uma variação negativa de 1,6% do valor das exportações entre 2021 e 2022.

É importante ainda referir que, embora a variação das exportações seja positiva na maioria dos territórios, a variação das importações foi positiva que esse crescimento, pelo que, a manter-se esta situação nos anos futuros, pode haver uma inversão no saldo da balança comercial.

Salienta-se que, apenas três territórios apresentam um saldo comercial negativo, nomeadamente, a AMP, o Alto Tâmega e o Douro.

Como seria expectável, há um grande peso das relações internacionais entre os territórios de Norte e Espanha. Assim, tal como se pode entender pela leitura do gráfico que se segue, grande parte dos territórios do Norte do país, desenvolve atividades comerciais com a Espanha.

	Exportações (%)	Importações (%)
Norte	26	36
Alto Minho	39	44
Cávado	16	33
Ave	22	26
Área Metropolitana do Porto	27	38
Alto Tâmega	62	64
Tâmega e Sousa	19	37
Douro	17	42
Terras de Trás-os-Montes	50	11

Tabela 3.

Peso das relações internacionais com o mercado espanhol (em %).
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

1.3

ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NUTS III REGIÃO NORTE

Numa análise às NUTS III da região Norte, é possível identificar em que setores de atividade se concentram maiores níveis de produtividade.

Desta forma, analisando o quadro que se segue (tab.4), através de uma análise mais global, percebe-se que a indústria transformadora, o comércio por grosso e a retalho e a construção, são atividades que têm maior representatividade.

Sublinha-se, ainda, a capacidade de produção das empresas na Área metropolitana do Porto, que no ano de 2021, produziram um total de 48 527 774 128€, representando cerca de 56% do valor produzido pela região Norte.

A região do Ave (12,8%) e a região do Cávado (12,6%) seguiram-se como as que mais contribuíram para a produção da região Norte.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
TOTAL	86628761497	4913622782	10881132471	11074551123	48527774128	859225373	7192296947	2131821177	1048337496
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1266037247	101598358						266981095	
Indústrias extrativas	206630041								
Indústrias transformadoras	37159496115	2669183938	4816563794	7019634774	18457613886	197354662	3098751420	555792636	344601005
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1594786189	162118037	68621544	81971539	1058464698	61209793	20839987	122572479	18988112
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1111548912		85519804	78967621	650894732	17145817	73019695		7886836
Construção	10996175280	599886889	2313172396	1258458634	4244066374	198517663	2006293997	250073520	125705807
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	12183489393	461361751	1185315712	1148617659	7941442848	114463937	840640410	300328941	191318135
Transportes e armazenagem	4382608455	172359201	403384799	240438759	3237313247	30681748	181724187	81578513	35128001
Alojamento, restauração e similares	2561864794	163461204	270384828	192590594	1581430321	37378019	153187422	114550515	48881891
Atividades de informação e de comunicação	2410405713	40560080	252342910	52265821	2020890532	2761109	23691281	12478563	5415417
Atividades imobiliárias	2368241728	72080878	356701936	167899696	1556456878	21196384	162233806	18871415	12800735
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3517909818	135914649	347434095	229349811	2525724609	32227388	140866770	74387347	32005149
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2435959981	78537648	250568126	151572769	1758805067	15139181	124105861	41583957	15647372
Educação	490575647	15796872	40345614	40838277	343315979	6307663	24783690	11739963	7447589
Atividades de saúde humana e apoio social	2769424527	115508417	229469896	192125944	1931619884	32767712	142198840	69782059	55951775
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	738640595	14930181	48769507	61981183	544765309	6989936	24282551	30581889	6340039
Outras atividades de serviços	434967062	25630284	40966326	41940982	259655972	6943491	32726665	16180044	10923298

Tabela 4.

Produção das empresas (em €) por atividade económica e região NUTS III do Norte de Portugal.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

De forma mais detalhada, analisando as atividades com maior representatividade no total pelas sub-regiões que perfazem a região Norte, a tendência de domínio da Área Metropolitana do Porto, Ave e Cávado, mantém-se na maior parte delas, aparecendo como exceção o setor da construção que, apesar do domínio da AMP, a região do Tâmega e Sousa apresenta o terceiro maior contributo nesta área, logo a seguir à região do Cávado.

1.4

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Para análise da produção da força de trabalho nestes territórios, a tabela 5 reflete os valores de produtividade do trabalho e a variação relativa nos anos de 2021 e 2020.

	2020	2021	Varição 21-20
Norte	31,8	33,3	4,6%
Alto Minho	31,9	33,6	5,5%
Cávado	30,4	31,8	4,5%
Ave	30,9	32,4	4,9%
Área Metropolitana do Porto	34,8	36,3	4,4%
Alto Tâmega	28,6	30,0	5,0%
Tâmega e Sousa	25,5	26,7	4,5%
Douro	26,5	26,6	4,2%
Terras de Trás-os-Montes	27,1	29,1	7,3%

Tabela 5.

Produtividade aparente do trabalho em €.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Este indicador pretende analisar quanto é que, em média, um trabalhador produz (em €), percebendo-se que é na AMP (36,3€/trabalhador) onde este indicador apresenta maior valor, seguindo-se da região do Alto Minho (33,6€/trabalhador). Apesar deste resultado, quando analisadas a taxa de variação entre o ano de 2020 e 2021, sublinha-se a maior performance da região das Terras de Trás-os-Montes, registando um crescimento de 7,3%.

02

DEMOGRAFIA

02

DEMOGRAFIA

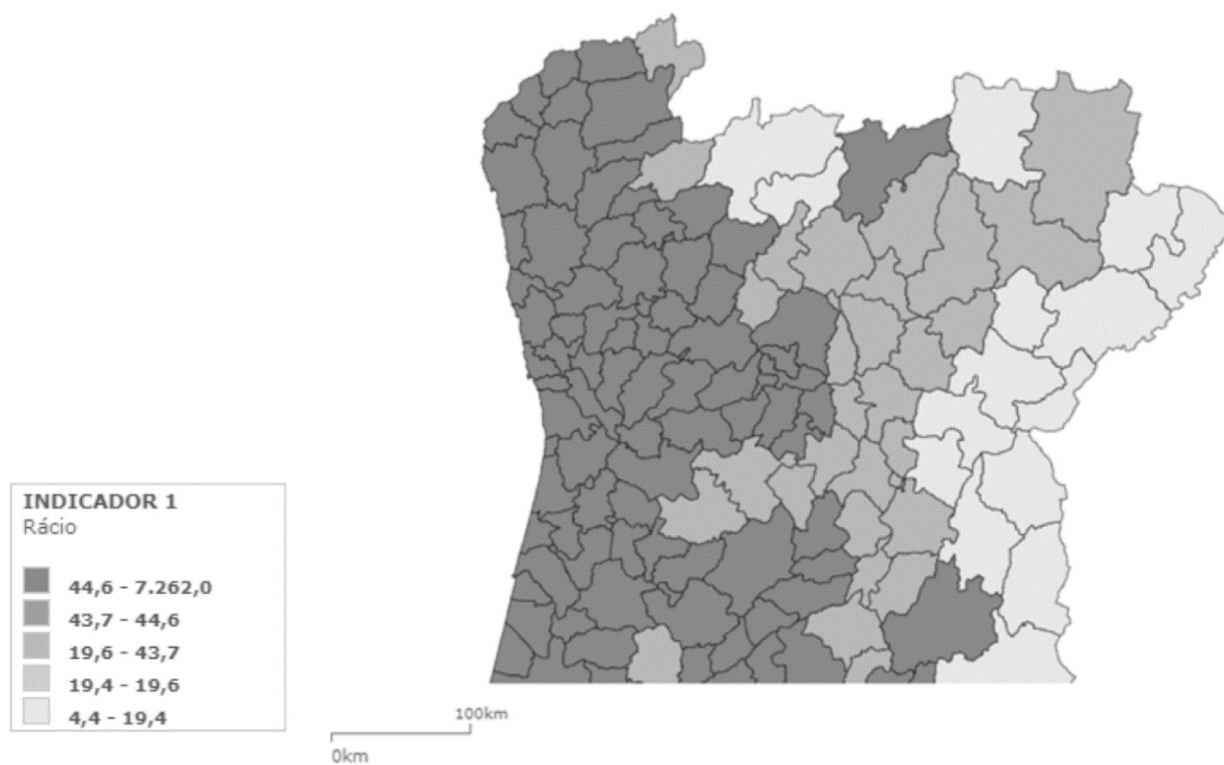
2.1

NÚMERO DE POPULAÇÃO DE REFERÊNCIA

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2021, a população em Portugal ascendeu aos 10 343 066 de indivíduos, sendo que, a região Norte, representou 3 586 586 indivíduos (34,68% da população portuguesa), representando uma variação face ao ano anterior de 0,44%.

Tal como se figura na figura 1, a população residente na região Norte está bastante concentrada no litoral, sendo que, a Área Metropolitana do Porto é a região que apresenta maior densidade populacional.

É também visível que a concentração de habitantes vai reduzindo, com o afastamento da AMP em direção ao interior.



Fontes de Dados: DGT/MAAC-MCT - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0
INE - Estimativas Anuais da População Residente
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2023-04-04

Figura 1.
Densidade populacional.
Fonte: Retirado do INE, disponibilizados em 2023.

No ano de 2020, a população na região Norte ascendeu aos 3 566 374 habitantes, apresentando um aumento de 20 212 habitantes em 2021, com um total de população de 3 586 586.

Em 2021 a Área Metropolitana do Porto registou 1 736 228 habitantes, representando cerca de 48,41% da população registada na região Norte. Por outro lado, as três regiões mais situadas no interior (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) apenas representam cerca de 10,47% da população do Norte do país, contribuindo para evidenciar o grande desequilíbrio entre o litoral e o interior.

Relativamente à distribuição por género, existem mais mulheres do que homens em todas as regiões analisadas.

	2019	2020	2021	Ponderação face ao total em 2021	Ponderação face à Região Norte	Nº de Homens em 2021	Nº de Mulheres em 2021
Portugal	10 295 909	10 298 252	10 343 066	100,00%		4 920 220	5 422 846
Norte	3 575 338	3 566 374	3 586 586	34,68%	100,00%	1 707 820	1 878 766
Alto Minho	230 412	229 066	231 266	2,24%	6,45%	108 355	122 911
Cávado	404 444	403 860	416 605	4,03%	11,62%	199 484	217 121
Ave	411 857	410 224	418 455	4,05%	11,67%	201 823	216 632
Área Metropolitana do Porto	1 728 226	1 727 774	1 736 228	16,79%	48,41%	822 268	913 960
Alto Tâmega	86 133	85 498	84 248	0,81%	2,35%	40 102	44 146
Tâmega e Sousa	415 989	413 609	408 637	3,95%	11,39%	197 044	211 593
Douro	190 815	189 777	183 875	1,78%	5,13%	87 368	96 507
Terras de Trás-os- Montes	107 462	106 566	107 272	1,04%	2,99%	51 376	55 896

Tabela 6.

Densidade populacional e distribuição por género.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Analisando a variação nos anos de 2019 e 2020, o número de habitantes no Norte do país diminuiu, em termos relativos, cerca de 0,25%, porém, quando analisada a variação entre o ano de 2020 e o ano 2021, denota-se uma variação positiva desse valor na ordem dos 0,57%, contribuindo para que, o Norte do país, seja representativo de cerca de 34,68% da população portuguesa.

Comparando a população registada no ano de 2021, com a registada no ano de 2019, observa-se que as regiões do Alto Minho, Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto tiveram uma variação positiva no número de população, por outro lado, as regiões do Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes apresentaram uma variação negativa no número de pessoas.

Desta forma, destacam-se as regiões do Cávado (3,01%) e do Ave (1,60%), como as que apresentaram maior crescimento de população e, por outro lado, as regiões do Douro (-3,64%) e do Alto Tâmega (-2,19%) como as regiões que registaram uma maior perda no número de habitantes.

Tal como se pode verificar na tabela 7, entre 2021 e 2020, houve apenas uma variação da distribuição dos concelhos por número de habitantes, referente ao concelho de Boticas que, no ano de 2020 apresentou um número de habitantes total de 5 053, que em 2021 viria a ser de 5 000 habitantes.

	Número de concelhos (2020)	Número de concelhos (2021)
Menos de 5000 habitantes	5	6
De 5001 a 10000 habitantes	24	23
Mais de 10000 habitantes	57	57

Tabela 7.

Número de concelhos por número de habitantes.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Em termos da distribuição da população total pelos concelhos que perfazem a região Norte, verificou-se no ano de 2021:

Alto Minho		Área Metropolitana do Porto	
Arcos de Valdevez	20 718	Arouca	21 146
Caminha	15 797	Espinho	31 043
Melgaço	7 773	Gondomar	164 257
Monção	17 816	Maia	134 977
Paredes de Coura	8 632	Matosinhos	172 557
Ponte da Barca	11 044	Oliveira de Azeméis	66 175
Ponte de Lima	41 164	Paredes	84 354
Valença	13 623	Porto	231 800
Viana do Castelo	85 778	Póvoa de Varzim	64 255
Vila Nova de Cerveira	8 921	Santa Maria da Feira	136 674
Cávado		Santo Tirso	67 709
Amares	18 595	São João da Madeira	22 143
Barcelos	116 752	Trofa	38 548
Braga	193 324	Vale de Cambra	21 269
Esposende	35 132	Valongo	94 672
Terras de Bouro	6 358	Vila do Conde	80 825
Vila Verde	46 444	Vila Nova de Gaia	303 824

Tabela 8.

Distribuição da população por concelhos.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Alto Tâmega		Ave	
Boticas	5 000	Cabeceiras de Basto	15 558
Chaves	37 590	Fafe	48 497
Montalegre	9 261	Guimarães	156 830
Ribeira de Pena	5 884	Mondim de Basto	6 410
Valpaços	14 701	Póvoa de Lanhoso	21 775
Vila Pouca de Aguiar	11 812	Vieira do Minho	11 955
Tâmega e Sousa		Vila Nova de Famalicão	133 534
Amarante	52 116	Vizela	23 896
Baião	17 534	Douro	
Castelo de Paiva	15 586	Alijó	10 486
Celorico de Basto	17 643	Armamar	5 678
Cinfães	17 730	Carrazeda de Ansiães	5 490
Felgueiras	55 848	Freixo de Espada à Cinta	3 216
Lousada	47 364	Lamego	24 312
Marco de Canaveses	49 541	Mesão Frio	3 547
Paços de Ferreira	55 595	Moimenta da Beira	9 410
Penafiel	69 629	Murça	5 245
Resende	10 051	Penedono	2 738
Terras de Trás-os-Montes		Peso da Régua	14 540
Alfândega da Fé	4 324	Sabrosa	5 548
Bragança	34 582	Santa Marta de Penaguião	6 100
Macedo de Cavaleiros	14 251	São João da Pesqueira	6 775
Miranda do Douro	6 463	Sernancelhe	5 692
Mirandela	21 384	Tabuaço	5 034
Mogadouro	8 301	Tarouca	7 363
Vila Flor	6 050	Torre de Moncorvo	6 826
Vimioso	4 149	Vila Nova de Foz Côa	6 304
Vinhais	7 768	Vila Real	49 571

Tabela 9.

Distribuição da população por concelhos.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

A partir dos dados citados, verifica-se que existem 21 cidades na região Norte, com mais de 50 000 habitantes. Destas, 10 apresentaram uma evolução positiva do número de habitantes, sendo que, a cidade do Porto (7,01%), apresentou o maior crescimento. Por outro lado, no que diz respeito às regiões que registaram um decréscimo no número de habitantes, a cidade da Maia apresentou o maior decréscimo de -2,87%.

	2020	2021	Varição Absoluta 2021/2020	Varição Relativa 2021/2020
Viana do Castelo	84 417	85 778	1 361	1,61%
Barcelos	116 187	116 752	565	0,49%
Braga	182 679	193 324	10 645	5,83%
Guimarães	152 309	156 830	4 521	2,97%
Vila Nova de Famalicão	131 676	133 534	1 858	1,41%
Gondomar	165 985	164 257	-1 728	-1,04%
Maia	138 971	134 977	-3 994	-2,87%
Matosinhos	175 357	172 557	-2 800	-1,60%
Oliveira de Azeméis	66 011	66 175	164	0,25%
Paredes	86 067	84 354	-1 713	-1,99%
Porto	216 606	231 800	15 194	7,01%
Póvoa de Varzim	62 784	64 255	1 471	2,34%
Santa Maria da Feira	138 636	136 674	-1 962	-1,42%
Santo Tirso	68 055	67 709	-346	-0,51%
Valongo	97 444	94 672	-2 772	-2,84%
Vila do Conde	79 899	80 825	926	1,16%
Vila Nova de Gaia	300 472	303 824	3 352	1,12%
Amarante	53 193	52 116	-1 077	-2,02%
Felgueiras	56 422	55 848	-574	-1,02%
Paços de Ferreira	56 728	55 595	-1 133	-2,00%
Penafiel	69 772	69 629	-143	-0,20%

Tabela 10.

População residente nas grandes cidades do Norte de Portugal.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

2.2

FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Portugal apresenta uma população envelhecida, sendo a faixa etária predominante na região Norte, a faixa etária entre os 25-64 anos, o que representa um peso no total do número de indivíduos que residem nessa região de 54,4%.

Por outro lado, a população entre os 0-14 anos de idade e a população entre os 15-24 anos apresentou, cumulativamente, um peso de 23,0% face ao total, 0,4% superior à população com mais de 65 anos.

Numa análise às sub-regiões que compõe o Norte de Portugal, verifica-se, que é na Área Metropolitana do Porto onde se evidencia o maior peso dos diferentes grupos etários quando comparado às restantes regiões.

No entanto, de modo a perceber qual a segunda região do Norte com maior peso nos respetivos grupos etários, destaca-se a região do Cávado com um peso de 12,6% no que diz respeito à população entre os 0-14 anos, a região do Tâmega e Sousa (12,9%) na população entre os 15-24 anos e a região do Ave com o segundo maior contributo nas faixas etárias dos 25-64 anos (12,0%), 65-74 anos (11,3%) e 75 e mais anos (10,1%).

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
0-14 anos	440 165	25 831	55 423	51 822	217 937	7 681	52 119	19 252	10 100
15-24 anos	385 934	22 338	48 122	46 752	184 644	7 025	49 696	17 815	9 542
25-64 anos	1 950 231	118 018	231 846	233 177	952 895	40 054	228 898	93 973	51 370
65-74 anos	433 318	31 886	44 388	48 795	208 262	14 219	42 766	26 020	16 982
75 e mais anos	376 938	33 193	36 826	37 909	172 490	15 269	35 158	26 815	19 278
TOTAL	3 586 586	231 266	416 605	418 455	1 736 228	84 248	408 637	183 875	107 272

Tabela 11.

Faixa etária da população da região Norte.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Adicionalmente, da análise do gráfico 3, percebe-se que os homens apresentam um maior peso nas faixas etárias dos 0-14 anos e nos 15-24 anos e, complementando essa informação com o facto das mulheres apresentarem um maior peso nas faixas etárias dos 65-74 anos e 75 e mais anos, confirma que as mulheres apresentam uma maior esperança de vida.

Faixas etárias predominantes por sexo na região Norte

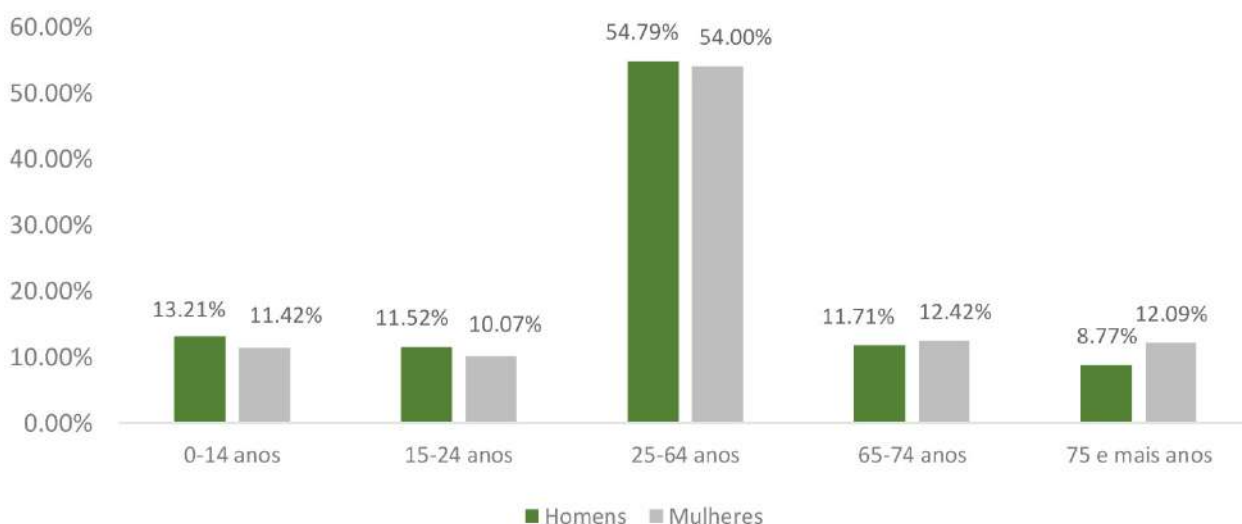


Gráfico 3.

Distribuição da população por sexo por grupo etário.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

2.3

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

No ano de 2021, habitavam em Portugal 698 536 estrangeiros sendo que, desses, 100 084 residiam na região Norte do país, representando assim 2,79% da população residente nesse território.

Observando as sub-regiões, verifica-se que é na Área Metropolitana do Porto que se regista o maior número de estrangeiros do território mais a Norte do país, seguido da região do Cávado que, cumulativamente, representam cerca de 74,7% do total dos estrangeiros que habitam na região do Norte.

Tendo em consideração o peso da população estrangeira no total da população de cada região, salientam-se as regiões do Cávado (4,03%), Área Metropolitana do Porto (3,34%) e Terras de Trás-os-Montes (3,30%), como as regiões com maior peso de estrangeiros na população total, respetivamente.

	ESTRANGEIROS			POPULAÇÃO TOTAL			ESTRANGEIROS /TOTAL DA POPULAÇÃO DE CADA REGIÃO
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	%
Portugal	698 536	359 727	338 809	10 343 066	4 920 220	5 422 846	6,75%
Norte	100 084	49 151	50 933	3 586 586	1 707 820	1 878 766	2,79%
Alto Minho	7 505	3 923	3 582	231 266	108 355	122 911	3,25%
Cávado	16 781	8 243	8 538	416 605	199 484	217 121	4,03%
Ave	6 803	3 468	3 335	418 455	201 823	216 632	1,63%
Área Metropolitana do Porto	57 970	28 176	29 794	1 736 228	822 268	913 960	3,34%
Alto Tâmega	1 398	688	710	84 248	40 102	44 146	1,66%
Tâmega e Sousa	3 528	1 768	1 760	408 637	197 044	211 593	0,86%
Douro	2 559	1 256	1 303	183 875	87 368	96 507	1,39%
Terras de Trás-os-Montes	3 540	1 629	1 911	107 272	51 376	55 896	3,30%

Tabela 12.

População estrangeira nas diversas regiões NUTS III do Norte de Portugal.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

No que diz respeito à origem dos estrangeiros que residem em Portugal pela análise da informação da tabela 12, verifica-se que desde 2020 a maioria dos estrangeiros são provenientes de países terceiros como o Brasil, Angola ou Moçambique.

	ESTRANGEIROS	
	União Europeia 27 (a partir de 2020)	Países Terceiros (a partir de 2020)
Portugal	169 169	529 367
Norte	18 836	81 248
Alto Minho	2 150	5 355
Cávado	2 858	13 923
Ave	1 140	5 663
Área Metropolitana do Porto	10 085	47 885
Alto Tâmega	514	884
Tâmega e Sousa	539	2 989
Douro	732	1 827
Terras de Trás-os-Montes	818	2 722

Tabela 13.

Origem da população estrangeira residente em Portugal.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

2.4

MOVIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO

O crescimento da população é calculado através da subtração entre os óbitos com os nados vivos no mesmo período. Um saldo negativo deste indicador indica que o número de óbitos é superior ao número de nados-vivos e vice-versa.

Tal como se pode verificar pela análise da tabela 14, todas as regiões do território do Norte apresentam um crescimento negativo da população.

Porém, quando comparados os anos de 2020 e 2021, salvo a exceção da região do Cávado e do Douro, todas as outras regiões tiveram uma variação positiva deste indicador, contribuindo assim para um acréscimo de 864 indivíduos a habitar na região norte.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Nascimento									
2020	26879	1491	3358	3252	13614	473	2978	1103	610
2021	24825	1394	3058	2952	12700	386	2768	1018	549
Óbitos									
2020	40031	3355	3714	4067	18438	1447	4350	2732	1928
2021	37113	3191	3470	3665	17277	1312	3707	2659	1832
Crescimento Natural									
2020	-13152	-1864	-356	-815	-4824	-974	-1372	-1629	-1318
2021	-12288	-1797	-412	-713	-4577	-926	-939	-1641	-1283

Tabela 14.

Saldo natural das regiões NUTS III do Norte de Portugal.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

2.4.1 INDICADORES DE NATALIDADE

Como se pode observar pela análise das tabelas 15 e 16, a taxa de natalidade na região norte, sofreu uma variação negativa de 2020 para 2021 na ordem dos 0,6%. As sub-regiões do Cávado (8,7%), Área Metropolitana do Porto (7,3%) e Ave (7,0%) foram as que apresentaram uma taxa de natalidade mais representativa, enquanto, as regiões do Alto Tâmega (4,6%), Terras de Trás-os-Montes (5,1%) e Douro (5,5%) foram aquelas que apresentaram um pior desempenho.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Taxa de Natalidade (%)	7,5	6,4	8,1	7,8	7,8	5,6	7,3	6	5,6
Taxa de Fecundidade (%)	34,1	32,5	34,4	34,6	35	34	31,7	31,6	32,2
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	32,3	32,4	32,9	32,4	32,3	32,4	31,5	32,3	31,9
Índice sintético de fecundidade	1,25	1,25	1,25	1,31	1,3	1,33	1,21	1,24	1,24

Tabela 15.

Indicadores demográficos de natalidade em 2020.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do PORDATA, disponibilizados em 2023.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Taxa de Natalidade (%)	6,9	6	7,3	7	7,3	4,6	6,8	5,5	5,1
Taxa de Fecundidade (%)	31,9	30,7	31,7	31,9	33,1	28,2	29,9	29,6	29,5
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	32,5	32,4	33	32,6	32,6	32,2	31,6	32,3	31,5
Índice sintético de fecundidade	1,2	1,18	1,18	1,2	1,22	1,1	1,14	1,16	1,14

Tabela 16.

Indicadores demográficos de natalidade em 2021.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do PORDATA, disponibilizados em 2023.

2.4.2 INDICADORES DE MORTALIDADE

No Norte de Portugal, no ano de 2021, o número de óbitos ascendeu aos 37 124 indivíduos, o que representa uma diminuição de 2 907 indivíduos face ao ano antecedente.

Deste modo, como se evidenciam nas tabelas 17 e 18, as taxas de mortalidade registadas nas sub-regiões do território Norte, tiveram todas uma variação negativa, destacando-se as regiões do Alto Tâmega e Tâmega e Sousa.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Taxa de Mortalidade (%)	11,1	14,4	8,9	9,7	10,6	17,1	10,6	14,8	17,8
Índice de envelhecimento	176,6	243,3	140,3	159,8	167,7	367,8	142,8	264,3	344,6
Óbitos com menos de 1 ano de idade	59	5	5	5	32	1	5	5	1

Tabela 17.

Indicadores demográficos de mortalidade em 2020.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do PORDATA, disponibilizados em 2023.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Taxa de Mortalidade (%)	10,3	13,7	8,3	8,7	9,9	15,6	9,1	14,4	17,1
Índice de envelhecimento	185	252	149	170,1	174,8	385,8	152,3	276,5	355,1
Óbitos com menos de 1 ano de idade	51	1	6	8	26	1	5	4	0

Tabela 18.

Indicadores demográficos de mortalidade em 2021.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do PORDATA, disponibilizados em 2023.

2.5

MICRAÇÕES

Entende-se por saldo migratório, a subtração do número de emigrantes (as pessoas que saem do país) ao número de imigrantes (as pessoas que entram no país). Desta forma, tal como se consegue concluir pela tabela 19, o saldo migratório da região Norte é positivo.

	2020	2021
Emigrantes	-	-
Imigrantes	-	-
Saldo Migratório	14 544	20 843

Tabela 19.

Saldo migratório da região Norte.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do PORDATA, disponibilizados em 2023.

03

RENDA MUNICIPAL

03

RENDA MUNICIPAL

3.1

RENDIMENTO ANUAL BRUTO DECLARADO

No que diz respeito ao indicador de rendimento anual bruto declarado no ano de 2020 pelas regiões das NUTS III, pela análise dos resultados espelhados na tabela 20, enfatiza-se a discrepância entre a Área Metropolitana do Porto e as restantes regiões da região Norte sendo que, a segunda região com maior representatividade neste indicador é a região do Cávado (3 596 140 milhares de euros), apresentando assim uma discrepância de 13 627 996 milhares de euros.

Numa outra perspetiva, com o valor mais baixo registado, a região de Terras de Trás-os-Montes apenas apresentou 861 835 milhares de euros, o que resulta numa diferença de 16 362 301 milhares de euros face à AMP.

Rendimento anual bruto declarado (milhares €)	
Norte	31 671 209
Alto Minho	1 874 087
Cávado	3 596 140
Ave	3 431 925
Área Metropolitana do Porto	17 224 136
Alto Tâmega	577 537
Tâmega e Sousa	2 720 986
Douro	1 384 563
Terras de Trás-os-Montes	861 835

Tabela 20.

Rendimento anual bruto declarado (em milhares de €).

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2020.

Numa outra perspetiva, de modo a aferir, em termos médios, qual o indicador de rendimento anual bruto por agregado fiscal por região, segue-se uma exposição desses indicadores.

Rendimento anual bruto por agregado fiscal (€)	
Norte	17 566
Alto Minho	15 968
Cávado	17 742
Ave	16 076
Área Metropolitana do Porto	19 222
Alto Tâmega	14 797
Tâmega e Sousa	13 800
Douro	16 098
Terras de Trás-os-Montes	16 851

Tabela 21.

Rendimento anual bruto declarado por agregado fiscal (em €).

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2020.

Analisando os resultados espelhados na tabela 21, os agregados fiscais da região Norte, em termos médios, declaram um rendimento anual bruto na ordem dos 17 566€.

Grande parte das regiões NUTS III apresentaram valores inferiores aos registados na região, exceto a região do Cávado (17 742€) e a Área Metropolitana do Porto (19 222€).

A região do Tâmega e Sousa foi onde, em termos médios, os agregados fiscais apresentaram um menor valor de rendimento declarado no ano de 2020, ascendendo aos 13 800€.

Comparando a Área Metropolitana do Porto com a região do Tâmega e Sousa, percebe-se que, em média, os agregados fiscais da AMP ganham mais 39,3%.

3.2

RENDIMENTO BRUTO DECLARADO POR MUNICÍPIO

De forma a acrescentar valor à análise anterior, foi considerado o rendimento anual bruto por agregado fiscal, por municípios, das sub-regiões da região Norte. Para uma melhor visualização dos dados, na tabela 22, são destacados os municípios que obtiveram um valor de rendimento declarado por agregado fiscal superior à respetiva região NUTS III.

Região da NUTS III	Município	Rendimento bruto declarado por agregado fiscal (€)
Alto Minho	Caminha	16 791
Alto Minho	Viana do Castelo	18 119
Cávado	Braga	20 287
Ave	Guimarães	16 600
Ave	Vila Nova de Famalicão	16 995
AM do Porto	Maia	21 587
AM do Porto	Matosinhos	21 447
AM do Porto	Porto	24 795
AM do Porto	Vila Nova de Gaia	19 265
Alto Tâmega	Chaves	16 591

Tabela 22.

Rendimento anual bruto declarado por agregado fiscal por município (em €).

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2020.

Como se pode verificar pela análise da tabela 22, apenas 10, dos 86 municípios da região Norte, apresentaram um rendimento bruto declarado por agregado fiscal superior à região NUTS III em que se inserem, apresentando assim, uma produtividade superior que a média da região.

Da mesma forma, tal como se verifica, não existe nenhum município das sub-regiões do Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes, presente na tabela.

Na tabela 23 podem ser visualizados os rendimentos brutos declarados por agregado fiscal em todos os municípios da região Norte.

Alto Minho	15 968	Área Metropolitana do Porto	19 222
Arcos de Valdevez	13 690	Arouca	14 689
Caminha	16 791	Espinho	18 824
Melgaço	14 165	Gondomar	17 268
Monção	14 739	Maia	21 587
Paredes de Coura	13 902	Matosinhos	21 447
Ponte da Barca	13 423	Oliveira de Azeméis	17 092
Ponte de Lima	14 771	Paredes	14 015
Valença	14 398	Porto	24 795
Viana do Castelo	18 119	Póvoa de Varzim	17 106
Vila Nova de Cerveira	15 558	Santa Maria da Feira	16 629
Cávado	17 742	Santo Tirso	16 517
Amares	15 329	São João da Madeira	17 513
Barcelos	15 366	Trofa	16 698
Braga	20 287	Vale de Cambra	17 422
Esposende	17 673	Valongo	17 510
Terras de Bouro	13 699	Vila do Conde	18 188
Vila Verde	14 479	Vila Nova de Gaia	19 265

Alto Tâmega	14 797	Ave	16 076
Boticas	13 058	Cabeceiras de Basto	13 814
Chaves	16 591	Fafe	14 640
Montalegre	13 411	Guimarães	16 600
Ribeira de Pena	13 451	Mondim de Basto	12 993
Valpaços	12 636	Póvoa de Lanhoso	14 336
Vila Pouca de Aguiar	14 063	Vieira do Minho	13 630
Tâmega e Sousa	13 800	Vila Nova de Famalicão	16 995
Amarante	14 372	Vizela	14 858
Baião	13 306	Douro	16 098
Castelo de Paiva	13 480	Alijó	13 185
Celorico de Basto	13 019	Armamar	13 861
Cinfães	12 113	Carraceda de Ansiães	14 296
Felgueiras	13 982	Freixo de Espada à Cinta	14 370
Lousada	13 623	Lamego	16 756
Marco de Canaveses	13 305	Mesão Frio	13 154
Paços de Ferreira	13 714	Moimenta da Beira	15 246
Penafiel	14 667	Murça	13 583
Resende	12 589	Penedono	13 535
Terras de Trás-os-Montes	16 851	Peso da Régua	15 533
Alfândega da Fé	14 483	Sabrosa	14 054
Bragança	19 760	Santa Marta de Penaguião	12 428
Macedo de Cavaleiros	15 089	São João da Pesqueira	13 759
Miranda do Douro	16 826	Sernancelhe	13 738
Mirandela	16 726	Tabuaço	13 487
Mogadouro	15 310	Tarouca	14 416
Vila Flor	14 515	Torre de Moncorvo	14 764
Vimioso	14 339	Vila Nova de Foz Côa	14 452
Vinhais	13 518	Vila Real	19 924

Tabela 23.

Rendimento anual bruto declarado por agregado fiscal por todos os municípios da região Norte (em €).
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2020.

04

EMPRESAS

04

EMPRESAS

4.1

TAMANHO DAS EMPRESAS

Tal como se verifica em todo o território português, as microempresas (empresas com menos de 10 colaboradores e cujo volume de negócios não excede os 2 milhões de euros), dominam o tecido empresarial, representando cerca de 95,5% do tecido empresarial do Norte do país.

De forma complementar, considerando o grupo das PME's, sublinha-se que a sua representatividade ascende aos 99,9%, existindo apenas 348 grandes empresas (empresas com mais de 250 colaboradores e cujo volume de negócios é superior a 50 milhões de euros), na região Norte.

Numa análise mais detalhada às NUTS III do território, percebe-se que é na Área Metropolitana do Porto onde há maior representatividade empresarial (48,5%), sendo de destacar o peso de 65,5% das grandes empresas da região Norte.

	Total	Micro	Pequena	Médias	Grandes
Norte	456 034	435 704	17 179	2 803	348
Alto Minho	30 822	29 761	935	100	26
Cávado	51 675	48 978	2 273	396	28
Ave	44 568	41 847	2 253	428	40
Área Metropolitana do Porto	221 093	211 155	8 366	1 344	228
Alto Tâmega	13 333	13 056	258	17	2
Tâmega e Sousa	42 200	39 474	2 280	428	18
Douro	30 912	30 296	547	65	4
Terras de Trás-os-Montes	21 431	21 137	267	25	2

Tabela 24.

Número de empresas por classificação nas NUTS III da região Norte.
Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2021.

4.2

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EMPRESAS

Considerando a distribuição geográfica das empresas em Portugal, sublinha-se a forte representatividade da região Norte (33,98%) para este indicador, relevando a importância que a região tem no desenvolvimento económico do país.

Através de uma análise mais detalhada às NUTS III é possível observar que a maioria das empresas da região Norte se localizam na Área Metropolitana do Porto (221 093 empresas) seguindo-se a sub-região do Cávado (51 675 empresas) e, em conjunto, as duas sub-regiões representam aproximadamente 59,81% de todas as empresas do Norte de Portugal.

Já as sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes e do Alto do Tâmega, aparecem como as sub-regiões com menor concentração de empresas e, em conjunto, representam 7,62% do total das empresas da região Norte de Portugal.

	Número de empresas	Peso face ao total	Peso face à região Norte
Portugal	1 342 116	100%	
Norte	456 034	33,98%	100%
Alto Minho	30 822	2,30%	6,76%
Cávado	51 675	3,85%	11,33%
Ave	44 568	3,32%	9,77%
Área Metropolitana do Porto	221 093	16,47%	48,48%
Alto Tâmega	13 333	0,99%	2,92%
Tâmega e Sousa	42 200	3,14%	9,25%
Douro	30 912	2,30%	6,78%
Terras de Trás-os-Montes	21 431	1,60%	4,70%

Tabela 25.

Número de empresas registadas na região Norte e NUTS III.

Fonte: Elaboração própria, com dados retirados do INE, disponibilizados em 2023, referentes a 2021.

4.3

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO A CONDIÇÃO JURÍDICA

No que diz respeito à forma jurídica das empresas, a condição mais usual no Norte do país são as empresas individuais, representando cerca de 65,8% do total das empresas da região sendo que, as restantes 34,2% empresas são sociedades.

	Empresa individual	Sociedade	Total
Norte	300 038	155 996	456 034
Alto Minho	22 164	8 658	30 822
Cávado	32 375	19 300	51 675
Ave	26 962	17 606	44 568
Área Metropolitana do Porto	138 776	82 317	221 093
Alto Tâmega	10 682	2 651	13 333
Tâmega e Sousa	26 724	15 476	42 200
Douro	24 728	6 184	30 912
Terras de Trás-os-Montes	17 627	3 804	21 431

Tabela 26.

Número de Empresas na região NUTS II Norte e regiões NUTS III por forma jurídica.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados de INE referentes a 2021.

Realizando uma análise à concentração das empresas por forma jurídica pelas diversas sub-regiões face ao número total de empresas por forma jurídica da região Norte, observa-se que tanto grande parte das empresas individuais (46,3% do total de empresas individuais da Região Norte) como a maioria das sociedades (52,8% do total das sociedades da Região Norte), se encontram sedeadas na Área Metropolitana do Porto seguindo-se a sub-região do Cávado com 10,8% do total das empresas individuais e 12,4% do total das sociedades da região Norte.

No que concerne à dominância da tipologia de sociedade por sub-região, podemos verificar que todas as regiões apresentam uma maior proporção de empresas individuais em detrimento das empresas da tipologia sociedade.

A sub-região Trás-os-Montes é a região com maior predominância de empresas individuais, representando 82,3% das empresas sediadas na sub-região. Em contraponto, a sub-região do Ave é a que apresenta uma maior proporção de empresas da tipologia sociedades (39,5% do total das empresas da sub-região).

Em termos globais é verifica-se que a maior concentração de empresas se dá na Área Metropolitana do Porto (46,2% do total das empresas individuais e 53,1% das sociedades da região Norte).

De forma complementar, é possível associar a forma jurídica das empresas com o setor de atividade de cada uma. Neste sentido, destacando as atividades com maior número de empresas, sublinha-se, relativamente ao setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, uma representatividade de cerca de 65,8% das empresas em nome individual. Num segundo momento, quando analisado o setor dos transportes e armazenagem, observa-se um maior equilíbrio entre o número de empresas individuais e as sociedades, alcançando uma representatividade de, respetivamente, 52,8% e 47,2%. Por último, com as empresas de ensino em perspetiva, destaca-se o domínio claro das empresas em nome individual (90,1%).

Numa perspetiva complementar, destacam-se as atividades das empresas na indústria transformadora, eletricidade, construção, comércio por grosso e a retalho, alojamento, restauração e similares, atividades imobiliárias e atividades de consultoria, onde a forma jurídica “sociedade” é mais representativa que a forma de empresa individual.

	Empresa individual	Sociedade	Total
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	300 038	155 996	456 034
Indústrias extrativas	46 752	4 347	51 099
Indústrias transformadoras	48	247	295
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11 973	20 871	32 844
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1 020	389	1 409
Construção	83	332	415
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15 448	18 095	33 543
Transportes e armazenagem	42 893	38 392	81 285
Alojamento, restauração e similares	3 883	5 986	9 869
Atividades de informação e de comunicação	21 348	13 005	34 353
Atividades imobiliárias	2 564	3 683	6 247
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 648	13 828	16 476
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	29 663	15 163	44 826
Educação	46 052	5 053	51 105
Atividades de saúde humana e apoio social	19 104	1 958	21 062
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	30 227	8 832	39 059
Atividades de saúde humana e apoio social	7 721	2 504	10 225
TOTAL	18 611	3 311	21 922

Tabela 27.

Número de Empresas da Região Norte por forma jurídica.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados de INE referentes a 2021.

4.4

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL

A tabela que se segue permite obter uma análise mais global da distribuição das empresas pelos setores económicos essenciais.

Como acontece na maioria das economias das regiões consideradas como desenvolvidas em todo o mundo, no Norte de Portugal, o setor dos serviços (terciário) é aquele que predomina, sendo que, cerca de 74,2% das empresas do Norte, exercem atividades enquadradas neste setor. Por outro lado, é ainda importante destacar a pouca representatividade das empresas que exercem atividades no setor da indústria e da construção, sendo que, apenas 7,3% e 7,4% das empresas da região Norte, respetivamente, se dedicam a atividades nestes setores.

Procedendo à mesma análise para as diversas sub-regiões é possível observar que a Área Metropolitana do Porto é a região com maior concentração de empresas de serviços sendo que 85% das empresas da sub-região se dedicam a atividades deste setor, representando assim um peso de 41,2% no total das empresas da região Norte.

As sub-regiões do Ave e do Cávado também apresentam elevada concentração de empresas de serviços contando com, respetivamente, 75% e 74,7% do total das empresas de cada sub-região. Em contraponto, as sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Douro apresentam menor representatividade do setor dos serviços.

No que respeita ao setor primário, tal como se esperava, as regiões de Terras de Trás-os-Montes e Douro são aquelas que apresentam maior concentração de empresas apresentando, respetivamente, uma proporção de 49,4% e 45,2% do total das empresas de cada sub-região.

No que diz respeito à representatividade da Indústria no tecido empresarial das diversas sub-regiões, a região do Tâmega e Sousa é a que apresenta uma maior proporção face ao total das empresas sediadas na sub-região, ascendendo esta a 11,8%.

	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria	Construção	Serviços	Total
Norte	51 099	33 139	33 543	338 253	456 034
Alto Minho	4 940	1 803	4 011	20 068	30 822
Cávado	3 269	4 695	5 129	38 582	51 675
Ave	2 310	5 227	3 606	33 425	44 568
Área Metropolitana do Porto	6 764	14 095	12 310	187 924	221 093
Alto Tâmega	5 171	553	960	6 649	13 333
Tâmega e Sousa	4 091	4 994	4 699	28 416	42 200
Douro	13 971	1 047	1 659	14 235	30 912
Terras de Trás-os-Montes	10 583	725	1 169	8 954	21 431

Tabela 28.

Número de Empresas na região NUTS II Norte e regiões NUTS III por agregado setorial.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados de INE, disponibilizados em 2021 e referentes a 2021.

4.5

DEMOGRAFIA EMPRESARIAL

A criação de empresas representa um bom indicador para perceber o sentimento dos empresários e da população face ao estado da economia de um país ou região.

O ano de 2021 traduz-se como positivo para a economia da região Norte de Portugal dado que nasceram mais 7 322 empresas do que as que morreram.

Iniciando a análise pelo nascimento de empresas é possível observar que, no mesmo ano, nasceram 57 543 empresas na região Norte das quais, 78,2% sob a forma jurídica de empresa individual e 21,8% sob a forma de sociedades.

Numa análise às sub-regiões da região Norte, verifica-se que a maioria das empresas (53,4%), foi criada na sub-região Área Metropolitana do Porto, evidenciando a atração para o início de atividades empresariais nesta região.

As restantes empresas criadas na região Norte estão bastante repartidas pelas diversas sub-regiões, destacando-se a zona do Cávado com uma representatividade de 11,6% do total das empresas criadas.

A sub-região do Alto Tâmega foi a região com menos empresas criadas, contribuindo, apenas, com 2,2% do total das empresas criadas na região Norte. De destacar ainda que, tanto nos nascimentos como nas mortes de empresas, a empresa individual foi a que apresentou maior valor em ambos.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Nascimento de empresas									
Empresa individual	44 997	2 841	5 031	4 055	24 261	1 042	3 705	2 195	1 867
Sociedade	12 546	739	1 664	1 399	6 486	206	1 266	419	367
Morte de empresas									
Empresa individual	44 733	3 094	4 800	4 009	22 141	1 388	3 805	3 130	2 366
Sociedade	5 488	288	683	556	3 097	76	484	193	111
Saldo	7 322	198	1 212	889	5 509	-216	682	-709	-243

Tabela 29.

Nascimento, morte e balanço na região NUTS II Norte e regiões NUTS III.

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados de INE, disponibilizados em 2021 e referentes a 2021.

Através da análise dos dados presentes na tabela que se segue, é possível observar a performance dos valores relativos à taxa de natalidade, taxa de mortalidade e, ainda, sobre a taxa de sobrevivência das empresas.

Assim, como se pode observar pelos valores registados na taxa de natalidade, observa-se que, entre o ano de 2020 e 2021, a taxa de natalidade cresceu em todas as sub-regiões da região Norte contribuindo assim para uma variação positiva da taxa de natalidade da região NUTS II, de 1,39%.

No que diz respeito à taxa de natalidade, salvo a exceção da Área Metropolitana do Porto, todas as outras sub-regiões apresentaram um ligeiro aumento deste valor o que resultou, desta forma, num aumento pouco significativo de 0,1% dessa taxa, alcançando, em 2021, os 11%. Este valor significa que, das empresas que estavam presentes na região Norte no ano de 2021, 11% deixaram de existir.

Por fim, quando analisada a taxa de sobrevivência das empresas, denota-se um ligeiro aumento dessa percentagem ao longo da maior parte das sub-regiões sendo, a região do Douro a única exceção registada, com um decréscimo de 2,7%. Em contrapartida, a região de Terras de Trás-os-Montes, apresentou o maior aumento de todos, de 3,1%.

	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Sobrevivência	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Norte	11,23	12,62	10,9	11	76,2	77,2
Alto Minho	10	11,62	10,2	11	77,4	78,1
Cávado	11,6	12,96	10,3	10,6	77,7	78,6
Ave	11,05	12,24	9,7	10,2	80,3	81,1
Área Metropolitana do Porto	12,23	13,91	11,9	11,4	74,4	75,4
Alto Tâmega	8,45	9,36	9,4	11	77,7	79,6
Tâmega e Sousa	11,13	11,78	10,1	10,2	81,2	81,7
Douro	8,17	8,46	10,1	10,7	78,5	75,8
Terras de Trás-os-Montes	8,57	10,42	9,6	21 11,6	73	76,1

Tabela 30.

Taxa de natalidade, mortalidade e sobrevivência das empresas por regiões NUTS III.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados de INE, disponibilizados em 2021 e referentes a 2021.

4.6

CONTAS ECONÓMICAS DAS EMPRESAS

A classificação das empresas em função das contas económicas permite obter resultados relevantes para classificar a magnitude do impacto das mesmas na região.

Analisando o valor das vendas pode-se observar que, no ano de 2021, as empresas da região Norte de Portugal faturaram cerca de 35 717 mil milhões de euros. Contudo, efetuando a análise ao nível das regiões NUTS III são notáveis as grandes disparidades no que concerne ao mesmo indicador.

As empresas sediadas na região do Alto Tâmega apresentam o menor valor líquido de vendas médio da região Norte, alcançando cerca de 298 milhões de euros, representando apenas 0,8% do total produzido na região Norte. Numa outra perspetiva, as empresas da Área Metropolitana do Porto são as que apresentam o maior valor de vendas, situando-se este nos 18 175 mil milhões de euros, o que reflete um peso de 50,9% no total.

No que concerne aos gastos com o pessoal, pode-se constatar que a situação é bastante semelhante ao verificado com o indicador anteriormente analisado. As empresas da região do Alto Tâmega são as que apresentam menores encargos com pessoal, sendo estes na ordem dos 388 milhões de euros.

Por outro lado, a Área Metropolitana do Porto foi a região que apresentou maiores gastos com pessoal, com cerca de 11 742 mil milhões de euros. No entanto, quando se analisa o mesmo indicador em termos médios, percebe-se que é a região do Ave que apresenta um valor de gastos com pessoal mais elevado e que, adicionalmente, a região de Terras de Trás-os-Montes é a que apresenta menor valor de gastos em termos médios.

O valor acrescentado bruto (VAB) permite medir o valor acrescentado por determinada empresa através da subtração dos custos de produzir ao valor das vendas. Tal como se registou no indicador anteriormente analisado, a região do Ave é a região com maior VAB médio (88 407 euros) seguindo-se da Área Metropolitana do Porto (85 441 euros). Por outro lado, a região Terras de Trás-os-Montes é aquela que apresenta menor VAB médio, sendo este de 19 766 euros.

Numa análise ao indicador de volume de negócios, observa-se que é a região da Área Metropolitana do Porto que apresenta maior volume de negócios em termos médios, tendo registado no ano de 2021 cerca de 333 963 euros, seguindo-se da região do Ave que, mesmo apresentando 44 568 empresas, ascendeu aos 327 613 euros (apenas diferindo de 6 350 euros da AMP). Por outro lado, a região de Terras de Trás-os-Montes, foi a que registou menor valor de volume de negócios médio, atingindo apenas 80 031 euros.

Finalmente, no que diz respeito ao resultado líquido, o panorama é bastante idêntico ao do volume de negócios. A AMP aparece como a região com maior resultado líquido em termos médios, ascendendo aos 28 013 euros, seguindo-se a região do Cávado com 24 548 euros. Por outro lado, a região do Douro foi a que, no ano de 2021, apresentou menor resultado líquido em termos médios, ascendendo ao valor de 8 080 euros.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Vendas de Produtos	35 717 994 105	2 458 588 738	4 480 342 572	6 381 533 118	18 175 749 167	298 377 523	2 796 427 527	674 003 670	452 971 790
Valor Acrescentado Bruto	32 988 223 002	1 706 713 074	3 885 579 707	3 940 111 454	18 890 467 818	388 318 457	2 888 147 263	865 286 428	423 598 801
Volume de Negócios	125 726 296 942	6 444 145 997	14 864 839 876	14 601 068 555	73 836 960 703	1 266 901 770	9 858 645 165	3 138 582 090	1 715 152 786
Gastos com Pessoal	20 552 451 390	993 756 198	2 477 101 220	2 446 944 680	11 742 792 315	196 568 794	2 000 413 254	468 602 598	226 272 331
Resultado Líquido	10 201 360 354	521 849 263	12 685 124 74	981 395 982	6 193 471 028	139 986 434	653 882 133	249 783 459	192 479 581

Tabela 31.

Indicadores económicos das empresas da região Norte (em milhões de €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2023.

	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
Número de empresas	456034	30822	51675	44568	221093	13333	42200	30912	21431
Vendas de Produtos	78323	79767	86702	143186	82209	22379	66266	21804	21136
Valor Acrescentado Bruto	72337	55373	75193	88407	85441	29125	68440	27992	19766
Volume de Negócios	275695	209076	287660	327613	333963	95020	233617	101533	80031
Gastos com Pessoal	45068	32242	47936	54904	53112	14743	47403	15159	10558
Resultado Líquido	22370	16931	24548	22020	28013	10499	15495	8080	8981

Tabela 32.

Indicadores económicos das empresas da região Norte em termos médios (em €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2023.

4.7

EPÍLOGO

O exercício correspondente ao ano de 2021, marca um ponto de viragem e reação à crise sanitária mundialmente atravessada nos anos de 2019 e 2020, que afetou em diversos níveis o desenvolvimento e sustentabilidade da economia mundial.

Sendo um ano de recuperação, o tecido empresarial da região Norte cresceu, tendo registado um acréscimo de cerca de 7300 novas empresas e uma variação positiva entre o ano de 2020 e 2021 de 16,2% no que concerne ao volume de negócios.

O ano de 2022, apresenta-se como um ano de consolidação da reação aos diversos impactos trazidos pela pandemia, esperando-se um aumento dos resultados e da performance empresarial a nível geral.

05

**MERCADO
DE TRABALHO**

05

MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho, compreende o estudo das variáveis que integram e incidem sobre a disponibilidade e contratação da força de trabalho para aquilo que é a compra, venda e produção de bens ou a prestação de serviços.

A crise sanitária na China em dezembro de 2019, trouxe grandes complicações no que diz respeito à economia de vários países, obrigando-os a adotar medidas e adaptarem-se a uma nova realidade. Esta crise veio trazer também algumas alterações no que concerne ao mercado de trabalho.

5.1

POPULAÇÃO ATIVA E TAXA DE ATIVIDADE

A população ativa em Portugal registou um aumento de 2,3% no ano de 2021 face a 2020 e, novamente, um aumento de 1,4%, demonstrando um aumento constante.

Ao contrário da população ativa, a população inativa demonstrou um decréscimo percentual de 2,8% de 2020 para 2021 e 1,9% de 2021 para 2022.

	2020	2021	2022	Variação 2021/2022
População Ativa	5 035	5 151	5 223	1,4%
População Inativa	3 757	3 656	3 586	-1,9%

Tabela 33.

Mercado de trabalho - principais indicadores (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

Analisando a taxa de atividade por género, concluímos que há mais homens integrantes da população ativa e, quanto à população inativa, verifica-se o oposto.

	HOMENS			MULHERES		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
População Ativa	2 524	2 591	2 615	2 510	2 560	2 608
População Inativa	1 557	1 510	1 476	2 200	2 146	2 110

Tabela 34.

Mercado de trabalho - principais indicadores (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

Analisando a taxa de atividade por género, como referido, verifica-se que há mais homens integrantes da população ativa, verificando que houve uma variação de 1,3% em 2022 face a 2021, onde 64,4% dos homens da região integram a população ativa. Já em relação às mulheres, na totalidade, apenas 56,3% se encontram em atividade, sendo que houve uma variação de 1,8% em relação ao ano anterior.

		2021	2022	Taxa de Variação entre 2022e 2021
		Taxa de Atividade	Homens	63,6%
	Mulheres	55,3%	56,3%	1,8%
	TOTAL	59,2%	60,1%	1,5%

Tabela 35.

Mercado de trabalho - principais indicadores (em percentagem de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

5.2

POPULAÇÃO EMPREGADA

A Região de Portugal acaba o ano de 2022 com um total de 4.909 milhares de pessoas empregadas o que se traduz num aumento de 2% face ao ano de 2021.

	2020	2021	2022	Varição 2021/2022
População Empregada	4 684	4 812	4 909	2,0%

Tabela 36.

Número total da população empregada (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

No que diz respeito ao género, os indivíduos do género masculino apresentam níveis de empregabilidade ligeiramente superiores em todos os anos, com diferenças mínimas.

	HOMENS			MULHERES		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
População Empregada	2 354	2 429	2 470	2 330	2 384	2 439

Tabela 37.

Número total da população empregada (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

Verifica - se que, tanto na Taxa de Atividade, como na Taxa de Emprego, os homens apresentam percentagens superiores, porém, esses valores são quase idênticos aos da mulher. É importante salientar que a distância destes valores, é mais notória na Taxa de Emprego.

		2021	2022	Taxa de Variação entre 2022 e 2021
Taxa de Atividade	Homens	63,6%	64,4%	1,3%
	Mulheres	55,3%	56,3%	1,8%
	TOTAL	59,2%	60,1%	1,5%
Taxa de Emprego	Homens	59,7%	60,9%	2,0%
	Mulheres	51,5%	52,6%	2,1%
	TOTAL	55,3%	56,5%	2,2%

Tabela 38.

Taxa de Atividade e Taxa de emprego.

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

5.3

POPULAÇÃO DESEMPREGADA

O valor total de população desempregada tem vindo a decrescer ao longo dos períodos em análise, cerca de 7,3% de 2021 para 2022 e 3,5% de 2020 para 2021.

	2020	2021	2022	Variação 2021/2022
População Desempregada	351	339	314	-7,3%

Tabela 39.

Número total da população desempregada (em milhares de indivíduos).

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

Analisando a população desempregada, os valores percentuais têm vindo a diminuir ao longo dos anos e, as mulheres, não são tão empregues.

	HOMENS			MULHERES		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
População Desempregada	171	162	145	180	177	169

Tabela 40.

Número total da população desempregada (em milhares de indivíduos).

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

Com a análise destes dados, constata-se que os homens apresentam descidas percentuais mais acentuadas que as mulheres, 12,7% e 5,8% respetivamente, o que significa que os homens têm sido mais contratados pelas organizações.

		2021	2022	Taxa de Variação entre 2022 e 2021
Taxa de Desemprego	Homens	6,3%	5,5%	-12,7%
	Mulheres	6,9%	6,5%	-5,8%
	TOTAL	6,6%	6,0%	-9,1%

Tabela 41.

Número total da população desempregada (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

5.4

MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES NUTS III DA REGIÃO NORTE

Analisando as regiões NUTS III pertencentes à região Norte verifica-se que a Área Metropolitana do Porto é a área que apresenta maior densidade populacional. Este facto deve-se principalmente à grande concentração empresarial na área, atraindo uma parte significativa da população devido à maior concentração de oportunidades de emprego e desenvolvimento de carreira profissional.

Constata-se que a Área Metropolitana do Porto apresenta a maior parte das empresas na zona norte, emprega 758.016 pessoas. A região do Alto Tâmega é a sub-região que apresenta o menor número de população e, por consequência, apresenta menor concentração de pessoas empregues, contando com 27.612 indivíduos.

	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
População Total	231 266	416 605	418 455	1 736 228	84 248	408 637	183 875	107 272
População Ativa	100 060	205 881	204 186	838 176	29 988	192 828	75 580	42 115
População Empregada	94 099	192 185	189 020	758 016	27 612	177 025	69 676	38 936
População Desempregada	5 961	13 696	15 166	15 166	2 376	15 803	5 904	3 179
População Inativa	105 375	155 301	162 447	680 115	46 579	163 690	89 043	55 057
Taxa de Atividade	48,7%	57,0%	55,7%	55,2%	39,2%	54,1%	45,9%	43,3%
Taxa de Emprego	45,8%	53,2%	51,6%	49,9%	36,1%	49,7%	42,3%	40,1%
Taxa de Desemprego	6,0%	6,7%	7,4%	9,6%	7,9%	8,2%	7,8%	7,5%

Tabela 42.

Indicadores relativos a NUTS II Norte desagregado (em indivíduos aos que se aplicarem).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do Pordata, disponibilizados em 2022.

5.5

POPULAÇÃO ASSALARIADA

Analisando os dados referentes à renumeração média mensal, em todas as áreas de estudo, verificou-se um aumento, sendo o mais significativo na região de Tâmega e Sousa, com cerca de 4,46% e, a região que apresentou um aumento salarial mais curto foi o Alto Tâmega, com cerca de 1,96%. É importante destacar a maior renumeração salarial na Área Metropolitana do Porto.

	2020	2021
Alto Minho	1 057,2 €	1 095,0 €
Cávado	1 088,5 €	1 134,3 €
Ave	1 030,3 €	1 080,8 €
Área Metropolitana do Porto	1 257,1 €	1 301,1 €
Alto Tâmega	975,6 €	995,1 €
Tâmega e Sousa	937,0 €	980,7 €
Douro	993,7 €	1 031,5 €
Terras de Trás-os-Montes	988,2 €	1 021,9 €

Tabela 43.

Renumeração média mensal da região Norte.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2022.

5.6

POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE

Analisando os dados de final de 2022, constata-se que a Região Norte contava com 1.722 milhares de pessoas a exercer nos setores em análise e, em 2021, 1.709 milhares de pessoas. O aumento deste valor em análise, deve-se à Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que tem uma variação de 2,4% em relação ao ano passado e ao setor de serviços, com uma variação de 2,3%.

O setor de atividade que mais decresceu em termos de empregabilidade foi o da indústria, construção, energia e água, registando uma diminuição de 2,5%.

	2021	2022	Taxa de Variação
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	41	42	2,4%
Indústria, construção, energia e água	567	553	-2,5%
Serviços	1101	1127	2,3%

Tabela 44.

População empregada por setor de atividade económica (em milhares de indivíduos).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2022.

5.7

POPULAÇÃO JUVENIL

A população juvenil compreende as idades entre os 15 e os 24 anos. Analisando a posição desta população no mercado de trabalho, em 2021, na Região Norte, das 385.934 pessoas inseridas neste segmento, sendo que apenas 123.496 faziam parte da população ativa.

Da população juvenil inserida na população ativa, 101.719 encontravam-se empregados e 21.777 encontravam-se em situação de desemprego. A região do Norte detêm a maior taxa de empregabilidade juvenil em relação à população ativa, é o Alto Minho, com 86,4% e, com menor empregabilidade, o Douro, com cerca de 78,1%.

	Alto Minho	Cávado	Ave	ÁM Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Trás-os-Montes
População Total	22 338	48 122	46 752	184 644	7 025	49 696	17 815	9 542
População Ativa	7 065	14 900	16 442	58 233	1 780	18 461	4 588	2 027
População Empregada	6 105	12 799	14 165	46 395	1 397	15 688	3 583	1 587
População Desempregada	960	2 101	2 277	11 838	383	2 773	1 005	440
População Inativa	15 273	33 222	30 310	126 411	5 245	31 235	13 227	7 515
Taxa de Atividade	31,6%	31,0%	35,2%	31,5%	25,3%	37,1%	25,8%	21,2%
Taxa de Emprego	27,3%	26,6%	30,3%	25,1%	19,9%	31,6%	20,1%	16,6%
Taxa de Desemprego	13,6%	14,1%	13,8%	20,3%	21,5%	15,0%	21,9%	21,7%

Tabela 45.

População juvenil. População e taxas de atividade, emprego e desemprego (entre os 15-24 anos de idade).

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2021.

06

TURISMO

06

TURISMO

6.1

CAPACIDADE DE ALOJAMENTO

No Norte de Portugal podemos observar que a capacidade de alojamento turístico no ano de 2021 diminuiu relativamente ao ano de 2020, tendo sofrido uma queda devido às consequências causadas pela situação pandémica. No Norte de Portugal, podemos verificar que de 2020 para 2021 todos os tipos de alojamento turístico sofreram quedas.

Atendendo às sub-regiões do Norte de Portugal, a hotelaria no Alto Tâmega foi a única que não apresentou uma descida no valor, mantendo-o relativamente ao ano anterior. Já em sentido inverso, a Área Metropolitana do Porto é a que apresenta a maior descida da capacidade do número de alojamentos, com menos 42 do que em 2020, representando assim mais de 70% da perda do alojamento Hoteleiro do Norte de Portugal.

Quanto ao alojamento local, a região da Área Metropolitana do Porto foi a que mais perdeu número de alojamentos, passando a representar 41,5% do total do Norte de Portugal. Proferindo o turismo no espaço rural e de habitação, a sub-região do Alto Minho apresenta o maior decréscimo de alojamentos, cerca de 36 e, a sub-região do Alto Tâmega foi a única que apresentou uma subida.

	2020				2021			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Norte	1688	440	622	626	1420	381	504	535
Alto Minho	290	54	58	178	244	52	50	142
Cávado	190	56	78	56	171	53	67	51
Ave	152	31	54	67	133	28	41	64
Área Metropolitana do Porto	521	200	287	34	428	158	238	32
Alto Tâmega	69	22	21	26	64	21	14	29
Tâmega e Sousa	142	17	49	76	115	17	33	65
Douro	192	33	51	108	165	28	42	95
Terras de Trás-os-Montes	132	27	24	81	100	24	19	57

Tabela 46.

Número de alojamentos por tipo (em unidades) - INE.

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

6.2

NÚMERO DE QUARTOS EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS

No Norte de Portugal, o crescimento do número de quartos é uma constante ao longo das transições entre os anos 2017 a 2020. Analisando a informação da tabela 39, relativa aos anos de 2020 e 2021, na Hotelaria todas as regiões apresentaram um aumento do número de quartos, sendo que a Área Metropolitana do Porto apresenta o maior crescimento do valor em análise, cerca de 4760, que representa 83% do valor total da região do Norte de Portugal.

Tendo em conta o alojamento local, a Área Metropolitana do Porto apresenta o maior número de aumento de quartos, com cerca de 807.

Referenciando o turismo no espaço rural e de habitação, a região de Ave foi a única que diminuiu o número de quartos (-71), e a região do Douro foi a que apresentou uma maior subida, com mais 394 quartos em relação ao ano de 2020.

	2020				2021			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Norte	62229	41090	12825	8314	71402	46822	15169	9411
Alto Minho	6885	3927	1197	1761	7297	3935	1274	2088
Cávado	7313	5017	1409	887	8002	5064	1974	964
Ave	4300	2313	1007	980	4932	2775	1248	909
Área Metropolitana do Porto	29943	22481	6976	486	35552	27241	7783	528
Alto Tâmega	2401	1618	273	510	2640	1673	447	520
Tâmega e Sousa	3439	1460	741	1238	3882	1538	990	1354
Douro	4582	2118	803	1661	5357	2394	908	2055
Terras de Trás-os-Montes	3366	2156	419	791	3740	2202	545	993

Tabela 47.

Número de quartos em estabelecimentos turísticos - INE.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

6.3

NÚMERO DE HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

No Norte de Portugal, o número de hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico demonstra crescimentos entre 2017 e 2019, mas de 2019 para 2020, este valor baixou drasticamente devido à implementação de medidas de confinamento derivadas da situação pandémica, porém, em 2022 houve um crescimento substancial.

Na Área Metropolitana do Porto, o número de hóspedes em alojamento hoteleiro apresenta o aumento mais notório, sendo responsável por 67,3% do crescimento dos hóspedes na região Norte.

Relativamente ao número de quartos em alojamento local, o maior aumento verifica-se por parte da Área Metropolitana do Porto, porém, a área do Cávado foi o que apresentou um maior aumento face ao número de quartos de alojamento local registados no ano transato, sendo este cerca de 70%.

Por fim, o número de quartos em alojamento turístico em espaços rurais e de habitação, a região do Douro domina o crescimento do número de hóspedes, seguindo-se a região do Tâmega e Sousa e, de seguida, a região do Alto Minho.

	2020				2021			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Norte	2 469 917	1 933 840	336 224	199 853	3 348 702	2 585 556	476 968	286 178
Alto Minho	241 663	187 302	25 673	28 688	311 108	230 533	35 778	44 797
Cávado	277 703	229 509	30 991	17 203	365 805	290 495	52 738	22 572
Ave	148 450	114 553	15 999	17 898	194 702	149 338	22 191	23 173
Área Metropolitana do Porto	1 315 858	1 089 016	212 228	14 614	1 846 265	1 527 357	296 735	22 173
Alto Tâmega	100 391	85 504	6 229	8 658	123 062	101 102	10 008	11 952
Tâmega e Sousa	123 283	76 024	12 571	34 688	171 650	98 899	20 592	52 159
Douro	172 430	86 815	22 517	63 098	231 933	115 753	26 878	89 302
Terras de Trás-os-Montes	90 139	65 117	10 016	15 006	104 177	72 079	12 048	20 050

Tabela 48.

Número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico (em unidades) - INE.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

6.4

NÚMERO DE DORMIDAS

No Norte de Portugal, as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico têm apresentado constantes aumentos nos anos entre 2017 até 2019. De 2019 para 2020, ocorreu um decréscimo significativo derivado das condições resultantes da situação pandémica vivida a nível mundial, porém, em 2021 voltamos a verificar uma subida nos valores.

Na Área Metropolitana do Porto, o número de estabelecimentos hoteleiros aumenta em 847.656 dormidas, sendo responsável por 65% da subida do número total de dormidas da região norte, seguindo-se a região do Cávado.

No caso do alojamento local, novamente a região da Área Metropolitana do Porto apresenta a maior subida destes valores, no entanto, é importante salientar que a área do Cávado teve uma subida de 116% em relação a 2020.

	2020				2021			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Norte	4 366 056	3 280 838	682 807	402 411	6 142 067	4 581 418	1 000 366	560 283
Alto Minho	459 536	342 892	40 770	75 874	604 354	432 812	62 272	109 270
Cávado	489 469	342 892	58 987	41 278	713 143	534 166	127 536	51 441
Ave	276 855	196 994	42 509	37 352	371 826	271 100	52 838	47 888
Área Metropolitana do Porto	2 319 572	1 847 135	447 630	24 807	3 352 303	2 694 791	620 681	36 831
Alto Tâmega	174 008	144 583	12 734	16 691	217 247	175 180	20 015	22 052
Tâmega e Sousa	225 480	128 695	26 555	70 230	317 748	173 500	42 404	101 844
Douro	278 864	132 015	36 687	110 162	385 802	184 776	46 737	154 289
Terras de Trás-os-Montes	142 272	99 320	16 935	26 017	179 644	115 093	27 883	36 668

Tabela 49.

Número de dormidas (em unidades) - INE.

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

6.5

NÚMERO DE TURISTAS RESIDENTES

Tanto na região do Norte de Portugal, como em Portugal como um todo, registam-se mais mulheres turistas residentes do que homens. No Norte de Portugal verifica-se uma diminuição de valores dos turistas nesta modalidade, denotando-se a preferência dos turistas em residirem na região centro e sul do país.

	2020			2021		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Portugal	4 009	1 913	2 096	4 524	2 139	2 385
Norte	1 365	651	714	1 175	571	604

Tabela 50.

Número de turistas residentes (em unidades) - INE.

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE disponibilizados em 2023.

07

INOVAÇÃO

07

INOVAÇÃO

7.1

ATIVIDADES DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL

Num mundo em constante evolução, impulsionado por avanços tecnológicos e mudanças rápidas, a necessidade de tecido empresarial composto por empresas de inovação de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) nunca foi tão evidente. À medida que os desafios complexos surgem, desde as mudanças climáticas até à transformação digital, há uma necessidade notória de adaptação por parte das empresas, bem como por encontrar soluções inovadoras para se manterem relevantes e competitivas.

As empresas inovadoras desempenham um papel fundamental na criação de um futuro sustentável e próspero, estando na vanguarda da pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e criação de produtos e serviços revolucionários com capacidade de moldar o mundo empresarial, nomeadamente novos modelos de negócio.

Porém, para que as empresas inovadoras prosperem e alcancem todo o seu potencial, é essencial que haja investimento adequado em IDI. O investimento em IDI não apenas impulsiona o progresso científico e tecnológico, mas também promove o crescimento económico, gera empregos de alta qualidade e melhora a qualidade de vida das pessoas.

O investimento em IDI é fundamental para a descoberta e a aplicação de novas ideias, fomentando a criação de novos produtos e serviços, otimizando processos existentes e promovendo a eficiência e a competitividade das empresas.

Além disso, a IDI desempenha um papel crucial na resolução de desafios globais, como a descoberta por fontes de energia renovável, o combate a doenças incuráveis e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A falta de investimento em IDI pode ter consequências prejudiciais para a sociedade e para economia. Sem a pesquisa e a inovação contínuas, as empresas correm o risco de estagnarem, perdendo oportunidades de crescimento e enfrentando a obsolescência.

Portanto, para enfrentar os desafios complexos e aproveitar as oportunidades do futuro, é essencial que as empresas invistam em IDI e fomentem uma cultura de inovação.

Dado este contexto, é fundamental perceber em que estado está o tecido empresarial português, mais concretamente o da região Norte, nas diferentes áreas do IDI.

7.1.1 EMPRESAS COM ATIVIDADE EM INOVAÇÃO

Como é perceptível pela análise da informação espelhada na tabela 43, denota-se que, do total das empresas com mais de 10 trabalhadores da região Norte, entre os anos de 2018-2020, 45,1% apresentaram atividades de inovação¹, valor inferior em 3,7 pontos percentuais aquele registado em Portugal.

	Total	10 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
Portugal	48,8	48	84
Norte	45,1	44,5	86,2

Tabela 51.

Proporção das empresas com mais de 10 trabalhadores com atividade em inovação, entre 2018-2020 (em %).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Porém, como é possível evidenciar, no que concerne às empresas com mais de 250 pessoas, 86,2% dessas, na região Norte, apresentam atividades em inovação, valor superior em 2,2 pontos percentuais quando comparado a Portugal.

7.1.2 GASTOS DAS EMPRESAS EM INOVAÇÃO

Tala como verificado pela análise da tabela 44, os gastos das empresas em inovação não têm tido uma tendência crescente, destacando-se uma variação negativa de cerca de 30,8% do período de 2014-2016 para o de 2016-2018.

¹ Atividades de inovação – são definidas, pelo INE, todas as atividades integradas na CAE Rev3. B, H, J, K, M, Q.

Período	Despesas em inovação (em milhares €)
2018 - 2020	866 008
2016 - 2018	789 299
2014 - 2016	1 140 964
2012 - 2014	819 866
2010 - 2012	634 846

Tabela 52.

Despesas em inovação por período (em milhares €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

No que diz respeito aos dados relativos aos gastos das empresas em Inovação, é importante perceber o gasto geral que cada setor de atividade tem com atividades de inovação tecnológica. Por se tratar de um indicador mais macro, os dados apresentados são relativos a Portugal.

	Atividade económica	Despesa em inovação (milhões €) nas empresas com 10 e mais pessoas ao serviço
2014-2016	Total indústria	1 799
	Total da construção	11
	Total de serviços	1 282
	Total	3 092
2012-2014	Total indústria	1 178
	Total da construção	4
	Total de serviços	1 079
	Total	2 261
2010-2012	Total indústria	1 102
	Total da construção	38
	Total de serviços	1 028
	Total	2 168

Tabela 53.

Gastos em inovação nas empresas com 10 e mais pessoas ao serviço por atividade económica (milhões €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

Pela análise da tabela 45 é evidente que o setor da indústria é o que mais investe em inovação dos três grandes setores, apresentando uma evolução de cerca de 63,2% face ao período compreendido entre 2010 e 2021.

Numa outra perspetiva de análise, quando diagnosticado o mesmo indicador, mas em relação ao número de trabalhadores das empresas, tal como era previsível, é nas grandes empresas que se encontra o maior valor de investimento alocada a atividades de inovação em todos os períodos de análise.

No entanto, quando analisadas as taxas de variação entre o período de 2010-2012 e o período mais recente de 2014-2016, é notável a evolução do investimento nas empresas com 10-49 trabalhadores evidenciando uma evolução de cerca de 86,2%.

	Atividade económica	Despesa em inovação (milhões €) nas empresas com 10 e mais pessoas ao serviço
2014-2016	10 - 49 pessoas	838
	50 - 249 pessoas	930
	250 e mais pessoas	1 325
	Total	3 092
2012-2014	10 - 49 pessoas	647
	50 - 249 pessoas	745
	250 e mais pessoas	870
	Total	2 262
2010-2012	10 - 49 pessoas	450
	50 - 249 pessoas	560
	250 e mais pessoas	1 158
	Total	2 168

Tabela 54.

Gastos em inovação nas empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (milhões de €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

7.1.3 DESPESAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Como se pode verificar pela tabela 47, o investimento em I&D tem sido crescente ao longo dos anos, tendo Portugal apresentado uma variação entre 2019 e 2021 de 18,3%, e a região do Norte, uma variação de 17,6%.

Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) executada pelo Estado, ensino superior e instituições privadas sem fins lucrativos (em milhares €)		
	Portugal	Norte
2021	53 063	19 629
2020	51 037	16 267
2019	44 873	16 686

Tabela 55.

Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) executada pelo Estado, ensino superior e instituições privadas sem fins lucrativos (em milhares €).

Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

De forma complementar, verifica-se através da tabela 48, de onde provém o maior investimento, com a análise dos valores investidos em I&D pelo Estado, as Empresas, as instituições de Ensino superior e, ainda, as Instituições privadas sem fins lucrativos.

		Portugal	Norte
2021	Estado	169 850	60 383
	Empresas	2 153 562	796 420
	Ensino superior	1 202 363	397 727
	Instituições privadas sem fins lucrativos	83 417	19 120
	Total	3 609 191	1 273 650
2020	Estado	160 139	51 329
	Empresas	1 843 559	656 437
	Ensino superior	1 165 112	378 547
	Instituições privadas sem fins lucrativos	67 402	11 703
	Total	3 236 212	1 098 016
2019	Estado	153 569	55 189
	Empresas	1 570 510	518 549
	Ensino superior	1 210 653	392 323
	Instituições privadas sem fins lucrativos	57 132	5 255
	Total	2 991 864	971 315

Tabela 56.

Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento (em milhares €).
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

As Empresas são as organizações que apresentam um maior valor de gastos de I&D, seguido das instituições de ensino superior. De destacar, a fraca componente de investimento do Estado neste indicador.

De forma complementar ao indicador analisado, é de extrema relevância perceber quanta mão de obra cada setor tem ao seu dispor.

		Portugal	Norte
2021	Estado	2 732	794
	Empresas	34 663	14 229
	Ensino superior	31 097	10 498
	Instituições privadas sem fins lucrativos	1 277	325
	Total	69 769	25 845
2020	Estado	2 571	730
	Empresas	30 872	12 259
	Ensino superior	31 505	10 801
	Instituições privadas sem fins lucrativos	1 096	259
	Total	66 044	24 049
2019	Estado	2 315	677
	Empresas	26 793	10 077
	Ensino superior	31 556	10 336
	Instituições privadas sem fins lucrativos	791	113
	Total	61 455	21 204

Tabela 57.

Pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento.
Fonte: Elaboração Própria, dados retirados do INE, disponibilizados em 2023.

7.2

INOVAÇÃO NA EURO REGIÃO DO NORDESTE PENINSULAR

7.2.1 INDICADORES DE FRAMEWORK

Os indicadores de framework permitem monitorizar os principais indicadores que influenciam o paradigma da inovação e investigação num determinado país ou região. São constituídos por 3 subgrupos de indicadores, nomeadamente, os indicadores de recursos humanos, os indicadores de atratividade de sistemas de investigação e mensuração da digitalização.

a) Indicadores de Recursos Humanos

a.1.) N° de doutorados graduados as áreas das Ciências, Engenharia, Tecnologia e Matemáticas (STEM) por cada 1000 habitantes com idades compreendidas entre os 25-34.

N° de doutorados em STEM População entre os 25 e os 34 anos

Interpretação: Os graduados em áreas STEM apresentam, normalmente, um maior desempenho empreendedor e, ao assumirem cargos de gestão em empresas promovem fortemente o empreendedorismo interno.

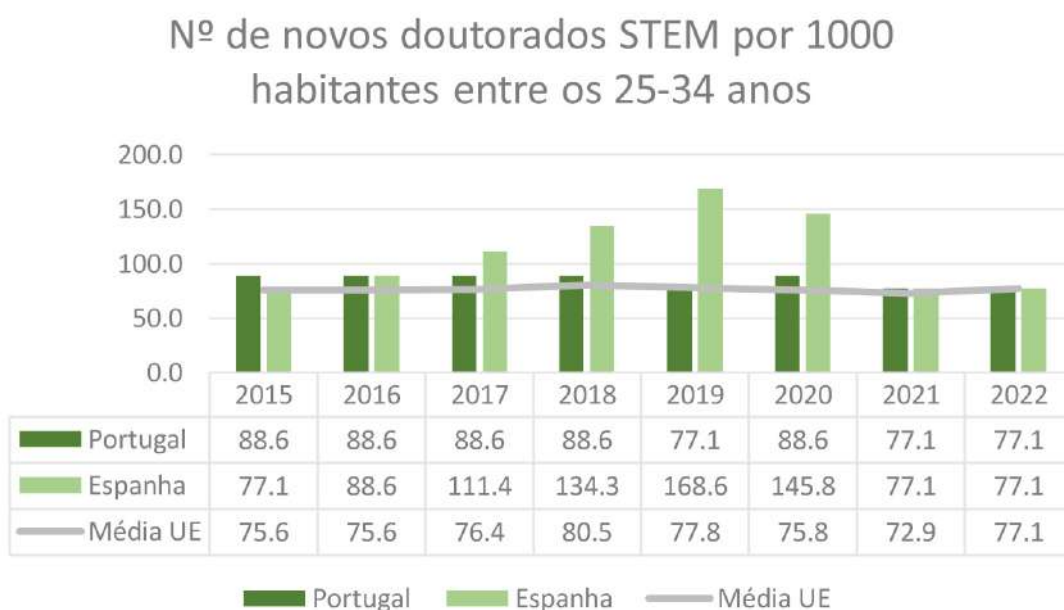


Figura 1.

Índice de Novos doutorados em ciência, tecnologias, engenharia e matemáticas por 1000 habitantes entre os 25-34 em Portugal, Espanha e Média da UE (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Em Portugal, nos anos de 2015 a 2018, a proporção de doutorados face ao total da população é constante e superior à média da União Europeia, mas inferior ao mesmo rácio em Espanha a partir de 2017, sendo que de 2019 para a frente, Espanha inicia um período de redução do número de doutorados ao ponto de igualar o crescimento de doutorados em Portugal.

Espanha, em todos os anos manteve o número de doutorados acima da média da União Europeia e acima de Portugal depois de 2016.

a.2.) **Percentagem da população entre os 25 e os 34 anos que tenham concluído um grau de educação terciário.**

Nº de pessoas entre os 25 e 34 anos com educação pós secundária
População entre os 25 e os 34 anos

Interpretação: Este indicador permite aferir a existência de conhecimentos avançados, não apenas nas ciências e campos técnicos, mas nos mais diversos setores de atividades.



Figura 2.

Índice de Percentagem da população entre os 25 e os 34 anos que tenham concluído um grau de educação terciário - Norte e Portugal (valor base: média UE 2015).

Fonte: European Innovation index (realização própria).

Tanto a região Norte de Portugal como Portugal na sua globalidade apresentavam uma percentagem de indivíduos com ensino superior face ao total da população inferior à média da UE em 2015.

A situação tem vindo a melhorar ao longo dos anos do período em análise e, em 2021, o mesmo ultrapassou a média da UE de 2015.

Destacamos que o rácio da região Norte de Portugal e de Portugal, exibe valores bastante semelhantes no período de análise.

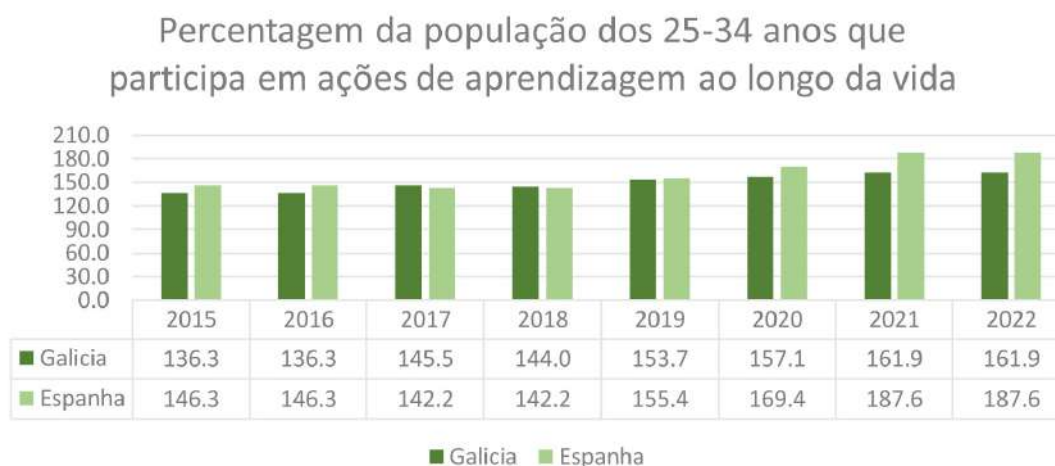


Figura 3.

Índice de Percentagem da população entre os 25 e os 34 anos que tenham concluído um grau de educação terciário - Galicia e Espanha (valor base: média UE 2015).

Fonte: European Innovation index (realização própria).

A Galiza iniciou o período de análise com um rácio superior à média da UE, mas inferior ao apresentado pela globalidade espanhola. O nível de indivíduos com ensino superior na Galiza apresentou crescimentos constantes atingindo valores bastante semelhantes à realidade espanhola entre 2017 e 2019. A partir de 2020 o rácio apresentou maiores crescimentos a nível nacional pelo que se voltou a observar um afastamento entre a Galiza e Espanha.

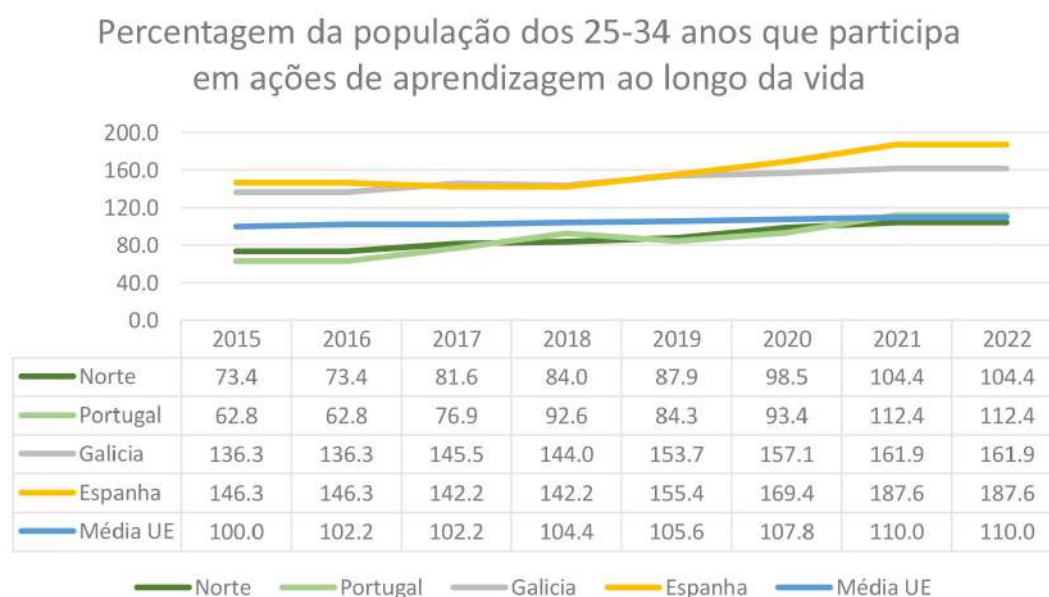


Figura 4.

Índice de Percentagem da população entre os 25 e os 34 anos que tenham concluído um grau de educação terciário - Norte, Portugal, Galicia e Espanha (valor base: média UE 2015).

Fonte: European Innovation index (realização própria).

Realizando uma análise comparativa entre Portugal e Espanha, podemos observar que o crescimento da percentagem de população com ensino superior é bastante mais elevado em Espanha e na Galiza dado que a mesma se apresentava superior à média da UE em todos os anos em análise e, a partir de 2021, o afastamento em relação a dada realidade ainda era maior. Portugal em geral e o Norte tem vindo a desenvolver esforços para captar mais jovens para os sistemas de ensino superior, contudo a realidade portuguesa ainda está alguns pontos percentuais acima da média da UE em 2015.

b) Atratividade dos Sistemas de Investigação

b.1.) Publicações científicas internacionais em coprodução por milhão de habitantes.

Nº de publicações científicas internacionais com pelo menos 1 autor residente no país População total

Os dados para o cálculo deste indicador foram retirados das bases de dados de artigos científicos.

Interpretação: o número de publicações científicas internacionais na literatura, comumente utilizado como proxy para medir a qualidade da investigação efetuada em determinado país.

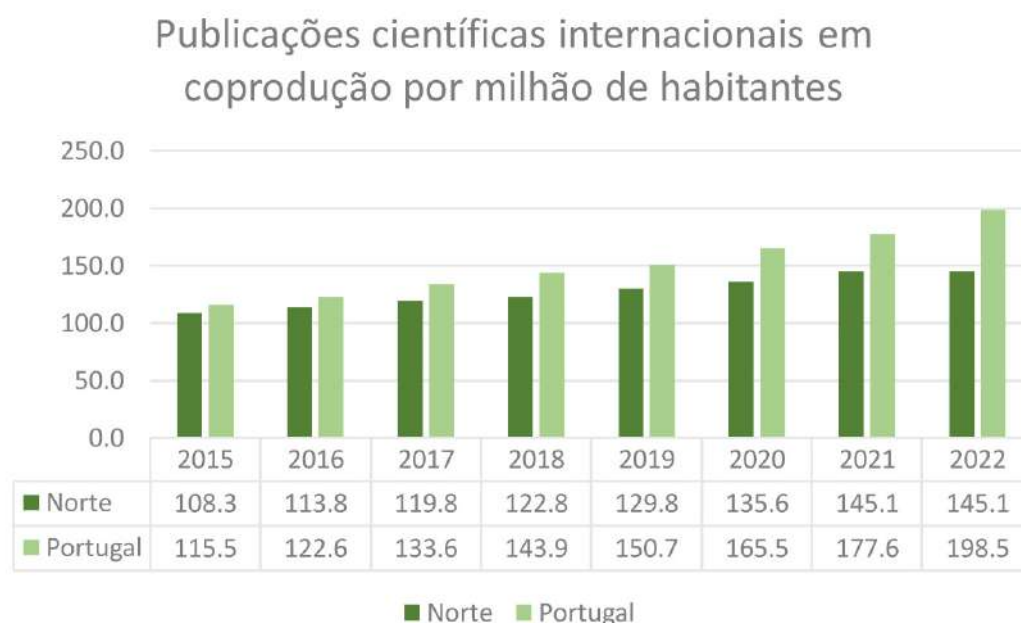


Figura 5.

Publicações científicas internacionais em coprodução por milhão de habitantes - Norte e Portugal (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

O número de publicações científicas internacionais por indivíduo residente no Norte de Portugal e em Portugal foram, em todos os anos do período de análise, superiores à média da UE de 2015. Destacamos que este rácio é sempre inferior na região Norte do país quando comparado com o rácio para Portugal como um todo. Contudo, destacamos o elevado crescimento da produção científica internacional por habitante, afirmando Portugal e a região Norte como polos de investigação de excelência.

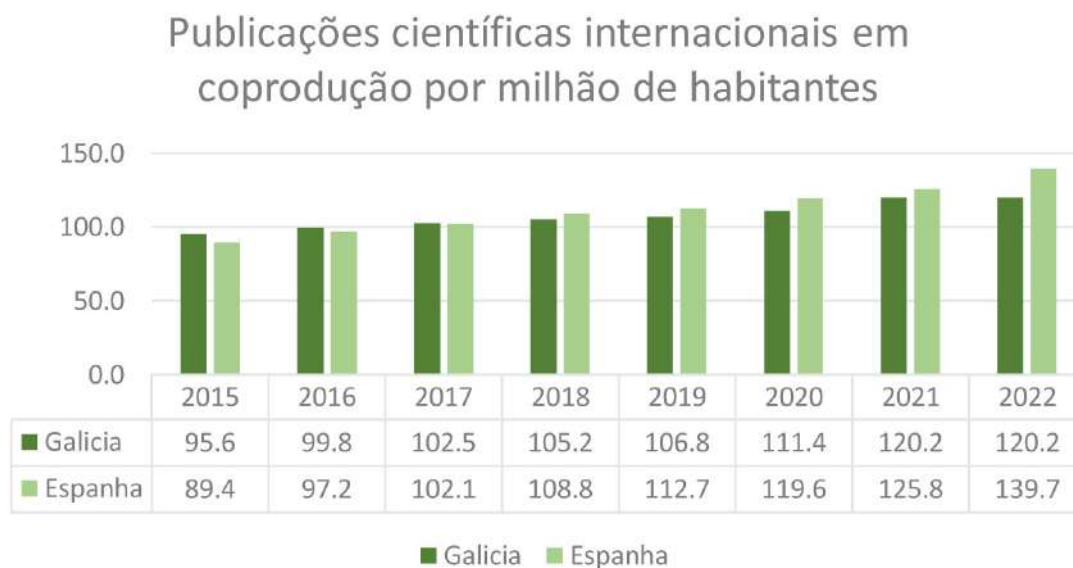


Figura 6.
Publicações científicas internacionais em coprodução por milhão de habitantes – Galiza e Espanha (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e Espanha, o número de publicações científicas internacionais por habitante apresenta-se abaixo da média da UE em 2015 e 2016 apresentando, nos sucessivos anos seguintes um crescimento, ultrapassando a média da UE de 2015.

O rácio é crescente para ambas as realidades geográficas e, nos primeiros 3 anos em análise, Galiza tem valores superiores a Espanha num todo, porém, a partir de 2018 isso já não é verificado.

Publicações científicas internacionais em coprodução por milhão de habitantes

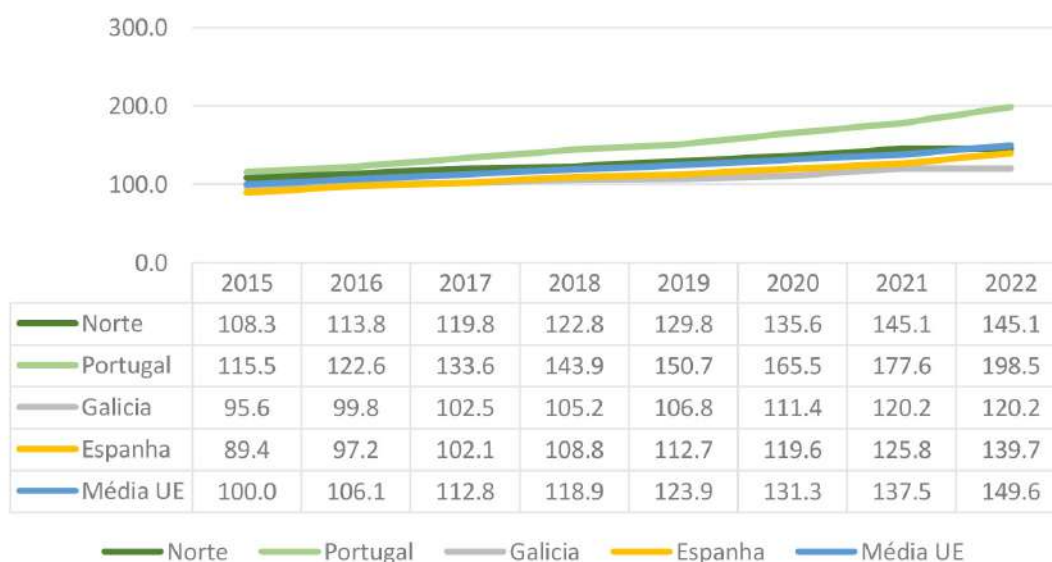


Figura 7.

Publicações científicas internacionais em coprodução por milhão de habitantes – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE (valor base: média UE 2015).

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Fazendo uma análise comparativa entre o Norte de Portugal e a Galiza podemos observar que o número de produções científicas internacionais por habitante tem aumentado a ritmos superiores aos registados na Galiza.

Desta forma, destacamos a oportunidade de cooperação nos domínios da investigação e desenvolvimento do conhecimento entre as regiões do Norte de Portugal e Galiza garantindo para o desenvolvimento destes indicadores nas duas regiões.

b.2.) Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem do total de publicações científicas do país

$$\frac{\text{Nº de publicações científicas no top 10\% de artigos mais citados}}{\text{Nº total de publicações científicas nacionais}}$$

Interpretação: este indicador permite medir a eficiência do sistema de investigação, quanto mais citadas forem as publicações maior é a qualidade associada.

Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem no total de publicações científicas do país



Figura 8.

Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem do total de publicações científicas do país - Norte e Portugal (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Este indicador permite aferir a qualidade da produção científica numa dada região. A região Norte de Portugal iniciou o período de análise com valores superiores à média da UE. Contudo, a partir de 2016 observou-se uma redução da qualidade da produção científica da região existindo uma correção no ano 2019. Portugal, em geral, apresenta a mesma evolução que a região Norte, contudo com um rácio inferior (à exceção do ano de 2018), revelando a concentração de investigadores com elevado potencial na região Norte.

Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem no total de publicações científicas do país



Figura 9.

Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem do total de publicações científicas do país - Galiza e Espanha (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza, podemos verificar que a proporção da produção científica nos 10% dos artigos mais citados é inferior em quase todos os anos do período em análise comparando com a realidade nacional.

Contudo, constata-se uma inversão de ciclo e, pela primeira vez em todo o período de análise, a Galiza apresentou um rácio superior ao evidenciado em relação a Espanha. Destaca-se que em nenhum dos anos do período em análise a Galiza ou Espanha apresentaram um valor de rácio superior à média da UE de 2015, pelo que podemos estar perante a necessidade de se reajustarem as políticas de promoção de investigação.

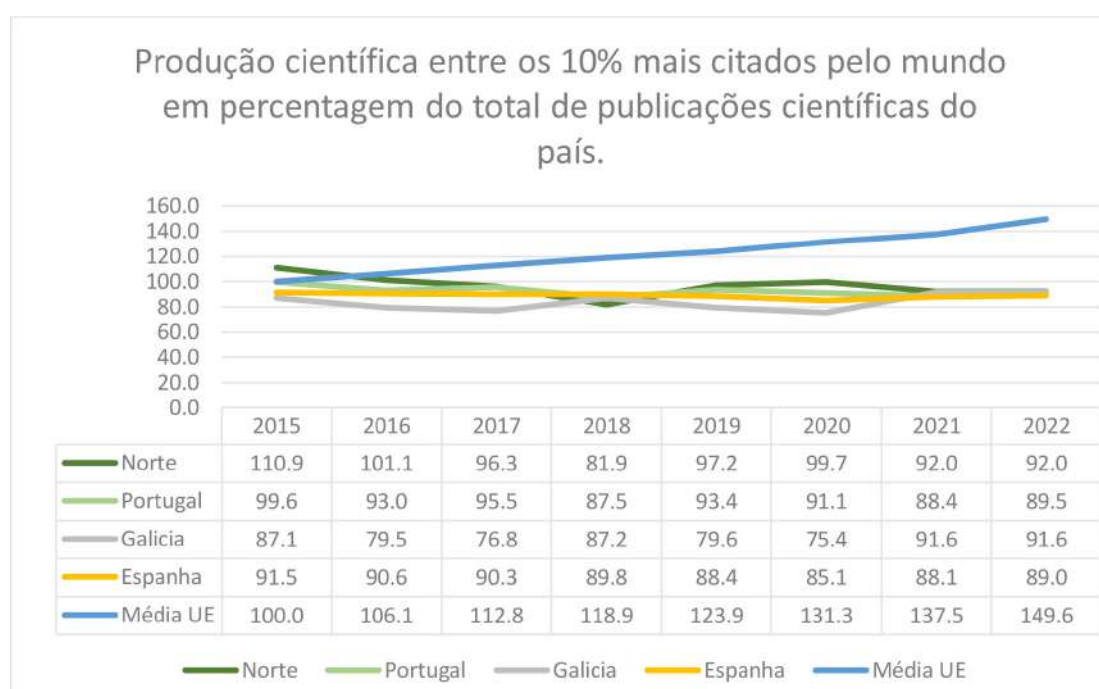


Figura 10.

Produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo em percentagem do total de publicações científicas do país - Norte, Portugal, Galiza, Espanha e Média UE (valor base: média UE 2015).

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Fazendo uma análise comparativa, podemos observar que a região Norte apresentou um rácio superior à região da Galiza em todos os anos do período de análise, exceto em 2018. Contudo, a partir do ano de 2021 ambas as regiões apresentaram valores do indicador muito semelhantes verificando-se uma consolidação da relevância científica das regiões que compõem o nordeste peninsular.

Fazendo uma análise ao nível peninsular, podemos observar que em todos os anos do período em análise o rácio para Portugal apresentava valores superiores ao de Espanha (excluindo o ano de 2018), refletido na percentagem de artigos do top 10% dos mais citados face ao total de artigos desenvolvidos.

b.3.) Doutorandos estrangeiros face ao total de estudantes de doutoramento.

Nº de estudantes de doutoramento provenientes de outros países **Nº total de estudantes de doutoramento**

Interpretação: este indicador permite medir a atração de investigadores por parte de determinado país e, quanto maior o rácio, mais atrativo será o país, mais conhecimento será disseminado e maior será a bolsa de investigadores.

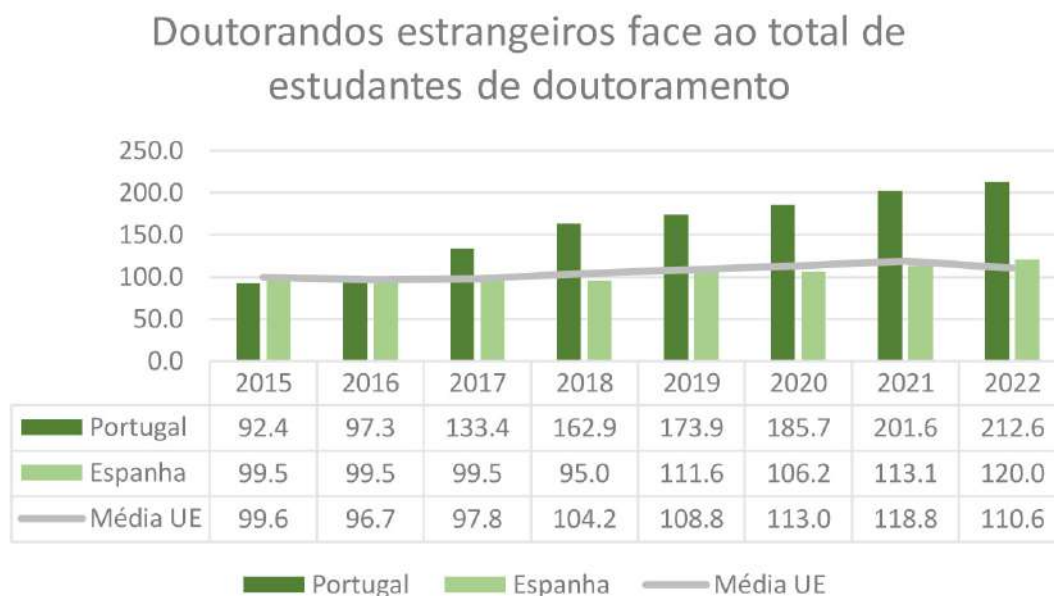


Figura 11.

Doutorandos estrangeiros face ao total de estudantes de doutoramento - Portugal e Espanha (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que diz respeito à multiculturalidade nos cursos de doutoramento, observa-se que ambos os países iniciam o período em análise com um rácio inferior à média da UE. Apesar de em 2019 já apresentarem um nível de doutorandos estrangeiros acima da média da UE em 2015, não consegue acompanhar os níveis médios o ano equivalente.

Em ciclo contrário, Portugal a partir de 2016 começou a apresentar um valor do rácio superior à média da UE e, em 2021, já apresentava uma proporção de quase duas vezes o valor da média europeia. Assim, destacamos o incremento da atratividade de Portugal para jovens investigadores face a redução da mesma Espanha.

c) Digitalização

c.1.) Penetração de Banda Larga

Nº de empresas com serviço de download de pelo menos 100 MB/s Nº total de empresas

Interpretação: desenvolver o potencial da Europa digital está dependente da criação de condições de comércio eletrónico e acesso à internet sendo necessário garantir que as empresas possuem ligações de internet apropriadas.

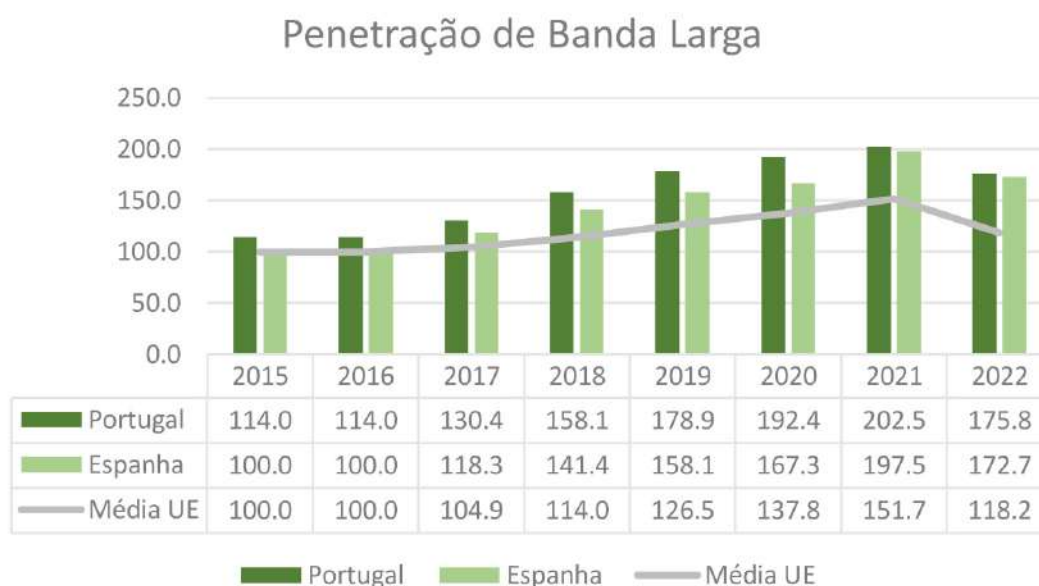


Figura 12.

Penetração de banda larga (valor base: média EU 2015) - Portugal, Espanha e Média EU.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

A velocidade da internet é um fator essencial para o desenvolvimento de uma economia digitalizada. Em todos os anos do período em análise, Portugal apresenta uma proporção de empresas com velocidade de download superior a 100MB/s face ao total de empresas superior à média da UE sendo que, em 2021, esta proporção apresentou-se como superior em 2 vezes face à média da EU em 2015.

Espanha manteve-se dentro da média da UE até 2016 e a partir de 2017, com o desenvolvimento de infraestruturas, conseguiu incrementar a proporção de empresas com velocidade de download acima de 100 MB/s.

Destacamos que em 2022, pela primeira vez houve o declínio destes valores em análise.

Desta forma, podemos considerar que a Península Ibérica pode ser encarada como um HUB tecnológico com capacidade para a instalação de empresas baseadas no digital, possuindo infraestruturas para suprir a procura de acesso à internet rápido.

c.2.) Percentagem de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico

Nº de indivíduos com competências digitais para além do básico **Nº de indivíduos com idade entre os 16 e os 73 anos**

Interpretação: indicador compósito, baseado em atividades desenvolvidas por indivíduos com idades entre os 16 e os 74 anos na internet em quatro áreas específicas (informação, comunicação, resolução de problemas e criação de conteúdo) durante os três meses anteriores à publicação dos dados pela comissão europeia.

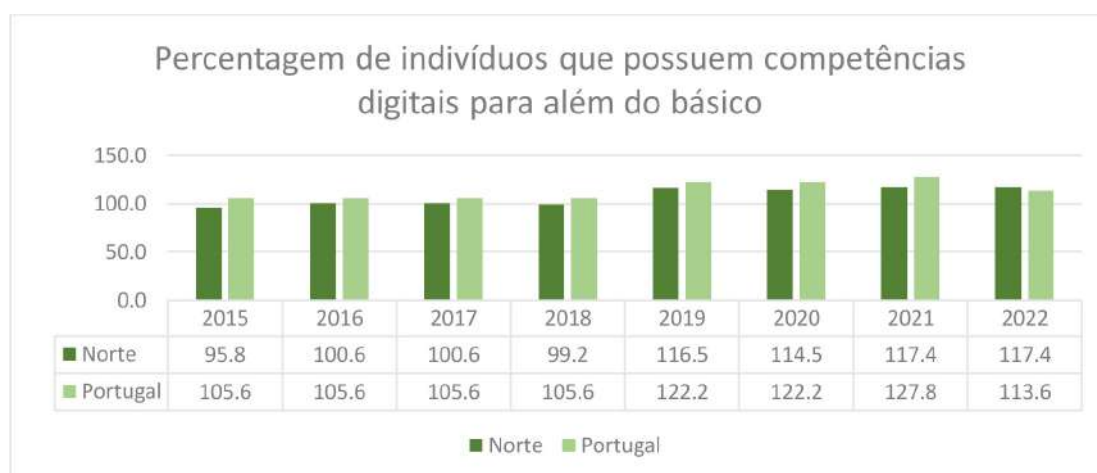


Figura 13.

Percentagem de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico (valor base: média UE 2015) - Norte, Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne à proporção de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico podemos observar que a região Norte de Portugal apresentava uma menor proporção do rácio do que a realidade portuguesa e do que a média europeia. A partir de 2019, com os programas de desenvolvimento de competências digitais, o Norte do país conseguiu superar os valores médios da União Europeia ficando aquém do rácio para a generalidade do país.



Figura 14.

Percentagem de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico (valor base: média EU 2015) - Norte, Portugal.
Fonte: European innovation Index (realização própria).

No que concerne à realidade da Galiza e de Espanha na sua generalidade podemos observar uma situação semelhante ao que ocorre entre Norte de Portugal e Portugal com a discrepância de que os valores em território espanhol são superiores à média da UE.

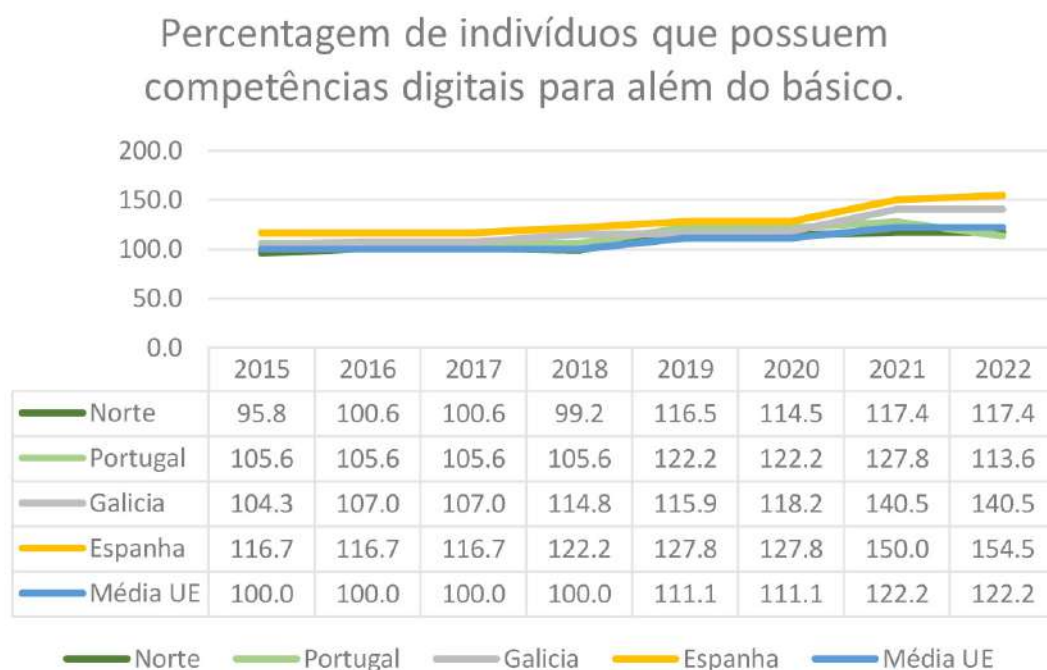


Figura 15.

Percentagem de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico (valor base: média UE 2015) - Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média da UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Realizando uma análise comparativa podemos afirmar que a Galiza apresenta uma maior proporção da população com competências digitais para além do básico do que a encontrada no Norte de Portugal pelo que a região poderá ser considerada mais atrativa para empresas tecnológicas que necessitam de recursos humanos com competências digitais.

A mesma análise verifica-se entre Portugal e Espanha. Alertamos para o facto de o rácio no Norte de Portugal ser inferior à média da União Europeia pelo que importa desenvolver uma articulação conjunta para aumentar as pessoas com competências digitais para além do básico.

7.2.2 INVESTIMENTO

a) Finanças e suporte

a.1.) Despesas de I&D no setor público (em percentagem do PIB)

Montante total de despesas em I&D no setor governamental e ensino superior Produto interno bruto

Interpretação: despesas em investigação e desenvolvimento enquanto um dos principais *drivers* para o crescimento económico baseado no conhecimento.

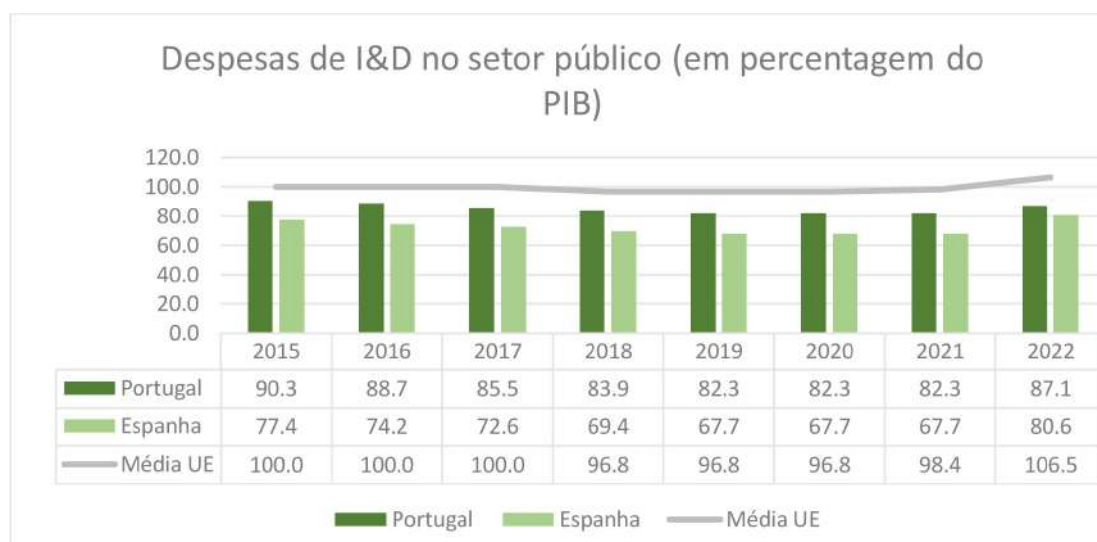


Figura 16.

Despesas de I&D no setor público (em percentagem do PIB) - Espanha e Portugal (valor base: média UE 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

As despesas em I&D do setor público, tanto em Portugal como Espanha, apresentam-se inferiores à média da União Europeia. Ao longo do período em análise o rácio das despesas públicas em percentagem do PIB tem se mantido em Portugal e em Espanha começou o período de análise a decrescer, estagna durante 3 anos e em 2022 cresce.

Desta forma destacamos a reduzida representatividade das despesas públicas de I&D em percentagem do PIB.

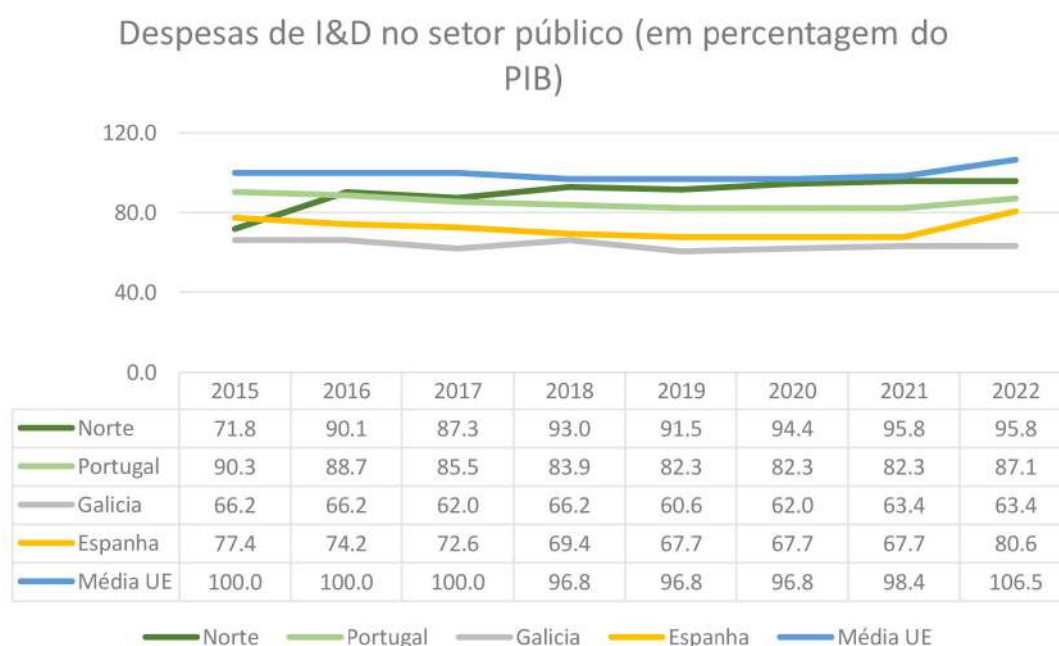


Figura 17.

Despesas de I&D no setor público (em percentagem do PIB) – Galiza, Espanha, Norte de Portugal e Portugal (valor base: média EU 2015).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Procedendo à análise a nível regional observa-se uma equivalência do rácio entre a realidade galega e a realidade espanhola, sendo que o rácio se apresenta em valores próximos a 70% do valor do rácio calculado para a união europeia em 2015, destacando-se a baixa representatividade das despesas públicas em I&D face ao PIB.

Por outro lado, na Região Norte de Portugal, observamos uma maior aproximação à realidade europeia em todos os anos do período de análise sendo que, em 2022, o rácio das despesas públicas em I&D face ao PIB eram bastante próximos ao rácio calculado para a realidade europeia em 2015.

a.2.) Despesas de Venture Capital (em percentagem do PIB)

Volume de fundos privados investidos em empresas Produto interno bruto

Interpretação: montante de capital é um *proxy* mede o dinamismo da criação de novos negócios. Para empresas com elevado risco (principalmente tecnológicos) o *venture capital* é a única forma de financiar a criação destes novos negócios.

Despesas de Venture Capital (em percentagem do PIB)

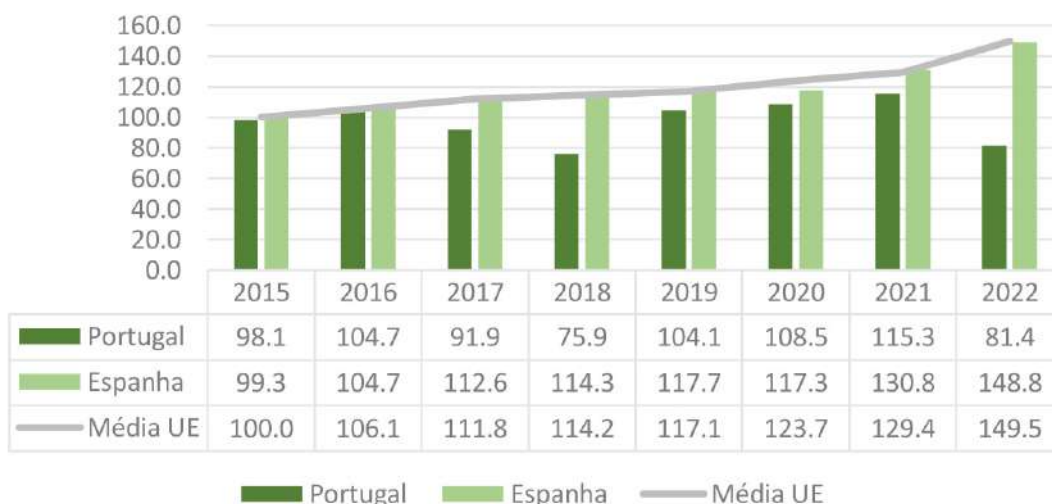


Figura 18.

Despesas de Venture Capital (em percentagem do PIB) (valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média da UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

A proporção de investimento privado face ao PIB tem aumentado desde 2015 a nível europeu. Tanto Portugal como Espanha apresentavam uma proporção de investimento de Venture Capital em percentagem do PIB inferiores à média da União Europeia.

Tal situação começou a reverter-se em Espanha a partir de 2016 onde o rácio ultrapassou a média da UE de 2015. Em Portugal, regista-se várias oscilações, e no último ano apresenta valores inferiores à média da UE anual pelo que o país deve intensificar os esforços de aumento em Venture Capital.

a.3.) Financiamento direto e suporte de impostos do governo para despesas de I&D nas empresas (em percentagem do PIB)

Soma de benefícios fiscais para I&D e fundos diretos do governo para I&D Produto interno bruto

Interpretação: financiamento do governo nas atividades de I&D pode assumir duas formas: financiamento direto ou financiamento através do sistema de impostos. Este indicador mede o financiamento do estado advindo de entidades do governo face ao total do PIB.

Financiamento direto e suporte de impostos do governo para despesas de I&D nas empresas (em percentagem do PIB)

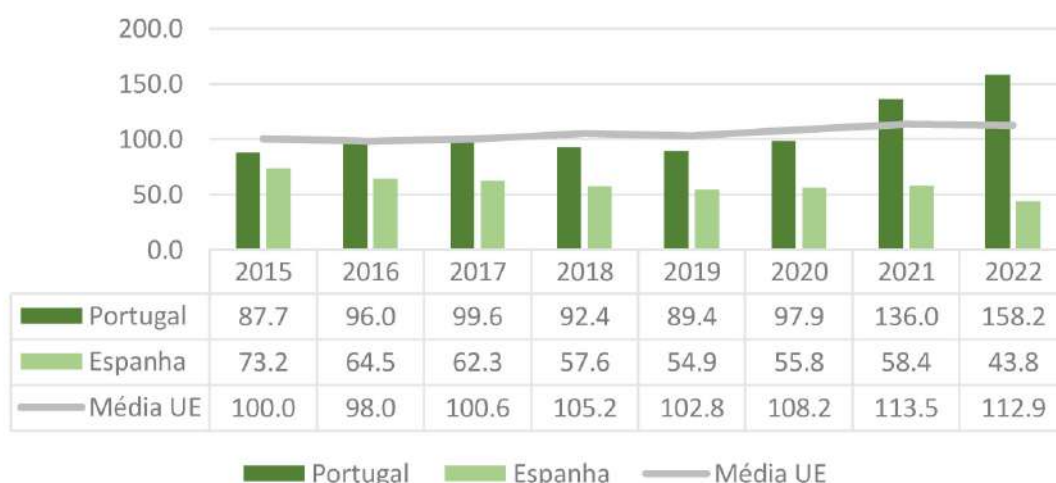


Figura 19.

Financiamento direto e suporte de impostos do governo para despesas de I&D nas empresas (em percentagem do PIB) (valor base: média da UE 2015) – Portugal, Espanha e média da UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne ao rácio de benefícios para investimento em I&D atribuídos pelo estado em percentagem do PIB, tanto Portugal como Espanha apresentaram valores inferiores à média da UE até 2020.

O governo português iniciou um programa de incentivo aos empresários e empreendedores e, desde 2021 que os valores do rácio se têm mantido acima do nível da média europeia. Em 2022 o valor do rácio ultrapassa aproximadamente 0,6 vezes o valor da média europeia de 2015.

Por outro lado, o governo espanhol apostou em promover a inovação de outra forma que não através da atribuição de benefícios fiscais pelo que o valor do rácio se apresenta sempre bastante abaixo da média da UE de 2015.

b) Investimento das empresas

b.1.) Despesas em I&D no setor empresarial (em percentagem do PIB)

Despesas em I&D do setor empresarial Produto interno bruto

Interpretação: observa a relevância das despesas em I&D por parte das empresas para a criação de novos conhecimentos, produtos e/ou serviços.



Figura 20.

Despesas em I&D no setor empresarial (em percentagem do PIB) (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que respeita à percentagem das despesas em I&D em percentagem do PIB nacional podemos observar que tanto o Norte de Portugal como Portugal apresentam valores bastante inferiores à média da UE em todos os anos do período de análise. Contudo, destacamos que o rácio se apresenta manifestamente mais elevado na região Norte do que na globalidade do país pelo que destacamos o esforço dos empresários no Norte nos domínios do I&D.



Figura 21.

Despesas em I&D no setor empresarial (em percentagem do PIB) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Efetuada a mesma análise para a Galiza e para o território espanhol em geral, observa-se que a situação é idêntica ao referenciado para Portugal. Ambas as realidades espaciais apresentam proporções de investimento em I&D em percentagem do PIB bastante inferiores à realidade europeia de 2015. Destaca-se que a Galiza apresenta sempre valores inferiores aos valores nacionais destacando-se o menor esforço de investimento em I&D.

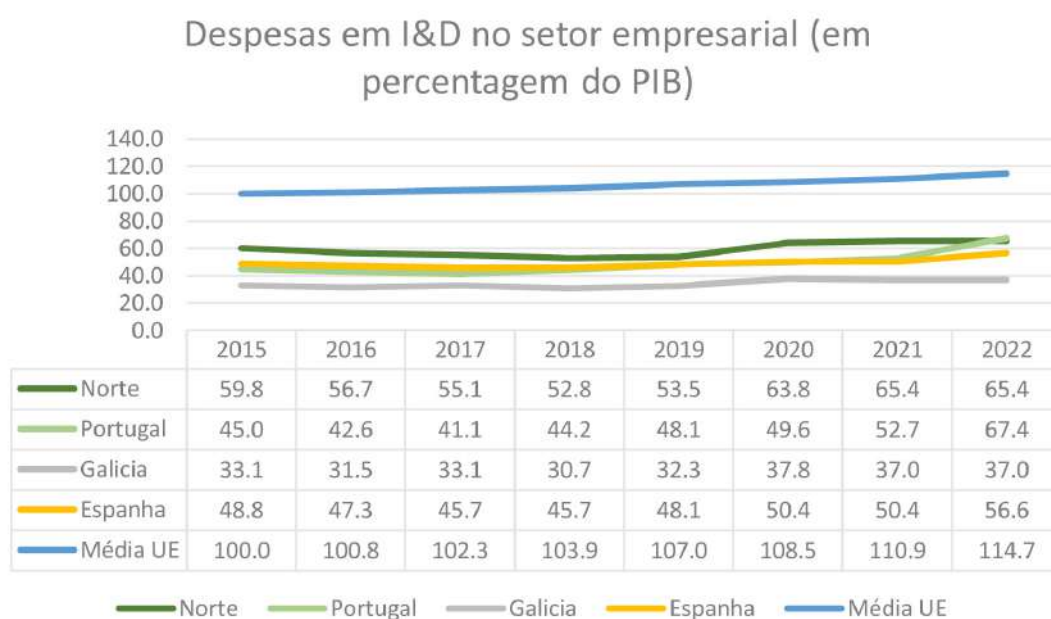


Figura 22.
Despesas em I&D no setor empresarial (em percentagem do PIB) (valor base: média UE 2015) – Norte, Galiza, Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Tanto o Norte de Portugal como a Galiza, bem como Portugal e Espanha apresentam valores inferiores à média na União Europeia. É necessário incentivar os empresários do Nordeste Peninsular a realizar mais investimentos em I&D de modo que os territórios não percam a sua competitividade.

b.2.) Despesas em inovação que não I&D (em percentagem do volume de negócios)

Soma das despesas em inovação Total do volume de negócios

Interpretação: identifica os esforços de inovação privada, traduzido em gastos de I&D face ao volume de negócios.



Figura 23.

Despesas em inovação que não I&D (em percentagem do volume de negócios) (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Quando colocado o foco da análise nas despesas de inovação que não I&D observa-se que a situação no Norte de Portugal e Portugal em geral se altera. Uma especial atenção ao facto de que a partir de 2020, há uma queda significativa na percentagem. Os empresários da região Norte incorrem em despesas mais avultadas desta categoria observando-se esforços de inovação que não pela via de investigação e desenvolvimento.



Figura 24.

Despesas em inovação que não I&D (em percentagem do volume de negócios) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e em Espanha esta tipologia de despesas continua a resultar num rácio inferior à média da UE de 2015, porém, nos últimos anos temos verificado a aproximação dos valores à média.

Despesas em inovação que não I&D (em percentagem do volume de negócios)

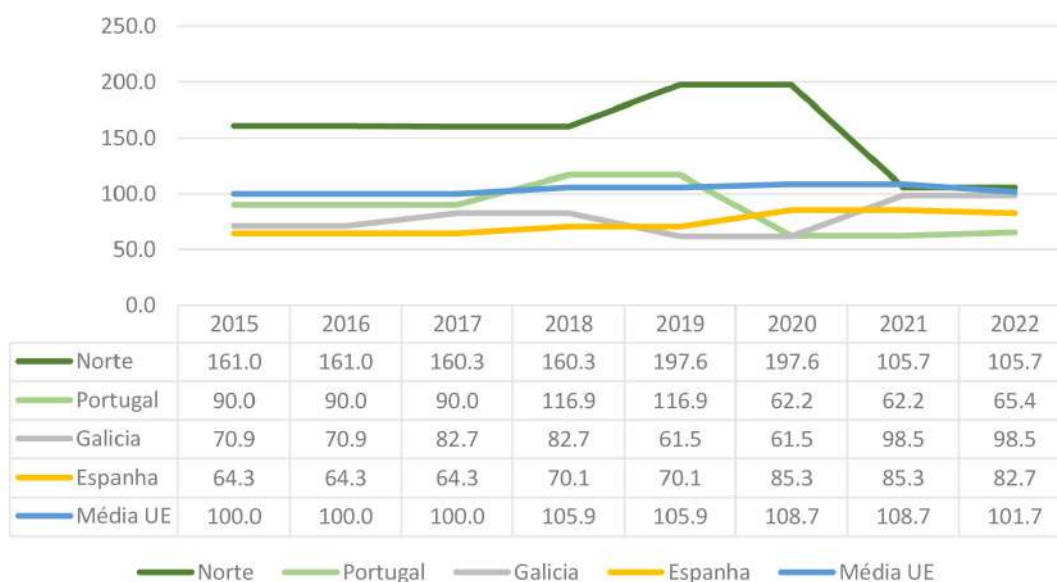


Figura 25.

Despesas em inovação que não I&D (em percentagem do volume de negócios) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Realizando uma análise comparativa é possível constatar que os empresários do Norte de Portugal apresentam um maior esforço de inovação (principalmente despesas de inovação não consideradas na categoria de investigação e desenvolvimento) quando comparados com os empresários de Galiza, valores que a partir de 2021 caem para a média da UE em 2015.

O mesmo é evidenciado comparando Portugal com Espanha até 2019, mas a partir de 2020, este facto inverte-se.

b.3.) Despesas em inovação por pessoa empregue

Soma das despesas em inovação nas empresas Total de colaboradores em empresas inovadoras

Interpretação: mede o *input* unitário de recursos diretamente relacionado com atividades de inovação.



Figura 26.

Despesas em inovação por pessoa empregue (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Analisando o indicador despesas de inovação por pessoa empregue podemos constatar que tanto a região Norte de Portugal como Portugal, apresentam sempre valores abaixo da média da UE.

Destaca-se que o Norte de Portugal apresenta valores superiores ao país, à exceção do ano de 2021, que houve uma descida das despesas em inovação por pessoa empregue na região Norte. Portugal mostra valores estagnados desde início, mas após uma ligeira elevação dos valores em 2020, volta a descer em 2022.



Figura 27.

Despesas em inovação por pessoa empregue (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Apesar de ambas as realidades geográficas apresentarem valores abaixo da média europeia, a Galiza apresenta um rácio superior ao evidenciado na totalidade do território espanhol.

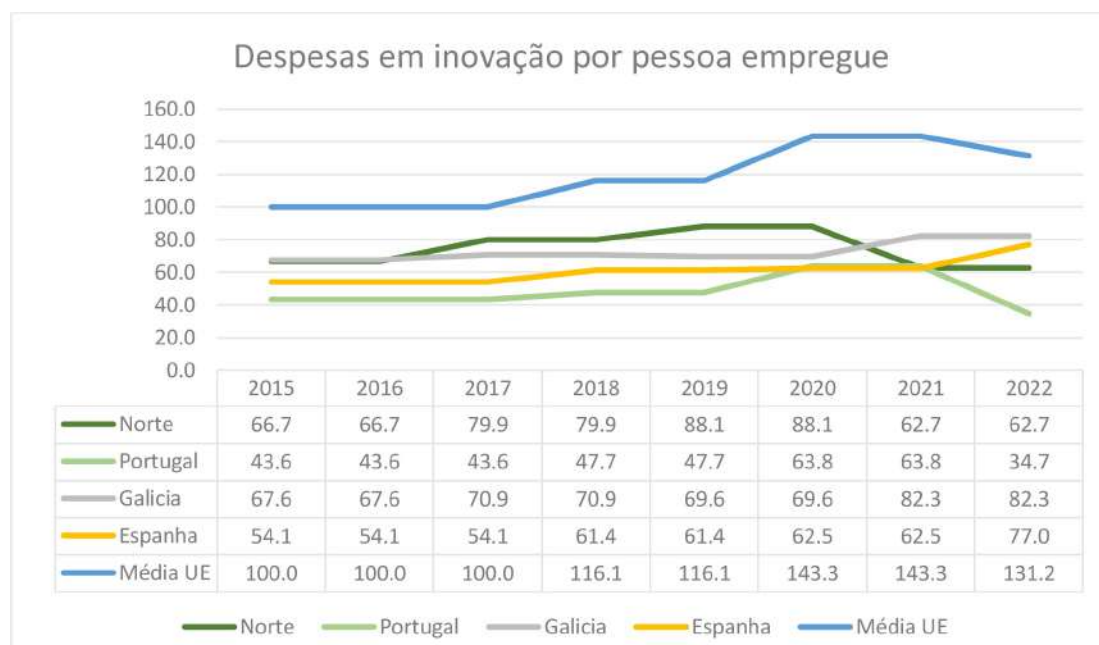


Figura 28.

Despesas em inovação por pessoa empregue (valor base: média UE 2015) – Norte, Galiza, Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria),

Fazendo uma análise comparativa entre todas as regiões, podemos verificar que se apresentam abaixo da média da UE em 2015 e, nos últimos anos, não acompanham o crescimento médio que é apresentado pela comunidade europeia.

c) Utilização de tecnologias de informação

c.1.) Empresas que providenciam desenvolvimento de competências dos seus colaboradores em tecnologias de informação (ICT)

$$\frac{\text{Nº de empresas que proporcionam qualquer tipo de traino em ITC aos colaboradores}}{\text{Nº total de empresas}}$$

Interpretação: as competências em tecnologias de comunicação e informação são particularmente importantes para a inovação numa economia crescentemente digitalizada.

A percentagem de empresas que qualificam RH em competências digitais é um proxy para o desenvolvimento das *skills* gerais.

Empresas que providenciam desenvolvimento de competências dos seus colaboradores em tecnologias de informação (ICT).

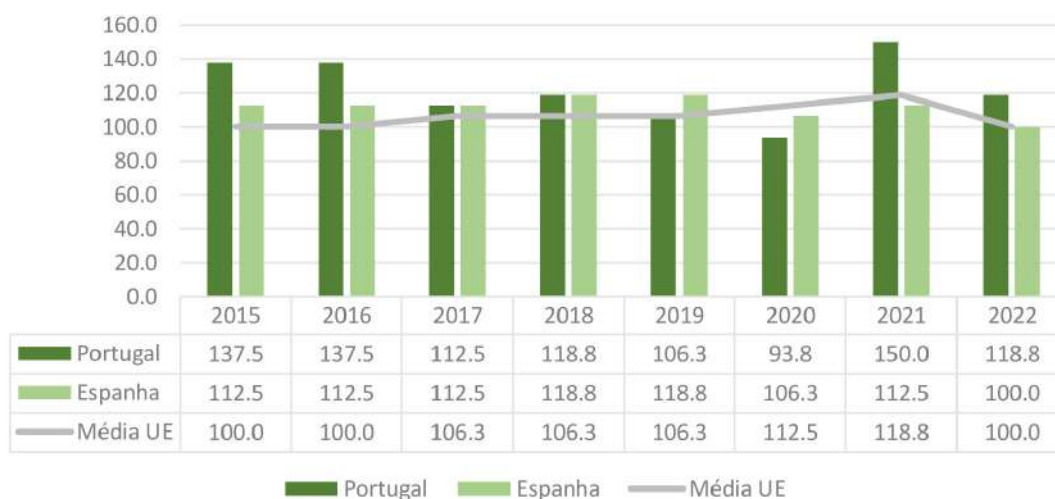


Figura 29.

Empresas que providenciam desenvolvimento de competências dos seus colaboradores em tecnologias de informação (ICT) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne à proporção de empresas que oferece ações de formação para capacitar os seus colaboradores na utilização de tecnologias de informação podemos observar que ambos os países apresentam em quase todos os anos, uma proporção superior à média da União Europeia de 2015.

Destacamos que ambos os países estão bastante próximos nos valores do desenvolvimento de competências TIC, mas Portugal apresenta uma superioridade na maior parte dos anos em análise.

c.2.) Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados)

$$\frac{\text{Nº de especialistas em tecnologias de comunicação e informação}}{\text{Nº total de empresas}}$$

Interpretação: as competências em tecnologias de informação são particularmente importantes no desenvolvimento de uma economia digital. A percentagem de empresas que proporcionam treino neste domínio é um *proxy* para o desenvolvimento das *skills* gerais.

Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados)



Figura 30.

Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal e média UE.

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

A região Norte de Portugal mostra melhor desempenho face ao total de Portugal (à exceção de 2021, demonstrando uma forte presença de especialistas em tecnologias de informação e comunicação na zona Norte. Ambas as realidades geográficas mostram um crescimento subtil na percentagem, mas houve uma descida nos valores nos últimos anos.

Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados)

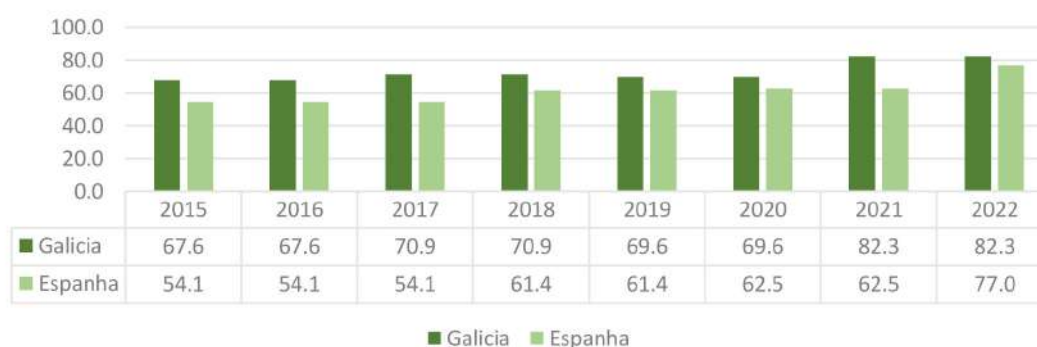


Figura 31.

Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados) (valor base: média UE 2015) – Galiza, Espanha e média UE.

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Em todos os anos em análise, Galiza mostrou ter um desempenho superior em relação ao indicador relativo a Espanha. Destaca-se o facto de que ambos os territórios apresentarem um crescimento médio significativo.

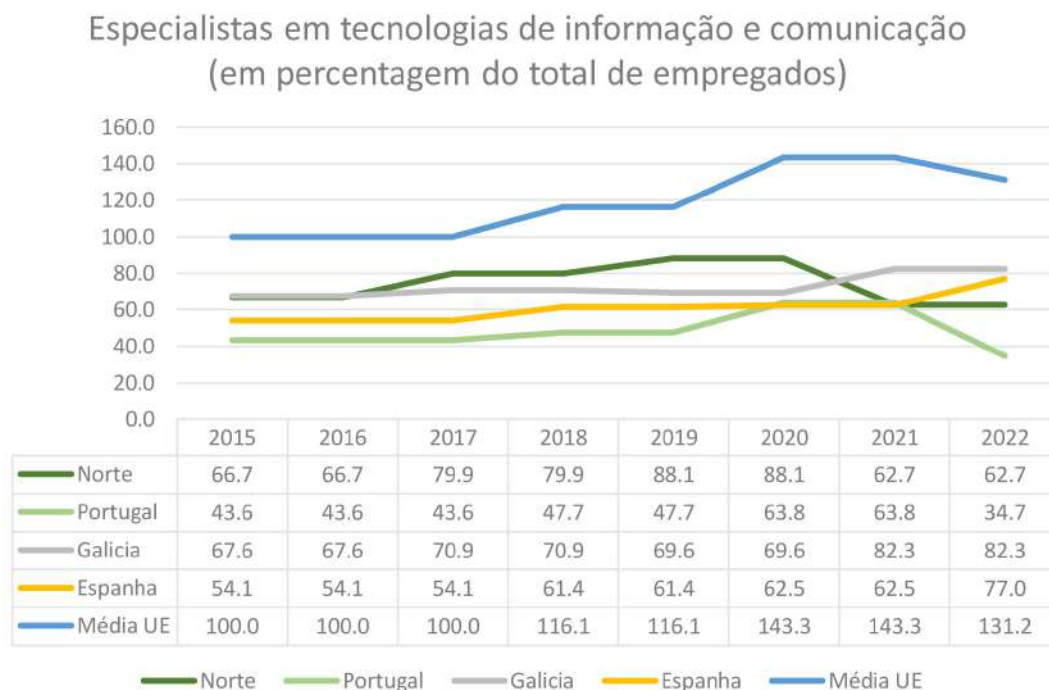


Figura 32.

Percentagem de especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em percentagem do total de empregados)
(valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Os especialistas em tecnologia de informação são profissionais indispensáveis para suportar a atuação das empresas nos mercados digitais e na digitalização dos processos produtivos. Todas as regiões geográficas se apresentam uma proporção destes profissionais por empresa inferior à proporção calculada a nível europeu. O Norte de Portugal destaca-se nos primeiros anos, mas tem uma descida regular a partir de 2021.

É essencial formar técnicos especializados em TIC e promover o desenvolvimento de atividade pela sua parte.

7.2.3 ATIVIDADES DE INOVAÇÃO

a) Inovadores

a.1.) PME's a introduzir inovações de produto (em percentagem do total de PME's)

Nº de PME que introduziram pelo menos uma inovação de produto na empresa ou no mercado

Total de PME

Interpretação: inovação de produto enquanto fator chave para a inovação para a conquista de novos mercados e reforço de competitividade.

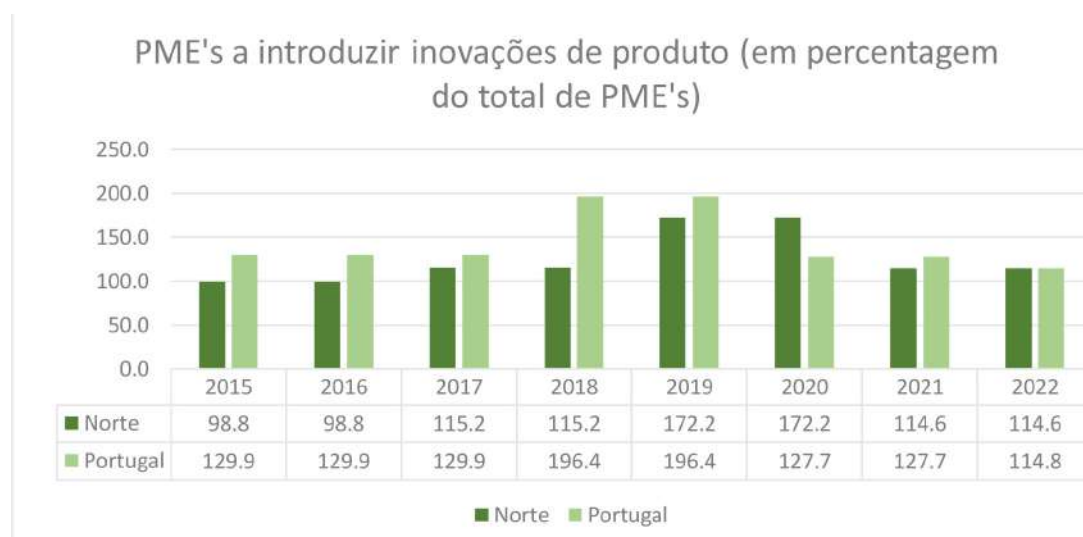


Figura 33.

PME's a introduzir inovações de produto (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Iniciando à análise aos ecossistemas de inovação tendo por base os resultados dos processos de inovação podemos observar que a proporção do número de novos produtos introduzidos na empresa ou no mercado face ao total de PME's existentes pode-se verificar que as PME's do Norte de Portugal apresentavam, em quase a sua totalidade, menores resultados do que a generalidade das empresas de Portugal e da Europa.

Só no ano de 2017 é que as empresas da região conseguiram superar a média da UE de 2015 e dos sucessivos anos. As PME'S a nível nacional conseguem obter melhores resultados do que as PME's do Norte no que concerne à obtenção/introdução de inovações nos produtos.

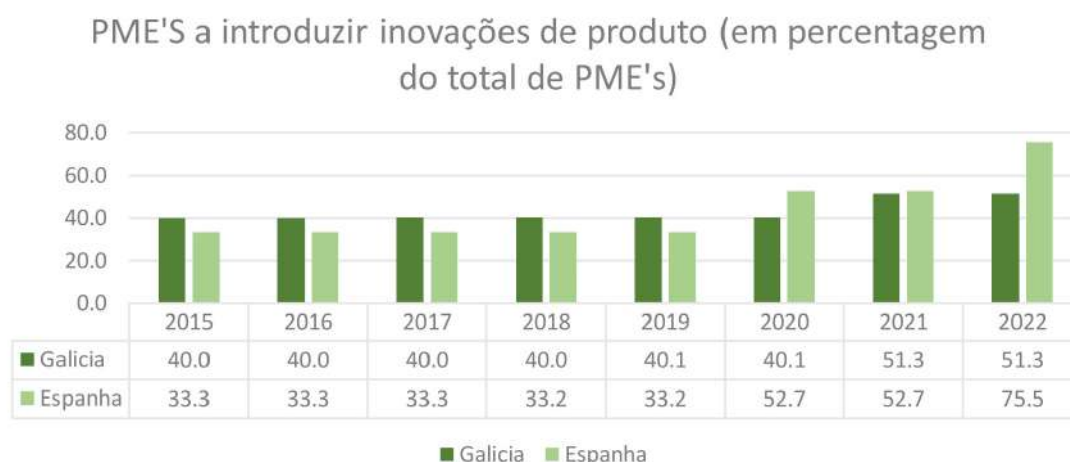


Figura 34.

PME's a introduzir inovações de produto (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza, o número das PME's que introduzem inovações de produtos apenas demonstram pequenos crescimentos a partir de 2019 e um crescimento mais significativo no ano de 2021, mantendo-se idênticos nos anos entre 2015 e 2018, 2020 e 2019 e 2022 face a 2021.

Já em Espanha, o crescimento é maior nos anos de 2020 e 2022 comparativamente á Galiza, sendo que apenas em 2020, a média de Espanha ultrapassa a região de Galiza.

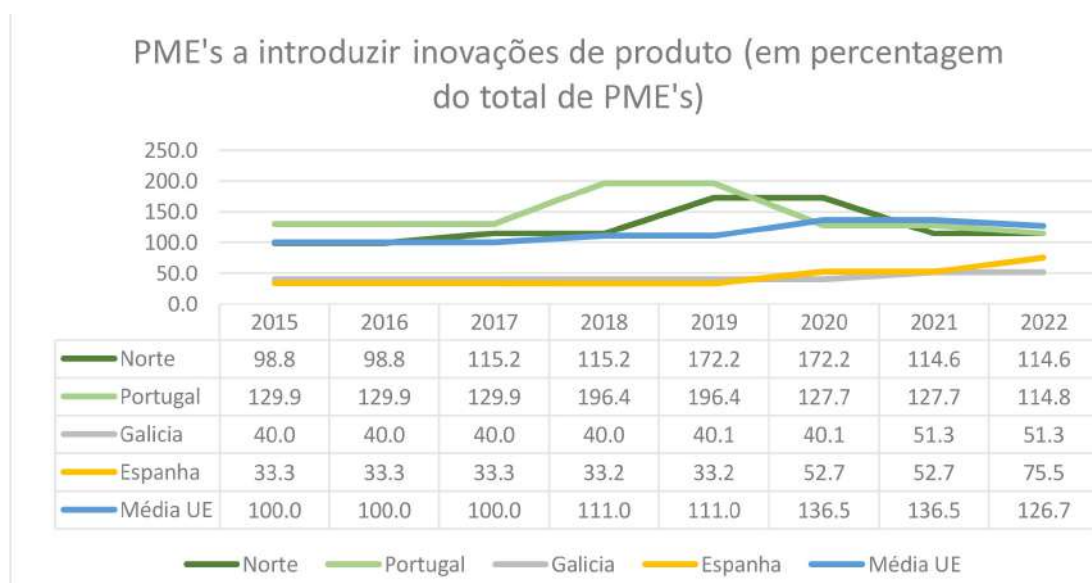


Figura 35.

PME's a introduzir inovações de produto (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Neste indicador é notória a discrepância da proporção de empresas a introduzir inovações nos produtos entre as duas regiões e os dois países.

a.2.) PME's a introduzir inovação de processo (em percentagem do total de PME's)

Nº de PME que introduziram pelo menos uma inovação de processo na empresa ou no mercado

Total de PME

Interpretação: processos de negócio incluindo processos de marketing e organizacionais enquanto fator de sucesso para a promoção da inovação.

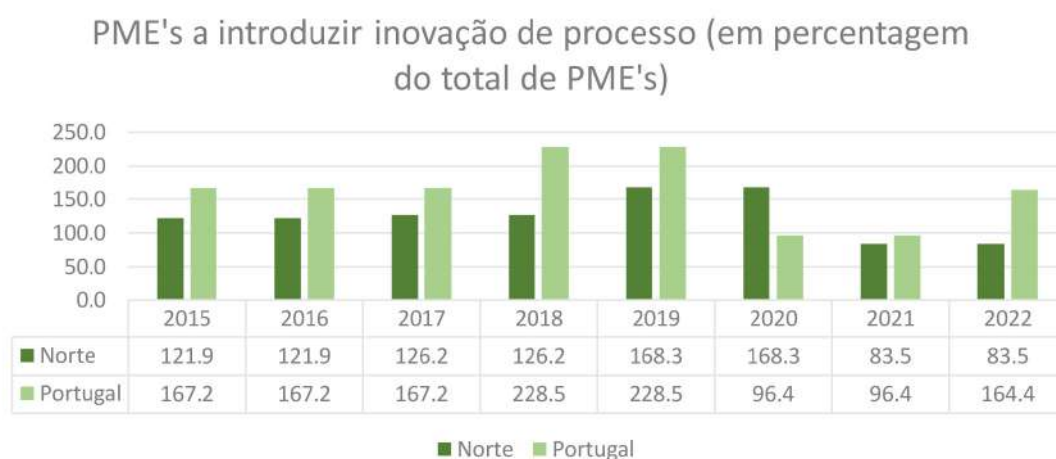


Figura 36.

PME's a introduzir inovação de processo (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No Norte de Portugal, o número das PME's que introduzem inovações nos processos apresenta oscilações como o crescimento no ano de 2017 e 2019 face aos anos anteriores dos próprios, um decréscimo acentuado no ano de 2021 relativamente ao ano anterior e a constante dos valores em 2015 a 2016, 2017 a 2018, 2019 a 2020 e 2021 a 2022.

Já em Portugal, os valores mantêm-se de 2015 a 2017, de 2018 a 2019 e 2020 a 2021, tendo em conta que a média de Portugal é superior aos valores do Norte do país.

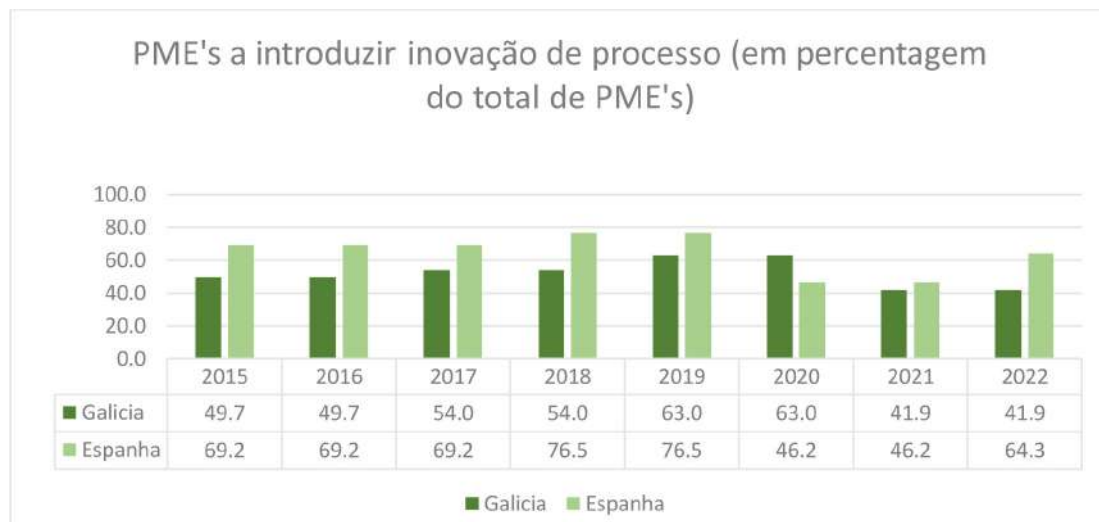


Figura 37.

PME's a introduzir inovação de processo (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza, o número das PME's que introduzem inovações nos processos apresentam variações com crescimento nos anos de 2017 e 2019 em relação aos anos anteriores, um decréscimo no ano de 2021 e nos anos de 2015 a 2016, 2017 a 2018, 2019 a 2020 e 2021 a 2022 estes valores mantêm-se constantes.

Já em Espanha, os crescimentos acontecem nos anos de 2018 e 2022 em relação aos anos anteriores, em decréscimo no ano de 2020, sendo que de 2015 a 2017, 2018 a 2019 e 2020 a 2021 estes valores mantêm-se constantes, tendo em conta que ao longo dos anos, Espanha mantêm-se sempre acima dos valores de Galiza (à exceção de 2020).

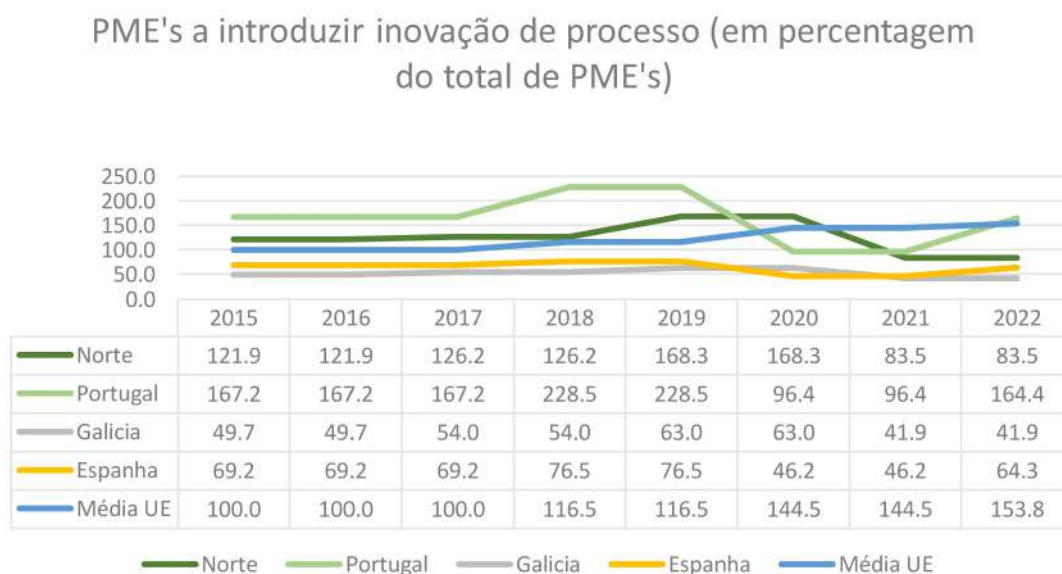


Figura 38.

PME's a introduzir inovação de processo (em percentagem do total de PME's) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Portugal, em todos os anos apresenta valores visivelmente superiores em comparação com Espanha tal como com a média da União Europeia, exceto no ano de 2020 e 2021. Já Espanha, em todos os momentos apresenta valores mais baixos que a média da União Europeia.

b) Estabelecimento de ligações

b.1.) PME's inovadoras a colaborar com outras entidades (em percentagem do total de PME's)

Nº de PME com atividades de cooperação (incluindo entidades com acordos nos últimos 3 anos)

Nº total de pequenas e médias empresas

Interpretação: grau de colaboração em operações de inovação, permitindo evidenciar a habilidade de captar e transmitir conhecimento. Este indicador permite ainda medir os fluxos de conhecimento entre as empresas e as instituições de investigação.

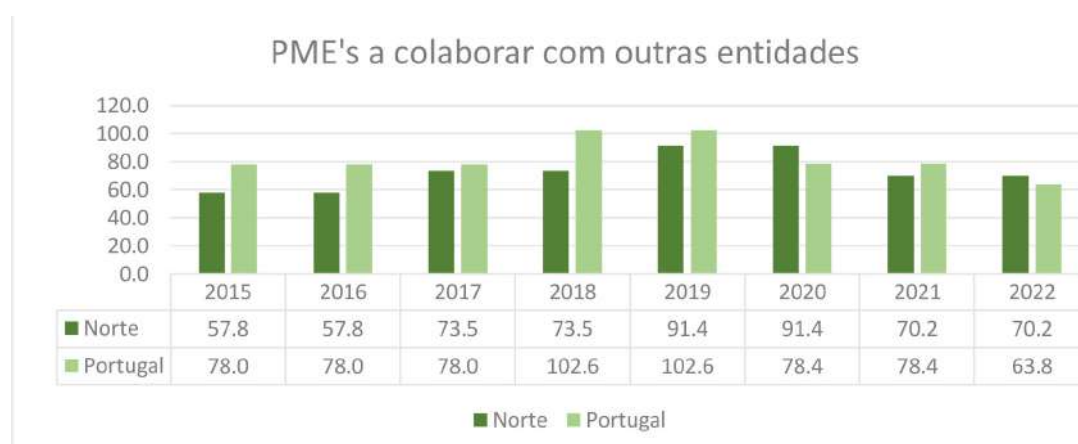


Figura 39.

PME's a colaborar com outras entidades (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Entrando em linha de consideração com indicadores que permitem aferir as práticas de inovação aberta, nomeadamente a proporção PME's que se encontra a trabalhar com outras empresas, observa-se que na maioria dos anos do período em análise o rácio de cooperação é inferior ao da média da UE em 2015 e à média europeia do próprio ano.

O rácio de Portugal, apenas em 2018 e 2019 apresentou valores superiores à média da União Europeia em 2015, contudo, decresceu em 2020.



Figura 40.

PME's a colaborar com outras entidades (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e em Espanha a situação revela-se inversa à realidade do Norte e de Portugal. A Galiza a partir de 2017 apresenta um rácio de cooperação empresarial superior à média da União Europeia mantendo-se os valores do rácio até ao final do período de análise.

Comparando a realidade da região com a realidade nacional, observa-se que a generalidade das empresas espanholas são menos cooperativas do que as empresas galegas.

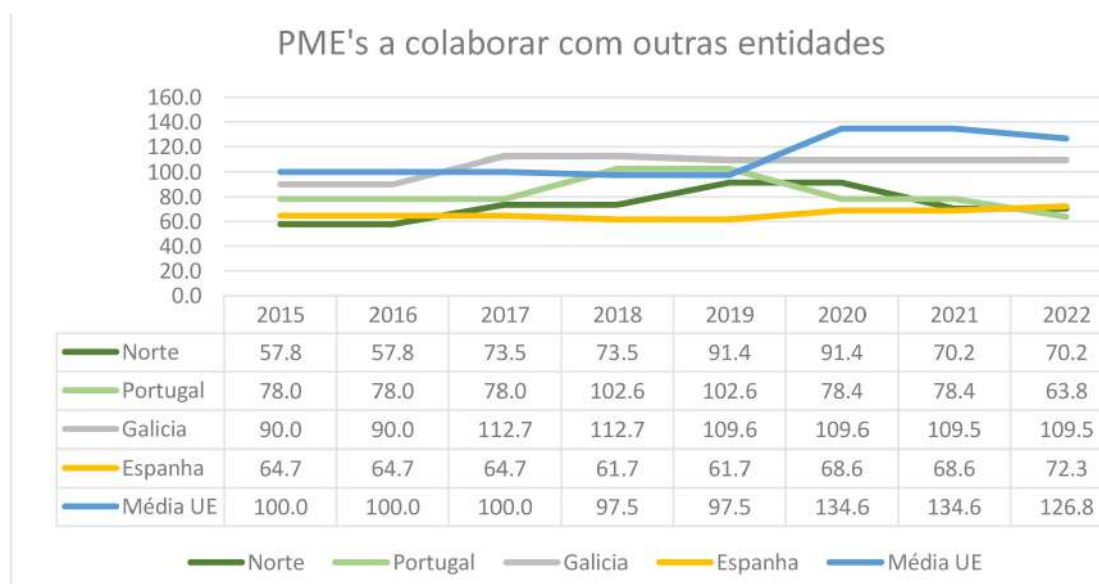


Figura 41.

PME's a colaborar com outras entidades (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Fazendo uma análise comparativa entre as diversas realidades geográficas, podemos observar que a região da Galiza é aonde as empresas apresentam os maiores hábitos de cooperação. No ano de 2020, a pandemia veio trazer um aumento de cooperação entre empresas sendo que o rácio atingiu um valor record a nível europeu.

b.2.) Copublicações público-privadas por milhão de habitantes

Nº de artigos em parceria público - privadas com colaboradores residentes e não residentes

População total

Interpretação: ligação entre o setor público e privado nas atividades de investigação, resultando em publicações académicas.



Figura 42.

Copublicações público-privadas por milhão de habitantes (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Entretanto em linha de cooperação com as parcerias público-privadas traduzidas em artigos em cooperação, podemos observar que o rácio nacional ultrapassou a média europeia de 2015 em 2016 enquanto a região Norte apenas o fez em 2020.

Assim, observamos uma maior cooperação entre organismos públicos e privados a nível nacional do que na região Norte de Portugal.

No Norte de Portugal, o número de copublicações público-privadas apresenta crescimento ao longo dos anos, sendo que em 2022 o número permaneceu inalterado em relação ao ano anterior.

Em Portugal, o crescimento é igualmente constante sendo que em todos os anos os mesmos valores são sempre superiores ao Norte do país.



Figura 43.

Copublicações público-privadas por milhão de habitantes (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza, o rácio apresenta-se inferior ao rácio verificado em Espanha face á globalidade do território, refletindo uma menor cooperação entre entidades públicas e privadas. Apesar de Espanha atingir a média da UE de 2015 em 2016, a Galiza só consegue alcançar semelhante no ano de 2021.

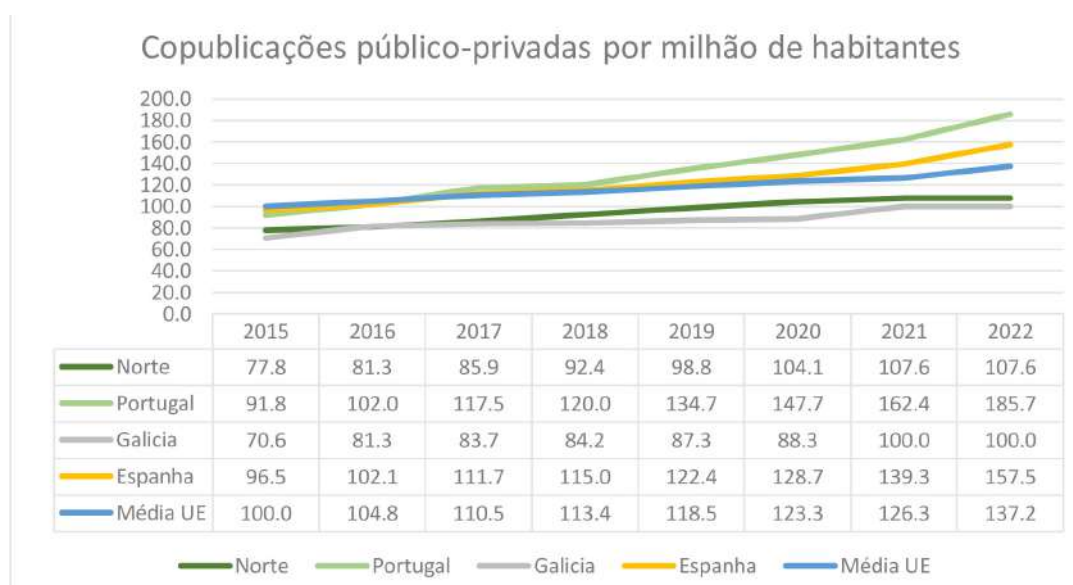


Figura 44.

Copublicações público-privadas por milhão de habitantes (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Consegue-se observar que a zona nordeste peninsular apresenta pouca cooperação com as parcerias público-privadas em artigos de cooperação, em relação aos respetivos países e a média europeia, apelando a um maior esforço para acompanhar os valores analisados.

b.3.) Mobilidade de trabalho-para-trabalho dos recursos humanos em ciências e tecnologia

Mobilidade trabalho para trabalho dos recursos humanos em ciência e tecnologia População ativa entre os 25-64

Interpretação: os recursos humanos em ciência e tecnologia são caracterizados por terem completado um terceiro ciclo de estudos.

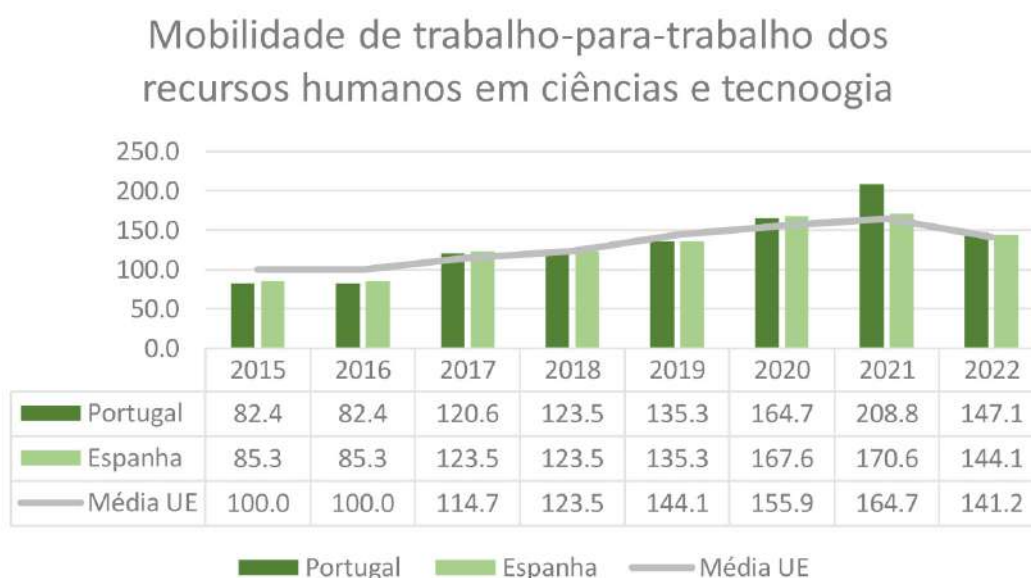


Figura 45.

Mobilidade de trabalho-para-trabalho dos recursos humanos em ciências e tecnologia (valor base: média UE 2015) - Portugal, Espanha e média UE.

Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne ao rácio de mobilidade dos trabalhadores nos setores científicos e tecnológicos, observa-se que a partir de 2017, ambos os países apresentam valores superiores à média da UE de 2015.

Contudo, Portugal e Espanha apresentam valores superiores à média do próprio ano em 2017 e a partir de 2020. Em 2018, os valores são idênticos nas 3 regiões de análise, destacando-se o aumento exponencial da mobilidade em Portugal no ano de 2021 destacando a elevada procura por estes recursos humanos.

c) Ativos intelectuais

c.1.) Pedidos de patente por mil milhões de € do PIB

Nº de pedidos de patente ao European Patent Office Produto Interno Bruto

Interpretação: capacidade de as empresas desenvolverem produtos incrementando substancialmente a sua competitividade; os pedidos de patente representam o esforço de desenvolvimento de novos produtos.

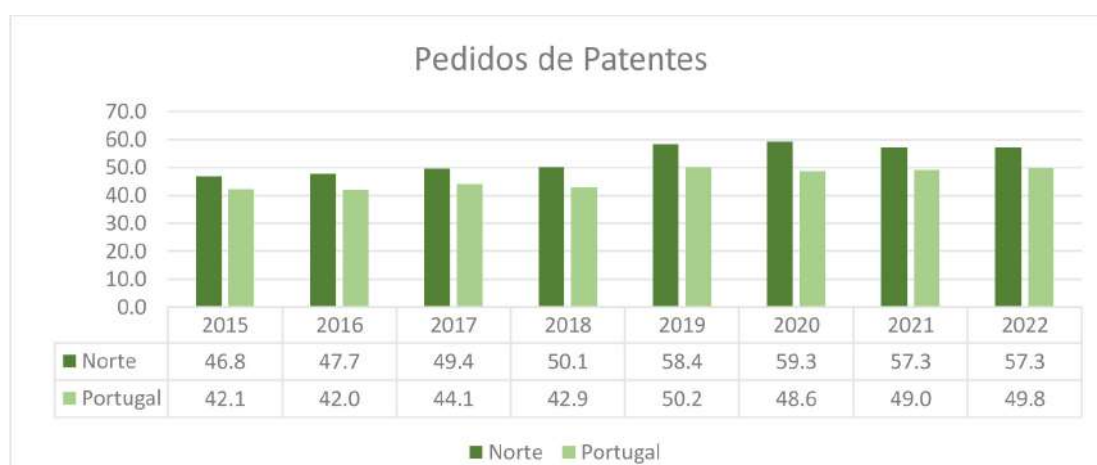


Figura 46.

Pedidos de Patentes (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne ao rácio entre o número de pedidos de patente em percentagem do produto interno bruto podemos observar que tanto a região Norte de Portugal como Portugal como um todo apresentam um indicador bastante abaixo da média da UE de 2015 em todos os anos do período em análise.

Destaca-se uma maior representatividade da região Norte, face ao território de Portugal como um todo, evidenciando as tentativas de obter patentes por parte dos empresários do Norte.



Figura 47.

Pedidos de Patentes (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Verifica-se o contrário quando analisados os indicadores da Galiza e de Espanha, visto que o país apresenta uma média superior face á Galiza. Destaca-se no entanto falta de evolução de ambas as realidades geográficas, pois os valores não variam muito.

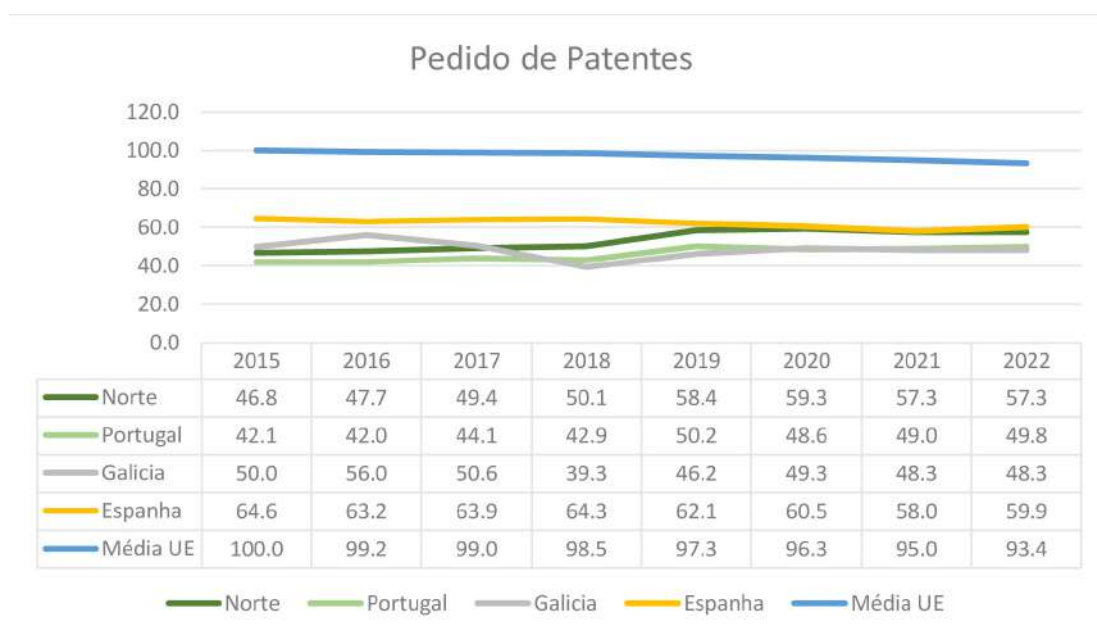


Figura 48.

Pedidos de Patentes (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Apesar do indicador se ter reduzido a nível europeu desde 2015, todas as regiões em análise nunca atingiram 65% do indicador médio europeu no ano de 2015.

A região Norte ultrapassou a Galiza nos pedidos de patente em percentagem do PIB a desde 2018, contudo, a nível nacional, o indicador espanhol continua acima do indicador português.

c.2.) Pedidos de marcas registadas por mil milhões de € do PIB

Nº de pedidos de registo de marcas no EUIPO **Produto Interno Bruto**

Interpretação: marcas registadas, enquanto indicador de inovação, nomeadamente para o setor dos serviços na medida em que certificam a origem, a qualidade consistente e uma base para a publicidade e marketing.



Figura 49.

Pedidos de marcas registadas por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) - Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No Norte de Portugal e em Portugal a partir de 2016 os pedidos de patente em percentagem do PIB ultrapassaram o valor registado a nível europeu em 2015 e nos anos seguintes. Destaca-se o elevado crescimento do indicador na região Norte a partir de 2017, deduzindo-se uma intensificação da proteção de mercado por parte dos empresários e empreendedores nortenhos.



Figura 50.

Pedidos de marcas registadas por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Analisando a situação da Galiza, é notório o reduzido esforço dos empresários e empreendedores em registar as suas marcas sendo que a média europeia de 2015 foi atingida em 2018 e o valor do rácio apenas foi superior à média europeia no ano de 2019.

Na globalidade do território espanhol, este indicador apresentou-se sempre superior à média da UE de 2015 e à média dos diversos anos do período em análise denotando-se um esforço de proteção de marcas superior em outras regiões.



Figura 51.

Pedidos de marcas registadas por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Destaca-se a região Norte de Portugal pela positiva devido ao esforço do pedido de marcas registadas pelos empresários e empreendedores.

c.3.) Pedidos de proteção de design por mil milhões de € do PIB

Nº de aplicações de *design* individuais submetidas ao EUIPO Produto Interno Bruto

Interpretação: *design* entendido como a aparência exterior de determinado produto desde os traços, às cores, formas, texturas, materiais e ornamentação. Os registos de design são fortemente representativos de esforços de inovação de produto.



Figura 52.

Pedidos de proteção de design por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que respeita aos pedidos de proteção de design em percentagem do PIB podemos constatar uma situação totalmente díspar do que acontece nos outros meios de proteção de propriedade intelectual e industrial.

O Norte de Portugal, desde 2015, apresenta um rácio bastante superior ao da realidade nacional e à média da União Europeia. Contudo, apesar do elevado valor, este rácio tem-se vindo a reduzir ao longo do período em análise à semelhança do que se verifica na globalidade do país.



Figura 53.

Pedidos de proteção de design por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e em Espanha, o rácio apresenta valores reduzidos face à média europeia e decrescentes ao longo do tempo, evidenciando o reduzido número de pedidos de proteção de *design* face ao produto interno bruto.

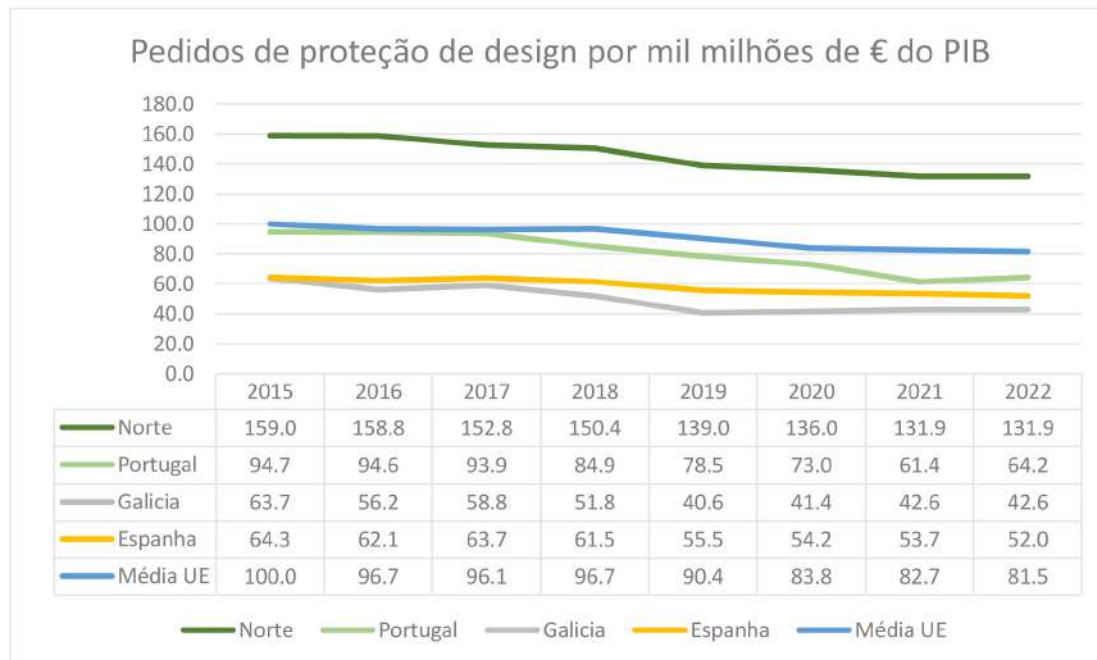


Figura 54.

Pedidos de proteção de design por mil milhões de € do PIB (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Desta forma, verifica-se que a região Norte é onde se verifica o maior número de pedidos de proteção de design em percentagem do PIB, denotando-se uma elevada preocupação por parte dos empresários e responsáveis pela proteção da propriedade industrial.

7.2.4 INDICADORES DE IMPACTO

a) Impacto colaboradores

a.1.) Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)

Nº de empregados em atividades de conhecimento intensivo Total de empregados

Interpretação: número de colaboradores empregues em atividades intensivas em conhecimento, representa um input de elevada importância para os processos e atividades de inovação assim, quanto maior for este rácio, mais inputs determinadas região irá apresentar para o processo de inovação.

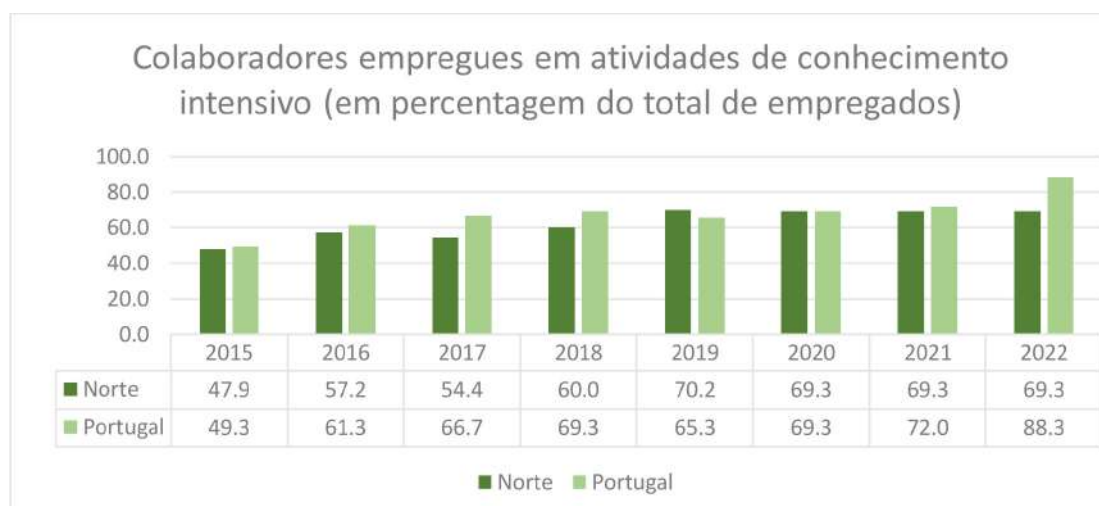


Figura 55.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)
(valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que respeita à percentagem da população empregue em atividades de conhecimento intensivo face à totalidade de população empregue, observa-se que tanto a nível nacional como ao nível da região Norte o indicador revela valores bastante diminutos, destacando a reduzida percentagem da população empregue que trabalha em atividades de conhecimento intensivo.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)



Figura 56.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e em Espanha os indicadores apresentam-se também com valores bastante reduzidos. Enquanto a região da Galiza demonstra melhorias nos valores deste rácio ao longo dos anos, Espanha apresenta uma descida de quase 10% em 2022, relativamente ao ano anterior.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)

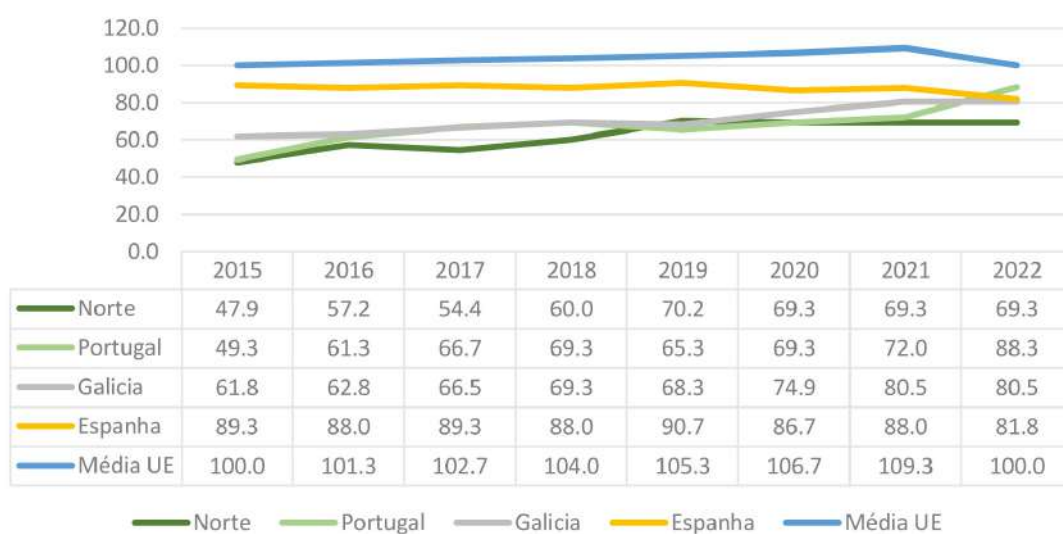


Figura 57.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados) (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Portugal, ao longos dos anos, apesar de apresentar aumentos no número de colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo, apenas em 2022 consegue ultrapassar os valores relativamente a Espanha e, relativamente à média da União Europeia, não os consegue alcançar.

Quanto a Espanha, como referido anteriormente, apresenta valores inferiores à média da União Europeia tendo em conta que apresenta valores com poucas oscilações e também derivada da elevação pouco acentuada da média da União Europeia.

a.2.) Empregabilidade em empresas inovadoras

Nº de colaboradores empregues em empresas inovadoras **Total de colaboradores em empresas com 10 ou mais colaboradores**

Interpretação: observa a evolução do volume total de colaboradores em empresas que tenham introduzido uma inovação ou atividade inovadora nos seus processos.

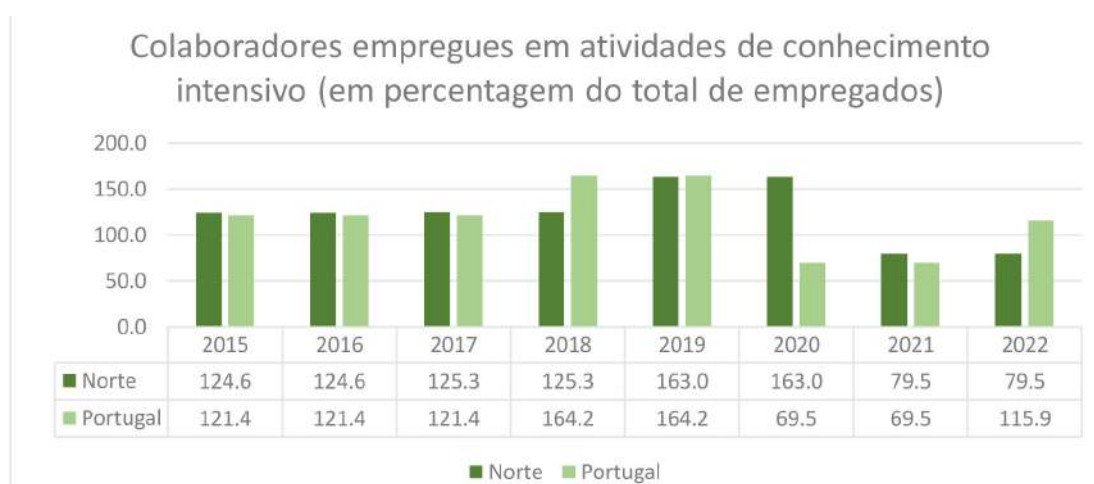


Figura 58.
Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)
(valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Tendo em conta o número de colaboradores empregues em atividades inovadoras face ao total de colaboradores empregues, no Norte de Portugal, observa-se que existe uma variação baixa de 2015 a 2018 com um alto de crescimento no ano de 2019 e um decréscimo bastante acentuado em 2021.

A média nacional apresenta as mesmas oscilações e apenas em 2018 e 2022 ultrapassa os valores da região Norte. Assim, observa-se que a percentagem de colaboradores empregues em atividades intensivas de conhecimento apresenta-se como bastante superior à média da EU em todos os anos de 2015 a 2020 na região Norte e 2015 a 2019 em Portugal.

Com a pandemia este indicador foi afetado, levando a um menor emprego de recursos com custos mais elevados.



Figura 59.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)
(valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Na Galiza e em Espanha a proporção de colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo manteve-se sempre abaixo da média da UE de 2015.

Apesar de se observar um crescimento na Galiza durante o período de 2015 a 2020, com a pandemia este rácio decresceu substancialmente para valores bastante inferiores aos apresentados em 2015, enquanto a Espanha, caiu substancialmente e com a pandemia em 2020, tem vindo a recuperar os valores.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados)

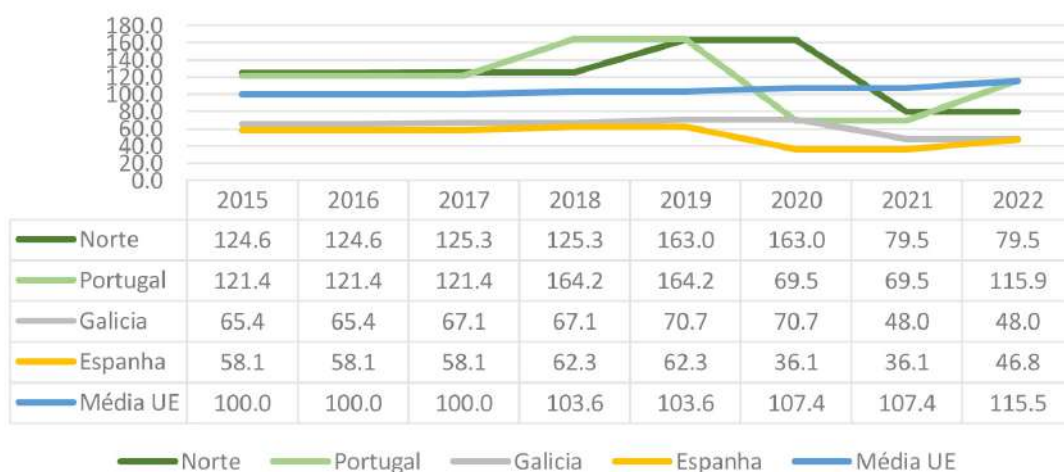


Figura 60.

Colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo (em percentagem do total de empregados) (valor base: média UE 2015) - Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Destacamos o facto de apesar a média da UE aumentar lentamente, nota-se a influência que a pandemia teve no número de colaboradores empregues em atividades de conhecimento intensivo.

b) Impacto nas vendas

b.1.) Exportação de produtos de tecnologia média e elevada (em percentagem do total de produtos exportados)

Volume de exportações de média e alta tecnologia Volume total de exportações

Interpretação: o volume total de exportação de média e alta tecnologia incorporam a venda de produtos SITC Rev. 3 - 266, 267, 512, 513, 525, 533, 54, 553, 554, 562, 57, 58, 591, 593, 597, 598, 629, 653, 671, 672, 679, 71, 72, 731, 733, 737, 74, 751, 752, 759, 76, 77, 78, 79, 812, 87, 88 e 891; desta forma é possível observar a relevância da exportação de tecnologias face ao total das exportações de determinado país.

Exportação de produtos de tecnologia média e elevada (em percentagem do total de produtos exportados)



Figura 61.

Exportação de produtos de tecnologia média e elevada (em percentagem do total de produtos exportados) (valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Em Portugal, a relevância do volume de exportação de produtos de tecnologia média e elevada face ao total das exportações de produtos é sempre inferior a Espanha tal como à medida da União Europeia, demonstrando um leve e constante crescimento ao longo dos anos.

Quanto a Espanha, as oscilações variam entre 77,79% e 86,82%, contudo, em nenhuma ocasião estes valores atingem os valores da média da União Europeia.

b.2.) Exportação de serviços intensivos em conhecimento (em percentagem do total de serviços exportados)

Volume de exportações de serviços intensivos em conhecimento Volume total de exportação de serviços

Interpretação: os serviços considerados como intensivos em conhecimento de acordo com EBOPS 2010 são: SC3A (Space transport); SF (Insurance and pension services); SG (Financial services); SH (Charges for the use of intellectual property); SI (Telecommunications, computer, and information services); SJ (Other business services); SK1 (Audio-visual and related services); este indicador permite medir a capacidade que determinado país ou região possuem na exportação de serviços intensivos em conhecimento.



Figura 62.

Exportação de serviços intensivos em conhecimento (em percentagem do total de serviços exportados)
(valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Observamos que Portugal apresenta uma descida dos desde 2015 até 2021, até que em 2022 há uma subida significativa, mantendo-se constantemente sempre acima da Espanha à exceção do último ano.

Espanha, como referido, demonstra valores mais baixos relativamente a Portugal (excluindo o último ano), e também mais baixos que a média da União Europeia.

Desta forma verifica-se que Portugal exporta uma maior percentagem de produtos intensivos em conhecimento face ao total de serviços quando comparado com Espanha e ambos os países apresentam uma menor percentagem quando comparados com a média da UE.

b.3.) Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios)

Soma do volume de negócios de produtos novos ou significativamente melhorados Volume de negócios total

Interpretação: permite determinar a representatividade de novos ou significativamente melhorados produtos no volume de negócios das empresas; permitindo perceber a difusão da tecnologia.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios)



Figura 63.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios) (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

O Norte de Portugal, inicia o período em análise com valores acima das vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações face a Portugal, mas a partir de 2018, Portugal começa a igualar os valores, havendo uma proximidade até os dias de hoje, mas a partir de 2018, a subida permanece constante.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios)



Figura 64.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios) (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Ao longo dos anos, a Galiza apresenta variações nas oscilações entre os 96,34% e os 101,40% dos volumes de vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações sendo que mesmo no ano de 2017, onde apresenta o maior valor, não chega a ultrapassar Espanha. Espanha, com oscilações entre 135% e 184,3% demonstra constantemente valores superiores a Galiza como referido anteriormente.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios)

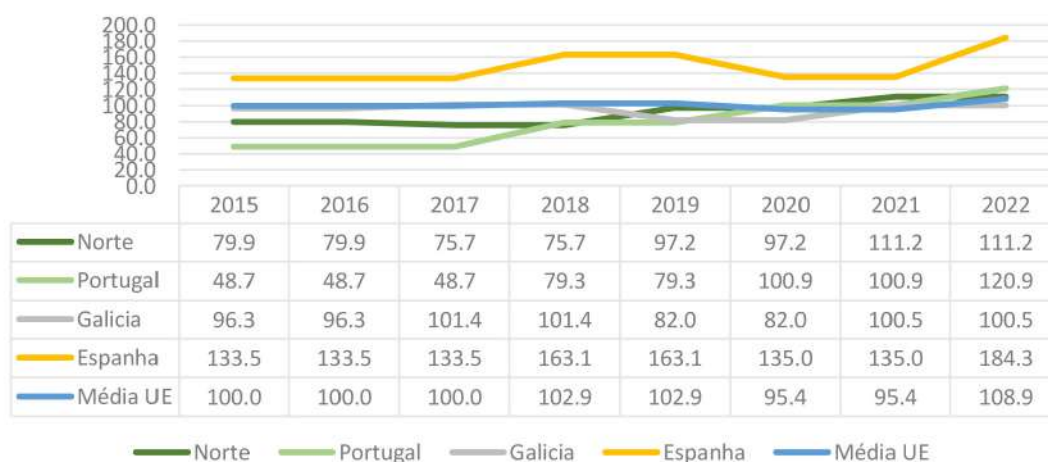


Figura 65.

Vendas de produtos/serviços novos para o mercado ou novos para as organizações (em percentagem do volume de negócios).
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Salienta-se a forte dominância da Espanha em relação às outras realidades geográficas e a melhoria dos valores em análise em Portugal, que passa de 48,7% para 120,9%.

c) Impactos na sustentabilidade ambiental

c.1.) Produtividade dos recursos

$$\frac{\text{Produto Interno Bruto}}{\text{Consumo doméstico de matérias em €/kg}}$$

Interpretação: a produtividade dos recursos permite aferir o montante total de materiais diretamente utilizados numa economia em relação ao PIB; permite relacionar o consumo de recursos com o crescimento da economia.



Figura 66.
Produtividade dos recursos (valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que diz respeito à produtividade dos recursos, Portugal apresenta ao longo de todos os anos analisados, valores sempre abaixo daquilo que são os valores da média da UE relativamente ao ano de 2015, apresentando um menor montante de produto gerado face ao consumo de materiais utilizados.

Já Espanha, ao longo dos anos analisados, apresenta sempre valores de produtividade acima da média da UE de 2015 e de Portugal.

c.2.) Emissões de partículas por parte da indústria

Emissões de partículas (em toneladas) na indústria da manufatura

Valor agregado no setor da manufatura

Interpretação: a poluição atmosférica é potencialmente danosa para o ser humano e para o planeta terra; este indicador captura a concentração média de partículas finas (PM2.5 – partículas com diâmetro de 2.5 micrómetros ou menos) pondera a poluição pelo valor agregado pelas indústrias.



Figura 67.
Emissões de partículas por parte da indústria (valor base: média UE 2015) – Norte e Portugal.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Fazendo uma análise das emissões de partículas face ao valor gerado pelo setor da industrial, verifica-se que a indústria da Região Norte apresenta sempre valores acima da média da UE de 2015, sendo que estes valores elevados se devem principalmente à grande concentração de industrial que, por vezes, não acrescenta valor suficiente para justificar as emissões efetuadas.



Figura 68.
Emissões de partículas por parte da indústria (valor base: média UE 2015) – Galiza e Espanha.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que diz respeito à indústria galega, observa-se que o rácio de partículas emitidas por valor acrescentado na indústria mantém-se relativamente constante ao longo dos anos do período em análise, refletindo uma maior emissão de partículas ou menor agregação de valor por parte da indústria galega, quando comparada à média espanhola dos diversos anos, da UE de 2015 e da UE dos respetivos anos.

Em relação a Espanha, apresenta valores de emissão de partículas sempre abaixo da média europeia em todos os anos.

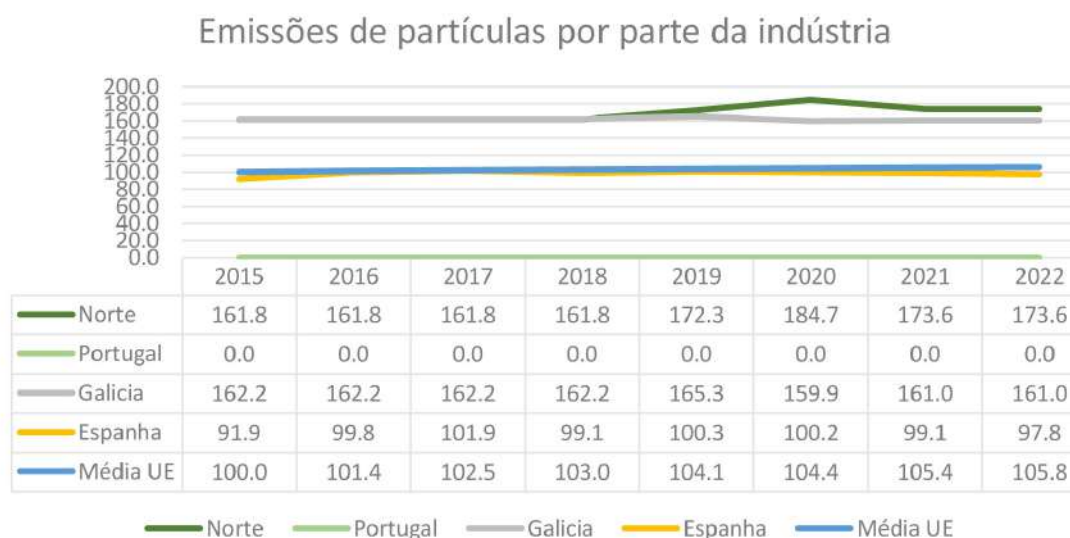


Figura 69.

Emissões de partículas por parte da indústria (valor base: média UE 2015) – Norte, Portugal, Galiza, Espanha e média UE.
Fonte: European Innovation Index (realização própria).

Analisando as emissões de partículas por parte da indústria em relação às regiões Norte e Galiza, pertencentes ao território de Portugal e Espanha, respetivamente e tendo em conta a média da UE de 2015, verifica-se que Espanha é o país que apresenta os melhores valores relativamente a este indicador, uma vez que estão abaixo daquilo que é a média da UE.

As regiões Norte e Galiza apresentam valores bastante semelhantes até ao ano de 2018, só em 2019 é que os valores diferem bastante uma vez que as emissões na região Norte de Portugal aumentaram bastante face a média da UE.

c.3.) Desenvolvimento de tecnologias relacionadas com o ambiente (em percentagem do total de tecnologias)

$$\frac{\text{Nº de invenções relacionadas com o ambiente}}{\text{Nº total de patentes}}$$

Interpretação: determina a preponderância de inovações relacionadas com o ambiente (tecnologias relacionadas com a gestão do ambiente, águas, mitigação de alterações climáticas).

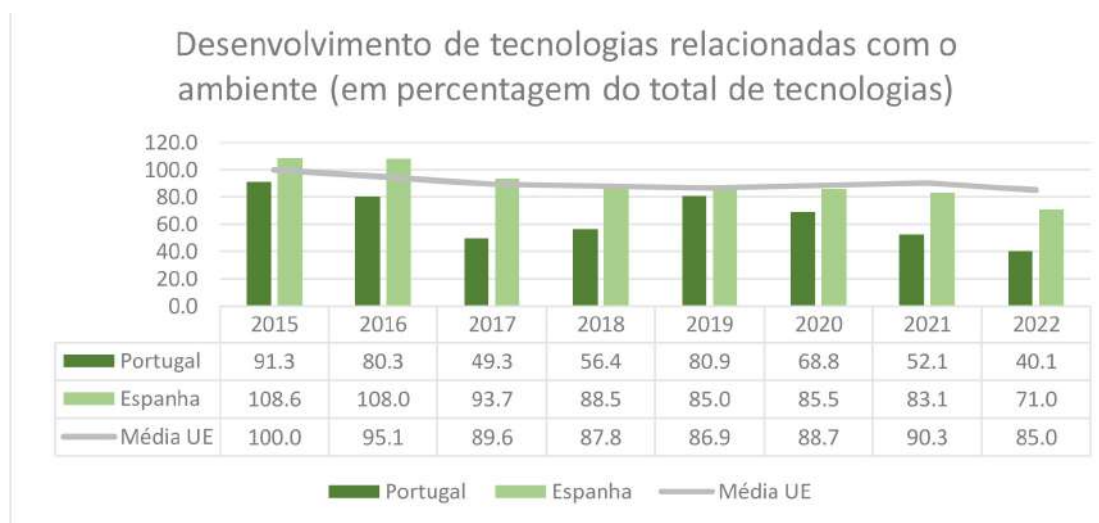


Figura 70.

Desenvolvimento de tecnologias relacionadas com o ambiente (em percentagem do total de tecnologias) (valor base: média UE 2015) – Portugal, Espanha e média UE.
 Fonte: European Innovation Index (realização própria).

No que concerne ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas com o ambiente, Portugal nunca apresentou uma percentagem acima da média da UE, o que demonstra uma falta na aposta no desenvolvimento destas tecnologias.

Ocorre uma oscilação nos valores, visto que há uma descida da percentagem de 2015 até 2017, de seguida uma subida até 2019 e uma recaída até 2022.

Já no que diz respeito a Espanha, há uma diminuição constante no desenvolvimento de tecnologias relacionadas com o ambiente. Nos primeiros 4 anos de análise, mostraram valores acima da média da UE do respetivo ano.

Tendo em conta os dados analisados relativamente a Espanha, Portugal e União Europeia verifica-se que numa fase inicial a Espanha apostou no desenvolvimento destas tecnologias, no entanto deixou de acompanhar a média da UE e apresentou uma diminuição no seu desenvolvimento, enquanto isso, Portugal iniciou o período de análise próximo da média da União Europeia, contudo, teve uma descida acentuada, no passado recente.

The background is a solid orange color with several overlapping, semi-transparent geometric shapes in various shades of orange. These shapes include circles, triangles, and irregular polygons, creating a layered, abstract effect. The shapes are positioned in the upper and lower portions of the page, leaving a clear horizontal band in the center for the text.

CAPÍTULO 4
RESUMO EXECUTIVO

ÍNDICE

01. RESUMEN EJECUTIVO GALICIA	363
02. RESUMO EXECUTIVO PORTUGAL	371

01

**RESUMEN EJECUTIVO
GALICIA**

01

RESUMEN EJECUTIVO GALICIA

Predominan los aspectos positivos, aunque faltan bases sólidas y estratégicas de futuro.

La tasa de crecimiento de la economía gallega a lo largo del año 2022 ha crecido un 3,8% %; aunque es casi dos puntos por debajo de la media estatal (5,5%). Con todo, Galicia presenta un mayor dinamismo respecto a la media europea y a la zona euro; y, sobre todo, en relación a países como Alemania, Francia e Italia. Sin embargo, Portugal presenta un crecimiento significativamente superior (6,7%).

El crecimiento agregado del PIB en el año 2022 se fundamenta en la contribución de la demanda externa, que aporta 3,7 puntos frente a tan solo una décima en el caso de la demanda interna. Esta circunstancia contrasta con la presentada por España que registra no solo un crecimiento más equilibrado, sino un mayor peso de la demanda interna (2,9 y 2,6 puntos, respectivamente).

Desde el punto de vista sectorial tan solo el sector primario presenta en Galicia un mejor comportamiento que el anotado en el conjunto de España; manteniendo el sector servicios el liderazgo en lo que respecta al mayor dinamismo, al estar impulsado por el comportamiento de las actividades del comercio, transporte y hostelería. Asimismo, se debe mencionar la positiva evolución del sector de la construcción, tras dos años de crisis. Por contra, hay que resaltar de manera negativa la contracción de la industria manufacturera frente al dinamismo que experimenta en España.

Uno de los principales problemas de la economía de Galicia es la baja productividad relativa de la industria manufacturera, que, en el último año, se ha situado en el 69,2% de los promedios españoles en términos de puestos de trabajo equivalente a tiempo completo y en el 72,7% en términos de horas trabajadas. Finalmente, tanto la construcción como en menor medida las actividades de servicios presentan una productividad superior a la media española.

El Padrón Municipal de habitantes, editado por el Instituto Galego de Estatística, refleja que en el año 2022 había en Galicia 2.691.456 personas inscritas, lo que representa un 5,65% de la población española. En relación al año anterior se contabilizan alrededor de 5.000 personas menos.

La estructura territorial gallega está formada por muchos núcleos de población dispersos y de escasa densidad. Significa la existencia de una amplia atomización en lo que respecta a los asentamientos poblacionales.

Atendiendo a la estructura demográfica, de los 313 concellos, solo tres superan los 100.000 habitantes (Vigo, A Coruña y Ourense); un total de 56 concellos superan los 10.000 habitantes y 175 concellos son menores de 5.000 habitantes. Alrededor del 72% de los habitantes están localizados en las zonas costeras y el 28% restante en las áreas del interior.

La distribución de la población subraya, asimismo, una descomposición territorial singular según atendamos a sus emplazamientos provinciales. Así, en la provincia de Ourense, el 75% de sus concellos tienen menos de 2.000 habitantes y en ellos solo reside el 25% del total de la población de la provincia. Las provincias costeras atlánticas, por su parte, muestran un mayor agrupamiento de la población en villas intermedias.

Las siete grandes ciudades no mejoran el porcentaje total de la población gallega, sino que corresponden a los municipios próximos a las grandes urbes quienes más población aumentan, atraen y retienen.

Se contempla una dinámica de envejecimiento rápido de la población, en donde los estratos de población de mayor edad son superiores a los estratos más jóvenes de la sociedad. La población de más de 75 años congrega al 13,6% del total y la menor de 10 años, el 7% del total. Asimismo, se registra un aumento de la esperanza de vida cada vez mayor (83 años) y más elevada en las mujeres (86 años) que en los hombres (80 años).

Los indicadores demográficos subrayan: a) bajas tasa de natalidad; b) una media de edad de maternidad cada vez más elevada; c) un índice sintético de fecundidad reducido, que no garantiza una reposición demográfica; y d) una creciente presencia de extranjeros que ya superan las 100.000 personas (el 4,2%), aunque mucho más baja que los promedios españoles (11,5%).

Finalmente, Galicia ha dejado de ser un país de emigración para convertirse en un país receptor de personas. Esto es, la inmigración es superior a la emigración.

El mercado de trabajo presenta datos positivos atendiendo tanto a la evolución como a la participación de las personas en el mercado laboral de Galicia. Así, mejoramos en la tasa de actividad (52,9% en 2022); tasa de ocupación (47,1%) Y, disminuimos en la tasa de paro (11,0%) y la tasa de temporalidad (19,4%).

A pesar de ello, Galicia se mantiene entre las CCAA con menores tasas de actividad y de ocupación, lo que subraya que a la economía gallega le cuesta mucho generar empleo aunque registre tasas de crecimiento económico positivas.

El incremento de la ocupación se produce con más intensidad entre las mujeres que en los hombres.

El aumento del empleo se produce en mayor medida en el sector servicios; entre las personas asalariadas en el sector privado; en las personas con estudios superiores; y en los mayores de 45 años.

En el extremo opuesto, la ocupación se reduce en las personas trabajadoras por cuenta propia y en los asalariados tanto del sector industrial, sector público y entre los 35-44 años.

La tasa de paro afecta porcentualmente más a las mujeres que a los hombres. Hay que destacar, igualmente, el ligero incremento del desempleo entre las personas más jóvenes que se sitúa en el año 2020, en el 32,5%.

Galicia es una economía de contrastes. Dos provincias (A Coruña, y Pontevedra) generan el 75% de la producción final de Galicia; en tanto que las otras dos provincias (Lugo y Ourense) se reparten el 22% restante. En lo concerniente a su especialización productiva, en Ourense destaca el peso del sector energético e industrial; en Lugo, el sector primario; en A Coruña el sector servicios; y en Pontevedra el sector industrial y un sector primario muy industrializado.

Atendiendo a la distribución del PIB por municipios sobresale Vigo; seguido de A Coruña. Estos dos concellos concentran el 25% del PIB de Galicia. Tras ellos, se sitúan Santiago, Ourense, Lugo, Pontevedra y Arteixo. Si el análisis se efectúa atendiendo al PIB per capita, el ranking estaría encabezado por los concellos de Muras, Carballada de Valdeorras, Vilarino de Conso, San Cibrao das Viñas y Arteixo, todos por encima de los 60.000 euros/habitante.

El análisis por comarcas permite distinguir una clasificación tipológica en varias categorías: a) comarcas con elevada especialización del sector primario; b) áreas con fuerte especialización en el sector energético; c) comarcas con una especialización basada en actividades extractivas y de fabricación de minerales no metálicos; d) territorios con especialización en maderas; e) áreas típicamente agro y mar-industriales; f) comarcas con especialización en fabricación de material de transporte; g) áreas con especialización en metalurgia; y h) territorios con fuerte incidencia de las actividades textiles.

En 205 de los 313 municipios de Galicia; o sea, el 65% del total, la remuneración de los asalariados constituyen la principal fuente de rentas de los municipios; y en 108 concellos (esto es, 1/3 del total), principalmente ubicados en las provincias de Lugo y Ourense, las prestaciones sociales que perciben los habitantes constituyen el mayor volumen de recursos.

Según los datos del Directorio de Empresas, el 98% de las empresas que operan en Galicia tienen su sede en la Comunidad Autónoma; en tanto que el 1,7% restante están localizada fuera de Galicia. En torno a las 2/3 partes del total de empresas se ubican en las provincias de A Coruña y Pontevedra.

La pequeña dimensión es el principal rasgo de la empresa gallega. En el 86% de las empresas el número de asalariados es menor de 2 personas. Por el contrario, las empresas de mayor tamaño (más de 250 trabajadores) no llegan a contabilizar el 1% del total de empresas.

La tipología de las empresas gallegas atendiendo a la personalidad jurídica refleja lo siguiente: a) la fórmula más utilizada por los empresarios gallegos es la correspondiente a personas físicas(62%); b) las sociedades limitadas alcanzan el 27% del total; y c) los niveles de sociedades anónimas y la sociedades cooperativas son muy reducidas.

En lo que atañe a la demografía empresarial conviene señalar que la tasa neta demográfica registra una disminución de las empresas en el último año. Y, en lo referente a la tasa de supervivencias empresarial llama la atención que en 2021, que sobreviven las el 49% de las empresas creadas en 2018. Si ampliáramos el periodo, hasta 10 atrás, la supervivencia se reduce hasta el 34%.

La infraestructura turística gallega se recupera en el año 2021 respecto al 2020; pero sin llegar a alcanzar las cifras anteriores a la pandemia., Aumentan tanto el número de establecimientos turísticos, como el de plazas ofertadas y el número de turistas que llegan a Galicia. El porcentaje que supone Galicia dentro del conjunto español es del 4,78%.

En Galicia predomina la atomización y la dispersión empresarial, al igual que un predominio de los establecimientos de categoría media.

Es muy significativo el desarrollo del turismo rural y los pisos turísticos que van en aumento en los últimos años.

Tres notas subrayan el análisis de la actividad turística: a) el aumento del número de turistas que llega a Galicia, entre los cuales predominan los residentes en España (2/3); b) el número de pernoctaciones se estanca en torno a las 2 noches/viajero; y c) el grado de ocupación es bajo, se sitúa en torno al 36%, inferior al promedio nacional.

Atendiendo a los indicadores turísticos por comarcas sobresale la mayor oferta concentrada en cuatro núcleos; tres de ellos urbanos (Santiago, Vigo y A Coruña) y el otro es una zona costera de fuerte estacionalidad (Ria de Arousa). La suma de las cuatro áreas alcanza el 60% del total de los alojamientos de los viajeros que llegan a Galicia.

El Camino de Santiago atrajo en 2022 a cerca del medio millón de personas, de los que preferentemente más de la mitad poseían residencia española (55); superando las cifras de los años anteriores a la pandemia.

Galicia se caracteriza por reflejar un gasto en I+D+i con tendencia creciente en los últimos años (2019-2021), aunque decreciente respecto a los promedios nacionales y europeos. El gasto en I+D+i/PIB es bajo (1,10%) inferior al español (1,43%).

Su distribución indica una mayor intensidad en lo que respecta al sector empresarial, más que el llevado cabo por las Universidades y Centros de Investigación o la propia Administración Pública.

Los gastos en I+D+i per capita en Galicia crecen, pero se sitúan en el 30% por debajo de la media española. Los ratios que expresan los niveles de personal ocupado en I+D por cada 100 ocupados subrayan un gran contraste con los promedios nacionales; al registrar una ratio de 10,5 ocupados en I+D por cada 100 ocupados en Galicia y un índice de 12,1 en España.

No son muchas las empresas que desarrollan de manera regular actividades de innovación tecnológica. La suelen llevar a cabo las empresas de mayor dimensión y englobadas en el sector industrial.

En Galicia predomina la investigación básica y la aplicada; y son bajos los indicadores relacionados con la alta tecnología.

El sector de la TICS ha venido creciendo en los tres últimos años. En la actualidad, representa el 2,97% del PIB y el total de las empresas localizadas en Galicia representan el 4,5 % del total de las empresas españolas en el mismo sector.

Las patentes solicitadas y registradas en Galicia significan el 5% del total español, un porcentaje menor que el correspondiente al territorio, la población o el PIB.

02

**RESUMO EXECUTIVO
PORTUGAL**

02

RESUMO EXECUTIVO PORTUGAL

O Produto Interno Bruto da economia da região Norte ascendeu, no ano de 2021, a 64 708 553 milhares de euros, representando 30,17% do PIB português, sendo a sub-região da Área Metropolitana do Porto, que apresentou maior representatividade (53,40%).

Analisando os indicadores demográficos, a população da região Norte, no ano de 2021, ascendeu a 3 586 586 indivíduos (34,68% da população portuguesa), representando uma variação positiva face ao ano anterior de 0,44%, estando bastante concentrada no litoral, nomeadamente, na AMP (48,41% da população da região Norte).

Complementarmente, o número de mulheres na região Norte, representaram 1 878 766 indivíduos, e os homens 1 707 820 indivíduos. Em termos de distribuição da população, identificaram-se 21 cidades com maior dimensão (com mais de 50 000 habitantes) na região.

No que diz respeito à análise da população por faixa etária, destaca-se a predominância da população entre os 25 – 64 anos, refletindo 54,4% no total do número de indivíduos da região Norte de Portugal, seguindo-se a população entre os 0 – 24 anos de idade.

Em relação à população estrangeira, habitavam em Portugal, no ano de 2021, cerca de 698 536 estrangeiros, verificando-se que 100 084 residiam na região Norte do país, representando 2,79% da população residente no território. No que diz respeito à sua origem, verificou-se que, desde 2020, a maior expressão de estrangeiros, são provenientes do Brasil, Angola e Moçambique.

Quanto à análise do crescimento natural da população, verifica-se que todos os territórios que integram a região Norte, apresentaram um crescimento natural negativo da população, com um número de óbitos superior ao número de nascimentos.

Nesta avaliação, procedeu-se a uma análise aos indicadores de natalidade e mortalidade, verificando-se que a taxa de natalidade e taxa de fecundidade da região, sofreram uma variação negativa de 2020 para 2021 na ordem dos 0,6% e, 2,1%. Já nos indicadores de mortalidade, sublinha-se o decréscimo de 0,8% da taxa de mortalidade na região Norte entre 2020 e 2021.

Por fim, relativamente aos indicadores de demografia, destaca-se uma variação positiva de 43% entre os anos de 2020 e 2021, refletindo uma superioridade do número de imigrantes face ao número de emigrantes no país.

Ao analisar o indicador do rendimento anual bruto declarado, no ano de 2020, registou-se uma grande discrepância entre a Área Metropolitana do Porto (17 224 136 milhares de euros) e as restantes regiões do Norte.

Por outro lado, quando analisado o rendimento anual bruto por agregado fiscal, a região Norte registou o valor de 17 556 €, com a região da AMP a registar os 19 222 €, refletindo uma superioridade comparada de 39,3% relativamente à região do Tâmega e Sousa.

Refletindo sobre o tecido empresarial da região do Norte de Portugal, as microempresas (empresas com menos de 10 colaboradores e cujo volume de negócios não excede os 2 milhões de euros) são predominantes no tecido empresarial, representando cerca de 95,5% no Norte de Portugal.

Neste contexto, verifica-se que o grupo das PME's, tem uma representatividade de 99,9% do tecido empresarial, registando-se apenas 348 grandes empresas (empresas com mais de 250 colaboradores e cujo volume de negócios é superior a 50 milhões de euros), na região Norte.

Relativamente à distribuição geográfica, é possível observar que a maioria das empresas da região Norte localizam-se na Área Metropolitana do Porto (221 093 empresas), seguindo-se a sub-região do Cávado (51 675 empresas), sendo as sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes e do Alto do Tâmega, as que apresentam menor concentração de empresas.

Quando analisada a forma jurídica das empresas, a tipologia mais frequente, no Norte do país, são empresários em nome individual, representando cerca de 65,8% do total das empresas da região, e os restantes 34,2% são sociedades por quotas e anónimas.

Numa análise mais fina, é possível associar a forma jurídica das empresas ao seu setor de atividade, destacando as atividades com maior número de empresas, no setor agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca, com uma representatividade de cerca de 65,8% dos empresários em nome individual.

Caracterizando a atividade económica principal das empresas no Norte de Portugal, o setor dos serviços (terciário) é o que predomina, sendo que, cerca de 74,2% das empresas da região, exercem atividades enquadradas neste setor.

Por outro lado, enfatiza-se a pouca representatividade das empresas que exercem atividades no setor da indústria e da construção, verificando-se que, apenas 7,3% e 7,4% das empresas da região Norte, respetivamente, se dedicam a estas atividades.

No que diz respeito à taxa de natalidade das empresas, salvo a exceção da Área Metropolitana do Porto, todas as outras sub-regiões apresentaram um ligeiro aumento neste indicador, e analisada a taxa de sobrevivência das empresas, verifica-se um ligeiro aumento dessa percentagem ao longo da maior parte das sub-regiões, sendo a região do Douro a única exceção registada.

Com o objetivo de verificar o impacto que as empresas têm na região, é relevante entender as suas contas e performance económica, sendo que no valor das vendas observou-se, no ano de 2021, que as empresas da região Norte de Portugal faturaram cerca de 35 717 mil milhões de euros, sendo que as empresas da região da AMP obtiveram um valor de 18 175 mil milhões de euros, o que reflete um peso de 50,9% no total.

No que diz respeito aos gastos com pessoal, analisado o indicador em termos médios, verificou-se que é a região do Ave que apresenta um valor de gastos com pessoal mais elevado e que, adicionalmente, a região de Trás-os-Montes é a que apresenta menor valor de gastos em termos médios.

O valor acrescentado bruto (VAB) permite medir o valor acrescentado por empresa, através da subtração dos custos de produção ao valor das vendas. Tal como se registou no indicador anteriormente analisado, a região do Ave é a região com maior VAB médio (88 407 euros), seguindo-se da Área Metropolitana do Porto (85 441 euros); por outro lado, a região de Trás-os-Montes é a que apresenta menor VAB médio, de 19 766 euros.

Numa análise ao indicador de volume de negócios, observa-se que a Área Metropolitana do Porto apresenta o maior volume de negócios em termos médios, tendo registado no ano de 2021 cerca de 333 963 euros. Por outro lado, a região de Trás-os-Montes, foi a que registou menor valor de volume de negócios médio, atingindo apenas 80 031 euros.

Finalmente, no que diz respeito ao resultado líquido, o panorama é bastante idêntico ao do volume de negócios. A AMP aparece como a região com maior resultado líquido em termos médios, ascendendo aos 28 013 euros, seguindo-se a região do Cávado com 24 548 euros, sendo a região do Douro foi a que apresentou menor resultado líquido em termos médios, ascendendo ao valor de 8 080 euros.

Tendo em perspetiva os indicadores do mercado de trabalho, a população ativa em Portugal registou um aumento de 2,3% no ano de 2021 face a 2020 e, novamente, um aumento de 1,4% em 2022, demonstrando um aumento constante. Ao contrário da população ativa, a população inativa demonstrou um decréscimo percentual de 2,8% de 2020 para 2021 e 1,9% de 2021 para 2022. A taxa de atividade, no ano de 2022, ascendeu aos 60,1%.

A população empregada em Portugal no ano de 2022 foi de 4 909 milhares de indivíduos, o que representa uma variação positiva de 2,0% face ao ano anterior, verificando-se que 2 439 milhares de indivíduos eram do sexo feminino.

Por outro lado, relativamente à população desempregada, registou uma variação negativa 314 milhares de indivíduos numa variação percentual de 7,3%, face ao ano de 2021. Do número de desempregados apresentado, registou-se que 169 milhares eram do sexo feminino.

No que diz respeito ao mercado de trabalho nas sub-regiões do Norte de Portugal, verificou-se que a sub-região do Cávado apresentou a maior taxa de emprego de todas as regiões, ascendendo aos 53,2%. Por outro lado, quando analisada a taxa de desemprego das regiões, foi a AMP com maior expressão de 9,6%.

Analisando os dados referentes à remuneração média mensal, destaca-se a região do Tâmega e Sousa como a que registou maior aumento (4,46%), ascendendo aos 980,7 €. Apesar disso, a AMP destacou-se como a região com maior valor de remuneração média mensal de 1 301,1€.

O setor que emprega o maior número de indivíduos foram os serviços, com cerca de 1 127 milhares de indivíduos, seguindo-se o setor da indústria, construção, energia e água, com 553 milhares de indivíduos.

Por fim, destaca-se que, da população juvenil inserida na população ativa, 101 719 encontravam-se empregados e 21 777 encontravam-se em situação de desemprego. A região do Norte com maior taxa de empregabilidade juvenil em relação à população ativa, é o Alto Minho, com 86,4% e, com menor empregabilidade, o Douro, com cerca de 78,1%.

Relativamente aos indicadores do turismo, observou-se que a capacidade de alojamento turístico no ano de 2021 diminuiu relativamente ao ano de 2020, tendo sofrido uma queda devido a consequências resultantes da pandemia.

O número total de alojamentos foi de 1 420, uma queda 268 alojamentos face a 2022. Apesar disso, o crescimento do número de quartos é uma constante ao longo das transições entre os anos 2017 a 2021, sendo que, no ano de 2021, o número de quartos ascendeu aos 71 402, espelhando um aumento de 9 172 quartos.

No que diz respeito ao número de hóspedes, registou-se, entre os anos de 2020 e 2021, um aumento em todas as sub-regiões do Norte do país, salientando o crescimento de 40,31% na AMP e de 39,23% da região do Tâmega e Sousa.

Este racional foi bastante idêntico à situação registada com o número de dormidas que registaram uma evolução positiva ao longo de todas as sub-regiões, sendo que foi a região do Cávado que apresentou maior aumento, de 45,71%.

Por fim, no que diz respeito ao número de turistas residentes, este valor ascendeu aos 4 524 indivíduos no ano de 2021 (+12,85% face a 2020), sendo maioritariamente (52,72%) mulheres.

Numa análise às empresas com atividade em inovação foi possível identificar que 48,8% e 45,1% das empresas de Portugal e da região Norte, respetivamente, apresentaram atividades em inovação no ano de 2020.

Adicionalmente, no que diz respeito aos gastos das empresas com inovação, entro o espaço temporal de 2018-2020, registou-se um gasto total de 866 008 milhares de euros.

Relativamente às despesas em investigação e desenvolvimento, foi possível verificar que, no ano de 2021, este valor ascendeu a 53 063 milhares de euros em Portugal e a 19 629 milhares de euros na região Norte do País, representando assim um peso de 37% face ao total dos gastos.

Adicionalmente, analisando os gastos incorridos em I&D por setor de execução, houve uma grande predominância por parte das despesas efetuadas pelas empresas em todos os períodos em análise.

Relativamente aos indicadores de Inovação, tendo em perspetiva os indicadores de recursos humanos Portugal, nos anos de 2015 a 2018, apresentou uma proporção de doutorados face ao total da população constante e superior à média da União Europeia, mas inferior ao mesmo rácio em Espanha a partir de 2017, sendo que de 2019 para a frente, Espanha inicia um período de redução do número de doutorados ao ponto de igualar o crescimento de doutorados em Portugal.

No que diz respeito à população entre os 25-34 anos com um grau de educação terciário, tanto a região Norte como Portugal têm vindo a melhor o desempenho neste indicador tendo, no ano de 2022, o território Luso ultrapassado a média europeia neste indicador, por outro lado, Espanha e a Galiza obtiveram sempre valores superiores à média da UE.

No indicador de publicações científicas internacionais em coprodução, fazendo uma análise comparativa entre o Norte de Portugal e a Galiza foi possível observar que o número de produções científicas internacionais por habitante tem aumentado a ritmos superiores na região Norte, no entanto, nem a Galiza nem a região Norte de Portugal obtiveram uma performance acima da média da UE.

No que diz respeito à produção científica entre os 10% mais citados pelo mundo, todos os territórios apresentaram uma evolução negativa entre 2015 e 2022, ficando a partir do ano 2016, sempre abaixo da performance média da UE. Em relação ao indicador de doutorados estrangeiros face ao total de doutorados, Portugal apresenta uma performance sempre acima da média da UE.

Considerando os indicadores de digitalização, quando analisado a penetração de banda larga, tanto Portugal como Espanha, obtiveram uma performance superior à média da UE; por outro lado, na percentagem de indivíduos que possuem competências digitais para além do básico, embora todas as regiões em análise tenham apresentado um crescimento positivo deste indicador, a região Norte de Portugal e Portugal, no ano de 2022, ainda se apresentaram abaixo da média da UE.

No âmbito dos indicadores de investimento, tendo em análise as despesas em I&D no setor público, todas as regiões se apresentaram abaixo da média da UE, algo que também se veio a registar nas despesas de venture capital em % do PIB.

Sublinhando o investimento realizado pelas empresas, em relação às despesas em I&D no setor empresarial, em percentagem do PIB, denota-se uma grande discrepância entre o valor da média da UE e as regiões em análise, sendo o desempenho média da UE muito superior, algo que também veio a ser verdade no indicador de despesas em inovação por pessoa empregue.

Já na vertente da utilização de tecnologias de informação, sublinhando o indicador de empresas que providenciam desenvolvimento de competências dos seus colaboradores em TIC, Portugal, excluindo o ano de 2020, apresentou sempre uma performance superior àquela registada pela média da UE, porém, o território espanhol, apesar de ter apresentado resultados superiores à média da UE até ao ano de 2019, a partir desse ano não conseguiu obter a mesma performance. Fazendo um diagnóstico à presença de especialistas em tecnologias de informação e comunicação (em % do total de empregados), nenhum dos territórios em análise obteve uma performance superior à registada pela média da UE.

No módulo das atividades de inovação, no que diz respeito ao indicador de PME's a introduzirem inovações de produto (em % do total das PME's), enfatiza-se a performance superior da região Norte e de Portugal em relação à Galiza e Espanha, no entanto, no ano de 2022, nenhum dos territórios teve um desempenho superior ao da média da UE.

Relativamente ao indicador das PME's que introduzem inovação de processos, no ano de 2022, apenas Portugal desempenhou uma performance superior à registada na UE. Ainda no mesmo âmbito, quando analisado o indicador de PME's inovadoras a colaborar com outras entidades, registou-se, a partir do ano de 2019, que todos os países em análise obtiveram desempenho menor que a média.

No grupo dos ativos intelectuais, relativamente aos pedidos de patentes, verificou-se que há uma grande diferença entre o valor registado pela performance média da UE comparativamente aos territórios analisados, tendo estes um desempenho muito inferior, no entanto, no indicador de pedido de marcas registadas, não se verifica a mesma situação onde, apenas a Galiza obteve uma performance inferior à média da UE no ano de 2022.

Relativamente aos pedidos de proteção de design, a região Norte destaca-se das demais, sendo a única com um desempenho bastante superior à média registada dos países da União.

Finalmente, atendendo aos indicadores de impacto, destacando o indicador de colaboradores empregues em atividade em conhecimento intensivo, nenhum dos territórios em análise obteve uma performance superior à média da UE.

Por outro lado, no que diz respeito à empregabilidade em empresas inovadoras, a região Norte de Portugal e Portugal, obteve uma performance superior à média até ao ano de 2019, no entanto, em 2022, o único indicador territorial disponível em análise com desempenho superior, foi o território português como um todo.

Quando analisado o impacto nas vendas, percebeu-se que, relativamente às exportações de produtos de tecnologia média e elevada, nem Portugal nem Espanha tiveram um desempenho superior à média.

No mesmo seguimento, tendo em perspetiva o indicador de vendas de produtos/serviços novos para o mercado, destaca-se o desempenho constante e crescente de Espanha ao longo de todo o período em análise.

Respetivamente aos impactos na sustentabilidade ambiental, foi possível identificar um ótimo desempenho espanhol na produtividade de recursos, apresentando sempre uma performance bem acima da média registada dos países da EU; adicionalmente, no que diz respeito à emissão de partículas por parte da indústria, a região do Norte e Galiza obtiveram um indicador muito acima da média, o que apresenta fragilidades ambientais.

Código de descarga da publicação:

